

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

REVISTA DO PATRIMÔNIO:

editor, autores e temas

CÍNTIA MAYUMI DE CARLI SILVA

Rio de Janeiro, Agosto 2010

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO Ângela Maria de Castro Gomes

CÍNTIA MAYUMI DE CARLI SILVA

REVISTA DO PATRIMÔNIO:
editor, autores e temas

Dissertação de Curso apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Agosto 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Silva, Cíntia Mayumi de Carli

Revista do Patrimônio: editor, autores e temas / Cíntia Mayumi de Carli Silva. – 2010.

185 f.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Ângela Maria de Castro Gomes.

Inclui bibliografia.

1. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2. Patrimônio Histórico - Brasil. 3. Patrimônio cultural – Proteção - Brasil. 4. Intelectuais - Brasil. I. Gomes, Ângela Maria de Castro, 1948- . II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 363.69

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

REVISTA DO PATRIMÔNIO:
editor, autores e temas

CÍNTIA MAYUMI DE CARLI SILVA

E
APROVADO EM
PELA BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora (Orientador) Ângela Maria de Castro Gomes

Professora Doutora Lúcia Maria Lippi Oliveira (CPDOC)

Professora Doutora Regina Maria do Rego Monteiro (UNIRIO)

Professor Doutor Américo Oscar Guichard Freire (SUPLENTE)

Agradecimentos

Se este trabalho chegou ao fim (e chegou!), tenho dívidas por todos os lados, a quem só posso pagar com uma enorme gratidão. A esses credores, agradeço por todo o apoio, mesmo aos que eu esquecer de dizer aqui, por mera distração.

Em primeiro, segundo e terceiro lugar, agradeço à minha orientadora, professora Ângela, primeiramente por ter me presenteado com sua orientação. Também pelo privilégio das aulas dessa professora por excelência, que me guiou em cada reunião, me trazendo até aqui, com sua leitura cuidadosa, sempre incansável.

Agradeço aos professores do CPDOC, Mário Grynszpan e Lúcia Lippi, pelas disciplinas cursadas ao longo do mestrado e pelas discussões nelas empreendidas. Devo também agradecimentos aos demais professores e funcionários do CPDOC e da Fundação Getúlio Vargas, sempre dispostos a colaborar.

Um agradecimento especial vai para o professor Manoel Salgado, que já nos deixou. Primeiro por ter me aceito como sua aluna especial no IFCS/UFRJ, depois por transmitir com grande maestria suas lições de erudição.

Agradeço ainda aos professores Regina Abreu, Lúcia Lippi e Américo Freire, por aceitarem compor a banca, e a Regina e Lúcia, pelas contribuições já dadas para este trabalho.

Aos colegas de aulas no CPDOC, Aline Portilho, Raimundo Hélio, Ana Luiza Caribé, Silvana Rodrigues, Daniel Reis, Lucina Matos, Vanuza Braga, Luciana Fagundes, Layana Azevedo, Mauro Amoroso, Renato Lanna e Bruno Castro, agradeço pelas amizades, conversas, risadas e, por compartilhar as angústias da última hora.

Ao Iphan, devo imensamente. Pelo vício no patrimônio, pelo carinho de seus funcionários, por ter me abraçado e ter originado as primeiras sementes dessa pesquisa. Ela nasceu das reflexões desenvolvidas ao longo dos dois anos que participei do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) /Iphan/Unesco. Nele, tive como orientadora, a arquiteta, antropóloga e intelectual Ana Carmen Jara Casco, que merece agradecimentos especiais, por sua acolhida e visão sempre crítica e atenta. A ela, também sou grata pela amizade e pelas muitas possibilidades de trocas intelectuais. Também resultado do PEP, agradeço a sabia Vera Lúcia de Mesquita, amiga e incentivadora, que colaborou dentro e fora do Iphan.

Aos funcionários da Copedoc/Iphan, pela inestimável experiência do PEP – especialmente a Lia Motta, Márcia Chuva e a Juliana Sorgine, pelas contribuições que deram

à pesquisa lá desenvolvida. Agradeço, por sua paciência e presteza, aos funcionários da Biblioteca Noronha Santos e do Arquivo Central do Iphan, Ana Toledo, Murilo Lélis, Ivan Sardinha, Maria José Silveira Soares e, principalmente, a Hilário Figueiredo Pereira Filho, chefe do Arquivo.

Carinho ímpar tenho por três figuras que me guiaram nos primeiros passos profissionais e acadêmicos: Malu Ferreira, Absolon de Oliveira e Giselle Ellen, do Centro de Memória de Diadema.

Meus especiais agradecimentos vão para Lilian Lustosa, Adriana Nakamuta, Júlia Wagner, Regiane Gambim Barreto e Guilherme Cruz de Mendonça, companheiros de pesquisa, trabalho, lazer e, de patrimônio. Horas e mais horas de conversas, reflexões, artigos, projetos e noites acordadas.

Dos tempos de faculdade, agradeço a amizade mantida por Alessandro Simone, Fernando Franco, Fernanda Rosa e Maurício Acuña. De tempos imemoriais, tenho dívidas impagáveis com Glória, Fabiane, Juliana, Fernanda, Marina, Larissa e Mariana. Dos últimos tempos, agradeço Daniela, Luiz Claudio e Flávia e tenho uma gratidão inestimável por Léia e Geraldo, por sua generosidade sem igual.

Mas a alguns, não tenho palavras para agradecer por tudo e por sempre. A Pablo, por estar sempre ao meu lado. E ao meu irmão Marcel e aos meus pais, por estarem sempre na largada e na chegada.

*“As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.*

*Mas as coisas finas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.”*

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1: A institucionalização do patrimônio e a constituição de uma Academia	32
1.1 Patrimonialização do passado: entre o visível e o invisível.....	34
1.2 O patrimônio no Brasil.....	42
1.3 Um passado para o Sphan: as narrativas de Rodrigo e o lugar de Rodrigo nas narrativas.....	50
Capítulo 2: A Revista do Patrimônio e seu editor.....	58
2.1 Rodrigo, o editor	59
2.2 Função e prestígio do editor.....	62
2.2.1 Editoras, produção intelectual e retratos do Brasil em meados do século XX 65	
2.2.2 Revistas de “alta cultura” (1930-1970).....	68
2.3 A Revista do Patrimônio (1937-67).....	76
2.3.1 A iconografia na Revista.....	90
Capítulo 3: Intelectuais e Patrimônio: temas e autores da <i>Revista</i> do Sphan	93
3.1 A escrita e a leitura	94
3.2 A fundação de um discurso disciplinar: temas e autores	99
Capítulo 4: Edição e Intelectuais: os temas do patrimônio na Revista	119
4.1 Apresentando o campo do patrimônio: uma visão panorâmica	124
4.2 A Revista como espaço de especialização no campo do patrimônio.....	133
4.3 Para além da Revista: as demais publicações de Rodrigo	138
4.4 “60 anos: a Revista”: enquadrando-se a memória do patrimônio.....	142
Considerações Finais	154
Fontes e Referências Bibliográficas.....	158
Anexos	168

Lista de siglas

ABDE – Associação Brasileira de Escritores

DAU – Departamento de Arquitetura e Urbanismo de Recife

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGA – Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGMG – Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

IHP – Instituto Histórico de Petrópolis

IHGRJ – Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

MES – Ministério da Educação e Saúde Pública

MHN – Museu Histórico Nacional

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

PUC - Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

UFF – Universidade Federal Fluminense

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência

USP – Universidade de São Paulo

Lista de Quadros

Quadro 1 - Revistas de alta cultura contemporâneas à Revista do Patrimônio	71
Quadro 2 - Valores de venda da Revista do Patrimônio	78
Quadro 3 - Revista do Patrimônio: Quantidade de artigos por número.....	79
Quadro 4 - Revista do Patrimônio: ano de registro da publicação e ano de circulação.....	82
Quadro 5 - Revista do Patrimônio: temas dos artigos, quantidade de artigo temático por número e total	88
Quadro 6 - Revista do Patrimônio: frequência decrescente da produção por autor.....	99
Quadro 7 - Revista do Patrimônio: temáticas dos artigos e seus autores.....	101
Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da Revista do Patrimônio.....	105
Quadro 9 - Presença dos temas ao longo dos 15 números da Revista do Patrimônio	120

Lista de Figuras

Figura 1 - Capas dos números 1 a 15 da Revista do Patrimônio	169
Figura 2 - Capa do número 1 da Revista	170
Figura 3 - Capa do número inaugural da série Publicações do Sphan.....	171
Figura 4 - Capa da obra “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”.....	172
Figura 5 - Capa de “Arte indígena da Amazônia”	172
Figura 6 - Capa de “Padre Jesuíno do Monte Carmelo”.....	173
Figura 7 – Capa de “As artes plástica no Brasil” (1952).	174
Figura 8 – Capa de “Brasil – monumentos históricos e arqueológicos” (1952).....	175
Figura 9 – Capa de “Artistas Coloniais” (1958).	175
Figura 10 – Capa e contracapa do número 26 da Revista do Patrimônio.	176

RESUMO

Esta dissertação investiga a trajetória da *Revista do Patrimônio*, a principal publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, no período entre 1937 e 1967. Este período de análise corresponde à gestão do primeiro diretor do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Editada desde 1937, esse periódico aglutinou um grupo de intelectuais que construiu o campo do patrimônio no Brasil, tendo como protagonista o próprio Sphan. Desse modo, a *Revista do Patrimônio* é tomada como objeto e, simultaneamente, como fonte primordial desta pesquisa, que a considera um lugar de sociabilidade desses intelectuais que colaboraram com a preservação do patrimônio. Assim, Rodrigo M. F. de Andrade, que também era o editor das publicações do órgão, é tido como o articulador das redes que ali se encontraram e que contribuíram com o processo de constituição do campo do patrimônio, que teve na *Revista* um dos meios empregados para se construir e se divulgar.

Palavras-chave: intelectuais; periódicos; editor; patrimônio.

ABSTRACT

This work investigates the trajectory of the *Revista do Patrimônio* (heritage magazine), the main publication of the National Service for Historical and Artistical Heritage – Sphan, between the period from 1937 to 1967. That period corresponds to the management of the first Sphan director, Rodrigo de Melo Franco de Andrade. Edited since 1937, the publication gathered a group of intellectuals that have built the field of heritage in Brazil, having as protagonist the Sphan itself. Therefore, the *Revista do Patrimônio* is taken as object and, simultaneously, as a fundamental source for this research, considering it as social a place for those intellectuals that have collaborated to the preservation of the heritage. In that manner, Rodrigo M. F. de Andrade, that was also the editor of Sphan publications, is taken as the developer of the networks built around the *Revista do Patrimônio*, which contributed for the constitution of the heritage field, which could promote itself through this publication.

Keywords: intellectuals; magazine; editor; heritage.

Introdução

A presente dissertação, que tem como objeto de estudo a *Revista do Patrimônio*, editada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan desde 1937, visa contribuir com as pesquisas sobre o patrimônio cultural no Brasil, especialmente no que tange ao papel que o periódico teve na constituição do patrimônio protegido pelo órgão.

Como se sabe, os estudos sobre o patrimônio cultural multiplicam-se e a demanda por sua preservação aumenta em níveis cada vez maiores. Embora a prática do colecionamento seja milenar e universal, pode-se dizer que há uma espécie de *boom* patrimonial ou ainda um fenômeno memorial vivido nas sociedades do pós-1980.

Essa explosão é percebida pela emergência das narrativas “modernas” acerca de passados nacionais, envolvendo a patrimonialização desse passado, entre outras ações. Essas construções – de passado e de patrimônio – podem ser interpretadas a partir da noção de “regime de historicidade”, postulada por Hartog. O regime de historicidade pode ser entendido como um quadro de pensamento de longa duração e engloba:

uma formulação erudita da experiência do tempo que (...) modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma ‘ordem’ à qual podemos aderir ou, ao contrário (...), da qual podemos escapar... (Hartog, 1996:129).

A partir disso, Hartog identifica três regimes de historicidade, que não existem em estado puro, pois são como tipos ideais weberianos. São eles: o tempo da *historia magistra vitae*; o moderno regime de historicidade; e o presentismo. No regime de historicidade da *historia magistra*, o passado esclarece o futuro: “o exemplar reatava o passado ao futuro através da imagem do modelo a imitar”, dando lições de história – daí seu nome. Já no regime de historicidade moderno, que se instala entre o fim do século XVIII e o início do XIX – quando a *historia magistra* começa a ser contestada –, ocorre o inverso: o futuro é que esclarece o passado. Neste regime, o exemplar cede lugar àquilo que não se repete mais. O ponto de vista do futuro é que comanda – daí se falar também em futurismo. Além disso, a História passa a ser concebida como processo, segundo a idéia de que “os acontecimentos advém não apenas *no* tempo, mas *através* dele” (Hartog, 1996:130). As “lições de história”, que vinham do passado, são substituídas pela exigência de “previsões”: de pensar e planejar o futuro.

O ano de 1989, que encerra a Guerra Fria e demais conflitos, encerra simbolicamente, o regime de historicidade moderno e inicia um outro: o presentismo. Ocorre uma “(...) invasão do horizonte¹ por um presente mais e mais ampliado, hipertrofiado”. Ocorre, portanto, a substituição do futurismo pelo presentismo, caracterizado por “um presente que é seu próprio horizonte, sem futuro e sem passado, ou engendrando quase diariamente o passado e o futuro, dos quais necessita quotidianamente” (Hartog, 1996:135). Há uma dificuldade de “ver” o futuro e, justamente por isso, o presente volta-se para “uma forma de relação entre o passado e o presente, de tal modo que o passado não pretenda ditar a conduta ao presente e tampouco permaneça completamente inerte” (Hartog, 1996:133-134).

Ora, este último regime de historicidade, que rege as ações da cultura ocidental, pode ser diagnosticado, por exemplo, pela necessidade de “lugares de memória”² (Nora, 1993) e pelo *boom* comemorativo³ das últimas décadas. Evoca-se o passado devido ao esquecimento provocado pelo imediatismo. Daí também a proliferação, ampliação e intensificação das políticas culturais e de valorização da memória, com a “musealização do mundo”, conforme observa Huyssen. Este autor, em “Seduzidos pela Memória” (2000), afirma que desde a década de 1980 ocorre uma transferência de foco. Se antes a atenção voltava-se para os “futuros presentes”, a partir dos anos 1980, a atenção deslocou-se para os chamados “passados presentes”, aproximando-se da aceção de regime de historicidade presentista proposta por Hartog. A evidência disso é a “globalização da memória” e a “musealização do mundo” ou a “obsessão cultural” pela memória. Huyssen alerta para a possibilidade de, a

¹ Trata-se do conceito de “horizonte de expectativa”, elaborado por Koselleck (2006). Koselleck desenvolve duas categorias históricas: “espaços de experiência” e “horizonte de expectativa”, que se relacionam com a percepção temporal. O autor afirma que o tempo não pode ser expresso, a não ser em metáforas espaciais, e que a presença do passado é diferente da presença do futuro. Nesse sentido, a experiência proveniente do passado é espacial – daí se falar em “espaços de experiência”. Já não seria tão exato, em relação ao futuro, falar de espaço de expectativa, por isso Koselleck cria a metáfora do horizonte de expectativa. “Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (2006:311).

² Nora afirma que vivemos um momento “onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada” e em que o “sentimento de continuidade torna-se residual aos locais” (Nora, 1993:7). Em suma, “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (*idem*) e a preocupação em preservar monumentos que representam partes do passado seria um dos diagnósticos disso.

³ Catroga (2001) afirma que as comemorações compõem uma das mais significativas e espetaculares formas ritualistas de evocar o passado, com o objetivo de criar representações simbólicas que possam funcionar como lições vivas de memorização. No caso das comemorações cívicas, por exemplo, elas foram criadas para serem vividas como manifestações simbólicas que reafirmam a continuidade histórica da humanidade. Assim, tais ritos funcionavam como meio de combate contra a amnésia coletiva e ainda como forma de luta pela (re)produção de uma nova memória, articulando passado, presente e futuro. Em outras palavras, as comemorações conferem significado simbólico e coletivo ao sentido do tempo, congregando as consciências dispersas em torno de memória(s) consensualizadora(s). Entretanto, Catroga atenta para o fato dessa evocação e seleção do passado se dar de acordo com os interesses do presente. Assim, faz uma importante afirmação ao mostrar que as comemorações, ao relembrem um determinado passado, não se voltam para o passado, mas sim para o futuro, direcionando-o.

despeito do aumento explosivo da memória, ocorrer um aumento explosivo do esquecimento, paralelamente. Colaboram para isso a mídia e a tecnologia, nas quais se confiam nossos registros. Desse modo, nesta modernidade em que a instabilidade e a transitoriedade das transformações predominam, os monumentos, a memória e o patrimônio garantem uma certa noção de estabilidade do mundo, lembrando as origens e funcionando como um *phármakon* para os homens⁴. Em outras palavras, para Huyssen o presentismo é paradoxal e volátil, fazendo com que a valorização do presente busque bases no passado, na memória e no patrimônio por meio das comemorações, exposições e de sua preservação.

É nesse contexto que se deve compreender a proliferação de inúmeros estudos acadêmicos sobre a problemática do patrimônio e o surto de comemorações que se vive internacionalmente. O patrimônio é convocado, nesse sentido, a trazer um certo passado para o presente, materializando-o. Assim, ele tem uma dimensão visível e material que carrega consigo uma outra dimensão, invisível e subjetiva, como o passado, ou as “origens”, por exemplo. Desse modo, o patrimônio enquanto objeto de estudo é indissociável dessas duas dimensões, inseparáveis para sua compreensão⁵. Ele tem uma função: comunicar o passado ao presente, dando-lhe visibilidade. Por isso, fala-se em semióforos, conceito trazido por Pomian ao proceder a uma arqueologia da prática colecionista.

Semióforos seriam sistemas de sinais armazenados em diferentes suportes físicos, como pedras, metais, cerâmica, papiro, pergaminho, tecidos ou qualquer outro objeto que os homens tenham utilizado para essa finalidade. São, assim, objetos que realizam mediações entre o mundo perceptível ao olhar e o mundo fora da realidade sensível à visão, ou seja, possuem uma dimensão física e outra semiótica. Portanto, as coleções e objetos, quando expostas ao olhar, realizam a comunicação do invisível. Eles possuem uma dimensão material muito variada, mas, principalmente, possuem uma dimensão simbólica capaz de tornar o passado presente, o invisível visível. Os semióforos representam então a dimensão material

⁴ O *phármakon* pode ser entendido como a possibilidade do luto e o esquecimento do sofrimento. Nas palavras de Hartog, “o *phármakon* transforma a ‘ausência’ (*póthos*) em ‘passado’. O desaparecido torna-se um defunto, ou o falecido um ‘bom’ morto, sem que para isso seja preciso passar por essas etapas, normalmente necessárias – de que Jean-Pierre Vernant, aliás, mostrou a complementaridade –, que são os funerais e o canto épico. Se os funerais, como instituição forjada para aculturar a morte, marcam de fato ‘a passagem da reminiscência patética do *póthos* a uma memorialização mais distanciada e objetiva, a uma memória institucionalizada conforme o código social de uma cultura heróica’, o canto épico vem coroar o processo, transformando ‘um indivíduo que perdeu a vida na figura de um morto, cuja presença como morto está definitivamente inscrita na memória do grupo’” (Hartog, 2003:20).

⁵ Entretanto, o patrimônio enquanto objeto de políticas públicas para sua preservação, portanto enquanto prática, conta com uma separação instrumental dessas duas dimensões, classificando-o como patrimônio material ou tangível e imaterial ou intangível, como se não fossem efetivamente indissociáveis. Separa-se assim o inseparável e indistinguível para se aplicar instrumentos jurídicos que se supõem eficazes para sua continuidade no tempo e no espaço.

da memória e da história. São assim provas concretas da existência de um passado passível de ser acessado pela via desses restos materiais. Eles garantem uma relação com um tempo anterior, tempo esse que é uma condição para a inteligibilidade do presente. Por esse motivo, entende-se que os semióforos constituem fundamentalmente o que é selecionado como patrimônio.

O patrimônio, com isso, dá sentido à passagem do tempo a partir de sua materialidade, de sua visibilidade. Entretanto, a simples sobrevivência ao tempo não assegura a transformação de um objeto ou relíquia em patrimônio. Essa “mutação” é resultado de uma produção marcada historicamente, apresentando funções práticas e simbólicas, na medida em que idéias e valores são associados aos objetos que o constituem. Esse processo, que não é natural, compõe-se de diversas estratégias, dentre as quais a produção do conhecimento que visa legitimar um objeto como bem patrimonial.

A partir dessas considerações, pode-se compreender a relevância da *Revista do Patrimônio*, nosso objeto de estudo. O periódico é justamente um instrumento por meio do qual se legitima a “invenção do patrimônio” no Brasil, construindo um novo campo de saber no país, através da produção dos conhecimentos nele veiculados.

A *Revista do Patrimônio* é de suma importância para as pesquisas sobre o patrimônio no Brasil, justamente por ser um instrumento por meio do qual se legitimou esse novo campo no país. Rubino (1991), Chuva (1998) e outros pesquisadores já trabalharam com o periódico em questão, porém, sem tomá-lo como objeto de estudo. Nessas e em outras pesquisas, a *Revista* aparece principalmente como fonte e, mesmo quando surge com mais destaque, é tomada apenas para corroborar outros aspectos do Sphan, ou seja, para confirmar as demais práticas desenvolvidas pelo órgão. Assim, uma análise que trate do principal periódico do Sphan como objeto, e simultaneamente como fonte, ainda não foi realizada. Nesse sentido, a presente pesquisa visa contribuir para apontar aspectos pouco mencionados nas demais abordagens sobre a *Revista*.

Parte-se, assim, das contribuições apresentadas por pesquisas como as de Chuva e Rubino. Porém, a proposta é analisar a trajetória da *Revista do Patrimônio*, tendo como foco principal os autores-colaboradores do periódico para se pensar o processo de construção do conceito e do campo do patrimônio. Desse modo, este estudo não privilegia as demais atividades do Sphan do período, tomando a publicação como eixo primordial para se pensar o patrimônio.

Os autores da *Revista*, apresentados pelos estudos como “ideólogos” das ações institucionais, muitas vezes não eram técnicos do Sphan, sendo inclusive vinculados a outros

órgãos, conforme já apontado por Chuva. Assim, havia autores que eram funcionários do Serviço e outros que não possuíam, com ele, vínculos formais. Porém, independente desse vínculo, esses autores, por escreverem na *Revista do Patrimônio*, são considerados também autores de um discurso que permitiu a construção da idéia/noção de patrimônio nacional no Brasil.

Com isso, nossa hipótese é a de que a *Revista* veicula um discurso polissêmico, não inteiramente homogêneo, devido à presença de autores diversos, vinculados ou não ao Sphan. Os enunciados do periódico, portanto, podem não corresponder exatamente às práticas internas adotadas pela instituição e às concepções nela predominantes. Daí a necessidade de se estudar a publicação, a fim de verificar até que ponto ela se apresenta efetivamente como um instrumento de veiculação de um discurso qualificado como “oficial” do Sphan, como a maioria dos estudos postula. A idéia aqui defendida é a de que a *Revista do Patrimônio* é mais um campo de formulações e debates, do que um guia para ação do Sphan.

Para tal estudo, considera-se então o período fundador do Sphan e de seu principal periódico, ambos a cargo de Rodrigo M. F. de Andrade – recorte emblemático justamente por tratar do momento inicial das ações efetivas em prol da preservação do patrimônio. Assim, o objeto desta pesquisa, a *Revista*, é analisado em seus 15 primeiros números, que abarcam os volumes editados por Rodrigo entre 1937 e 1967. O objetivo maior é investigar a trajetória e o perfil da publicação, considerando-se suas características materiais e editoriais para se ter acesso a um dos mais importantes veículos de formação do campo de patrimônio, articulado pelo Sphan enquanto instituição.

Os objetivos específicos são: 1) identificar e analisar as características do periódico, atentando para os aspectos editoriais e também tipográficos; 2) identificar os autores dos artigos da *Revista*, atentando para o grupo formado pelos mais assíduos (suas origens e formações intelectuais e profissionais, e laços de amizade); 3) acessar a noção de patrimônio nela veiculada; 4) procurar traçar o lugar da História, e de outras disciplinas, na constituição do campo do patrimônio no Brasil a partir da publicação do Sphan.

Desse modo, considera-se que os intelectuais tiveram na *Revista do Patrimônio* um lugar de sociabilidade fundamental para o desenvolvimento e defesa de suas idéias. Esta revista, como outras do período, era um recurso de poder importante que se movia em torno do editor da publicação, também o diretor do órgão que publicava o periódico.

Para tanto, a pesquisa estrutura-se sobre os fundamentos teóricos da chamada história dos intelectuais – campo este que, nos últimos anos, tornou-se muito freqüentado, situando-se no cruzamento das histórias política, social e cultural (Sirinelli, 2003). Se desde os *Annales* o

estudo dos intelectuais havia sido minimizado, a partir da segunda metade da década de 1970, o interesse sobre eles ressurgiu, ao lado do interesse dos historiadores pela história política recente e pela biografia histórica. Surgia assim, o que se chama de Nova História Política – bem como, paralelamente, desenvolvia-se a Nova História Cultural – que tem nos intelectuais um ator privilegiado para se pensar a dimensão político-cultural.

Com isso, a estratégia de análise é distinta de outras do campo da história cultural, como a da história das idéias, o estudo das trajetórias de conceitos ou a história da leitura. Opta-se pela história de intelectuais pelo fato dela primar por uma análise que atenta para a lógica de constituição dos grupos de intelectuais, “postulando a interdependência entre a formação de redes organizacionais e os tipos de sensibilidade aí desenvolvidos, o que necessariamente iluminaria o desenho e as características de quaisquer projetos culturais” (Gomes, 1999:11), sem se abandonar o interesse pelo conteúdo e forma do que é produzido pelos intelectuais. Trata-se, assim, de reconhecer a “existência de um campo intelectual com vinculações amplas, porém com uma autonomia relativa que precisa ser reconhecida e conhecida” (*idem*).

Sem desconhecer os clássicos estudos sobre intelectuais de Mannheim (1974), Gramsci (1975) e Bobbio (1997), utiliza-se aqui o conceito de intelectual apresentado por Sirinelli (1986). Para este autor, a noção de intelectual apresenta um caráter polissêmico, dentro do qual se destacam duas vertentes. A primeira, mais sociológica e cultural, identifica-os como produtores de bens simbólicos e abarca os criadores e mediadores culturais – dentre os quais se incluem os jornalistas, editores, professores etc. A segunda é mais política e se funda sobre a noção de engajamento, direto ou não, na ação política. Tais concepções, para Sirinelli, não são excludentes, mas complementares, pois, devido ao capital simbólico de que os intelectuais dispõem e à sua capacidade de especialização, que legitima e mesmo privilegia sua intervenção, estariam sempre atuando política e culturalmente. O intelectual não se define somente pelo que ele é, por uma função ou *status*, mas sim por aquilo que ele “faz”, ou seja, por sua prática, que guardaria sempre desdobramentos políticos. O intelectual é o homem que pensa e comunica seu pensamento, sempre com alguma margem de intervenção social. De acordo com Ory & Sirinelli (1992), há uma convicção compartilhada pelo enunciador e por toda ou parte da sociedade a que ele se dirige, sendo o intelectual uma espécie de autoridade, que atua no campo da produção de bens simbólicos.

Para um trabalho segundo tal concepção de intelectual, Sirinelli aponta três ferramentas teórico-metodológicas: a reconstituição dos itinerários desses intelectuais; a noção de geração; e a noção de lugares de sociabilidade. Assim, é preciso reconstituir a trajetória

intelectual dos indivíduos e grupos a fim de que sejam desenhados mapas mais precisos dos grandes engajamentos intelectuais, a fim de que sejam iluminadas as inclinações, polêmicas e cisões dos intelectuais de um determinado período ou ligados a um determinado debate. Há que se caracterizar então seus esforços de reunião e de demarcação de identidades, associando-os a projetos intelectuais e políticos a um só tempo.

Como um dos “lugares de sociabilidade” em que os intelectuais organizam-se, formalmente ou não, para construir e divulgar suas propostas, os periódicos são bastante enfatizados por tal abordagem, que encontra neles um objeto e fonte de pesquisa riquíssimos. Conforme Sirinelli: “O meio intelectual constitui (...) um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (Sirinelli, 2003: 248), compondo aí “redes” que permitem observar campos de força, de afeto e de idéias.

Gomes, seguindo tal proposta, considera as revistas como um dos lugares de sociabilidade mais produtivos para se trabalhar com intelectuais nos anos 1920-40 no Brasil. Segundo ela, as revistas são “lugares de articulação de pessoas e idéias que precisam de suportes materiais e simbólicos para fazer circular projetos, sem o que eles perdem significado” (Gomes, 1999: 58).

A noção de “lugar de sociabilidade” é assim central para os propósitos aqui pretendidos. Ela é tomada nessa dupla dimensão: uma contida na idéia de *rede*, que estrutura, e outra na idéia de *microclimas*, que caracterizam um microcosmo intelectual particular. A *rede* é uma estrutura de sociabilidade que “remete às estruturas organizacionais, mais ou menos formais, tendo como ponto nodal o fato de se constituírem em lugares de aprendizado e de trocas intelectuais, indicando a dinâmica do movimento de fermentação e circulação de idéias” (Gomes, 1999:20). Já os *microclimas* estão secretados nessas redes de sociabilidade intelectual e envolvem as relações pessoais e profissionais de seus participantes. Assim, a autora compreende que esses espaços de sociabilidade são “geográficos” mas também “afetivos”, pois neles é possível captar vínculos de amizade/cumplicidade ou mesmo de competição/hostilidade, como também se capta uma certa sensibilidade. Trata-se, assim, de um grupo permanente ou temporário que constitui uma espécie de “grupo intermediário” que se situa entre o público e o privado, articulando-os (Sirinelli, 1986; Ory & Sirinelli, 1992).

Tendo-se em mente a compreensão desse entrelaçamento das “redes” com elementos afetivos, é preciso recorrer às solidariedades de origem, de idade e de estudos e remontar as peças de um arranjo que constitui as solidariedades de um momento. É para tanto que as três ferramentas de pesquisa já citadas – as trajetórias, a geração e os lugares de sociabilidade –

são acionadas. As trajetórias fornecem a observação dos caminhos e compromissos dos intelectuais, com suas linhas de maior intensidade, suas ideologias, suas crenças etc. A partir de trajetórias cruzadas é possível então perceber as gerações intelectuais, cujas peças constitutivas concentram-se nas solidariedades de idade, mas não se esgotam nelas. Gomes afirma que o conceito de geração remete a “um grupo que constrói uma memória comum, referida a um ‘tempo’ e a ‘acontecimentos’ que conformaram uma certa maneira de experimentar (...) a vida intelectual” (1999: 79). Sirinelli (1986) ainda caracteriza as gerações como multiformes, elásticas e espessas.

Assim, a história de intelectuais é arqueológica, geográfica e genealógica (Sirinelli, 1986; Ory & Sirinelli, 1992). Arqueológica devido às solidariedades de origem e aos fenômenos de estratificação geracional; geográfica porque vincula o espaço de uma revista, por exemplo, a um dado período; e genealógica, pois busca as influências e filiações acionadas pelos intelectuais. Esta história, portanto, atenta para a constituição desses grupos bem como para seus mecanismos internos de coesão e conflito.

Nesse sentido, a escrita epistolar é um outro lugar de sociabilidade fundamental, pois é uma das modalidades de escrita de si que, para esta pesquisa, pode trazer dados preciosos. A escrita de si está presente não só na correspondência pessoal – que, como veremos, é uma das fontes aqui utilizadas. Ela está presente também na própria concepção da *Revista do Patrimônio*, tratada como um grande “texto” cujo “autor” é seu editor, Rodrigo M. F. de Andrade. Assume-se, desse modo, que o texto/revista é também uma “representação” de seu autor, “que o teria construído como forma de materializar uma identidade que quer consolidar; de outro, o entendimento de que o autor é uma ‘invenção’ do próprio texto, sendo sua sinceridade/subjetividade um produto da narrativa que elabora” (Gomes, 2004:16). Assim, “a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’” (*idem*). Nesse caso, a revista está sendo tratada como veículo e resultado de um processo de construção de identidade de seu editor, da própria instituição que a edita, bem como do próprio campo do patrimônio.

Assim, ainda de acordo com Gomes, essa abordagem faz com que se entenda a escrita de si como tendo “editores” e não autores propriamente ditos. “É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se, através dele, um autor e uma narrativa” (*idem*). Por esse motivo, nesta pesquisa o editor e os autores da *Revista do Patrimônio* têm foco privilegiado, e são pensados enquanto intelectuais no sentido do termo ora apresentado.

Para tal abordagem, as fontes da pesquisa são, em primeiro lugar, seu próprio objeto – a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em seus 15 números publicados entre 1937 e 1967. A ela se agrega a correspondência trocada entre o editor e também diretor do Sphan Rodrigo e os colaboradores da publicação estudada.

Conforme afirma Luca (2006), o estatuto da imprensa na historiografia sofreu uma série de deslocamentos a partir, sobretudo, da década de 1970, fazendo emergir não só a história da imprensa e por meio da imprensa, mas o próprio periódico (jornal ou revista) tornou-se objeto da pesquisa histórica. Nesse sentido, o trabalho de Capelato e Prado, “O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*” (1980), citado por Luca, inaugura um novo tratamento da imprensa pelos estudos históricos: a imprensa não mais seria uma fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação e o jornal, no caso *O Estado de S. Paulo*, era a “fonte única de investigação e análise crítica”.

Nesta pesquisa, igualmente, ao se tomar a *Revista do Patrimônio* como o objeto de investigação histórica, considera-se o periódico não mais como fonte confirmadora para outras análises, tal como é usual nos demais trabalhos sobre o Sphan. Ela é, portanto, ao mesmo tempo, objeto e fonte primordial deste estudo.

Tal como já apontado anteriormente, uma revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva. Luca ainda complementa que as revistas são empreendimentos que

“reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Por isso Sirinelli os caracteriza como um ‘ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum’. Daí a importância de se *identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos*, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é *inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros*, aí incluídos os de caráter publicitário” (Luca, 2006:140) [grifo do autor].

Assim, as revistas e suas redações podem ser consideradas espaços que aglutinam diferentes linhagens políticas e estéticas; que compõem redes que estruturam o campo intelectual; e ainda permitem refletir sobre sua formação, estruturação e dinâmica (Luca, 2006). Nesse sentido, é fundamental a figura do editor, responsável maior pelo projeto coletivo, pelo processo de produção material, e pela seleção de seus conteúdos. Desse modo, Rodrigo Melo Franco de Andrade é analisado na função de editor.

Outra fonte privilegiada, como se disse, é a correspondência. A hipótese perseguida é que tal fonte possa nos dar acesso aos “bastidores” da revista e às sensibilidades dos intelectuais nela envolvidos. A atenção é pois concentrada na constituição dos grupos de

intelectuais – uma vez que os periódicos e a correspondência são lugares de sociabilidade. Assim, a correspondência materializa relações indicadas por outros meios – como pelo núcleo de um periódico – e mostra mais explicitamente como se constituem essas redes. Boa parte dessa correspondência, trocada entre o editor e diretor do Sphan e os colaboradores encontra-se no Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, onde foi consultada. Outra parte, entretanto, ainda está sob a guarda da família de Rodrigo, que doou parte desse acervo pessoal à Fundação Casa de Rui Barbosa.

Tais redes também serão acessadas por meio do uso da metodologia conhecida como biografia coletiva ou prosopografia. “Prosopography is the investigation of the common background characteristics of a group of actors in history by means of a collective study of their lives” (Stone, 1971:46). Tal método consiste em estabelecer um universo a ser estudado e estabelecer algumas variáveis para serem investigadas, como nascimento e morte, origens sociais, posição econômica, educação etc. Em seguida, ainda segundo Stone, esses dados são justapostos e examinados em seu conjunto a fim de que sejam apreendidas correlações internas e externas a esse universo previamente definido.

Neste caso, embora não se vá fazer uso aprofundado do método, o universo selecionado é o dos autores-colaboradores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*. Assim, primeiramente é preciso identificá-los e verificar a assiduidade de cada um desses autores no periódico, por meio de um levantamento quantitativo. Em seguida, nossa proposta é trabalhar com dois grupos: o dos mais assíduos – que escreveram três ou mais artigos nesses 15 números considerados; e o dos colaboradores eventuais – aqueles que escreveram apenas um ou dois artigos.

Identificado o grupo dos mais assíduos, procede-se ao estudo de suas trajetórias, considerando-se, inclusive, os dados levantados a partir da correspondência e da revista – com as seguintes variáveis a serem investigadas: nome, local e data de nascimento e morte, família e estudos, ocupação, atuação jornalística, referências e filiações institucionais, trajetória profissional e política, e obras principais. Com isso, proceder-se-á a um inventário das solidariedades de origem, de idade, de estudos e institucionais desses colaboradores, possibilitando um mapeamento de suas relações com o editor, atentando ainda para a existência ou não de uma geração que estaria se formando, tendo como referência a constituição do campo do patrimônio no Brasil.

Os assuntos abordados e a área de conhecimento em que o artigo escrito para a *Revista* se enquadra também serão identificados e considerados, pois estes dados, ao lado dos demais

levantados, permitem a observação de uma maior ou menor coesão e intensidade de trabalho do grupo em questão, assim como de seus laços de amizade.

Há que se atentar ainda para o conjunto da *Revista*, ou seja, para os procedimentos tipográficos e de ilustração que acompanham os artigos, a ordem e posição dos mesmos, a ênfase dada a determinados temas, a linguagem e a natureza de seu conteúdo, pois, “os discursos adquirem significados de muitas formas” (Luca, 2006:140).

O campo do patrimônio tem sido objeto de inúmeros estudos recentemente, desenvolvidos pela História e Antropologia, mas também por outras áreas disciplinares. No caso brasileiro, pode-se dizer que as pesquisas mais lembradas são as dos antropólogos Mariza Veloso (1992), José Reginaldo Santos Gonçalves (1996) e Silvana Rubino (1991; 1996); dos arquitetos Lauro Cavalcanti (1993) e Márcia Sant’Anna (1995 e 2005); da historiadora Márcia Chuva (1998); da socióloga Cecília Londres Fonseca (2005); dos museólogos Mário Chagas (2009 [2003]) e Letícia Julião (2008), entre outras⁶. Ou seja, o campo do patrimônio conta com a contribuição de acadêmicos provenientes de diversas disciplinas: arquitetura, antropologia, sociologia, história, museologia, para citar apenas as mais recorrentes.

Essa produção de estudos sobre patrimônio no Brasil apresenta, além da contribuição dos vários campos do saber, outra característica fundamental. Trata-se de quem são os indivíduos que abordam essa questão. Dentre os autores mencionados acima, muitos deles são ou foram funcionários do órgão federal responsável pela preservação – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, atual Iphan (referente a Instituto)⁷. Desses autores que apresentaram, pelo menos em algum momento, algum vínculo com o Sphan, pode-se citar Cavalcanti, Sant’Anna, Chuva, Londres e Chagas. Ora, esse dado nos remete a uma consideração relevante acerca das pesquisas sobre patrimônio no Brasil: a fala predominante dos que estão ou estiveram dentro do órgão de preservação. Uma fala que pode

⁶ Dentre esses pesquisadores do patrimônio, cabe observar que alguns têm uma formação heterodoxa, transitando pelas diferentes áreas. Esse é o caso do arquiteto Lauro Cavalcanti, que, ao realizar seu estudo sobre o campo em questão, realizou-o sob os princípios da antropologia. Cecília Londres é outra de formação diversa: licenciada em letras, mestre em teoria da literatura e doutora em sociologia – área disciplinar pela qual realizou seu estudo sobre patrimônio. Mário Chagas também pode ser citado como um desses autores que transitam entre os campos disciplinares: museólogo, desenvolveu sua pesquisa nas ciências sociais.

⁷ Entre 1937 e 1946, o nome da instituição foi Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan); de 1946 e 1970 era Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan); no período seguinte, 1970 a 1979, recebeu o nome de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); entre 1979 a 1990, tornou-se Secretaria (Sphan); em 1990 foi extinta por decreto, e passou a funcionar como Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC) entre 1990 e 1994; a partir de 1994 voltou a ser Instituto do Patrimônio Histórico e

ser permeada por *bias* internos do Sphan e mesmo influenciada pelos aspectos e interesses políticos que envolvem a atuação do mesmo. Poucos são os autores-pesquisadores do campo do patrimônio que mantêm distância das ações dessas instituições e, por esse motivo, olham para o Serviço com maior distância das disputas internas, como é o caso de José Reginaldo Santos Gonçalves. Assim, no caso brasileiro, predominam como estudiosos do patrimônio os próprios formuladores de políticas para a preservação patrimonial – consideração essa que deve permear a compreensão de tais estudos.

Esses trabalhos debruçaram-se sobre diversos aspectos do patrimônio cultural e de sua preservação no Brasil, com diferentes objetos e com focos variados. Veloso, em sua tese “O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil” (1992), focaliza o período anterior ao Sphan, apontando para o processo de surgimento da idéia de patrimônio durante a década de 1920. Portanto, a autora defende que esse conceito começa a se desenvolver antes mesmo da criação do Sphan, tendo na imprensa um dos principais veículos para a circulação e a troca de idéias entre os intelectuais, muitos deles filiados aos modernismos. Assim, a autora examina a produção de crônicas, relatos, artigos e colunas em jornais e periódicos, evidenciando como esse arsenal de idéias foi sendo gestado e, com isso, como a arte e a arquitetura colonial passaram a ser valorizadas como símbolos de um passado estabelecido como nacional.

A antropóloga, desse modo, trabalha com a problemática do tempo, que é central em sua análise, e o faz a partir da obsessiva busca pela tradição e pelo passado por parte desses intelectuais que conceberam a noção de patrimônio. Este, pois, expressa a tensão do tempo, uma vez que é “um *passado* que quer tornar-se *presente*”⁸, além de ser um “dom” capaz de assegurar a reciprocidade entre diferentes gerações e entre passado e futuro. Assim, o discurso sobre patrimônio é primordialmente ancorado na problematização do tempo e representa uma forma de sacralização do passado, por meio do qual diferentes temporalidades unem-se. O barroco, considerado por esses intelectuais como a origem da cultura brasileira, é o que permite a articulação entre passado, presente e futuro no caso particular do patrimônio construído pelo Sphan.

Já José Reginaldo Santos Gonçalves, autor de “A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil” (1996), contribuiu com sua análise, estabelecendo o que chama de os dois discursos centrais do Sphan. O primeiro era o de Rodrigo Melo Franco e o

Artístico Nacional (Iphan). Durante toda a dissertação, porém, utiliza-se como padrão o primeiro nome do órgão, Sphan, quando se referia a Serviço.

⁸ Veloso, 1992:34 [grifo do autor].

segundo, o de Aloísio Magalhães, que dirigiu o órgão por curto período (1979-1982), porém com atuação marcante, e para além de sua gestão. Este autor apresenta a prática de preservação do patrimônio a partir da constituição de narrativas que se anunciam como resposta a uma situação social e histórica em que valores culturais são apresentados sob um “risco de iminente desaparecimento”. Para tanto, são acionadas noções de perda e de rompimento com uma situação original ou primordial de integridade e continuidade. Daí se falar em “retórica da perda”, como marca do patrimônio.

Diante dessa iminência do desaparecimento, as narrativas de preservação incumbem-se da missão de proteger esses valores ameaçados. Gonçalves alerta, entretanto, para um outro lado da mesma questão: a desintegração do patrimônio é, de certo modo, propiciada pelas próprias narrativas criadas em torno de sua proteção. Desse modo, a perda não seria algo exterior, mas sim integrante das estratégias discursivas elaboradas no interior dessas narrativas, para que estas sim se apropriem de uma “cultura nacional” – seja na narrativa de Rodrigo M. F. de Andrade, seja na de Aloísio Magalhães. Ambos os discursos são interpretados enquanto “narrativas nacionais” cujo objetivo é a construção da “memória” e da “identidade”, de acordo com aquilo que determinados intelectuais atuantes definiam como a “construção da nação”.

Rubino (1991), por sua vez, realiza uma etnografia do Sphan em “As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Sphan, 1937-1968”. A autora se debruça sobre a proto-história do Sphan, seus documentos fundadores, sua prática e seus textos – dentro dos quais se encontram os artigos da *Revista do Patrimônio*, o objeto de estudo da presente dissertação. Com isso, ela dá uma importante contribuição sobre a produção de conhecimento no Serviço e chama a atenção para alguns aspectos fundamentais para se compreender como se processou a formação do campo do patrimônio. A presença de embates, de opiniões autorais discrepantes, e de possibilidades de patrimônio, por exemplo, é um desses elementos observados por Rubino, que também são abordados neste estudo.

A antropóloga extrai também as características dos bens protegidos durante a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, chamada de “fase heróica”, a partir da análise do conjunto dos tombamentos. Rubino examina quais as regiões, períodos de construção e tipos de bens foram protegidos até o fim da década de 1960. As regiões mais contempladas com tombamento, nesse período, foram, em ordem decrescente: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. Nesses casos, a maioria dos bens protegidos foi construída ao longo do século XVIII e se referia à arquitetura religiosa e ao que Rubino classifica como arquitetura urbana.

Cavalcanti, em “As preocupações do belo: monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira”, analisa a relação do Sphan e dos bens protegidos, com a implantação do ensino superior em arquitetura no Brasil e com o desenvolvimento da arquitetura moderna. Atenta também para a presença dos intelectuais, muitos dos quais modernistas, que adentraram a “repartição”, apontando para suas redes de relações e disputas – como era o caso do embate travado entre Lúcio Costa e José Mariano Filho, o primeiro defensor da arquitetura moderna e o último da neocolonial.

A também arquiteta Márcia Sant’Anna, em “Da cidade-monumento à cidade-documento” e em “A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90”, prioriza a análise da gestão urbana – único estudo que aborda este ponto dentre os ora citados. Em suas pesquisas, observa padrões seguidos pelo Sphan na preservação dos sítios históricos e os sintetiza em três momentos. No período inicial das atividades do Serviço, os centros urbanos foram tratados como “cidades-monumento”, isto é, como obras de arte acabadas, imutáveis e estáticas, evitando-se assim, entre outras coisas, o desenvolvimento e crescimento dessas cidades como forma de gestão das mesmas. Num segundo momento, a partir da década de 1970, os sítios históricos passam a ser tratados como “cidades-documento”, idéia que as concebe, para além de monumentos, também como testemunhos da organização social de diferentes períodos – o que faria jus ao nome de cidade histórica. Numa última fase, a partir dos anos 90, desenvolve-se o que chama de “cidade-atração”, onde o patrimônio se vincula ao conceito de mercadoria e se torna objeto de exploração econômica, sobretudo turística. Desse modo, a arquiteta e funcionária do Sphan alia sua prática cotidiana da gestão de políticas públicas para a preservação do patrimônio com a reflexão acadêmica, focando em aspectos pontuais que permeiam os trabalhos do próprio órgão.

Chuva, por sua vez, faz a única contribuição advinda da História dentre os trabalhos mencionados. Sua investigação, “Os arquitetos da memória – sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”, é um tanto diferente das demais e trabalha com questões de suma relevância para esta dissertação. A autora delimita bem a questão da “invenção” do patrimônio nacional como uma prática constitutiva dos processos de formação do Estado e da construção da nação, forjada a partir de um projeto de efetivação da “unidade nacional”. Para tratar tal questão, ela identifica três *locus* de ação privilegiada do Sphan: a arquitetura dos “monumentos”, o exercício das práticas administrativas e a produção impressa, dentro da qual se inclui a *Revista do Patrimônio* e a série *Publicações do Sphan*. À produção editorial do Sphan, Chuva dedica um capítulo

inteiro, uma vez que é considerada uma das estratégias políticas da instituição por meio da qual seus intelectuais legitimaram as práticas de proteção implementadas. Desse modo, as publicações do Serviço foram eficazes no processo de construção de uma auto-imagem da nação, ao lado da área técnica, que seleciona, classifica, protege, conserva e restaura o patrimônio, e do Conselho Consultivo, que anuncia o “valor nacional” dos monumentos.

Fonseca, em “O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil”, vincula a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais a uma prática característica dos Estados modernos, tal como Chuva. Entretanto, Fonseca focaliza outro período da atuação do Sphan: anos 1970 e 80. Analisa assim os conceitos introduzidos no Sphan pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)⁹, que, ao adentrarem no órgão de preservação do patrimônio, são tidos de fundamental importância para uma série de mudanças em seus rumos. Tanto é que a autora divide a história institucional em “fase heróica”, em referência às três décadas de atuação de Rodrigo, e em “fase moderna”, referência à “renovação” ocorrida com a entrada de Aloísio Magalhães. Fonseca privilegia ainda a participação da sociedade e de atores sociais envolvidos com a preservação do patrimônio, aí residindo sua maior contribuição.

Chagas e Julião focam seu olhar sobre os museus. O primeiro, em “A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro”, atenta para a contribuição desses três intelectuais que intitulam a obra no que tange ao campo museológico. Já Julião, em “Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil”, focaliza seu olhar sobre quatro empreendimentos museológicos do Sphan em Minas Gerais nas décadas de 1940 e 50: os museus da Inconfidência (Ouro Preto); do Ouro (Sabará); do Diamante (Diamantina); e o Regional de São João Del Rei. A análise da constituição desses museus e de seus respectivos acervos evidencia como a história e a história da arte foram incorporadas a essas instituições e como se prestaram à produção imagética de um passado nacional.

Partindo-se então desses estudos sobre patrimônio, considerados basilares para esta pesquisa, cabe finalmente apresentar sua estrutura, dividida em quatro capítulos.

O Capítulo 1 trata de algumas discussões gerais que permeiam o conceito de patrimônio, seja enquanto escrita do passado seja enquanto categoria de pensamento, tal como entendida pela antropologia cultural e social. Em seguida, é discutida a atuação dos

⁹ O Centro Nacional de Referência Cultural foi criado em 1975 por Aloísio Magalhães (que em 1979 se tornou diretor do Sphan) e é descrito por Anastassakis como um centro de pesquisa e ação em cultura popular. Fonseca e a própria Anastassakis discutem as ações do referido centro.

intelectuais do Ministério da Educação e Saúde no governo Vargas e a criação do Sphan, que institucionaliza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

São considerados os esforços do diretor do órgão, Rodrigo M. F. de Andrade, para construir um “passado” e uma genealogia de “pioneiros” para o Sphan. Para tanto, são retomadas as narrativas que o próprio Sphan construiu para si e o lugar nelas ocupado por seu diretor Rodrigo. Dentre as várias iniciativas promovidas por ele, destaca-se a edição de um periódico que se tornou conhecido por seus méritos científicos. Assim, essa primeira parte é encerrada com uma apresentação geral da *Revista do Patrimônio*, justificando-se o recorte utilizado por esta dissertação.

No Capítulo 2, relaciona-se o papel de editor com o perfil do diretor do Sphan e editor do periódico em questão, uma vez que o trabalho de editor é fundamental para se compreender a publicação. Para tanto, é mobilizada principalmente a bibliografia referente à história da leitura e do livro, sobretudo Chartier, discutindo-se a noção de editor. Um outro eixo de discussão paralelo a esse é o do mercado editorial, que viveu um momento de grande incremento nas décadas de 1930 e 40.

Para uma melhor compreensão do periódico na história da imprensa e mesmo do período estudado, ainda são considerados outros periódicos publicados ao longo das décadas de 1930, 40 e 50, observando-se possíveis diálogos ou influências – por exemplo, com a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a *Revista do Brasil* etc. – sejam elas publicações de caráter oficial ou privado, desde que sejam “revistas de alta cultura” como a publicada pelo Sphan.

Também nesse segundo capítulo, é realizada uma narração densa do periódico estudado, no sentido atribuído por Peter Burke. Assim, serão descritas as características do suporte material da *Revista do Patrimônio*. Com isso, realiza-se um estudo da coleção da *Revista* sob a edição de Rodrigo M. F. de Andrade, abarcando os 15 números.

O Capítulo 3 discute primeiramente a noção de “autor”, uma vez que aí se privilegia a trajetória dos colaboradores da *Revista do Patrimônio*, sobretudo dos mais assíduos (aqueles que escreveram ao menos três vezes). Estes autores que mais aparecem, totalizando 16 intelectuais, são objeto de uma análise prosopográfica. Esta é a ferramenta metodológica usada para se compreender as redes de relações estabelecidas na e pela *Revista*, ou seja, como os diferentes intelectuais relacionavam-se antes de escreverem no periódico, durante e após sua colaboração na *Revista*. Desse modo, se torna possível pensá-la enquanto um lugar de sociabilidade.

A correspondência trocada entre o editor Rodrigo e seus colaboradores mais assíduos também é tomada como outro lugar de sociabilidade por meio do qual se percebe a constituição das redes e, por esse motivo, também é aí acionada. Além desses mais assíduos, também serão contemplados intelectuais como Mário de Andrade que, embora tenha escrito apenas dois artigos para a *Revista do Patrimônio*, é tido como um de seus mais prestigiosos colaboradores. Com isso, busca-se descortinar os bastidores da produção e edição da *Revista*, ou seja, o que Rodrigo espera da publicação, se os autores são convidados ou não, se ocorre uma orientação para a escrita, se há comentários sobre a recepção do periódico etc. Desse modo, a correspondência também é tratada como lugar de sociabilidade nesta dissertação.

Por fim, o último capítulo realiza uma análise qualitativa a partir dos dados quantitativos apresentados nos capítulos anteriores. Analisam-se as características editoriais particulares da *Revista do Patrimônio*, atentando para as hierarquias postas pela organização dos artigos. Com isso, cada número é analisado, considerando-se a ordem de apresentação dos artigos e/ou autores bem como dos temas, pois essa organização não é ingênua e desinteressada. Busca-se assim mapear como o campo do patrimônio é construído pela *Revista*, trabalhando-se com os temas que mais aparecem. Em seguida, o número comemorativo de 60 anos do periódico, publicado em 1997, é examinado com o fim de se compreender como a fase da *Revista* ora estudada é vista hoje pelo órgão.

Capítulo 1: A institucionalização do patrimônio e a constituição de uma Academia

... o essencial não é que a cama de Van Gogh seja exatamente aquela em que se afirma ter ele dormido: tudo o que se espera é que lhe mostrem

Lévi-Strauss

Desde sua fundação na Europa, enquanto campo disciplinar, no século XIX, a História relaciona-se não apenas com documentos escritos, mas também com relíquias do passado muito valorizadas pela cultura antiquária desse período. Os antiquários permitiram que moedas, medalhas, ruínas e outras “descobertas” do passado – fragmentos herdados desse passado no presente – passassem a ser considerados fontes de pesquisa histórica, carregando consigo o que se entendia como a verdade. Os objetos colecionados pelos antiquários, a partir de sua concretude material, possuíam assim um apelo evocativo a épocas longínquas e eram tidos como “a prova verdadeira do passado” (Lowenthal, 1998:160). Desse modo, esses “monumentos” tangíveis eram tidos como testemunhos ou provas materiais da existência de um passado passível de ser acessado, quer por meio de documentos escritos, quer por restos materiais. Nesse sentido, destaca-se a tradição dos letrados alemães a partir de Winckelmann¹⁰ que, ainda no século XVIII, produziu, através de seus estudos de escavações, um modelo civilizatório fundado na antigüidade greco-romana. Daí o papel central que esse período de tempo assume como referência de autoridade¹¹ na cultura letrada oitocentista.

As relíquias (ou fragmentos) são assim fontes de conhecimento do passado, operando junto à história e à memória. Dentre esses meios de apreender essa temporalidade, destaca-se a prática antiquária oitocentista de colecionar e preservar monumentos, trazendo o passado para o presente. Paralelamente, ocorre a disciplinização da história¹², que se separa, porém,

¹⁰ Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), historiador da arte alemão, pode ser considerado um dos fundadores do que se chama de classicismo e também da arqueologia moderna – em função de seus estudos de escavações de Pompéia e Herculano. Ver Süsskind, 2008.

¹¹ O historiador Hartog apresenta a autoridade como um outro nome da tradição, uma vez que a autoridade “designa os modos de sua expressão e o aparelho de sua transmissão” (Hartog, 2006:23). Ele explica ainda que no Ocidente, a autoridade está relacionada ao retorno ao antigo, ao passado como fonte de autoridade, mas também como produtor e promotor de autoridades – equivalente à autoridade dos fundadores, dos ancestrais. O autor, porém, faz um questionamento sobre a relação de autoridade e futuro e de autoridade e presente, sendo este presente presentista – conforme se verá adiante.

¹² O projeto científico de Ranke (1795-1886), tido como um dos fundadores da ciência histórica, reside no exame das fontes primárias, suporte da escrita do passado e entendidas basicamente como as fontes escritas – “registro considerado prioritário para as tarefas da nova disciplina que buscava afirmar-se no espaço acadêmico

da prática colecionista, uma vez que a história não colecciona tampouco traz o passado para o presente. O historiador, diferentemente do antiquário, elabora uma narrativa dizível através de um trabalho crítico sobre fontes fundamentalmente escritas, no século XIX, trabalhando com um passado que pode estar materialmente presente, mas é ausente temporalmente.

Portanto, prática colecionista e história, embora relacionadas, não se confundem, como bem aponta Guimarães:

a prática dos antiquários assim como a dos historiadores modernos constituem duas possibilidades distintas e diversas de acionar práticas tendentes a uma relação com o passado e que implicam em procedimentos e regras que envolvem não apenas a memorização como também a transmissão, dando origem a uma escritura que definirá o legítimo ou ilegítimo em relação ao conhecimento deste passado. O primeiro – o antiquário – torna o passado em presença materializada nos objetos que o circundam; o segundo – o historiador – torna o passado distante e objeto de uma reflexão científica, cognoscível apenas por este procedimento intelectual capaz de apreender este passado como processo, como um vir-a-ser do presente (Guimarães, 2007:25).

Guimarães explica ainda que a cultura antiquária insere-se numa cultura do objeto, que valoriza os procedimentos da autópsia. Ou seja, na cultura antiquária privilegia-se a visão em detrimento do escrito: “Trata-se, na verdade, da disputa entre procedimentos que ainda têm na escrita a fonte para o conhecimento dos objetos dispostos ao olhar e aqueles que buscam uma autonomia do objeto em relação ao escrito” (Guimarães, 2007:23).

Observa-se, com isso, a valorização da visão, ainda que em diferentes níveis, tanto nos procedimentos utilizados pela história (o olhar sobre as fontes escritas) como na prática colecionista (o olhar sobre o objeto). Como se verá adiante, a valorização da visão está intimamente relacionada com a constituição do campo de saber histórico e antropológico. Assim:

Enquanto o olhar do antiquário parece aproximar o passado do presente, estabelecendo uma relação entre o visível e o invisível segundo determinados dispositivos, produz, para este mesmo passado, uma visibilidade segundo a qual não são os dispositivos de uma cronologia (por vezes associada a uma rígida relação de causalção) que estabelecem os nexos entre o que se pode ver e aquilo que se torna, pelas mesmas razões, invisível” (Guimarães, 2007:25).

Nesse sentido, a relação entre passado, presente e futuro é explicitada pelo interesse pelas antigüidades nacionais, e não somente a clássica. Ora, isso surge no século XIX, quando a

prussiano da Universidade de Berlim” (Guimarães, 2007:26). Porém, datam também do fim do século XVIII e início do XIX, os esforços de organizar um passado através de sua visibilidade em museus, especialmente na França pós-revolucionária.

construção dos Estados nacionais demanda a invenção de tradições também nacionais e de um passado histórico comum, dando lugar de destaque à historiografia nascente.

Assim, a valorização do passado nacional só teria ocorrido a partir de um olhar modernamente constituído para incorporar tais artefatos como parte da tradição e do passado dos Estados nacionais, ou seja, dessas “comunidades imaginadas” (Anderson, 1989). Como apontam diversos autores¹³, esta problemática fundamenta uma preocupação política moderna, a da criação dos estados nacionais. Assim, apesar da prática do colecionamento ser milenar e universal, podendo inclusive se apresentar com propósitos muito diferentes, ela se apresenta com essa nova forma nas sociedades modernas ocidentais (Gonçalves, 2007).

1.1 Patrimonialização do passado: entre o visível e o invisível

Essas narrativas “modernas” acerca do passado nacional envolvem, dentre outras ações, a patrimonialização desse passado. Na Europa, a patrimonialização desenvolve-se ao longo do século XIX e no Brasil em meados do século XX, a partir da década de 1930. Nota-se, entretanto, que nos últimos decênios tais ações e narrativas ganharam novo fôlego em âmbito mundial. Ora, esse fenômeno deve ser interpretado a partir da noção de regime de historicidade de Hartog. Esse autor considera que desde o fim da Guerra Fria, vive-se sob o regime presentista, em que o presente é ampliado e onde o passado é acionado.

Conclama-se o passado não mais para orientar o futuro (como no regime da *historia magistra vitae*, que predominou na cultura oitocentista). A relação não se dá mais entre passado e futuro, mas sim entre passado e presente, pois o excesso de imediatismo que caracteriza o regime de historicidade presentista gera esquecimento. Para combatê-lo, evoca-se o passado – o que gera a proliferação de políticas culturais e que visam à preservação da(s) memória(s), de comemorações e ainda a chamada “musealização do mundo”.

“Musealizar o mundo” é, de certa forma, tornar o passado “visível” através de rituais comemorativos e de ações que transformam em patrimônio cultural objetos, “lugares” e também práticas. A “visibilidade” confere sentidos e realiza mediações que, de outro modo, seriam de difícil compreensão. O “eu vi” é um operador de crença. Hartog (1999:280) afirma que “o que se encontra em jogo é a questão do visível e do dizível: eu vejo, eu digo; eu digo o que vejo; eu vejo o que posso dizer; eu digo o que posso ver”. Trata-se de uma “autópsia”, de

uma “potência dos olhos”, que organiza o conhecimento histórico e o remete ao “testemunho”: “A experiência que funda o saber histórico não se reduz ao sentido da visão, mas organiza-se com base nos dados que obtém” (Hartog, 1999:277) – embora isto não tenha tido validade ao longo de toda a historiografia¹⁴.

Guimarães enfatiza que é a visão do passado, mais do que a leitura textual, que confere um poder de convencimento e persuasão para a cultura histórica iluminista, articulando de modo peculiar escrita e imagem e dando novo sentido ao passado. Este passa a ser pensado a partir das demandas de uma produção identitária – a dos Estados nacionais – particular ao século XIX.

Na antropologia, sobretudo no desenvolvimento da etnografia, a visão e a observação – por meio da “observação participante” – fundamentam o conhecimento construído, ao lado da “autoridade experiencial” (Clifford, 1998). Por isso, desenhos, fotografias e posteriormente filmes e vídeos passaram a integrar os meios que permitem aos etnógrafos realizarem suas elaborações acerca das culturas estudadas. Conforme aponta Meneses (2003), tal orientação manifesta-se desde a estruturação da antropologia enquanto disciplina científica¹⁵, e praticamente coincide com o início do desenvolvimento da fotografia, na metade do século XIX. A observação do visível, ou seja, das cerimônias, hábitos, práticas, artefatos etc., permitiria a inferência do não-visível. Essa concepção se desenvolverá com tanta complexidade e fundamentação, que no século XXI se constituem as chamadas “antropologia do olhar” e “antropologia visual”, a partir do reconhecimento do potencial informativo das fontes visuais e imagéticas e da sua natureza discursiva. Assim, é cada vez maior a importância dada à questão da visualidade também na antropologia, que se preocupa com os

¹³ Na historiografia francesa, destacam-se as obras de Poulot (1997; 2006) e de Babelon & Chastel (1994) sobre a relação do desenvolvimento das preocupações colecionistas e patrimoniais com a fundação dos estados modernos.

¹⁴ Hartog (1999:278-279) explica que “A primeira forma de história, aquela que Hegel chama de ‘história original’, organiza-se em torno de um ‘eu vi’ – e esse ‘eu vi’, do ponto de vista da enunciação, dá crédito a um ‘eu digo’, na medida em que digo o que vi. O invisível (...) eu torno ‘visível’ através de meu discurso. Ao contrário, no segundo tipo de história (positivista, se se quer), apagam-se e condenam-se as marcas da enunciação. Desenrola-se então, no silêncio dos arquivos, a longa cadeia de acontecimentos (...). Ausente no estado de marcas, a enunciação subsiste, entretanto, sob a forma de vestígios. (...) Com o retorno do acontecimento, a situação muda. Desta maneira, se ‘eu vi’ o acontecimento, *vocês* o viram igualmente. Desde então, ser historiador consiste em dizer o que se viu. Com efeito, com que finalidade? Consiste antes em interrogar-se sobre o visível e as condições de visibilidade. Afinal, o que é o visível? Ou seja: interessa não mais *o que eu vi*, mas *o que é que eu vi*”.

¹⁵ Os recursos visuais já eram utilizadas na identificação de “tipos humanos” pela Antropometria e mesmo pela Geografia, cujo conteúdo era positivista: “a observação rigorosa e neutra, evitando contaminar o objeto observado com as idiossincrasias de seu observador, era o caminho seguro para o conhecimento” (Meneses, 2003:16).

mecanismos de produção de sentido, isto é, com o sentido dialógico das imagens – sentido este socialmente construído e mutável, e não pré-formado ou imanente à fonte visual.

Meneses então sintetiza as relações dos campos disciplinares antropológico e histórico com o visível e o visual:

Nessa passagem do visível para o visual, foi necessário reconhecer e, de certa maneira, integrar três modalidades de tratamento: o documento visual como registro produzido pelo observador; o documento visual como registro ou parte do observável, na sociedade observada; e, finalmente, a interação entre observador e observado (2003:17).

Ora, o que aqui nos interessa, considerando a questão dos regimes de historicidade, é a relação do “visível” que se estabelece entre passados e os objetos que compõem o “patrimônio histórico e artístico nacional” ou, como mais recentemente se prefere denominar, o “patrimônio cultural”. Este pode ser interpretado como uma escrita do passado, entre outras possíveis, mas também pode ser pensado como uma categoria de pensamento. O patrimônio tem como função primordial realizar mediações: do presente com o passado, da memória com a história, da parte com o todo, do individual com o coletivo etc., tanto na dimensão temporal quanto na espacial, tangível e intangível. Em suma, o patrimônio estabelece uma ponte entre o invisível e o visível, em seus diversos aspectos.

Os objetos que são classificados¹⁶ como patrimônio, após serem retirados da circulação cotidiana, desempenham a função social e simbólica de realizar a mediação entre o passado, o presente e o futuro de um grupo social, assegurando assim sua continuidade temporal e sua integridade espacial. É por esse motivo que muitos dos bens patrimoniais estão associados ao passado e/ou à história da nação, sendo classificados como “relíquias” ou “monumentos”. Estes “constituem um tipo especial de ‘propriedade’: a eles se atribui essa capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a ‘continuidade’ da nação no tempo” (Gonçalves, 2007:122).

Le Goff, em um texto essencial – “Documento/Monumento” –, evidencia que a história só é possível quando o passado deixa traços – que são suportes da memória coletiva. E o que sobrevive e nos é transmitido, é resultado de uma seleção ou escolha: no caso dos monumentos/documentos, trata-se de uma “herança do passado”, que pode sofrer a interferência do historiador. Esse mesmo autor define “monumento” a partir de suas origens filológicas, como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” e tem como característica “ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das

¹⁶ Gonçalves (2007) ressalta a relevância dos sistemas de classificação desses objetos materiais, sem os quais não há uma existência significativa.

sociedades históricas (...)” (Le Goff, 2003:526). “Documento”, por sua vez, parte do latim “docere” – ensinar –, mas ganha, ao longo do tempo, o sentido de prova, afirmando-se essencialmente por meio dos suportes/testemunhos escritos. No entanto, desde o fim do século XIX, o termo documento foi se ampliando e se sobrepondo ao de monumento, como mostra Le Goff.

Assim, primeiramente, a noção de documento restringia-se a um texto. Com os *Annales*, o termo adquire um sentido maior, podendo ser escrito, ilustrado, sonoro, imagético, tridimensional etc. Na década de 1960, ocorreu então uma “revolução documental”, paralelamente ao desenvolvimento crescente do interesse da história pelos chamados homens comuns – e não mais apenas dos grandes homens. Inaugura-se uma “era da documentação de massa”, que incorpora não apenas novos suportes, como também novos exemplos de documentos, inclusive produzidos com a participação do historiador. Além disso, a história quantitativa também altera o estatuto do documento, não mais considerado isoladamente, mas em uma série. Com isso, o autor afirma que o documento é fruto não apenas de uma herança do passado, mas de uma sociedade que o produziu, e precisa ser analisado enquanto monumento. Logo, “O documento é monumento. Resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (Le Goff, 2003:538).

Desse modo, se tanto os objetos classificados como patrimônio quanto os documentos/monumentos realizam a mediação temporal e espacial, então o patrimônio pode ser compreendido também como uma espécie de coleção de documentos/monumentos.

Dessa mesma idéia, advém o conceito de semióforo, proposto por Pomian. Trata-se de objetos de variados suportes físicos que, por carregarem consigo certos sinais, realizam mediações entre uma dimensão perceptível à visão e outra semiótica, simbólica. Por isso, esse conceito que poderia ser aproximado daquele de documento/monumento, por sua capacidade de “provar” e de “ligar”, assegurando a continuidade de um grupo no tempo.

Segundo Pomian, os semióforos são retirados temporária ou definitivamente do circuito das atividades econômicas e são expostos ao olhar do público. Ou seja, a exposição ao olhar é central em sua constituição. São eles, fundamentalmente, que constituem o que é selecionado como patrimônio, garantindo uma relação com um tempo anterior, tempo esse que é uma condição para a inteligibilidade do presente. O patrimônio, com isso, dá sentido à passagem do tempo a partir de sua materialidade, de sua visibilidade. Desse modo, os traços do passado permitem a reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, que vincula o presente às gerações precedentes, estabelecendo laços sociais de continuidade, e respondendo a

demandas das coletividades humanas¹⁷. No entanto, nem todo semióforo e documento/monumento que sobrevive ao tempo transforma-se em patrimônio.

O patrimônio é resultado de uma produção marcada historicamente em que, como afirma Pomian, esvazia-se a função para a qual foi criado, dando-lhe uma nova qualidade, distinta daquela, a fim de que o objeto possa ser exposto e cumprir seus novos papéis. O patrimônio apresenta, portanto, funções práticas e simbólicas, na medida em que idéias e valores são associados aos objetos que o constituem. Esse processo, não sendo natural, expressa uma “experiência codificada segundo regras variáveis cultural e historicamente” (Gonçalves, 2007:50).

Para além das relações temporais e espaciais atribuídas aos monumentos e já abordadas, outras conexões complementares devem estar presentes para que tais objetos possam ser transformados em patrimônio. Uma delas é a relação metonímica, associando a parte ao todo, o concreto ao abstrato, o proprietário à propriedade etc.:

através de uma relação presente e ativa de ‘propriedade’ ou através de uma relação baseada na ‘memória’, o que é importante assinalar é que, em ambos os casos, (...) se estabelece uma relação metonímica entre proprietário e propriedade; e entre monumentos e passado. A propriedade é considerada parte do proprietário; e vice-versa. Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado (Gonçalves, 2007:123).

Nesse sentido, Ouro Preto, por exemplo, com a arquitetura e arte barrocas são visualizados em termos de sua relação metonímica com o passado e a identidade brasileira.

Essa relação metonímica entre propriedade e proprietário é considerada uma das principais características do patrimônio pelo antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves. Ele observa que, em muitas culturas, os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários, sendo uma espécie de extensão moral deles e fazendo com

¹⁷ As relíquias, embora permitam a construção desses laços, apresentam suas limitações, que advém exatamente de seu poder específico, isto é, do fato de serem visíveis/materiais. Uma delas diz respeito ao âmbito restrito do passado que elas podem apontar: “As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre comportamentos e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências. Essa é uma grave desvantagem, pois são os ‘pensamentos, sentimentos e ações... [que] são a substância da história, e não paus, pedras e bombazinhas’. Ao contrário da história e da memória, cuja própria existência denuncia o passado, o passado tangível não tem vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretação para exprimir sua função de relíquia” (Lowenthal, 1998:156-157). Uma outra questão dos fragmentos/objetos do passado apresentados por Lowenthal, é que eles são estáticos. Esses objetos exibem momentos “suspensos no tempo”: “A notória visibilidade das relíquias, especialmente as antigas construções, acarreta a tendência de superestimar – e supervalorizar – a estabilidade do passado” (Lowenthal, 1998:157).

que matéria e espírito se confundam¹⁸. Da mesma forma que uma pessoa pode ter sua identidade definida a partir da posse de determinados bens, uma “nação” também se reconhece pela posse de seus bens culturais, como um indivíduo coletivo. Assim a nação é

equacionada a indivíduos reais, sendo portadora dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória etc. (...) a nação é pensada como uma unidade objetiva, autônoma, dotada de nítidas fronteiras territoriais e culturais e de continuidade no tempo (Gonçalves, 2007:120-121).

Essa função simbólica relaciona-se com os processos de formação de autoconsciência individual e coletiva, isto é, tem poder identitário ao expressar simbolicamente as identidades individuais e coletivas e organizar sua auto-percepção. O patrimônio composto por objetos, portanto, estabelece nexos de pertencimento e metaforiza relações imaginadas. A esse respeito, Lowenthal afirma que: “Como símbolos duradouros da história e da memória, as relíquias tangíveis também simbolizam identidade nacional” (Lowenthal, 1998:166). Já Gonçalves vai além e apresenta como um dos efeitos do patrimônio, a demarcação de um “domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’”. Daí definir patrimônio como “coleções de objetos móveis e imóveis apropriados e expostos por determinados grupos sociais” (Gonçalves, 2007:109).

Este autor não se prende à tese da “invenção das tradições”¹⁹ de Hobsbawn e Ranger (1984), optando pela de “inventividade das tradições” de Sahlins (1999) e de Roy Wagner: os “patrimônios culturais” nos inventam, ou seja, constituem nossa subjetividade, ao mesmo tempo em que nós construímos os patrimônios no tempo e no espaço. Nas suas palavras:

quando classificamos determinados conjuntos de objetos materiais como ‘patrimônios culturais’, esses objetos estão por sua vez a nos ‘inventar’, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente (Gonçalves, 2007:29).

Outra discussão que permeia o patrimônio diz respeito à indissociabilidade das dimensões tangível (ou material) e à intangível (ou imaterial) que muitas vezes aparecem como se fossem mutuamente excludentes ou separáveis e distintas, sobretudo quando se observa o discurso “oficial” do Sphan. Cabe, assim, enfatizar que o tangível e intangível do patrimônio estão embutidos um no outro e que tal separação só apresenta alguma validade para os fins de proteção jurídica estabelecida para cada um dos bens, ainda que de modo

¹⁸ Gonçalves apropria-se da noção de “fatos sociais totais” de Marcel Mauss (1974) por afirmar que os bens culturais que compõem o patrimônio são de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica simultaneamente, indo muito além de atributos “essencialmente utilitários”.

¹⁹ A partir da segunda metade do século XIX, um vasto conjunto de “tradições” foram inventadas com a finalidade de criar e comunicar “identidades nacionais”.

bastante frágil²⁰. Ou seja, essa dicotomia, criada artificialmente, é irrelevante para o estudo das questões voltadas ao patrimônio²¹.

Como bem observa Gonçalves, é curioso o uso da noção de “patrimônio intangível” para bens tão tangíveis como lugares, festas, espetáculos e alimentos. Para ele, isso seria uma influência da moderna concepção antropológica de cultura.

Cabe aqui distinguir então os dois significados que a noção de cultura assumiu historicamente. Há uma concepção clássica, em que a cultura é pensada enquanto processo de auto-aperfeiçoamento humano e uma segunda, que se torna vigente a partir do século XVIII, e entende as culturas como expressões orgânicas da identidade dos diversos grupos humanos. Na concepção clássica, a cultura associa-se à idéia de trabalho, de esforço constante e consciente de formar e aperfeiçoar os seres humanos. Já no segundo caso, a cultura é pensada fundamentalmente como expressão da alma coletiva, assumindo o sentido relativista que veio marcar a história da antropologia ao longo do século XX.

José Reginaldo Santos Gonçalves chama a atenção ainda para a repercussão desses dois entendimentos da cultura nos usos da categoria patrimônio:

Se por um lado, este [o patrimônio] pode ser entendido como a expressão de uma nação ou de um grupo social, algo portanto herdado; por outro ele pode ser reconhecido como um trabalho consciente, deliberado e constante de reconstrução. Se os dois lados estão presentes na categoria patrimônio, este parece funcionar como uma espécie de mediador sensível entre essas duas importantes dimensões da noção de cultura. Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como ‘herdados’ por uma determinada coletividade humana, e aqueles considerados como ‘adquiridos’ ou ‘reconstruídos’, resultantes do permanente esforço no sentido do auto-aperfeiçoamento individual e coletivo” (Gonçalves, 2007:225).

É importante então considerar que patrimônio é uma categoria ambígua que transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. Assim, a noção de

²⁰ No que diz respeito à atuação do Sphan, Adler Castro (2006) atenta muito bem para algumas questões relativas à proteção e à preservação. Preservação aí é compreendida de um modo mais amplo e envolve múltiplas ações que visam a perenização de qualquer forma de manifestação humana. A documentação, o registro fotográfico, cinematográfico, sonoro ou escrito, bem como um estudo e o planejamento urbano são instrumentos de preservação de algo. Já a proteção, também voltada para a preservação, refere-se a uma ação legal que visa a obstar a destruição ou mutilação de uma coisa de valor cultural, no caso do patrimônio. A partir dessa distinção – apropriada de Rabello (2009 [1991]), preservação não equivale a proteção, que, no caso específico dos bens culturais, se vincula ao tombamento. O historiador Adler chama a atenção para os efeitos jurídicos do tombamento e do registro – instrumentos referentes, respectivamente, a um patrimônio “material” e a outro “imaterial”. Conforme ele argumenta, o registro, criado pelo Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, não protege efetivamente; apenas cria um mecanismo de documentar uma determinada atividade, contribuindo para sua preservação – coisa que já era realizada pelo Sphan desde sua fundação. Desse modo, a dicotomia criada entre patrimônio material e imaterial é mostrada como falsa.

²¹ Além do artigo de Castro (2006), ver também Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (2001).

patrimônio cultural, enquanto categoria do entendimento humano, re-materializa a noção de “cultura” que, no século XX, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas.

Ainda fazem parte das principais discussões que permeiam a categoria patrimônio as classificações “tradicional” e “autêntico”, que muitas vezes a acompanham. Ao tratar de autenticidade, Gonçalves afirma que tal valor pode ser concebido de duas formas distintas: pelo que ele chama de “autenticidade aurática”, cuja concepção centra-se na não reprodutibilidade dos objetos, voltando-se para sua originalidade, singularidade e permanência; e pelas formas “não auráticas”, articuladas pelo princípio da reprodutibilidade, nas quais os objetos são reproduzidos, copiados e transitórios.

Assim, o patrimônio é uma categoria do pensamento e uma das possibilidades de escritas do passado que realiza uma mediação visual, metonímica, temporal e espacial, articulando o visível ao invisível, o passado ao presente, criando nexos de pertencimento e noções de subjetividade. Enfim, evocando e representando a memória e estabelecendo sentido ao transcurso do tempo. Nas palavras de Gonçalves,

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’ que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de ‘patrimônio’, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público (Gonçalves, 2007:155).

Por esse motivo – a “luta por reconhecimento social e político no espaço público” – é que as ações que levam à escolha do que se classifica como patrimônio devem ser pensadas como conscientes e intencionais. Por isso, é fundamental o momento político, social e cultural, no qual o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan foi criado, no Brasil, passando a construir uma noção de patrimônio como base da identidade nacional.

1.2 O patrimônio no Brasil

Durante o regime Vargas, as proporções consideráveis a que chegou a cooptação dos intelectuais facultou-lhes o acesso aos postos e carreiras burocráticos em praticamente todas as áreas do serviço público (educação, cultura, justiça, serviços de segurança etc.). Mas no que diz respeito às relações entre os intelectuais e o Estado, o regime Vargas se diferencia sobretudo porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”, implicando um orçamento próprio, a criação de uma “intelligentzia” e a intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.

Miceli

As narrativas acerca do patrimônio no Brasil permeiam todo esse debate, vinculadas especialmente ao órgão federal responsável pela preservação do patrimônio desde 1937, quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan foi oficialmente criado. Aí, podem-se identificar duas grandes narrativas: uma organizada em torno do princípio da monumentalidade e outra em torno do princípio do cotidiano, que coexistem e se complementam, mas que se opõem dialogicamente dentro do Serviço.

Esses discursos do patrimônio articulam-se enquanto narrativas, sejam elas modalidades de expressão escrita ou oral. Nessas narrativas, relata-se a história de uma determinada coletividade, identificam-se seus heróis e acontecimentos marcantes, e os lugares e objetos que “testemunharam” sua presença.

No registro da monumentalidade, o passado é considerado hierarquicamente superior ao presente, valorizando-se com isso a idéia de tradição como mediadora entre o passado e o presente. O passado aparece, assim, de modo exemplar, estabelecendo uma relação de continuidade. É essa narrativa, denominada muitas vezes de “pedra e cal”, que predomina no discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o primeiro diretor do Sphan, que permaneceu no cargo por trinta anos. Nela, costuma-se valorizar os monumentos no sentido clássico do termo, isto é, por sua exemplaridade cultural e estética, materializando a tradição, assegurando a identidade nacional. A idéia da nação é representada como um todo coerente e homogêneo.

Já no registro do cotidiano, o presente é valorizado, e o passado, não mais acessível por meio de uma tradição, é relativizado: são tantos passados, tantas memórias, quantos são os grupos sociais. O resultado dessa narrativa é a heterogeneidade como configuração definidora da sociedade nacional, destacando-se a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos. Essa é a narrativa que vigora a partir da gestão de Aloísio Magalhães, no fim da década de

1970. Nela, valorizam-se os “bens culturais” integrantes da vida presente dos diversos segmentos da população, em detrimento dos “bens patrimoniais”, associados ao passado da nação e à narrativa da monumentalidade. Se neste último discurso, o da monumentalidade, o patrimônio aparece como um totalizador, na forma de monumentos, cujo destino é a permanência; nesta outra chave, destacam-se objetos, espaços e atividades exercidas pelos segmentos sociais em sua vida cotidiana, marcada pela transitoriedade. “Além disso, como consequência da valorização do presente, esses bens culturais serão pensados como instrumentos de construção de um futuro, na construção do ‘desenvolvimento’” (Gonçalves, 2007:152).

Assim, à primeira narrativa corresponde um espaço público monológico, e mais fechado, enquanto na segunda aparece um espaço polifônico e mais aberto. Em outras palavras, no registro da monumentalidade, o espaço público é pensado de forma homogênea, sem conflitos, diferenças e pluralidade, enquanto no registro do cotidiano prevalece a diversidade de pontos de vista e a nação não é algo acabado, e sim em permanente processo de transformação.

Ora, essas duas narrativas, em torno da monumentalidade e do cotidiano, podem ser pensadas através do conceito de “regimes de historicidades” de Hartog e, como tais, não existem em estado puro, coexistindo distintos regimes. Como vimos, o registro da monumentalidade toma o passado como exemplo e, por isso, pode ser inscrito no regime da *historia magistra*; já o segundo, do cotidiano, inscreve-se mais adequadamente no regime “moderno” de historicidade, uma vez que sua ação visa fundamentalmente o futuro. Contudo, do mesmo modo que ocorrem com os regimes de historicidade, os registros da monumentalidade e do cotidiano podem coexistir, combinando-se com ênfases variadas.

Considerando-se uma narrativa ou outra, o que está em jogo é que o patrimônio, bem como as relíquias que representam um passado presente são, em última instância, “uma fonte finita e não renovável” (Lowenthal, 1998:150), donde a necessidade de implementação de políticas para sua preservação.

A política de patrimônio, portanto, não apenas indicaria o cuidado e a atenção com uma herança, com um legado que se acredita valioso o suficiente para ser conservado, com a posse de bens que seriam propriedade de uma sociedade, mas, sobretudo, apontaria na direção de uma relação com o tempo, mais especificamente com o passado, e um passado ‘cuja forma de visibilidade importaria para o presente’ (Guimarães, 2007:15).

É nesse sentido que se deve compreender a criação do Sphan, ocorrida nos anos 1930, como parte de um projeto político bem maior: o do primeiro governo Vargas.

A Revolução de 1930, que deu fim à Primeira República, iniciou um grande conjunto de mudanças no campo político-cultural. Logo após a Revolução, um dos primeiros atos de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública – MES – que foi apresentado como um dos meios para uma ansiada renovação do país, daí sua ação ser voltada para o futuro e para a formação do “novo homem brasileiro”.

O Brasil que se anunciava naquele momento, fundava-se num projeto que visava “assentar as bases da nacionalidade, edificar a Pátria, forjar a brasilidade” (Lissofsky & Sá, 1996: xix). Estes mesmos autores falam mais especificamente do MES nesse projeto que se buscava implementar:

Em longa exposição de motivos a Getúlio Vargas, em 1935, Capanema cunhou a marca de sua administração: o ‘Ministério do Homem’, destinado a ‘preparar, compor e aperfeiçoar o homem do Brasil’. A ‘valorização’ do homem brasileiro era, no entender do ministro, um projeto cultural, ‘pois cultura significa a nítida e impressiva presença do homem’ diante da natureza e das ‘forças circundantes’, impondo a elas sua vontade. Como instrumento do advento desse homem, destinado sobretudo a ‘viver pela nação, nela integrado de corpo e alma’, o Ministério da Educação e Saúde Pública deveria inclusive chamar-se ‘Ministério da Cultura Nacional’ (Lissofsky & Sá, 2000: 50).

Mas o primeiro nome escolhido para chefiar o MES não foi o de Gustavo Capanema, acima mencionado, mas o do também mineiro Francisco Campos. Campos estava associado à reformulação da educação em seu estado natal, na década de 1920, sendo sucedido, em 1932, por outro mineiro, Washington Pires, que, como o primeiro, também se associava a reformas educacionais. Só em 1934, após ser eleito indiretamente presidente, Getúlio Vargas nomeou Gustavo Capanema²² para chefiar o MES.

Capanema, diferentemente de seus antecessores, permaneceu por mais de uma década à frente do MES (1934-1945), imprimindo nele sua marca. Apesar de não ter colocado a cultura como uma de suas prioridades em seu discurso de posse, muito contribuiu para seu

²² Gustavo Capanema (1900-1985), advogado de formação, teve vasta carreira política. Em 1927, foi eleito vereador de sua cidade natal, Pitangui (MG). Dois anos depois, aderiu à Aliança Liberal, coalizão oposicionista formada pelos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que tinha como candidato Getúlio Vargas. Foi oficial-de-gabinete de Olegário Maciel em 1930 quando este assumiu o governo mineiro. Nesse mesmo ano, ocupou o cargo de secretário do Interior em Minas e organizou em seu estado o Partido Progressista (PP). Em 1933, com a morte de Olegário Maciel, assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas. Em 26 de julho de 1934, Capanema foi nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública, cargo que ocupou até a saída de Vargas em 1945. Enquanto ministro, realizou campanhas sanitárias, reformas educacionais, construiu o edifício-sede do MES, criou o Serviço Nacional de Febre Amarela (1937), efetivamente o primeiro serviço de saúde pública de dimensão nacional, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), o Serviço de Malária do Nordeste (1939) etc. Logo que saiu do MES, ainda em 1945, é eleito deputado por Minas Gerais pelo PSD e seguiu carreira política. Mantinha, desde sua mocidade, estreitos vínculos com diversos modernistas, tendo-os levado a participar de diversos postos da burocracia estatal durante sua gestão.

desenvolvimento. Tanto que, finalizada sua gestão, pode-se dizer que estava esboçado o desenho básico da organização institucional da cultura no Estado brasileiro²³. Assim, Gustavo Capanema pode ser considerado o responsável pela introdução, no país, de políticas públicas na área da cultura. Nesse sentido, é importante mencionar a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao MES, passando a se chamar simplesmente Ministério da Educação e Saúde. Por meio dela, criava-se, entre outros órgãos, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional do Livro.

Para atuar no MES, Capanema convidou importantes intelectuais, muitos deles vinculados a algumas correntes modernistas²⁴. A lista de intelectuais que colaboraram com seu trabalho é longa: Carlos Drummond de Andrade (que foi seu chefe de gabinete), Mário de Andrade, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Heitor Villalobos, Manuel Bandeira etc.²⁵. Bomeny observa que um retorno à década de 1920 permite se entender a pronta resposta de tantos intelectuais ao aceno da burocracia estatal pós-1930:

basta acompanhar as viagens de Mário de Andrade pelo país, recolhendo, catalogando, classificando e valorizando os bens simbólicos e materiais com o propósito de realçar a originalidade brasileira espalhada por todo canto do regional, num esforço hercúleo para atribuir-lhe significado e defender a construção de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Só o Estado poderia reunir recursos suficientes para a implementação de uma política nacional de preservação da memória e do patrimônio histórico nacionais (Bomeny, 2001:18).

Gonçalves também destaca o mesmo ponto:

Foi nesse contexto político autoritário que veio a ser implementado o projeto de modernização do país. Na esfera cultural e educacional, grande número de intelectuais – muitos deles, de diferentes modos, identificados com o ‘movimento modernista’ em arte e literatura – desempenharam um importante papel. Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido em termos de uma ideologia nacionalista (2002:40).

Desse modo, tais intelectuais adequavam-se muito bem à tarefa proposta pelo MES de Capanema, já que esse ministro utilizava argumentos de racionalidade, planejamento,

²³ Em sua posse, Capanema elegia como sua prioridade a educação nacional, a saúde pública e a assistência social (Fonseca, 2001).

²⁴ O “modernismo” aqui é entendido para além de um movimento estético observado na literatura, artes plásticas, arquitetura etc. Considera-se, isto sim, como um modo de pensar e agir coletivamente, como uma prática social datada historicamente.

²⁵ Sobre as relações entre esse ministro e os intelectuais, ver Gomes (2000), que realiza um estudo a partir da correspondência privada de Capanema com a intelectualidade brasileira das décadas de 1930 e 40.

combate ao regionalismo, às oligarquias e ao mandonismo local – todos em nome do “moderno”. Ao aceitar o convite para atuar no MES, esses intelectuais provavelmente acreditavam que poderiam colocar em prática seus interesses por uma “brasilidade”, com feições militantes²⁶.

Capanema cria assim um território onde a ideologia do regime, em especial depois do golpe do Estado Novo, não impedia a convivência de intelectuais não engajados. É Miceli que sintetiza a participação desses intelectuais junto ao MES de Capanema:

A frente do Ministério da Educação e Saúde Pública desde 1934, [Capanema] convocou seus conterrâneos de geração que haviam participado do surto modernista em Minas Gerais, mobilizou figuras ilustres que haviam se destacado nos movimentos de renovação literária e artística dos anos vinte, no Rio Grande do Sul, Bahia, Pará etc., acatando os representantes que a Igreja designava e cercando-se de um grupo de poetas, arquitetos, artistas plásticos, e de alguns médicos fascinados pela atividade literária (Miceli, 1979:161).

Esse autor, em sua análise da relação entre intelectuais e classe dirigente no Brasil, entre 1920 e 1945, debruça-se sobre três âmbitos do mercado de trabalho dos intelectuais. O primeiro diz respeito às organizações partidárias, às instituições culturais e às frentes de mobilização política e ideológica a que se vinculam tais intelectuais. O segundo âmbito tratado por Miceli refere-se ao mercado editorial, que sofreu um grande desenvolvimento nesse período, conforme será visto no Capítulo 2. O terceiro é o serviço público em expansão, cujos numerosos postos foram entregues a intelectuais, escritores e artistas. Por fim, ainda enfatiza o papel central que exerce o mercado de bens culturais para tal grupo. Sintetizando:

O desenvolvimento das instituições culturais, das organizações políticas e da máquina burocrática traduz, em ampla medida, as transformações por que passavam então as relações entre os diversos grupos dirigentes e, de outro lado, reflete as demandas dos produtores e consumidores de bens culturais cujo mercado estava em vias de se consolidar. Assim, se é verdade que as principais frações da classe dirigente (...) se empenharam em preservar e ampliar sua presença tanto no campo das instituições políticas como no campo da produção cultural, não resta dúvida de que as transformações ocorridas no mercado de bens culturais são indissociáveis da situação material e social das famílias da classe dirigente onde eram recrutadas as diversas categorias de intelectuais (Miceli, 1979: xvi).

²⁶ Miceli (1979) menciona um trecho escrito por Carlos Drummond de Andrade (“Passeios na Ilha”, publicado em sua “Obra Completa” publicada em 1964) que afirma que “quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos” (*Apud* Miceli, 1979:129). Sobre isso, cita Machado de Assis, Raul Pompéia, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, Araújo Porto-Alegre, Gonzaga Duque, Ronald de Carvalho, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Emílio de Menezes, José de Alencar, Lima Barreto, Gonçalves Dias, dentre muitos outros. Entretanto Miceli alerta que, “embora a carreira da maioria dos intelectuais cooptados dependesse dos subsídios que o Estado lhes concedia, não se pode afirmar que as posições que chegaram a ocupar no interior do campo intelectual e, sobretudo, que os preitos de consagração que suas obras receberam, possam ser reduzidas, nas mesmas proporções, às benesses do mecenato governamental” (Miceli, 1979:178).

Em suma, os investimentos do MES comandado por Capanema, dos intelectuais que ocuparam a burocracia estatal e do projeto do Estado Vargasista, em especial após 1937, com o Estado Novo, tinham como objetivo incluir o Brasil no “concerto das nações modernas”. Para tanto, uma das estratégias foi a elaboração de uma sistemática política de preservação do patrimônio nacional, introduzida pelo Sphan e que colaboraria para a inserção do Brasil “na consagrada história da Arte Universal”²⁷.

É interessante, portanto, registrar as palavras de seu primeiro diretor que, falando ao *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro em 19 de maio de 1936, apresenta os trabalhos iniciais do Sphan, ainda em fase experimental. Rodrigo fala que:

Nos países civilizados, isso [um serviço voltado para a preservação de monumentos históricos] já está plenamente organizado. Recentemente se reuniu em Atenas uma conferência internacional para assentar, na órbita mundial, as mesmas e oportunas medidas que o nosso Serviço objetiva e sob o alto e inspirado sentido de que os patrimônios históricos e artísticos nacionais transcendem e são de interesse da comunidade universal (Andrade, 1987).

Na mesma ocasião, Rodrigo cita ainda as iniciativas no México como exemplo e estímulo. Já em palestra proferida na Escola Nacional de Engenharia, em 27 de setembro de 1939, publicada no mesmo mês na *Revista Municipal de Engenharia*, o diretor do Sphan afirma que:

se os governos e as populações de todos os países civilizados se empenham assim pela proteção do respectivo patrimônio histórico e artístico, seria inadmissível que as populações e os governos das cidades cultas não se interessassem pela conservação dos monumentos que nelas se achem situados. Efetivamente não há cidade culta a cujo panorama faltem as características dos monumentos do seu passado. Estes é que lhes compõem a fisionomia e contribuem para o seu prestígio (Andrade, 1987:50).

Foi nessas circunstâncias que, em 1936, Capanema solicitou a Mário de Andrade²⁸, então Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo²⁹, a elaboração de um

²⁷ O patrimônio histórico e artístico brasileiro é considerado por Chuva e outros estudiosos como um dos elos que torna a produção artística do Brasil como parte integrante da produção universal da arte. “A produção artística brasileira foi reconhecida, porque inserida num processo civilizatório europeu percebido como universal” (Chuva, 2003:328), realizando assim o “efetivo ‘ajuste dos relógios’”, ao lado de outras ações.

²⁸ Mário de Andrade (1893-1945) exerceu contribuição fundamental não apenas à arte e literatura brasileiras mas também nas políticas públicas voltadas à cultura. Entre diversas atividades relacionadas à burocracia estatal, destaca-se sua participação no Departamento de Cultura de São Paulo, no Sphan, no Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (onde ministrou o Curso de Estética e História da Arte) e no Instituto Nacional do Livro. Sobre sua contribuição, com destaque para a temática patrimonial, ver Batista, 2002.

²⁹ O Departamento de Cultura do Município de São Paulo foi uma iniciativa de Paulo Duarte durante a gestão do prefeito Fábio Prado, que entregou a direção do Departamento para Mário de Andrade, nomeado em 31 de maio de 1935 e empossado em 5 de junho do mesmo ano. O Departamento de Cultura dividia-se em cinco unidades: Divisão de Expansão Cultural (teatro, cinema, salas de concerto, discoteca e escola de rádio); Divisão de

anteprojeto que organizasse um serviço de proteção ao patrimônio artístico nacional que, ao lado das demais políticas realizadas no período, contribuiria para a formação desse “novo homem brasileiro”. Não tardou, o anteprojeto encomendado ficou pronto, porém, antes mesmo de ser aprovado pelo Congresso, foi aprovado por Vargas. Com isso, o Sphan começou a funcionar em caráter experimental em 19 de abril de 1936. Oficialmente, porém, só foi criado com a promulgação do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, já no Estado Novo. Mesmo não seguindo o modelo do anteprojeto encomendado a Mário de Andrade, fazia parte de um amplo projeto político, cultural e educacional, visando o processo de modernização do país.

Para dirigir o recém-criado órgão do MES, Capanema convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade, indicado por Mário de Andrade. Rodrigo (1898-1969), mineiro formado em Direito, atuou como jornalista e escritor. Em 1924, tornou-se redator-chefe da *Revista do Brasil* e em 1926, diretor da mesma. Durante a gestão de Francisco Campos no MES, foi seu Chefe de Gabinete e, entre 1936 e 1967, foi o diretor do Sphan – conforme se verá mais detalhadamente no próximo capítulo.

Esse diretor permaneceu à frente do Sphan por 30 anos (1936-1967), e mantinha contatos com diversos intelectuais afiliados a diversas correntes modernistas, sendo que muitos deles foram convidados a colaborar com o Serviço. Alguns dos nomes mais importantes são: Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Lúcio Costa, Mário de Andrade e Manuel Bandeira.

Mariza Veloso (1992) estabelece um recorte, a partir do que considera intelectuais “modernistas”, denominando-o de “grupo do patrimônio”, devido a uma vinculação, formal ou informal, com o Sphan e sua narrativa. Em suma, o “grupo do patrimônio” e demais intelectuais vinculados às ações do Sphan atuam orientados por um sentido de “missão”, muito comum entre os intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX. São membros desse grupo, segundo a antropóloga: Gilberto Freyre, Alceu Amoroso Lima, Vinicius de Moraes, Rodrigo M. F. de Andrade, Carlos Drummond, Milton Campos, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Afonso Arinos Melo Franco, Abgard

Bibliotecas; Divisão de Educação e Recreação; Divisão de Documentação Histórica e Social e a Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos. Algumas das iniciativas de Mário de Andrade à frente do órgão foi a criação do Curso de Etnografia e Folclore, ministrado por Dina Lévi-Strauss e complementado por outros intelectuais – resultando na fundação da Sociedade de Etnografia e Folclore no fim de 1936; a realização do Congresso da Língua Nacional Cantada em 1937; e, entre outras ações, a organização da “Missão de Pesquisas Folclóricas” ao Nordeste, sob o comando de seu assistente Luís Saia – que também atuou no Sphan. Porém, as atividades do Departamento foram interrompidas pelo Estado Novo, em 1938. Sobre Mário de Andrade no Departamento de Cultura, ver Instituto Nacional do Folclore (1983), Facina (1999) e Mello (2007).

Renault, Emílio Moura, Ascânio Lopes, Martins de Almeida, Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Heloísa Alberto Torres, Cecília Meireles, Lúcio Costa, Mário Casassanta e Portinari.

Para a autora é esse “grupo do patrimônio” que dá origem à chamada “Academia Sphan”, que, com o fim de conseguir autoridade e legitimidade para suas ações, realiza e empreende pesquisas e estudos bem documentados, sobre o patrimônio nacional. Desse modo, o grupo é caracterizado pelo “espírito de investigação” – o que explica o permanente clima de discussão, troca de informações, leitura crítica de textos, realização de pesquisas etc.

Os membros da “Academia Sphan” seriam os responsáveis pela organização e institucionalização do “patrimônio nacional”, uma vez que foram os vencedores, por assim dizer, de diversos embates que se deram naquele momento. Uma ampla disputa ocorria entre acadêmicos, tradicionalistas e modernistas (cf. Cavalcanti, 1993), sendo uma das principais a que se travava em torno da arquitetura, opondo neocoloniais e modernistas³⁰. Houve também outros focos de tensão – como entre o Sphan e o Museu Histórico Nacional (cf. Veloso, Cavalcanti e Chuva), ou ainda entre o grupo regionalista de Gilberto Freyre e a chamada “Academia Sphan”, mais universalista. Assim, mesmo dentro do Sphan, observam-se tensões, que compõem a formação do grupo, e de seus critérios de pertencimento³¹. Ou seja, embora exista um discurso homogeneizante no Sphan, muitas análises já mostraram divergências internas e externas, neutralizadas, em parte pelo discurso veiculado pelo órgão.

O grupo de intelectuais liderado por Rodrigo M. F. de Andrade compõe a “Academia Sphan” e é o responsável pela organização e institucionalização de uma idéia de nação, fundada em torno de uma noção de patrimônio. Essa noção pode ser compreendida como um tipo de narrativa de um “passado comum”, construído a partir da seleção de determinados objetos e artefatos que remetem a fatos históricos e que carregarão consigo o caráter simbólico daquilo que é representativo da nacionalidade, conforme já discutido anteriormente.

O grande projeto da “Academia Sphan” seria “mostrar o lado “autêntico” da nação brasileira e conferir-lhe visibilidade através dos monumentos arquitetônicos, das obras de

³⁰ Neocoloniais e modernos apresentam como ponto em comum a valorização da arquitetura colonial do século XVIII. O embate entre eles deu-se, entre outros âmbitos, na construção da sede do MES e, no que diz respeito ao patrimônio, nas representações do passado. Mesmo dentro do Sphan, um outro embate é emblemático das disputas modernas: a contenda travada em torno do projeto para o Grande Hotel de Ouro Preto entre dois arquitetos: Carlos Leão e Oscar Niemeyer, vencido por este último.

³¹ O grupo da “Academia Sphan” era majoritariamente composto por arquitetos, sobretudo os modernos, mas também havia poetas, historiadores, museólogos, restauradores, bibliotecários, arquivistas etc. – sendo que os arquitetos é que freqüentemente são lembrados nessas primeiras décadas do Sphan como o grupo hegemônico.

arte” (Veloso, 1992:27). Com isso, uma das contribuições dessa Academia tão particular era justamente tornar a idéia de nação visível, realizando uma mediação entre passado, presente e futuro, por meio dos monumentos.

O grupo fundador da ‘Academia SPHAN’ (...) será o responsável pela elaboração de um conjunto de representações, às quais procurarão dar o caráter de universalidade, buscando para tanto, desenvolver estratégias de legitimação, quer através da elaboração cada vez mais complexificada e sofisticada da formação discursiva, quer através de um ordenamento cada vez mais diferenciado em critérios, de um conjunto de práticas culturais, destacando-se como a mais importante o instituto do tombamento (Veloso, 1992:330).

Apropriamo-nos, nesta dissertação, da expressão que Veloso cunhou – “Academia Sphan” – pois o Sphan é entendido aqui como um “lugar de sociabilidade”³² estratégico para a construção do que se definirá como patrimônio histórico e artístico nacional a partir da década de 1930. Dessa forma, o Sphan e a própria *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* são tomados enquanto lugares de sociabilidade que aglutinam os intelectuais que elaboram as construções discursivas em torno do patrimônio.

Sob a liderança de Rodrigo M. F. de Andrade, a Academia constrói um “passado” para o Brasil. Porém, o próprio Rodrigo realiza esforços para construir, ao mesmo tempo, um “passado” e uma genealogia de “pioneiros” para o Sphan.

1.3 Um passado para o Sphan: as narrativas de Rodrigo e o lugar de Rodrigo nas narrativas

Na narrativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade, em busca de um “passado” para o Sphan, existe toda uma genealogia de iniciativas para a defesa dos monumentos históricos e artísticos no Brasil. Nessa narrativa, que mesmo após o fim de sua gestão continua sendo reproduzida, a primeira tentativa de proteção do “patrimônio” dataria do século XVIII. O vice-rei do Brasil, conde das Galveias, expede ao governo pernambucano, o “primeiro documento administrativo visando à proteção de uma edificação integrante do patrimônio histórico brasileiro”. Em 1742, ele quer “proteger” o Palácio das Duas Torres, construção deixada pelos holandeses e que estava ameaçada de destruição.

³² “Lugar de sociabilidade” está sendo utilizado de acordo com a orientação da historiografia francesa sobre história de intelectuais, sobretudo das contribuições de Sirinelli e Ory Pascal. Entende-se, assim, que se trata de uma organização coletiva, formal ou não, em que são construídas e divulgadas idéias, considerando-se as redes e microclimas.

Já no século XIX, apesar do interesse manifestado por Pedro II em relação aos estudos de história e aos monumentos artísticos, o Império não realizou qualquer proteção efetiva. A única iniciativa do período, segundo Rodrigo, foi o aviso expedido por Luíz Pedreira do Couto Ferraz, então ministro do Império, em proveito do acervo histórico nacional. Este aviso, enviado aos Presidentes das Províncias, ordenava a obtenção de coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional e a reparação dos monumentos, que não poderiam ter as inscrições neles gravadas, destruídas. Três décadas depois, o Chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional percorre as províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba para recolher a epigrafia dos monumentos dessas regiões.

Os projetos de lei federal para a proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro – muito embora esta nomenclatura não apareça – começariam a surgir na década de 1920: i) Projeto nº 350/1923, de autoria do deputado pernambucano Luís Cedro³³, que propunha uma Inspetoria de Monumentos Históricos; ii) Projeto nº 181/1924, do deputado mineiro Augusto de Lima³⁴, que proibiria a saída de obras de arte antiga para o exterior; iii) um terceiro projeto, “de maior alcance e com melhor técnica legislativa”, foi elaborado por uma comissão nomeada em junho de 1925 pelo governo de Minas Gerais³⁵, tendo como relator o jurista Jair Lins.

Como nenhuma dessas iniciativas no âmbito federal foi aprovada, Bahia e Pernambuco, “dois dos estados herdeiros de espólios monumentais mais ricos” (Sphan, 1987:67), adotaram medidas legislativas para proteger aquilo que se encontrava dentro de sua esfera de competência. Nesse sentido, em 1927 e em 1928, criaram-se respectivamente órgãos estaduais para a defesa de seu patrimônio nesses dois estados da federação³⁶.

Em 1930, um novo projeto federal é apresentado ao Congresso Nacional, pouco antes da Revolução de 1930, que o dissolve. O autor do Projeto nº 230/1930 é o deputado baiano

³³ Luiz Cedro foi deputado federal por Pernambuco entre 1921 e 24, e entre 1934 e 1935. Em 1924, participou da criação do Centro Regionalista do Nordeste, ao lado de Gilberto Freyre e outros intelectuais e líderes políticos, cujo objetivo era promover o sentimento de unidade do nordeste, forjando uma identidade cultural. A partir daí, surgiu um movimento literário em que essa identidade é apresentada nas obras dos escritores “regionalistas” – José Lins do Rego, José Américo de Almeida, João Cabral de Melo Neto, entre outros. Em 1926, assinou o Manifesto Regionalista de 1926, em Recife, redigido por Gilberto Freyre.

³⁴ Augusto de Lima (1859-1934) foi governador de Minas Gerais em 1891; em 1903 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, tendo sido seu presidente em 1928; e em 1906 foi eleito deputado federal, tendo ocupado a função por 20 anos.

³⁵ A essa época, o presidente de Minas Gerais era Fernando de Mello Vianna (1878-1954), que ocupou a função entre 1924 e 26, e formou uma comissão para estudar a proteção do patrimônio histórico e artístico do país e sugerir medidas em seu benefício. Como resultado do trabalho dessa comissão, surgiu o projeto de lei federal proposto por Jair Lins.

³⁶ Uma análise do que é considerado patrimônio nesses projetos seria interessante, porém, não será tratada no âmbito desta dissertação. Esses projetos foram publicados pelo Sphan, 1980, reunidos em “Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória”.

José Wanderlei de Araújo Pinho. Ele visaria à organização de órgãos de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse caso, vale ressaltar que, tanto Rodrigo como a historiografia institucional do Sphan, atribuem a esta iniciativa a referência principal do posterior Decreto-lei nº 25, que regulamentou as ações do Sphan, em 1937.

De toda forma, nessa trajetória do Sphan por suas “origens”, somente após o golpe varguista é que são aprovadas as primeiras leis sobre o assunto. Em 12 de julho de 1933, é aprovado o Decreto nº 22.928, que eleva a cidade de Ouro Preto a “Monumento Nacional”, medida consagrada como a primeira lei brasileira para a defesa do patrimônio. No ano seguinte, é aprovado o Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, que dá novo regulamento para o Museu Histórico Nacional³⁷ e cria a Inspetoria de Monumentos Nacionais³⁸, ligada ao mesmo museu, ambos sob a direção de Gustavo Barroso³⁹.

Nesse “passado” criado por Rodrigo para o Sphan, ocupa um lugar de destaque o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB⁴⁰, fundado em 1838. Como Rodrigo afirma, em 1944, o Sphan “não é senão um prolongamento” do IHGB (Andrade, 1986:312). No mesmo texto, atribui ao Instituto o pioneirismo na defesa efetiva dos monumentos e “obras de arte tradicional” no país. Considera Araújo Porto Alegre um precursor dos estudos de História da Arte no Brasil, afirmando:

Do Serviço público criado para velar pelo patrimônio de arte tradicional, cuja apreciação e cuja defesa lhe coube iniciar em nosso país, posso afirmar

³⁷ O Museu Histórico Nacional – MHN foi criado em outubro de 1922 por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil, dentre as quais se destaca a Exposição Internacional do Rio de Janeiro. A criação do MHN resulta, em parte, da luta de Gustavo Barroso por um museu histórico no país e se vincula ao “projeto que procurava consolidar um novo conceito para a ‘nação’” (Santos, 2006:27). Sobre a trajetória do MHN, ver também Magalhães, 2004.

³⁸ A Inspetoria de Monumentos Nacionais ficou sob a responsabilidade do mesmo diretor do MHN, ou seja, Gustavo Barroso. Tinha por finalidade “exercer a inspeção dos Monumentos Nacionais e do comércio de objetos artísticos históricos”. Sua atuação deu-se praticamente apenas em Ouro Preto, devido à sua elevação a monumento nacional em 1933, restaurando imóveis e equipamentos urbanos. Porém, suas atividades encerraram-se com a criação do Sphan, não sem conflitos entre os diretores dos dois órgãos, como aponta Chuva (1998).

³⁹ Gustavo Barroso (1888-1959) foi diretor do MHN desde a criação deste, em 1922, até sua morte, em 1959. Segundo Miceli, Barroso enquadra-se entre os “intelectuais reacionários” vinculados aos católicos. Nasceu em Fortaleza e se mudou para o Rio em 1910 devido a suas atividades literárias. Em 1913 foi nomeado secretário-geral da Superintendência da Defesa da Borracha; foi eleito deputado federal pelo Ceará, entre 1915 e 18; nessa mesma época, foi nomeado inspetor escolar no Rio de Janeiro. Em seguida, foi secretário da delegação brasileira para a Conferência de Paz; e, em 1922, tornou-se diretor do MHN, onde criou o Curso de Museus, que dá origem ao primeiro curso universitário de museologia no país, em 1932. Em 1923 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras e em 1933 ingressou no Partido Integralista (cf. Miceli, 1979). Chuva (1998) mostra que Barroso estava envolvido com a questão da preservação cultural sob a ótica patrimonial e museológica, desde os anos 1920, e mantinha ligações com o governo de Melo Viana (1924-1926) e Antônio Carlos de Andrada (1927-1930), em Minas Gerais, que se esforçaram em promover algumas iniciativas. Apesar dos atritos que manteve com Rodrigo M. F. de Andrade, devido à política de preservação patrimonial, Gustavo Barroso foi membro do Conselho Consultivo do Sphan. Sobre Barroso e o MHN, ver Chagas, 2009.

⁴⁰ Sobre o IHGB e sua relação com a história e com a concepção de “nação”, ver Guimarães (1988) e Schwarcz (1993).

que Manuel de Araújo Porto Alegre é o patrono venerado. Sua obra inspira, orienta e estimula os trabalhos empreendidos por aquela repartição para o estudo dos problemas de história da arte nacional (*idem*).

O próprio Sphan, ao inventar sua história, a divide em dois grandes momentos: o “heróico” e o “moderno”. Os primeiros trinta anos de atuação (1937-1967) são correspondentes à gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, situados como sua fase “heróica”, segundo adjetivação de Mário de Andrade⁴¹. O período seguinte, sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979), é caracterizado como uma fase “intermediária”. E a fase considerada “moderna”, que nomeia o período a partir de 1979, com a renovação da política cultural que se deu no órgão com a entrada de Aloísio Magalhães, que permanece até 1982.

Silvana Rubino assim sintetiza essas narrativas institucionais:

De um lado, é traçada uma história linear da instituição, uma sequência sem dilemas que vem do trabalho de Mário até a atualidade – do trabalho de Mário criou-se o SPHAN que cresceu e tornou-se Diretoria, Instituto e Subsecretaria. A única ruptura admitida nessa trajetória é o fim do período heróico com a aposentadoria e morte de Rodrigo. Inicia-se então um período com diretorias menos estáveis, cria-se uma fundação – a Pró-Memória, e temos nesse momento, na década de 70 o segundo aspecto onde o mito de Mário não abandona a instituição. No período posterior à fase heróica, fala-se na lição de Mário, no exemplo de Mário, que aparece como que reivindicando um resgate, como se houvesse um verdadeiro SPHAN, o de seu projeto, uma origem a ser recuperada – o SPAN sem ‘h’ de Mário torna-se uma meta (Rubino, 1991:64-65).

Em linhas gerais, a narrativa sphaniana tem em sua “fase heróica” a dedicação à proteção da “arquitetura tradicional colonial”, por esse motivo também chamada de fase de “pedra e cal”, relacionado ao registro da monumentalidade, como argumentando previamente. Neste período, onde predomina o discurso de Rodrigo, o barroco aparece como o representante da nação brasileira. O barroco é apresentado com um caráter “emblemático”, sendo percebido como “a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura da origem da cultura brasileira, ou seja, da nação” (Veloso, 1992:26).

As análises de Rubino sobre os bens protegidos, uma outra fonte de apreensão da narrativa do Sphan, os tombamentos realizados durante a gestão de Rodrigo revelam “o desejo de um país passado extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e personagens ilustres que caminham entre as pontes e chafarizes que o adornam” (Rubino, 1991:113). Cria-se uma

⁴¹ Fazem parte do imaginário institucional as inúmeras dificuldades encontradas por Rodrigo e pelos primeiros funcionários do Sphan na implementação da preservação patrimonial no Brasil bem como a agilidade, dedicação, ética pública e produtividade do Sphan – a despeito daquelas dificuldades, que incluíam o restrito

visão idealizada e nostálgica do passado sacralizado por essas ações preservacionistas⁴². Nas palavras de Veloso, “o passado é o mediador no processo de emancipação cultural da nação rumo à civilização” (Veloso, 1992:60). Assim, para o grupo da Academia Sphan, o barroco – emblema de um passado comum – foi “uma espécie de fio da meada na ordenação da história da cultura brasileira” (Veloso, 1992:36) [grifo do autor]. Ou ainda:

O barroco representou para os membros da ‘Academia Sphan’, não apenas um estilo definido da história da arte, mas (...) representou, ainda, um paradigma de civilização, um lugar de origem. Sabe-se que foi no século XVIII, em Minas Gerais, onde o barroco conseguiu se expressar como modo de vida coletivo, demonstrando assim, pela primeira vez, a existência, de uma sociabilidade inteiramente brasileira (Veloso, 1992:440).

Desse modo, para Rodrigo e os demais intelectuais do Sphan, o patrimônio “deveria assegurar a visibilidade da sociedade, vista como totalidade coletiva, como nação”. Nessa perspectiva, onde os monumentos tombados seriam como “formas de salvar a nação de seu esquecimento, de manter teso o arco da história e inventar a trajetória de uma tradição (...) que só se constitui através de vínculos de pertencimento e formas de sociabilidade concretas” (Veloso, 1992:483).

Após a aposentadoria de Rodrigo, em 1967, assumiu a direção do órgão o arquiteto Renato Soeiro que, apesar de ter introduzido mudanças na gestão do patrimônio – sobretudo devido aos novos desafios frente ao crescimento e desenvolvimento das cidades –, não tem sido muito valorizado pela historiografia institucional. A própria nomenclatura – fase “intermediária” – esvazia de sentido sua gestão, caracterizada como um intervalo entre um antes e um depois⁴³.

Ainda segundo essas narrativas criadas sobre o Sphan, em 1979 inicia-se a chamada “fase moderna”, quando os conceitos de Mário de Andrade, presentes em seu Anteprojeto de 1936 teriam sido retomados, o que teria provocado uma ampliação do conceito de patrimônio e de cultura compreendidos pelo órgão. Essa narrativa “moderna” – que passa a coexistir com a anterior – enquadra-se no registro do cotidiano, abandonando parcialmente a valorização de um passado “exemplar”. Com isso, as comunidades (como a nação) passam a ser tidas como as verdadeiras detentoras do patrimônio, que é valorizado de outra maneira. A arte e cultura

orçamento. Com isso, cria-se um mito dentro do Sphan, que transforma Rodrigo M. F. de Andrade em referência de funcionário e homem público.

⁴² Monnet (1996), ao analisar a questão da nostalgia do passado na contemporaneidade, alerta, como outros, para a elaboração da memória, sempre heróica e monumental, e que não deixa lugar para os aspectos negativos do passado.

⁴³ A única investigação que se tem conhecimento que privilegia a chamada fase “intermediária” é a da historiadora Júlia Wagner Pereira (2009). Essa pesquisa, realizada no âmbito do Programa de Especialização em

popular, o folclore – com inclusão da cultura das etnias indígenas e afro-brasileiras –; e a arquitetura de estilo eclético passariam assim a ser valorizadas, adquirindo novo escopo dentro do Sphan. Em suma, as narrativas costumam atribuir à gestão de Aloísio Magalhães uma nova concepção de trabalho patrimonial⁴⁴, voltado para a etnografia e cultura, contrapondo-se à noção “pedra e cal” que guiou o Sphan em suas três primeiras décadas.

A narrativa de Rodrigo apresenta muitas diferenças com a de Aloísio Magalhães, como sintetiza Gonçalves:

Quando contrastada com a narrativa histórica de Rodrigo, em que o Brasil aparece como ‘civilização’ e ‘tradição’, a de Aloísio parece mais próxima à de um moderno antropólogo social ou cultural cuja autoridade está baseada numa teoria sistemática da cultura e da sociedade. Ainda que não seja ele próprio um antropólogo, sua política cultural está orientada por alguns valores presentes, de forma distinta, em teorias que informam a moderna antropologia. Assim, Aloísio substitui o ‘patrimônio histórico e artístico’ de Rodrigo pela noção de ‘bens culturais’. Quando usa a noção de ‘cultura brasileira’, ele enfatiza mais o presente do que o passado. (...) Além disso, assinala a importância de um contato direto entre os profissionais do patrimônio cultural e as populações locais. Enfatiza, ainda, a diversidade cultural existente no contexto da sociedade brasileira. No entanto, acredita que, além dessa diversidade, existe uma cultura brasileira que é integrada, contínua e regular (Gonçalves, 2002: p. 50-51) [grifo do autor].

No entanto, nas duas narrativas, os dois dirigentes “maiores” do Sphan – Rodrigo e Aloísio – são identificados com a “causa” do patrimônio, onde a figura pessoal coincide com a figura profissional, ambos marcados pela “renúncia” e “dedicação”.

Dentre as iniciativas tomadas por Rodrigo no âmbito da Academia Sphan, são utilizadas muitas estratégias para sua legitimação. Entre elas, destacam-se a pesquisa, a formação de técnicos, por meio de cursos promovidos pelo próprio órgão, a busca por

Patrimônio PEP/Iphan/Unesco, examina as mudanças e as continuidades presentes no período em que Renato Soeiro esteve à frente do Sphan, entre a gestão de Rodrigo e de Aloísio.

⁴⁴ As marcas introduzidas por Aloísio Magalhães permanecem após sua saída. Assim, Irapoan Cavalcanti de Lyra e Marcos Vilaça, que dirigiram a Sphan e a FNpM, respectivamente entre 1982 e 1985, mantiveram as mudanças da gestão anterior. O mesmo pode ser dito, em linhas gerais, das gestões seguintes: Ângelo Oswaldo de Araújo Santos (1985-1987) na Sphan e Riccardo Cioglia (1985-1986) e Joaquim Arruda Falcão (1986-1987) na FNpM; Oswaldo José de Campos Melo (1987-1988) na Sphan e na FNpM; Augusto Carlos da Silva Telles (1988-1989) na Sphan e na FNpM; e Ítalo Campofiorito (1989-1990) na Sphan e na FNpM. Em 1990 a Fundação Nacional Pró-Memória e a Sphan foram extintas e transformadas em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro desse ano. Dirigiram o órgão, sob essa nova estrutura, Lélia Coelho Frota (1990-1991), Jayme Zettel (1991-1993) e Francisco Manoel Mello Franco (1993-1994). Em 1994, ocorreu mais uma mudança: o IBPC voltou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a partir da Medida Provisória nº 610, de 8 de setembro de 1994. Desde então, presidiram o órgão Glauco Campello (1994-1999), Carlos Henrique Heck (1999-2003), Maria Elisa Modesto Guimarães Costa (2003-2004), Antonio Augusto Arantes (2004-2006) e o atual presidente, Luiz Fernando Almeida (2006-). Como um dos resultados da permanência das mudanças introduzidas na fase

documentação para compor seu acervo de fontes e a constituição de museus e coleções. Entre elas, está também a edição de um periódico – a *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – e de uma outra série editorial, intitulada *Publicações*, ambas publicadas desde 1937. Por esses motivos, tanto o órgão como suas publicações obtiveram méritos científicos e contribuíram para a consolidação de um novo campo de estudos – o do patrimônio.

A *Revista do Patrimônio*, objeto da presente investigação, foi organizada desde 1937 e teve como editor Rodrigo Melo Franco de Andrade, até sua saída do Sphan em 1967. Durante esse longo período, foram publicados 15 números do periódico, sendo que a última data de 1961. Na gestão de Renato Soeiro, editaram-se mais três números, publicados entre 1968 e 1978. Na gestão de Aloísio Magalhães não se publicou a *Revista do Patrimônio*.

Após esses 18 números da *Revista*, quando o editor era o próprio diretor do Sphan, ela seguiu um novo padrão. Passou a ser organizada por pessoas convidadas, que ocupavam, provisoriamente, a função de editores, desvinculando-se diretamente da direção do Sphan. Com isso, desde o número 19, publicado em 1984, os editores passaram a serem funcionários da casa, e o formato físico e editorial da revista foi alterado, assemelhando-se a uma revista comercial – o que ocorreu até o número 22 de 1987, que foi uma edição comemorativa do cinquentenário do órgão.

A partir do número 23, publicado em 1994, o formato físico voltou a ser como o dos primeiros 18 volumes, porém, a *Revista* tornou-se temática e a impressão passou a ser inteiramente em papel *couché*, fazendo-a se assemelhar a edições de luxo. Outra novidade foi a introdução da figura de um organizador, convidado para organizar uma pauta sobre um determinado tema, e reunir autores-colaboradores, apresentando uma multiplicidade de olhares sobre o tema abordado. O número 23 tratou de “Cidade”; o 24, também publicado em 1994, versou sobre “Cidadania”; o 25, que saiu em 1997, sobre “Negro Brasileiro Negro”; o 26 foi um volume comemorativo dos “60 anos: a Revista” (1997); o número 27, de 1998, dedicou-se à “Fotografia”; o 28 (1999) versou sobre “Arte e Cultura Popular”; o 29, publicado em 2000, tratou de “Olhar o Brasil”, referente aos 500 anos de descobrimento; o 30 debruçou sobre a figura emblemática de “Mário de Andrade” (2002); o 31, sobre “Museus: antropofagia da memória e do patrimônio” (2005); o 32 foi dedicado a “Patrimônio imaterial e biodiversidade” (2005); e o último número publicado até o momento foi o 33, sobre “Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação” (2007).

“moderna” pode-se citar o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Considerando-se essa coleção, composta pelos 33 números já publicados da *Revista do Patrimônio*, o recorte temporal a ser analisado no âmbito desta dissertação refere-se ao período que vai de 1937 a 67, correspondente aos 15 volumes editados pelo diretor do Sphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Tal recorte deve-se ao grande destaque ocupado por Rodrigo nas narrativas que tratam do patrimônio cultural e porque o próprio Rodrigo criou uma narrativa sobre o patrimônio e o Sphan. Paralelamente a isso, há que se considerar também que os quinze números estudados apresentam o mesmo formato físico e editorial, constituindo um grupo homogêneo dentro da coleção completa. Assim, o próximo capítulo abordará mais densamente este periódico que veiculou um(ns) discurso(s) sobre o patrimônio.

Capítulo 2: A Revista do Patrimônio e seu editor

Rodrigo era um homem notável sob todos os pontos de vista, desde a inteligência luminosa até a coragem sem limite, passando pela paciência e a capacidade de negociar. A sua dedicação era total, chegando à renúncia das próprias veleidades. Ele procurava inclusive apagar-se atrás da tarefa, desprezando qualquer brilho ou vantagem, como se quisesse dissolver-se no cumprimento do dever, concebido com o mais exigente rigor e apresentado, no entanto, como se fosse mera obrigação corriqueira. Sempre que ia ao Rio eu dava um pulo até o seu amplo escritório no Ministério da Educação, onde encontrava gente como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Prudente de Moraes, neto. Rodrigo mostrava processos das lutas em curso, fotografias de santos e prédios, e dava números da preciosa revista, que teve na minha geração um papel iluminador. Em torno dele, gravitava o Patrimônio, empenhado num trabalho sério de gente disposta a fazer coisas com ânimo salvador e a maior competência.

Antônio Cândido

Rodrigo Melo Franco de Andrade, a quem se refere a epígrafe, foi diretor do Sphan desde o período em que este funcionou em caráter experimental até sua aposentadoria, totalizando 31 anos à frente do órgão. Dentre as inúmeras atividades que encabeçou, está a edição do periódico ora estudado, a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

Esse personagem, diretor do Sphan e editor de sua principal revista, é o foco principal desse capítulo. Primeiramente, é apresentada uma breve biografia de Rodrigo M. F. de Andrade a fim de situar esse intelectual. O conceito de editor, fundamental em sua atuação, também é abordado para, em seguida, traçar-se o cenário editorial do momento imediatamente anterior e contemporâneo à edição da *Revista*. Por esse motivo, as editoras e as redes de sociabilidade por elas estabelecidas precisam ser observadas. As revistas de alta cultura do período analisado também são foco de nossa atenção, a fim de que se possa compreender a *Revista do Patrimônio* dentro da história da imprensa de periódicos do período. Por fim, é realizada uma narração densa do objeto de estudo dessa pesquisa, a *Revista do Patrimônio*, atentando-se para os seus variados aspectos.

2.1 Rodrigo, o editor

Nascido em Belo Horizonte a 17 de agosto de 1898, era filho primogênito de Rodrigo Bretas de Andrade, professor de direito criminal da Faculdade de Direito de Minas e procurador seccional da República, e de Dália Melo Franco de Andrade. Tratava-se de nobre e letrada família mineira, sendo que Rodrigo era bisneto de Rodrigo José Ferreira Bretas, primeiro biógrafo de Aleijadinho, e sobrinho do escritor regionalista Afonso Arinos de Melo Franco.

Aos 12 anos foi viver com Afonso Arinos em Paris, onde continuou o curso secundário. Na casa de seu tio, Rodrigo teve os primeiros contatos com intelectuais e personalidades da vida política e literária brasileiras, como Graça Aranha e Alceu Amoroso Lima. Quando retornou ao Brasil, iniciou o curso de Direito na extinta Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde cursou apenas o primeiro e o quinto anos, pois mudava constantemente de residência. Os outros anos estudou em São Paulo e Belo Horizonte. Como afirmou Teresinha Marinho, isso “deu-lhe oportunidade de conhecer e fazer contato com vários intelectuais dos mais em evidência na época e que posteriormente tiveram suas obras consagradas” (Marinho, 1986:17). Dentre esses intelectuais com quem estabeleceu duradouras amizades, estavam Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Abgar Renault, Oswald de Andrade e outros participantes do chamado movimento modernista.

Em 1919, já formado no Rio de Janeiro, trabalhou como oficial de gabinete do diretor da Inspetoria de Obras Contra as Secas – cargo ocupado durante oito anos. Paralelamente, em 1921, deu início à carreira jornalística, colaborando com o jornal *O Dia*, dirigido por seu primo Virgílio Melo Franco. Foi também jornalista de *O Jornal*, do empresário Assis Chateaubriand, onde assinava a seção Boletim Internacional e o rodapé de crítica literária, apesar de ele escrever sobre os assuntos mais diversos. No período de 1928 a 30, chegou a ser diretor-presidente desse periódico.

Em 1924, tornou-se redator-chefe da *Revista do Brasil*, recém-adquirida de Monteiro Lobato⁴⁵ pelo mesmo empresário. Nessa fase, publicou nove números⁴⁶. Em 1926, tornou-se seu diretor, ao lado de Prudente de Moraes, neto, imprimindo-lhe novas características. Colaborou ainda em vários jornais e revistas: *Revista do Brasil* (mesmo na fase anterior,

⁴⁵ Lobato (1882-1948), além de consagrado escritor, é tido como quem revolucionou o mercado editorial no Brasil, imprimindo-lhe o caráter comercial vinculado à ampliação de um público leitor. Colaborou regularmente no *Estado de S. Paulo*, e foi o diretor da *Revista do Brasil*, lançada em 1916. Dois anos depois, Lobato adquiriu o controle acionário desse periódico e em 1919 lançou a Monteiro Lobato & Companhia, formada com Octalles Marcondes Ferreira, futuro fundador da Companhia Editora Nacional (1925). Seu projeto para a indústria nacional do livro abarcou todos os aspectos, desde o gráfico, passando pela propaganda, até a distribuição.

dirigida por Monteiro Lobato), *Estado de Minas*, *A Manhã*, *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *O Cruzeiro*, *Diário Carioca* e *Módulo*. Essas atividades eram conciliadas com a carreira de advogado no escritório dos seus tios Afrânio e João de Melo Franco.

Antes de ingressar no Sphan, em 1936, foi chefe de gabinete do também mineiro Francisco Campos, no recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, durante cinco meses. Nesse cargo, indicou o jovem arquiteto Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em dezembro de 1930, a fim de que ele reformasse o ensino naquele estabelecimento. Mais tarde, por um breve período, foi chefe de gabinete do secretário-geral de Viação e Obras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Mário Machado.

Em 1936, Mário de Andrade e Manuel Bandeira indicaram o nome de Rodrigo para o então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço de Patrimônio que seria criado. Marinho descreve que:

A partir de então direciona suas manifestações criadoras e produtivas no sentido de proteger os bens patrimoniais do país, implantando um órgão para esse fim, redigindo uma legislação específica, preparando técnicos, executando trabalhos na área, empreendendo disputas judiciais, lutando pela sobrevivência da repartição junto a políticos e governantes, patrocinando o surgimento de uma consciência nacional de preservação e divulgando, no Brasil e no exterior, o que o ‘seu’ Serviço fazia (Marinho, 1986:19).

No Sphan, organizou uma equipe de pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, restauradores, conservadores, mestres-de-obras. Uma de suas marcas era o profundo acompanhamento pessoal de todas as atividades do Serviço: os tombamentos, estudos, restaurações, elaborações de políticas públicas, divulgação e respostas à imprensa, acompanhamentos das atividades regionais, contratação e cobrança de serviços etc. Dentro dessa ampla gama de ações comandadas pelo diretor do Sphan, havia ainda a elaboração de publicações.

Fora do Sphan, Rodrigo também teve vasta participação. Em 1943, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), órgão criado um ano antes por Sérgio Milliet. Em 1947, foi indicado para a presidência do Conselho de Organização do Salão Nacional de Belas-Artes. Em 1951, tornou-se presidente da Comissão Nacional de Belas Artes⁴⁷ e integrou a diretoria provisória fundadora do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, com a função de vice-diretor-executivo.

⁴⁶ Ver Luca 1999 e 2009.

⁴⁷ Fundada em 1951 pela Lei Ordinária nº 1.512, que também criou o Salão Nacional de Arte Moderna. Pela lei, a Comissão Nacional de Belas Artes ficava subordinada ao MES, e tinha por objetivos “estudar, planejar, resolver e aplicar diretrizes atinentes ao campo das artes plásticas, o Salão Nacional de Belas Artes e o Salão Nacional de Arte Moderna como instituições oficiais subordinadas à Comissão Nacional de Belas Artes

Em 1954 foi representante do Brasil no Congresso Internacional de História da Arte e Museologia, promovido pelo The Metropolitan Museum of Art e Columbia University, realizado em Nova York. Em 1959, participou do Congresso da História dos Descobrimentos e de um colóquio de diretores de museus em Portugal. Foi ainda membro da Comissão de Honra da VI Bienal de São Paulo de 1961. Dois anos depois, foi novamente a Portugal como delegado do país no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Nos anos 1960, realizou estágios e visitas na Bélgica, Holanda e Itália, além de participar da reunião de peritos e dos comitês Consultivo e Executivo do Conselho Internacional de Museus – ICOM.

Manteve assim contato com autoridades estrangeiras vinculadas à preservação do patrimônio e fez conferências em universidades tanto no Brasil quanto no exterior. Era ainda sócio efetivo do IHGB, vogal correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes de Portugal, membro de The Hispanic Society of America de Nova York, sócio benemérito do Instituto dos Arquitetos do Brasil, membro do Conselho Federal de Cultura a partir de 1967, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio de honra do Instituto Histórico de Olinda, do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos de Belo Horizonte e do Centro Brasileiro de Arqueologia. Em 1967, recebeu diploma de membro honorário do Instituto de História y Museo Militar do Ministério de Defesa Nacional do Paraguai.

Recebeu ainda o título de professor *honoris causa* da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em 1962, e das Universidades Federais de Pernambuco, de Minas Gerais (1961) e do Rio de Janeiro (1969). Recebeu diversas medalhas e condecorações⁴⁸.

Aposentou-se em 1967, indicando como seu sucessor no Sphan o arquiteto que trabalhara com ele, Renato Soeiro. Mesmo aposentado, Rodrigo permaneceu ligado ao Sphan: e, a 5 de setembro de 1967, tomou posse como membro do Conselho Consultivo do órgão.

destinados a apresentar em exposições públicas, anualmente, obras plásticas de artistas nacionais ou estrangeiros, contemporâneos, que residam ou se encontrem no Brasil, e a estimular as artes e os artistas, mediante bolsas de estudo, prêmio honoríficos e em dinheiro e outras recompensas”. Foi formada inicialmente por Iberê Camargo, Santa Rosa e Goeldi, entre outros. A Comissão foi extinta pela Lei nº 6.426, de 30 de junho de 1977.

⁴⁸ Rodrigo recebeu a Medalha da Inconfidência, concedida pelo estado mineiro em 1955; de Reconhecimento, concedida pela I Conferência Nacional de Professores para Surdos em 1959; Medalha Pernambucana de Mérito em 1963; e Grande Medalha da Inconfidência em 1966. Foi condecorado ainda Cavaleiro Oficial da Ordem do Mérito da República Italiana e da Ordem das Artes e Letras da França. Em 1962, recebeu a Ordem do Mérito Militar. Em 66, recebeu a condecoração Martim Afonso concedida pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Em 1964, recebeu do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção da Guanabara, o título de Personalidade do Ano. Em 1968, o Conselho de Artes Plásticas do Museu da Imagem e do Som concedeu-lhe o Prêmio Estácio de Sá, das artes e da cultura devido a seu trabalho na área de proteção ao patrimônio histórico e artístico.

Escreveu pouco, considerando sua longa atividade. Em 1925, seu poema “Ode pessimista” foi publicado na revista modernista *Estética*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes Neto. Em 1936, mesmo ano que assumiu o Sphan, ainda em caráter experimental, Rodrigo publicou seu único livro de ficção: os contos reunidos em *Velórios*, que teve tiragem restrita e logo foi recolhido por ordem do próprio autor, sendo publicado postumamente⁴⁹. Originalmente foi publicado pela editora Os Amigos do Livro, de Belo Horizonte, que já publicara obras de Drummond e de João Alphonsus. Marinho (1986:20) afirma que “a edição foi custeada pelo autor e impressa pela tipografia do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, com capa de Santa Rosa”. Em 1952, publicou duas obras: *Brasil, monumentos históricos e arqueológicos* e *Artes plásticas no Brasil*, ambas editadas fora do âmbito do Sphan. Em 1953, publicou *Rio Branco e Gastão da Cunha*, ensaio de história e política diplomática editado pelo Ministério das Relações Exteriores; e em 1958, o MEC publicou *Artistas Coloniais*, coletânea de artigos sobre pintores e arquitetos que trabalharam no Brasil durante o período colonial, já publicados anteriormente pela imprensa⁵⁰.

Foi casado com a mineira Graciema Prates de Sá, com quem teve três filhos: Rodrigo Luiz, o cineasta Joaquim Pedro de Andrade e Clara de Andrade Alvim. Faleceu em 1969, reconhecido e lembrado.

2.2 Função e prestígio do editor

Esse é, pois, o editor da *Revista do Patrimônio*, no sentido de seu criador/autor, como se quer defender. Rodrigo Melo Franco de Andrade trabalhara como jornalista e redator-chefe e se relacionava diretamente com os principais editores e intelectuais do período, estreitando com eles laços que provavelmente contribuíram para a edição das publicações por ele coordenadas no Sphan.

O editor é a pessoa encarregada de organizar um periódico, isto é, de selecionar, normalizar, revisar e supervisionar os originais para publicação. Cabe a ele prefaciá-lo e anotar os textos dos autores, quando for o caso. Segundo Araújo (1986), esse conceito básico de

⁴⁹ Foram publicadas duas edições póstumas. Em 1974, a Livraria José Olympio Editora publicou uma segunda edição de *Velórios*. Em 2004, a Editora Cosac & Naify publicou uma nova edição, com textos críticos de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Cândido. Segundo Judith Martins (1987), funcionária do Sphan e secretária de Rodrigo, o diretor do Serviço teria escrito uma outra obra de ficção, o romance *A fuga para Sumatra*, datilografado por Martins e que nunca veio a público.

⁵⁰ Essas obras serão devidamente analisadas no Capítulo 4.

editor só se manteve presentemente em inglês. Em português, o sentido corrente atribuído a editor relaciona-se com a pessoa responsável pelo lançamento, distribuição e venda do livro/periódico ou com a instituição que arca com essas mesmas responsabilidades, seja com fins comerciais ou não. Para Araújo, “o conteúdo semântico original, do latim *editor*, *editoris*, indica precisamente ‘aquele que gera, que produz, o que causa’, o ‘autor’ em consonância com o verbo *edere*, ‘parir, publicar (uma obra), produzir, expor’” (Araújo, 1986:35).

O editor é, pois, um produtor cultural que atua no sistema de produção de bens simbólicos e sua lógica, muitas vezes, não se restringe aos ganhos financeiros, mas igualmente à distinção e ao prestígio (Pontes, 2001). O lucro, indício seguro de uma editora bem sucedida, caminha ao lado do prestígio como os mais cobiçados predicados. Porém, é por meio do prestígio que os editores se diferenciam dos demais empresários e comerciantes⁵¹. Muitas vezes, o lucro adquirido pelas editoras e por seus editores era o lucro indireto, “que pode ser traduzido por meio do trânsito e da distinção que adquirem junto ao meio intelectual, artístico, literário e editorial da época” (Pontes, 2001:450).

O prestígio permite que os negócios editoriais percam sua dimensão “profana” e adquiram uma espécie de “aura” que os demais empreendimentos empresariais dificilmente possuiriam. Segundo Pontes,

O prestígio, por recobrir a condição primeira de bens culturais, é um dos meios que os editores dispõem para serem reconhecidos e se reconhecerem como sujeitos destinados a uma missão social de alcance e importância consideráveis. Pelo menos no Brasil e no período em questão, este parece ser o caso (Pontes, 2001:442-443).

É devido a esse reconhecimento da figura do editor como sujeito responsável por uma missão social, que Pontes os considera “heróis culturais”, do mesmo tipo dos intelectuais, heróis literários e artísticos. Os editores estavam “empenhados em cumprir um papel social análogo ao dos intelectuais e escritores engajados, ou pelo menos assim se auto-reapresentam” (Pontes, 2001:420). Eles procuravam suprir a ausência e as deficiências dos poderes públicos e provavelmente diziam e acreditavam que editavam como missão. O trabalho de editar seria assim um dos principais canais de difusão, ampliação e consolidação da cultura brasileira. Essa seria a função cultural do editor, que é caracterizado ainda como “editor predestinado”, ou seja, um tipo de mediador cultural muito especial.

⁵¹ Conforme afirma Pontes (2001), a Editora Melhoramentos, de São Paulo, seria a melhor prova do que pode significar a falta de prestígio para uma editora. Embora ela fosse a sexta mais bem-sucedida editora nas décadas de 1930 e 40, só é citada na bibliografia especializada por essa razão. Seus editores, os irmãos Weiszflog, quando são mencionados, não merecem nenhuma consideração, como se não tivessem tido nenhuma

As palavras de José de Barros Martins, fundador da Editora Martins, exemplificam bem a construção dessa imagem específica e valorada do editor. Por isso, mesmo longa, vale a citação:

Não podemos fugir à constatação de que as coisas do espírito foram sempre relegadas a um plano secundário entre nós. Aos editores caberia o nobre encargo de suprir as deficiências dos poderes públicos. *A eles, o encargo da função cultural que o País suplicava.* O Brasil é um país de autodidatas, sem escolas, sem cursos especializados. (...) Num tal ambiente *o papel reservado aos editores é, indiscutivelmente, de tremendas responsabilidades.* O livro, como instrumento de trabalho e de cultura, eis o que lhe compete produzir, quase sempre enfrentando as condições mais adversas. *Nenhum outro laboratório ou campo de aprendizagem servirá talvez de melhor espelho para vermos, entendermos e amarmos o Brasil do que o escritório de um editor.* Com o romancista, ele ausculta as angústias e esperanças, os sofrimentos e alegrias do seu povo. Com o sociólogo, estuda os problemas da formação, desenvolvimento e futuro do País. Com os poetas, canta a ternura de nossas mulheres e embala-se no ritmo da nossa gente. Com o pintor e ilustrador analisa e marca os nossos tipos e os ambientes que constituem a característica de nossa paisagem humana. Mas o escritório de um editor ainda tem mais coisas. Tem, por exemplo, os jovens estudantes do entusiasmo e de esperança que ali vão, tímidos e indecisos, levar em humildes originais os melhores sonhos que os embalaram, as melhores esperanças do futuro [grifo do autor] (Martins, José de Barros; 1950 *Apud* Pontes, 2001:443).

Desse modo, o editor brasileiro, até meados do século XX, se vê e é visto com um crucial papel social e político ao realizar sua missão, adquirindo status e prestígio dos maiores intelectuais.

Embora Pontes não tenha pesquisado a atuação de Rodrigo M. F. de Andrade como editor, pode-se enquadrá-lo dentre os grandes editores do período, não por ter dirigido uma editora importante comercialmente, mas por ter buscado a edição como uma de suas missões políticas e culturais. Conforme já analisaram José Reginaldo Gonçalves Santos, Márcia Chuva, Mariza Veloso e outros pesquisadores, a ação do Sphan e de Rodrigo à sua frente tinha como missão “civilizar” o Brasil. Dessa forma, as publicações do Sphan podem ser entendidas como um dos veículos mais poderosos para tanto.

Rodrigo, apesar de raramente ser mencionado como um editor, era o responsável pela organização e seleção do conteúdo das publicações do Sphan, além de realizar convites e tratar de sua distribuição. O editor confunde-se, nesse sentido, com o autor, criador da *Revista do Patrimônio* como um todo.

repercussão no universo intelectual e cultural mais amplo. Muito diferente é o caso de Monteiro Lobato, José Olympio, José de Barros Martins, Érico Veríssimo e outros editores do período.

O editor está semanticamente na origem do livro, é seu criador e o responsável pelo empreendimento. E, assim, “a figura plena do editor poderia estar incluída no conceito ‘amplo’ de autor” (Bragança, 2005:222). O editor-autor cria e dirige os textos que serão transformados em livros e periódicos, pensando como serão feitos e a quem eles se destinam. Ao selecionar e produzir o que deve ser publicado, o editor é ainda, como na *Revista do Patrimônio*, o responsável pela qualidade científica e gráfica da obra que será oferecida ao público e quem o convida para a leitura. No periódico estudado, portanto, estamos considerando Rodrigo M. F. de Andrade o editor e o autor do conjunto dos textos publicados.

2.2.1 Editoras, produção intelectual e retratos do Brasil em meados do século XX

A historiografia aponta para a relevância dos anos 1930 no que tange ao engajamento político, religioso e social no campo da cultura – para além de outros aspectos. Nessa década, realizaram-se as reformas educacionais empreendidas no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública, mesmo antes da gestão de Capanema. Essas reformas ampliaram o acesso à educação, especialmente à formação de base. No Brasil, mesmo com todos os seus limites, o ensino universitário também foi ampliado e efetivamente incorporado a um sistema nacional de educação. Novos cursos superiores surgiram, como é o caso de filosofia, geografia, história e letras, com os quais diversos professores e pesquisadores estrangeiros contribuíram. Lévi-Strauss, Roger Bastide, Pierre Monbeig são alguns exemplos dessas contribuições.

A consequência da implantação desses cursos foi o incremento do espírito analítico dos estudos sobre o Brasil, resultando ainda na grande expansão dos estudos sobre a “realidade brasileira”. Segundo Cândido (1984), este era um dos conceitos-chaves dos anos 30/40 e se encarnou nos chamados “estudos brasileiros” de história, política, sociologia, antropologia etc., produzindo o “pensamento social brasileiro”.

O interesse por tal temática aparece com grande destaque no recém-formado mercado editorial brasileiro⁵². Desde a década de 1920, o escritor Monteiro Lobato iniciara um novo modelo de edição, distribuição e venda de livros no Brasil, originando uma espécie de *boom* do mercado de livros, que se consolida na década de 30. Nesse período, as diversas editoras

⁵² Araújo (1986) divide a prática editorial brasileira em três períodos: a primeira inicia-se com a criação da Imprensa Régia; a segunda decorre da dificuldade de comunicação entre o Brasil e a Europa, local onde se imprimiam quase a totalidade das obras brasileiras, e do *boom* editorial em meados do século XX, período aqui considerado; a terceira corresponde aos anos 1960 em diante, quando Antônio Houaiss estabelece a prática editorial no país de forma irreversível e sistemática. Segundo Pontes (2001), coube a Paula Brito a posição de primeiro editor brasileiro, ainda no século XIX. Porém, foi Monteiro Lobato quem renovou e consolidou a atividade editorial no país.

que surgiram no país lançaram obras e coleções dedicadas aos “retratos” do Brasil, refletindo a produção intelectual contemporânea.

Dentre as coleções sobre a “realidade brasileira”, destacam-se a *Brasiliانا*, a *Documentos Brasileiros* e a *Biblioteca Histórica Brasileira*. A primeira foi lançada em 1931 pela Companhia Editora Nacional⁵³, sendo parte de um amplo projeto editorial intitulado *Biblioteca Pedagógica Brasileira*. Fernando de Azevedo foi seu diretor até 1958, quando Américo Jacobina Lacombe o sucedeu. A *Documentos Brasileiros* saiu a partir de 1936, editada pela Livraria José Olympio Editora⁵⁴, tendo sido dirigida por Gilberto Freyre até 1939, por Otávio Tarquínio de Souza⁵⁵ entre 1939 e 1959 e por Afonso Arinos a partir de 1962. O título inaugural dessa coleção foi *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Já a última foi lançada pela Livraria Martins Editora⁵⁶ e foi dirigida pelo bibliotecário municipal de São Paulo e bibliófilo Rubens Borba de Moraes. Havia ainda outras coleções que se dedicavam ao debate político-ideológico do período, como a coleção *Azul*, publicada desde 1932 pela Editora Schmidt⁵⁷ e a *Problemas Políticos Contemporâneos*, da José Olympio, a partir de 1934. Outras coleções contemporâneas foram a *Biblioteca de divulgação científica*, dirigida por Artur Ramos, e a *Biblioteca de Ciências Sociais*, dirigida pelo sociólogo americano Donald Pierson, ambas da Editora Civilização Brasileira⁵⁸, entre outras coleções lançadas no período⁵⁹.

⁵³ A Companhia Editora Nacional é a sucessora da Monteiro Lobato & Cia. Foi conservadora em literatura, segundo Cândido (1984), porém, com a *Biblioteca Pedagógica Brasileira* realizou um dos mais notáveis empreendimentos editoriais que o Brasil já teve.

⁵⁴ A Editora José Olympio foi uma das mais prestigiadas dentre as estudadas por Pontes. José Olympio Pereira Filho (1902-1990), seu fundador, iniciou sua carreira como limpador de caixas em 1918 na Casa Garraux, em São Paulo – uma livraria francesa que era ponto de encontro da intelectualidade paulistana. Em 1925, tornou-se gerente, o cargo mais importante no quadro de auxiliares da Garraux. Em 1931 fundou sua própria livraria em São Paulo e em 1932 abriu a Editora José Olympio, cuja primeira obra publicada foi *Conhece-te pela Psicanálise*. Em 1934, José Olympio mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cresceu e adquiriu prestígio.

⁵⁵ O historiador Otávio Tarquínio de Souza dirigiu a *Revista do Brasil* em sua terceira fase, com 56 números publicados entre julho de 1938 e dezembro de 1943. A partir de 1939, acumulou com essa função o cargo de diretor da coleção *Documentos Brasileiros*.

⁵⁶ A Livraria Martins Editora, tal como a José Olympio, iniciara apenas como livraria em 1937, tornando-se editora em 1940. Seu editor e proprietário era José de Barros Martins, dono também de um enorme prestígio entre seus pares.

⁵⁷ Criada em 1930 por Augusto Frederico Schmidt. Publicou obras de Jorge Amado, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz etc.

⁵⁸ Fundada em 1932 pelo poeta Ribeiro Couto e por Gustavo Barroso. Em 1948, o controle acionário passou para Ênio Silveira (1925-1996). Na década de 60, dividiu o reinado do mercado editorial brasileiro com a Martins Editora. Publicou obras de muitos escritores e intelectuais opositores ao governo.

⁵⁹ Outras editoras que se destacaram nesse momento foram a Editora Globo, a Ariel, a Pindorama e a Amigos do Livro. A Editora Globo foi fundada no Rio Grande do Sul e contou com Érico Veríssimo como editor. Tornou-se conhecida por difundir autores até então pouco conhecidos pelo Brasil, como Aldous Huxley, Thomas Mann, Joseph Conrad, Marcel Proust etc. A Editora Ariel, fundada no Rio de Janeiro por Gastão Cruls e Agripino Grieco, publicou o conhecido *Boletim de Ariel*, uma revista literária. Já a Pindorama e a Editora Amigos do Livro foram os destaques mineiros do nascente mercado editorial brasileiro.

Nesse mesmo cenário que propiciou o surgimento das interpretações do Brasil publicadas pelas editoras e suas coleções, outras obras seminais sobre a “realidade brasileira” eram lançadas. Em 1933, a Editora Schmidt publica *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre. No ano seguinte, ocorre o I Congresso Afro-Brasileiro, em Recife, organizado pelo mesmo Gilberto Freyre, e a Universidade de São Paulo (USP) é criada. Em 1936, é lançado *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Em 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, tida como a primeira obra marxista produzida no país.

Os estudos já realizados sobre essas editoras e os intelectuais com elas envolvidos apontam para um amplo trânsito entre as esferas culturais e um intenso contato e convivência desses intelectuais nas editoras e livrarias, que podem ser compreendidas como lugares de sociabilidade, tais como as redações de jornais e revistas.

Se em um primeiro momento, a livraria Casa Garraux, onde José Olympio iniciou sua carreira, era o ponto de encontro da intelectualidade paulistana, e a livraria Garnier, também francesa, era o ponto de encontro carioca, mais tarde elas são substituídas pela Livraria José Olympio Editora, pela Martins e outras. Na Garraux, ainda na década de 20, compareciam Menotti del Picchia, Mário e Oswald de Andrade, Washington Luís, entre outros. Já no Rio de Janeiro, na Rua do Ouvidor, a Livraria José Olympio era palco de boas conversas de muitos intelectuais que ali se encontravam, segundo conta José Mindlin. Muitos deles foram editados por J.O., como era conhecido o proprietário da livraria e editora. Dentre eles estavam Sérgio Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Drummond, Afonso Arinos, Portinari, Vinicius de Moraes, Octávio Tarquínio de Sousa, Lúcia Miguel Pereira, Gastão Cruls (que também tinha sua editora), Chico Barbosa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, José Lins do Rego.

Muitos deles, como se nota, faziam parte também do chamado “grupo do patrimônio”, que compôs a Academia Sphan e que se refere ao conjunto de intelectuais que se reuniam em torno de Rodrigo para discutir questões do patrimônio. Assim, Rodrigo, Drummond, Afonso Arinos, Sérgio Buarque, Manuel Bandeira, Portinari, Vinicius faziam parte da roda de intelectuais tanto da Livraria José Olympio como da rede do patrimônio, realizada na sala de Rodrigo no Sphan, representando um exemplo desse trânsito entre as esferas culturais que, por sua vez, dizem respeito a lugares de sociabilidade diferentes.

Diante de uma indústria cultural embrionária e da ausência de campos profissionais claramente delimitados (o que viria a ocorrer com o processo de consolidação do sistema universitário), esses intelectuais voltam-se para a demanda de políticas do Estado. Eles reconhecem em sua burocracia um espaço privilegiado para se pensar e para se intervir na

questão nacional. Por outro lado, os intelectuais formados no interior do campo de produção de saber da época – as academias de letras, os institutos históricos e geográficos, as faculdades de direito, medicina e engenharia e, em menor número, as faculdades de ciências, letras e educação – dirigem-se para o mercado editorial, que se expandiu vertiginosamente nos anos 30.

Segundo Pontes (2001), essa circularidade é mais uma modalidade desse trânsito entre esferas culturais distintas: “O escritor editor, o literato jornalista, o pensador polivalente, o antropólogo radialista, o jornalista crítico literário. O trânsito entre essas esferas constitui a norma, marcando de maneira indelével a produção cultural no país” (Pontes, 2001: 448-449). Essa ambivalência de uma cultura artística e outra de mercado não se manifestariam de forma antagônica no Brasil até a década de 50, quando se diferenciou mais nitidamente um pólo de produção cultural mais restrito de outro mais ampliada, voltado para e conectado com um mercado de bens culturais massivos.

Assim, esses intelectuais que construíram o patrimônio, como visto no Capítulo 1, estavam engajados e carregavam consigo a função cultural de “civilizar” o país por meio da preservação dos suportes de algumas memórias e histórias. Para tanto, adentravam o Estado e as nascentes universidades, atuando num pólo de produção cultural mais restrito. Paralelamente, ao se embrenharem nas editoras e livrarias, que possibilitavam a eles um outro tipo de produção cultural, conectavam-se com o mercado, cuja produção já era geralmente ampliada.

2.2.2 Revistas de “alta cultura” (1930-1970)

As atividades de Rodrigo M. F. de Andrade no Sphan foram assim muito influenciadas pela ampla e profunda circulação que ele tinha nesse meio editorial/cultural. Rodrigo freqüentava os pontos de encontro da intelectualidade mineira, carioca e paulistana em cafés, livrarias e redações que são, por isso, compreendidas como lugares de socialidade.

Assim como a edição da *Revista do Patrimônio* vincula-se, ainda que indiretamente, à produção editorial do período estudado, ela também se relaciona com os periódicos que lhe são contemporâneos, especialmente os chamados de “alta cultura”, como ela. Isso se deve, inclusive, ao fato de que muitos dos colaboradores da *Revista* escreverem intensamente para outros periódicos.

É por isso que é preciso articular a produção editorial do Sphan com a de periódicos semelhantes, a fim de se compreender a *Revista* na história da imprensa, observando-se possíveis diálogos ou influências. Para tanto, são consideradas as principais revistas de “alta cultura” contemporâneas à *Revista do Patrimônio*. Antes, porém, de percorrer esse periodismo, cabe discorrer sobre a categoria “revistas de alta cultura”, ainda que brevemente⁶⁰.

A partir das tipologias elaboradas por Ana Luiza Martins (2008) e Tania de Luca (2009) sobre o periodismo, pode-se afirmar que uma revista como a ora estudada enquadra-se em revistas de cultura ou, mais especificamente, de alta cultura. As revistas literárias, institucionais e científicas, tais como *Revista do Brasil* e *Revista do IHGB*, pertencem a esse gênero de periódico⁶¹. Algumas de suas características são: circulação restrita e público leitor diminuto, geralmente com pontos de venda inexistentes; cuidado gráfico e configuração sóbria e sólida, próxima a uma livro; ausência de propagandas; autoria de intelectuais conceituados sobre compenetrados artigos, versando sobre temáticas selecionadas. Em geral, não eram economicamente atrativas, porém, “não há como negar o significado do seu alcance simbólico” (Luca, 2009:23).

Essas revistas de cultura, assim, eram efetivamente consumidas por “homens de letras”, que buscavam o conhecimento técnico-científico. Desse modo, pode-se dizer que o público consumidor das revistas de cultura eram, em geral, os próprios pares dos autores desses periódicos.

Conforme se verá adiante, essas particularidades das revistas de “alta cultura” coadunam-se com o perfil da *Revista do Patrimônio* e, além dela, de outros periódicos que coexistiram com ela no período aqui estudado, ou seja, de 1930 a 1970. Assim, vale atentar para uma visão panorâmica desse periodismo de cultura, alguns de caráter oficial e outros da iniciativa privada.

Para tanto, foi elaborado o Quadro 1, que permite observar as revistas em questão. Destacam-se a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, a *Revista do Brasil*, a *Revista Clima*, os *Anais do Museu Paulista*, os *Anais do Museu Histórico Nacional*, a *Revista Cultura Política*, a *Estudos Brasileiros*, o *Anuário Brasileiro de Literatura*, e as revistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística etc.

⁶⁰ Sobre a noção “alta cultura”, integrante da categoria ora utilizada, e que geralmente aparece como noção dicotômica de “cultura popular”, ver Capítulo 3.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, editada pelo instituto homônimo – IHGB, é publicada desde 1839, logo que o mesmo foi criado. Com auxílio do poder político central (imperial ou republicano), tratava-se de um veículo de difusão sobretudo do conhecimento histórico, congregando colaboradores de grande prestígio, sendo que muitos deles adquiriram notoriedade como historiadores. O periódico registrava as atividades institucionais por meio da divulgação de seus relatórios, tornava público atos comemorativos e outras cerimônias, além de publicar fontes primárias – tal como faz também a *Revista do Patrimônio* –, biografias e resenhas de obras. Era, enfim, uma instituição de tradição para a disciplina histórica⁶². Conforme visto no Capítulo 1, o Sphan é tido por Rodrigo como uma espécie de seu prolongamento e seu periódico reunia intelectuais vinculados tanto com o IHGB quanto com o próprio Sphan – exemplo disso, é a colaboração de muitos de seus membros com as atividades do Serviço do Patrimônio.

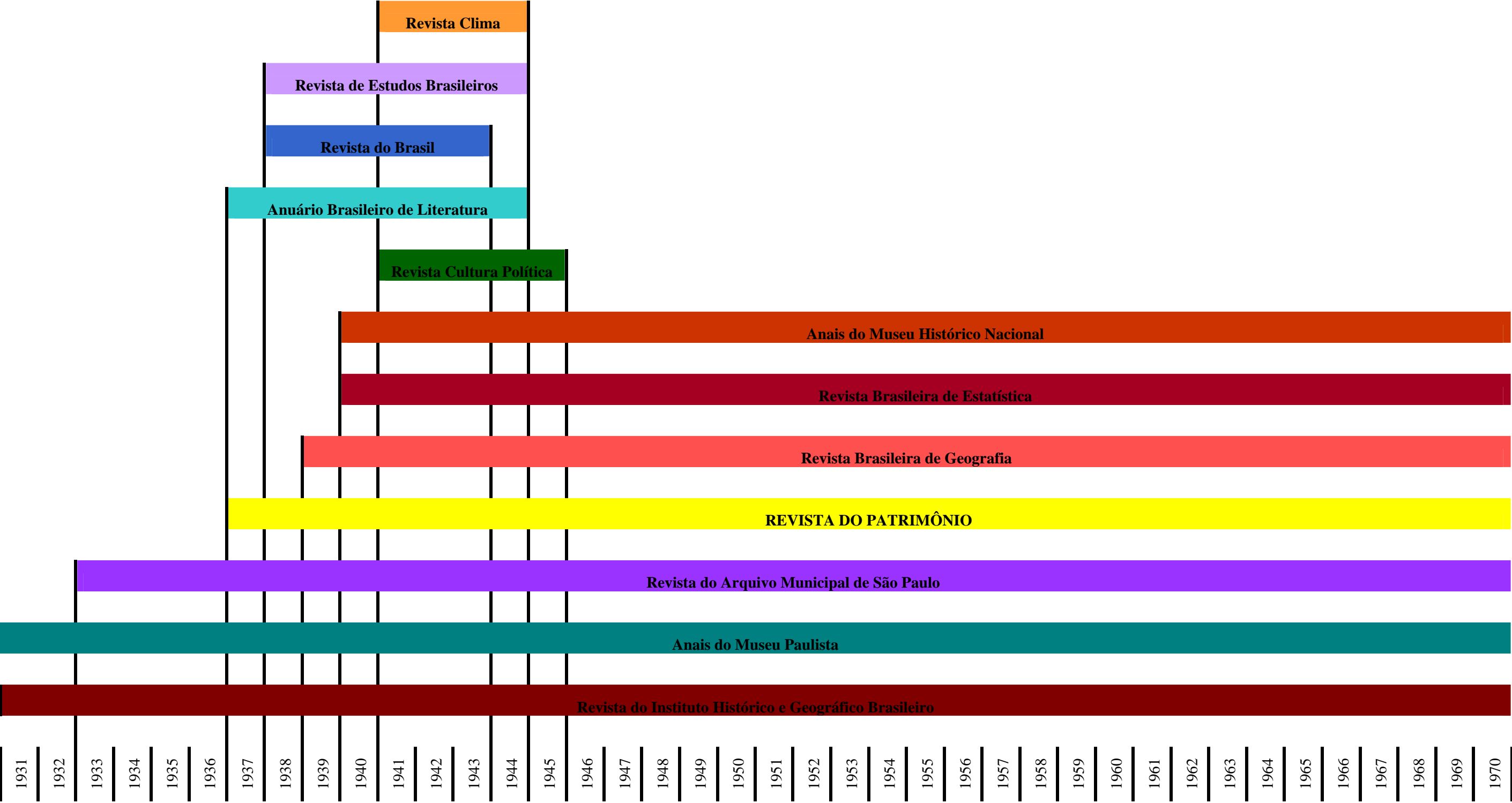
A *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, publicação oficial da prefeitura municipal, tinha por objetivo publicar, na íntegra, documentos históricos de seu acervo, apresentando freqüentemente a transcrição de fontes. A questão da busca das origens ou raízes é o mote principal. Inicialmente, era editada pela Diretoria de Protocolo e Arquivo da Prefeitura, e dirigida por Álvaro Martins Ferreira, secretariado por Nuto Sant’ana. A partir de 1935, a publicação foi incorporada ao Departamento de Cultura, então dirigido por Mário de Andrade, que se tornou também o diretor do periódico até 1938, sendo secretariado por Sérgio Milliet. Seus autores vinculavam-se a variados institutos, inclusive ao IHGB e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Eram políticos consagrados, funcionários públicos, escritores (muitos dos quais considerados “modernistas”), pesquisadores de folclore e cultura popular etc. Afonso Taunay, diretor do Museu Paulista e autor de um único artigo na *Revista do Patrimônio*, foi um assíduo colaborador desse periódico, tendo escrito os textos de abertura dos volumes publicados até o final de 1935. Ao lado de Taunay, eram autores da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*: Alceu Amoroso Lima, Carlos Ott, José Mariano Filho, Luiz Saia, Plínio Ayrosa, Manuel Bandeira, Salomão de Vasconcelos, Serafim Leite, Sérgio Milliet e o próprio Mário de Andrade⁶³.

⁶¹ Contrapunha-se ao tipo “revista de alta cultura” as chamadas revistas ilustradas e de variedades, que se multiplicavam no fim do século XIX e início do XX.

⁶² Sobre o IHGB e sua revista, ver Guimarães, 1988 e Schwarcz, 1993.

⁶³ Sobre esse periódico e mesmo sobre o trabalho do Departamento de Cultura, ver Raffaini, 2001; Rubino, 2002; Barbato Júnior, 2003; Claro, 2008.

Quadro 1 - Revistas de alta cultura contemporâneas à *Revista do Patrimônio*



Também de São Paulo, a *Revista do Brasil*, dedicada a discutir questões nacionais, foi um empreendimento empresarial de Júlio de Mesquita, o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi lançada em São Paulo, em janeiro de 1916, tendo como chefe da redação Plínio Barreto, até 1918. Nesse ano, a sociedade foi desfeita e Monteiro Lobato a adquiriu, tomando sua direção até maio de 1925, quando foi à falência. Nesse período (1916-25), foram publicados 113 volumes.

Assis Chateaubriand, que começava a montar o conglomerado midiático que resultou nos *Diários Associados*, adquiriu a chancela da revista e a relançou em 1926, tendo como redator-chefe Rodrigo M. F. de Andrade, secretariado por Prudente de Moraes Neto, e levando a edição para o Rio de Janeiro. Essa segunda fase publicou somente nove números, e foi encerrada em 1927. Entre 1938 e 1943, em um terceiro momento, o periódico voltou a circular, dessa vez editado por Otávio Tarquínio de Souza, publicando 56 volumes. No ano seguinte foram publicados mais três volumes. Entre 1984 e 1990, a *Revista do Brasil* reapareceu uma última vez, agora vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e da Rioarte.

Dentre seus principais colaboradores, pode-se destacar: Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Mário de Andrade, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, José Patrício de Assis, Oliveira Lima, Sérgio Milliet, Artur Neiva, Alberto Rangel, Rui Barbosa, Alceu Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Antônio de Alcântara Machado, Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, entre outros. O próprio Rodrigo escreveu no periódico, ainda na fase editada por Lobato⁶⁴.

A *Clima* foi uma iniciativa de um grupo expressivo de alunos das primeiras turmas da recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, tendo sido publicada entre maio de 1941 e novembro de 1944, totalizando 16 números. Definida como um periódico que trata das diversas modalidades de crítica de cultura, teve seções permanentes: Lourival Gomes Machado, o diretor de *Clima*, era também o responsável pela seção de artes plásticas; Antônio Cândido, pela de literatura; Paulo Emílio Salles Gomes, pela de cinema; Décio de Almeida Prado, pela seção de teatro; Antonio Branco Lefèvre, pela de música; Roberto Pinto Souza, pela de economia e direito; e Marcelo Damy de Souza, pela de ciência. Além desses, participavam como colaboradores Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho, Cícero Christiano e outros. Seu número inaugural foi aberto pelo ensaio “Elegia de abril”, de

⁶⁴ Sobre a *Revista do Brasil*, ver Luca, 1999 e 2009 e Ikeda, 1975.

Mário de Andrade, o que procurava conferir a essa iniciativa uma certa consagração. A revista *Clima*, embora de curta duração, foi um veículo de exposição do projeto dos intelectuais desse grupo, dando-lhes visibilidade e acesso a empreendimentos culturais e intelectuais mais ambiciosos⁶⁵.

Os *Anais do Museu Paulista* era o órgão de divulgação oficial do Museu Paulista. Criado em São Paulo no ano de 1890, como Museu do Estado, foi transformado em Museu Paulista em 1893. Seu primeiro diretor foi o alemão Hermann von Ihering, que criou a *Revista do Museu Paulista*, em 1895, como um órgão oficial de divulgação, publicando pesquisas e estudos especializados nas ciências naturais, biológicas e históricas do país, passando pela arqueologia, botânica, paleontologia, com destaque para a zoologia. Seu sucessor foi Afonso d'Escragno Taunay, que assumiu a direção do museu em 1917, permanecendo no cargo por 27 anos e implementando uma série de mudanças no instituto. Taunay criou, por exemplo, as seções de história nacional e de etnografia, antes inexistentes, e lançou um outro periódico, os *Anais do Museu Paulista*, publicação voltada a temas de “história nacional” – ainda que a partir de uma perspectiva notadamente paulista.

Desse modo, entre 1922 e 1938, os *Anais do Museu Paulista*, de cunho histórico, e a *Revista do Museu Paulista*, mais voltado às chamadas ciências naturais, coexistiram. Nesse último ano, o periódico mais antigo foi extinto, porém, no fim da gestão de Taunay, em 1946, havia planos de sua retomada, uma vez que institutos científicos, nacionais e estrangeiros, demandavam a retomada da publicação – o que atestava sua importância. Sérgio Buarque de Holanda, que sucedeu Taunay no período de 1946 a 56, conseguiu relançar a *Revista do Museu Paulista* em 1947, contudo, com um caráter completamente diferente: majoritariamente dedicado à antropologia. Tanto a *Revista* como os *Anais* contavam com colaboradores de grande peso, tornando a publicação uma referência no periodismo científico institucional paulista e mesmo, no nacional⁶⁶.

Os *Anais do Museu Histórico Nacional*, vinculado ao museu homônimo, era uma publicação institucional que recebia recursos do governo federal, tal como a *Revista do Patrimônio*. Provavelmente, acaba aí a semelhança entre o objeto de estudo desta pesquisa e o periódico oficial do MHN. Isso porque os *Anais*, publicados de 1940 a 1975, eram editados

⁶⁵ Sobre *Clima*, ver Pontes, 1998.

⁶⁶ Não há estudos sistemáticos sobre os periódicos em questão, porém, França, 2005 e Martins, 2009 fornecem informações sobre os mesmos em determinados momentos.

pelo próprio diretor do museu, Gustavo Barroso, com quem o Sphan travou embates, como já apontado no Capítulo 1.

Os artigos publicados eram escritos pelos conservadores do museu, versando sobre as pesquisas ali realizadas. O mote girava em torno da biografia dos “grandes homens” e das descrições sobre como os fatos históricos aconteceram, sempre os relacionando com objetos de seu acervo (Magalhães, 2004). Seus colaboradores, por se tratarem de funcionários, eram permanentes, dentre os quais se pode citar Edgar de Araújo Romero, Menezes de Oliva, Alfredo Solano de Barros, Paulo Olinto, Nair de Moraes Carvalho, Alfredo Teodoro Rusins, Adolpho Dumans. Entre os autores que aí escreveram uma ou duas vezes, destaca-se o neocolonial José Mariano Filho e os também autores da *Revista do Patrimônio*, Mário Barata, Dom Carlos de Saxe-Coburgo e Bragança, e Joaquim de Souza Leão.

O diretor e editor, Gustavo Barroso, sempre abria os números, além de ser autor de muitos apêndices. Barroso escreveu ainda um volume inteiro dos *Anais* dedicado à divulgação das ações do museu para a preservação do patrimônio histórico, em uma evidente “querela” com o Sphan. Trata-se do número V, publicado em 1944, e que recebeu o título *Documentação da ação do Museu Histórico Nacional na defesa do Patrimônio Tradicional do Brasil*. Nele, o diretor do museu relatava e enaltecia sua participação na criação do Museu Imperial de Petrópolis, no Regulamento do Museu da Cidade do Rio de Janeiro, no tombamento de Diamantina (que data de 1942), na montagem de exposições brasileiras no exterior etc. Ao volume, anexam os orçamentos, correspondências, relatórios e artigos de jornal referentes às suas iniciativas, montando uma espécie de dossiê⁶⁷.

A revista *Cultura Política*, publicada entre março de 1941 e outubro de 1945, era uma revista mensal de “estudos brasileiros” (conforme seu subtítulo) publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP em parceria com o MES, durante o Estado Novo. Foi dirigida por Almir de Andrade, que antes havia colaborado com *Revista do Brasil* e havia sido o editor do periódico *Cultura e Política*⁶⁸, criado em 1927. Embora possa ser considerada uma revista de alta cultura, esse periódico era vendido em bancas de jornal do Rio de Janeiro

⁶⁷ Este volume dos *Anais* foi a fonte primordial da pesquisa de Magalhães, 2004 sobre o museu. Valeria, ainda assim, uma investigação comparativa entre essa publicação e o periódico do Sphan, atentando para as construções simbólicas decorrentes de dois projetos distintos e concorrentes.

⁶⁸ Segundo Veloso (1992), tanto o grupo do Patrimônio como o de Almir de Andrade tinham um projeto político-cultural em comum: construir a nação por meio da inspiração histórica, valorizando as raízes que integrariam nossa tradição.

e de São Paulo, a um preço simbólico⁶⁹, sendo amplamente divulgada. Sua proposta era a de “definir e esclarecer” as transformações vividas no país, apresentando os feitos governamentais. Mas havia também “toda uma preocupação com o ‘debate e a difusão’ de informações e valores considerados essenciais para o desenvolvimento do Estado-nação” (Gomes, 1996:16). Nesse sentido, destacavam duas seções: “Textos e documentos históricos” e “Brasil social, intelectual e artístico”. Abrigou assim diversas correntes de pensamento e alguns de seus colaboradores foram, além do próprio Almir de Andrade: Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Graciliano Ramos e Gilberto Freyre.

A revista *Estudos Brasileiros* foi publicada pelo instituto homônimo entre julho de 1938 e dezembro de 1944. O Instituto de Estudos Brasileiros fora fundado em 1938 por João Augusto de Mattos Pimenta e se tratava de uma organização apolítica e não oficial que visava um maior conhecimento sobre o Brasil, veiculando artigos e conferências sobre arte e arquitetura. Sua publicação teve como primeiro editor Cláudio Ganns e, depois, Otávio Tarquínio de Sousa. O Conselho Editorial da revista era composto por Afonso Arinos, Otávio Tarquínio, Tristão de Athayde, dentre outros, que também escreviam em *Estudos Brasileiros*, ao lado ainda de Augusto de Lima Júnior e José Mariano Filho.

O *Anuário Brasileiro de Literatura* era uma revista especializada na divulgação e no balanço do movimento editorial do ano em questão, englobando dados sobre as publicações de literatura, música, teatro e cinema. Foi criada no Rio de Janeiro, em 1937, pelos Irmãos Pongetti, e, em 1941, passou para a direção da Livraria Editora Zélio Valverde, que a publicou até 1944. Seu público era primordialmente os próprios editores, uma vez que seu conteúdo versava basicamente sobre os lançamentos editoriais anuais e a vida literária internacional, além de publicar entrevistas com os editores.

Já a *Revista Brasileira de Geografia* e a *Revista Brasileira de Estatística* eram publicações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁷⁰, lançadas, respectivamente, em 1939 e 40. Segundo Camargo (2009), essas publicações exerceram um papel decisivo na organização do campo geográfico, sobretudo a primeira delas. Seus autores eram os próprios técnicos do IBGE ou de outras instituições, e divulgavam pesquisas sobre geografia, econômica, estatísticas, educação, além de orientações metodológicas. Cita-se:

⁶⁹ Gomes (1996) informa que era vendida por Cr\$ 3,00, quando seu custo girava em torno de Cr\$ 10,00.

⁷⁰ Em 1937 foi criado o Conselho Nacional de Geografia, que, no ano seguinte, uniu-se ao Instituto Nacional de Estatística, dando origem ao IBGE.

Fernando Azevedo, Azevedo Amaral, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Artur Ramos, Lourenço Filho, Padre Leonel Franca, Lourival Fontes, dentre os mais renomados.

Ambos os periódicos forneciam um quadro de referências para o desenvolvimento de um perfil identitário para o Brasil, como era comum nas demais revistas ora citadas, constituindo-se dentro de um dos amplos projetos culturais de nação e de modernização do país. Destaca-se, nesse sentido, a seção “Tipos e Aspectos do Brasil”, publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, que contava com artigos e desenhos de Percy Lau, que versava sobre as “representações” do Brasil⁷¹.

Observa-se, assim, a existência de diversas revistas de alta cultura contemporâneas à *Revista do Patrimônio*, dentre outras que poderiam ser também mencionadas, como a *Revista Brasileira*, editada pela Academia Brasileira de Letras. Nem todas, porém, tiveram a longevidade alcançada pelos periódicos do Sphan, do IBGE, do MHN, do Museu Paulista, do IHGB e do Arquivo Municipal de São Paulo. Ressalta-se que todos esses periódicos contaram com recursos oficiais dos governos a que se vinculavam – o que pode explicar em parte seu êxito ao longo do tempo. Assim, a única revista oficial que aparece no Quadro 1 e que não vingou, foi *Cultura Política*, cuja circulação foi encerrada com o fim do Estado Novo que ela propagandeava.

As demais revistas, iniciativas particulares (vinculadas ou não a editoras), não tiveram sobrevida e, antes mesmo da década de 1950, já estavam extintas. De qualquer forma, começaram a circular concomitantemente com a *Revista do Patrimônio* e concorriam com ela, tanto junto ao público leitor quanto à própria colaboração de intelectuais nessas revistas – que é o que se observa ao atentar para os autores das mesmas.

2.3 A Revista do Patrimônio (1937-67)

Cabe então, finalmente, apresentar uma “narrativa densa” (Burke, 1992), atentando para os diversos aspectos materiais e editoriais que presidiram a *Revista do Patrimônio*. Em primeiro lugar, atenta-se para o nome que ela recebe entre 1937 e 1967, período aqui estudado e que engloba 15 volumes. Até seu nono número, a publicação recebe o nome de *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Já os números posteriores, até o

⁷¹ Ver Angotti-Salgueiro, 2005; Nascimento, 2008; e Camargo, 2009.

presente momento (pois ela segue existindo), recebem o nome de *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Mas esta pesquisa abarca somente o conjunto que vai até o número 15, último volume editado por Rodrigo, o que lhe garante certa vaidade.

Até o número 18, a *Revista* assemelha-se a um livro, de dimensões de 17,5 por 23,5 cm, apresentando uma quantidade variável de páginas e de artigos publicados. Essa aparência de livro era reforçada pela completa ausência de propagandas e anúncios, muito comuns às revistas do período, mesmo às de “alta cultura”⁷². Seu aspecto era “moderno”, alinhado aos padrões estéticos do momento, porém era sóbrio. As páginas de texto eram impressas em papel *offset* e as páginas que continham imagens, em *couché*. Conforme será visto a seguir, a revista era ricamente ilustrada – ainda que em preto e branco, destacando-se do periodismo a que pertence, que praticamente não ilustrava seus artigos.

Não se sabe exatamente qual era sua tiragem, nem se era efetivamente vendida em bancas de jornal ou apenas distribuídas. Entretanto, a correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade, com pessoas físicas e instituições culturais que recebiam as publicações, fornece alguns indícios⁷³. Assim, foram arrolados 55 órgãos nacionais e 39 internacionais que receberam as publicações do Sphan⁷⁴. Figuram, entre eles, bibliotecas escolares e universitárias, arquivos, museus, faculdades e organismos culturais, como a Unesco.

Havia assim um intercâmbio com instituições científicas, nacionais e estrangeiras, atestado pelo relato de Rodrigo em *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*:

Efetivamente, o Sphan estabeleceu intercâmbio com grande número de instituições culturais na América. Suas publicações são remetidas a 222 estabelecimentos e personalidades, no continente, sendo 39 na Argentina, 3 na Bolívia, 1 no Canadá, 8 no Chile, 4 na Colômbia, 1 no Equador, 92 nos Estados Unidos, 18 no México, 4 no Paraguai, 5 no Peru, 2 na República Dominicana e 45 no Uruguai (Andrade, 1952b: 169).

Assim, considerando-se esse número de publicações remetidas ao exterior (222) e somando-o à quantidade de órgãos nacionais listados (55), pode-se afirmar que a tiragem era de, no mínimo, 300 exemplares. Mesmo tendo em vista que a tiragem era limitada, como afirma o editor em algumas correspondências, acreditamos que ela não se restringia a apenas isso, considerando-se alguns dados comparativos da época.

⁷² A *Revista do Brasil* e a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* são exemplos dessas revistas de alta cultura que veiculavam anúncios comerciais.

⁷³ Em uma grande quantidade de correspondências consultadas, agradecia-se o envio da *Revista do Patrimônio e das Publicações*, ou ambas eram solicitadas em conjunto. São raros os pedidos e os agradecimentos por qualquer uma das duas publicações isoladamente. Portanto, podemos afirmar que a distribuição da *Revista* era praticamente a mesma das *Publicações*.

A *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, outra revista de alta cultura, por exemplo, tinha tiragem de, no máximo, dois mil exemplares na década de 1930 (cf. Claro, 2008). Já o periódico *O Cruzeiro*, publicado desde 1928 e que se tornou um fenômeno editorial nos anos 1940 e 50, atingiu a marca de 720 mil exemplares – o que dá a dimensão da diferença de distribuição entre uma revista de variedades e outra de alta cultura⁷⁵. Desse modo, pode-se afirmar que, tal como o periódico do Arquivo Público de São Paulo, a *Revista do Patrimônio* contou com tiragem máxima de dois mil exemplares, embora não se tenha nenhum indício de que tenha chegado a tanto.

Rodrigo afirma, em resposta ao diretor de Redatores Unidos: “cumpre-me comunicar-lhe que, em virtude de serem muito limitadas as edições das obras publicadas por esta Diretoria, estas não se destinam à venda e sim apenas à distribuição entre instituições culturais do país e do estrangeiro”⁷⁶.

Apesar dessa informação de que o periódico não se destinava à venda, Lúcio Costa⁷⁷ afirmou que ele era vendido no próprio Sphan e em algumas bancas de jornal no Rio de Janeiro. Isso pode ser atestado pelos valores estampados nos primeiros cinco números da *Revista*, únicos a apresentar essa informação:

Quadro 2 - Valores de venda da *Revista do Patrimônio*

Nº da Revista	Preço do número avulso	Assinatura anual
1	4\$000	8\$000
2	4\$000	-
3	6\$000	-
4	6\$000	-
5	6\$000	-

Para se ter alguns valores de referência, pode-se compará-la novamente com a *Revista do Arquivo Municipal*, que, até 1938, era vendida por 2\$000 (Claro, 2008) – valor bem menor ao do livro de Gilberto Freyre, *Casa grande & senzala*, editado pela Livraria Schmidt Editora,

⁷⁴ Ver Anexo 1.

⁷⁵ Um outro parâmetro para se pensar sobre a tiragem das publicações de Sphan pode advir dos dados da obra de Carlos Drummond de Andrade. Em 1930, seu primeiro livro, *Alguma Poesia*, foi publicado com 500 exemplares. Em 1934, *Brejo das Almas*, editado pela cooperativa Amigos do Livro, contou com 200 exemplares. E *Sentimento do Mundo*, que veio a público em 1940, saiu com apenas 150 exemplares para distribuição a seus amigos. Como, em geral, o gênero periódicos apresenta uma tiragem maior que a de livros, pode-se afirmar que a tiragem da *Revista do Patrimônio* era maior que isso.

⁷⁶ Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a Edie Augusto da Silva, 25/04/1956. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Correspondências, Publicações (1955-1956), Caixa 145, Pasta 47. Arquivo Central do Iphan.

⁷⁷ Em depoimento dado a Márcia Chuva (1998).

em 1933, que foi vendido a 10\$000. Desse modo, ao que tudo indica, a publicação do Sphan destinava-se a um seletor público de estudiosos e especialistas.

Quanto à apresentação do periódico, não havia estrutura interna fixa, nem seções sistemáticas – com exceção do número inaugural, que será detalhadamente analisado no último capítulo. Assim, sua estrutura era fluida, apresentando tão sequencialmente os textos.

Quadro 3 - *Revista do Patrimônio*: Quantidade de artigos por número

Número da Revista	Quantidade de artigos	Número de páginas
1	22	170
2	14	312
3	15	316
4	13	406
5	12	297
6	10	335
7	10	340
8	9	361
9	11	392
10	4	312
11	4	322
12	5	385
13	8	355
14	6	307
15	7	272
Total	150	

Tendo-se em conta o Quadro 3, o que se ressalta é que no período inicial da *Revista do Patrimônio*, até o número 9, foram publicados, em média, mais de dez artigos por número, alcançando até 22 artigos num único volume – que foi o número inaugural⁷⁸. O período seguinte, a partir do número 10, contou sempre com um número de artigos inferior a dez. Porém, apesar da redução do número de artigos, o periódico manteve-se praticamente com o mesmo número de páginas – o que se deve ao aumento do tamanho dos textos publicados. Ou seja, reduziu-se o número de textos, porém estes passaram a ser mais longos. Isso porque espécies de monografias passaram a ser publicadas na *Revista* a partir do décimo número, o que explica a pequena quantidade de artigos e a manutenção do número de páginas em relação ao período anterior. Nesse sentido, a *Revista* tornou-se uma espécie de coletânea de estudos, muito mais do que um periódico propriamente dito. Isso fica mais evidente ao se analisar os

⁷⁸ Todos os números da *Revista* ora estudados são analisados no Capítulo 4, com especial atenção ao número inaugural.

objetivos editoriais das publicações do Sphan, seu público leitor e os temas a que se referiam esses artigos.

Desse modo, é preciso dizer que o Sphan possuía, desde sua criação em 1937, duas linhas editoriais distintas: a *Revista do Patrimônio* e a série *Publicações do Sphan* – ambas tendo Rodrigo Melo Franco de Andrade como editor. Enquanto a *Revista* contava com a colaboração de diversos autores, apresentando estudos técnicos, artigos, documentos e ensaios, as *Publicações* abarcavam, em geral, monografias de um único autor por número.

Ambas as linhas editoriais já foram anteriormente estudadas por Chuva (1998), que as considera um *locus* de ação estratégica do Sphan nas décadas de 1930 e 40 – período em que teve sua atividade legitimada e consolidada. A *Revista* e as *Publicações* são projetos coletivos à frente dos quais estava Rodrigo, que os construía com colaboradores. Ambas visavam divulgar o conhecimento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro – e não explicitamente as atividades do Sphan⁷⁹.

Os artigos da *Revista*, e provavelmente as obras das *Publicações*, eram gerados de duas maneiras, conforme informa Cavalcanti (2003): a partir de uma “encomenda” feita por Rodrigo a um técnico, que deveria se debruçar exclusivamente sobre um tema até então pouco estudado da cultura brasileira; ou, numa segunda modalidade, eram oriundos das viagens de “redescoberta” do país que caracterizaram boa parte da gestão de Rodrigo. Por meio delas, vários ensaios foram produzidos e publicados no periódico. Desse modo, o editor Rodrigo selecionava e controlava o que o Serviço do Patrimônio publicaria em seu periódico, construindo assim um campo de conhecimento, desde sua produção até sua divulgação.

Isto fica claro nos textos inaugurais dos dois empreendimentos editoriais do Sphan, além das raras notas publicadas de autoria de Rodrigo. No “Programa”, que abre o número 1 da *Revista* e é a única apresentação que o editor escreve ao longo de todo o período em que dirigiu o órgão, Rodrigo afirma que:

a publicação desta revista não é uma iniciativa de propaganda do Sphan, cujas atividades, por serem ainda muito modestas e limitadas, não justificariam tão cedo a impressão dispendiosa de um volume exclusivamente para registrá-las. O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui e contribuir empenhadamente para o seu estudo (Andrade, 1937a: 3).

⁷⁹ A série *Publicações do Sphan* será discutida no Capítulo 4.

Essa mesma idéia está presente na “Introdução” do primeiro volume das *Publicações*, que apresenta a obra *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil*, de Gilberto Freyre⁸⁰:

Tendo por objeto questões geraes ou aspectos particulares da formação e do desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, assim como estudos sobre matérias de nossa arqueologia, de nossa etnografia, de nossa arte popular, de nossas artes aplicadas e dos monumentos vinculados à nossa historia, os trabalhos que serão dados à publicidade em seguida ao presente ensaio do professor Gilberto Freyre visarão a informar e a instruir com seriedade os interessados sobre aqueles assuntos. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará no sentido de impedir que a literatura enfática ou sentimental, peculiar a certo gênero de amadores, se insinue nestas publicações. Por este meio, não interessa divulgar páginas literárias, ainda que brilhantes. O que interessa é divulgar pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Estas publicações não têm outra finalidade (Andrade, 1937b: 15-16) [grifo nosso].

Assim, o objetivo da *Revista*, e também das *Publicações*, era construir e consolidar, cientificamente, os estudos sobre o patrimônio histórico e artístico brasileiro, e divulgá-los junto aos “interessados sobre aqueles assuntos”. Tanto que o “Programa” afirma que há necessidade de uma ação sistemática e permanente a fim de “dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país” (Andrade, 1937a: 3). É nesse mesmo sentido que Rodrigo escreve:

A criação da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* visa contribuir para esse efeito. Sem pretensões a estampar trabalhos definitivos ou completos, uma vez que, a certos respeito, os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quase primária, esta publicação procurará corresponder ao fim a que se destina (Andrade, 1937a: 4).

Buscava-se, com isso, construir um campo – o campo do patrimônio, a partir da Academia Sphan, já explanada no capítulo anterior, e com o qual essas publicações deveriam contribuir. Cabe então observar um dado curioso no que tange à regularidade da *Revista*.

Conforme informa o “Programa”, a periodicidade da *Revista* seria semestral. Entretanto, ela foi anual – e aqui cabe uma ressalva quanto a sua regularidade. Até o número 11, as datas impressas na capa (ano de registro) são seqüenciais. Um intervalo de oito anos separa o

⁸⁰ A relação completa dos 22 números das *Publicações do Sphan* editadas por Rodrigo M. F. de Andrade encontra-se no Anexo 2.

número 11 do 12 e, a partir deste número, o periódico volta a ter uma certa regularidade. Tal regularidade estampada na capa, contudo, era fictícia, conforme Chuva (1998) aponta⁸¹, e essa construção não era desinteressada.

A partir dos dados fornecidos pelas fontes encontradas – os relatórios de atividades do Sphan, as correspondências de Rodrigo e a própria *Revista do Patrimônio* –, confrontamo-los com as informações apresentadas por Chuva. Assim, foi possível elaborar o Quadro 4, que sintetiza todos os dados levantados acerca da periodicidade da revista.

Quadro 4 - *Revista do Patrimônio*: ano de registro da publicação e ano de circulação

Ano de registro do número da <i>Revista</i>	Ano em que circula
Nº 1 (1937)	1938
Nº 2 (1938)	1940
Nº 3 (1939)	1940
Nº 4 (1940)	-
Nº 5 (1941)	-
Nº 6 (1942)	-
Nº 7 (1943)	1944
Nº 8 (1944)	1947
Nº 9 (1945)	1952
Nº 10 (1946)	1953/54*
Nº 11 (1947)	1954/55*
Nº 12 (1955)	1955/56*
Nº 13 (1956)	1957
Nº 14 (1959)	[1960]
Nº 15 (1961)	-

*Volume impresso nos dois últimos meses do primeiro ano

Os números 8 a 11 desse periódico apresentam a data da impressão no final de cada volume, não deixando dúvidas quanto ao ano de sua circulação, que é o período em que uma publicação adquire significado, pois é quando ela chega a público. Assim, por exemplo, o número 8, que leva a data de 1944 em sua capa, foi impresso somente em 1947 – ano que circulou. Havia assim uma defasagem entre o ano da edição, ou da intenção de ser publicado, e o ano de sua efetiva circulação entre os leitores. Esse descompasso foi permanente, conforme se observa nas fontes primárias.

Em junho de 1937, Rodrigo começava a pedir colaborações para a *Revista*. Em carta endereçada a Mário de Andrade, em 5 de junho daquele ano, o diretor do Sphan escreve que os originais deveriam ser remetidos a ele até o dia 15 daquele mesmo mês, para que, ainda no

⁸¹ Na presente pesquisa, buscamos ratificar as datas ora apresentadas por Chuva.

fim de junho, a *Revista* pudesse ser publicada. Porém, no dia 11 de junho, Rodrigo informa que o material poderia chegar até o fim daquele mês – revelando um atraso na data de lançamento imaginada inicialmente. No início de julho de 1937, Mário de Andrade já enviara seu texto sobre a capela de Santo Antônio, juntamente com as plantas e desenhos de Luiz Saia que o ilustrariam. Porém, no fim desse mês, o diretor e editor escrevia: “A publicação da revista está atrasada em consequência de não me terem sido entregues até agora as colaborações prometidas de D. Heloisa, do Roquette Pinto, do Carlos Leão e do Augusto Meyer”.

No Relatório de Atividades de 1936 a 1940, está registrado que os três primeiros números haviam sido publicados e que, naquele ano, o quarto estava no prelo. Podemos seguramente afirmar que em junho de 1940, o número 3 (datado de 1939) já se encontrava impresso, uma vez que Godofredo Filho, um dos autores, pedia ao editor “mais exemplares”, indicando que ele já havia recebido alguns.

Não encontramos dados que indiquem o momento de circulação dos números 4, 5 e 6. Mas sabemos que, em 1956, os números 1, 2, 5 e 8 estavam esgotados. Quanto à efetiva circulação da *Revista* número 7 (1943), temos dois dados possivelmente complementares, ambos provenientes dos relatórios de atividades do ano de 1944. O primeiro informa no item “Publicações”, que, no decorrer desse ano, foi editada a *Revista* 7, encontrando-se no prelo também o número 8. Porém, em outro documento, também intitulado Relatório de Atividades de 1944, manuscrito “Segunda Via”, lê-se: “Iniciada anteriormente a preparação do número 7 da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, não pôde, entretanto vir a lume essa publicação, em consequência de irremovíveis dificuldades materiais”. Por fim, informa que a mesma deverá ser distribuída no ano de 1944.

Quanto à produção do número 8 (que leva a data de 1944) da *Revista* estudada, sabemos que ela ainda não havia saído em 1946, de acordo com o Relatório de Atividades daquele ano. O motivo para o atraso seriam “dificuldades de ordem gráfica”, uma vez que os originais haviam sido entregues ao prelo já havia bastante tempo. Este relatório informa que “Já se acha coligido variado material para futuras edições da mesma *Revista*”, apontando para uma continuidade do trabalho editorial, independentemente da impressão e circulação da revista. Finalmente, o relatório de 1947 informa que o número 8 fora distribuído e não se menciona em momento algum sobre o número 9. A única informação a seu respeito se encontra no fim do volume, que informa a data de impressão (1952).

O número 10 (que leva a data de 1946 em sua capa) foi impresso e distribuído em novembro de 1953 e cerca de um ano depois, o número 11 estava circulando, conforme informação encontrada não apenas na *Revista*, mas ainda nas correspondências de solicitação e de agradecimentos por seu envio.

Quanto ao número 12, o dado que acompanha a *Revista* informando que ela foi impressa em 1955 consta também nas correspondências. Já em março de 1956, um novo número estava sendo editado, como indica uma carta de Rodrigo a Artur César Ferreira Reis, que escreveu diversos artigos. Nessa carta, o editor solicita ao colaborador a verificação da necessidade de acréscimo ou de alteração de seu texto, que sairia publicado na *Revista* 13. Em setembro de 1956, os originais desse volume (datado de 1956) ainda não haviam sido entregues à tipografia, devendo ter sido encaminhados pouco tempo depois, conforme indica o que Rodrigo escreve a David James, em 2 de janeiro de 1957. O editor deixa entender que ele acreditava que a *Revista* seria entregue logo, já que os artigos, os clichês e todas as ilustrações já estavam impressos havia um mês, ou seja, desde dezembro de 1956. “Entretanto, por motivo de atraso na impressão e colagem das capas, até hoje nem um só exemplar acabado pôde nos ser entregue”.

É certo que nos últimos dias de 1959, o volume 14 (1959) estava impresso. Em carta do editor e diretor do Sphan ao autor Carlos Ott, de 13 de janeiro de 1960, o diretor do Iphan escreve: “Há pouco providenciamos para expedir-lhe um dos primeiros exemplares do volume 14 da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, saído nos últimos dias de dezembro, contendo seu valioso trabalho...”⁸².

Já em meados de janeiro de 1960, começa a providenciar as colaborações para compor o número 15. Interessante é que Rodrigo M. F. de Andrade providencia todas as colaborações em poucos dias. No dia 13, inicia pedindo nova colaboração de Carlos Ott sobre o estudo do José Joaquim da Rocha e no dia 15 remete cartas a Alfredo Galvão⁸³, Ivo Porto de Menezes⁸⁴,

⁸² Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a Carlos Ott, 25/04/1956. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Correspondências, Publicações (1955-56), Caixa 145, Pasta 50. Arquivo Central do Iphan.

⁸³ Rodrigo M. F. de Andrade escreve que lhe parece de grande interesse a divulgação dos documentos copiados por Alfredo Galvão no arquivo da Escola de Belas Artes para o número seguinte da *Revista*, acompanhados de seus comentários e conceitos.

⁸⁴ O editor da *Revista* mostra interesse em publicar o documento do Arquivo Público Mineiro, solicitando a Ivo Porto de Menezes uma introdução o mais rápido possível.

Cônego Raimundo Otávio Trindade⁸⁵, Wanderley Pinho⁸⁶ e a D. Clemente Maria da Silva-Negra⁸⁷. Desses autores convidados a publicar no número 15, apenas Ott, Galvão e Menezes tiveram seus textos veiculados nesse volume, sendo que os artigos dos demais estudiosos citados sequer apareceram nos números seguintes da *Revista*, quando esta não era mais editada por Rodrigo.

Desse modo, o que se observa é uma “impontualidade de costume”⁸⁸, causada por diversos fatores: o atraso no envio das colaborações e na tipografia, ou, “irremovíveis dificuldades materiais”⁸⁹. Estas últimas é que seriam a causa de Rodrigo não ter editado outros números do periódico durante sua gestão – conforme carta enviada ao norte-americano David James, de 1963:

A impressão do volume de nossa revista, que deverá inserir a nota introdutória do prezado amigo, com a tradução das cartas de Grashoff e as ilustrações, não sei, entretanto, quando poderá ser feita, porque desde o ano passado o governo brasileiro adotou medidas rigorosas de economia, que nos têm impedido de dar continuidade às publicações do Sphan⁹⁰.

Assim, em 1962, Rodrigo teria deixado de lado a edição do periódico devido à impossibilidade financeira de dar continuidade a ela.

Tais medidas de restrição orçamentária podem ter sido enrijecidas por um atrito mais sério que Rodrigo teve com o presidente Jânio Quadros. Quem narra a divergência é a secretária de Rodrigo, Judith Martins (1987:9):

⁸⁵ Rodrigo escreve ao Cônego Raimundo Otávio Trindade, um dos autores mais assíduos, pedindo que ele acrescente algumas páginas de introdução, pois seu artigo “Irmandade do Rosário de Ouro Preto” continha apenas sete páginas datilografadas – o que mostra o cuidado do editor quanto à qualidade do material publicado.

⁸⁶ É solicitado ao Dr. Wanderley Pinho a revisão do texto do falecido Herman Kruse, escrito em 1940 para o Iphan. Rodrigo justifica o pedido dizendo que não se sentia capaz de verificar para a publicação no volume 15, mais uma vez revelando o cuidado que Rodrigo tinha no preparo dos artigos.

⁸⁷ Rodrigo M. F. de Andrade consulta D. Clemente sobre a possibilidade de ele escrever uma introdução com comentários adequados ao manuscrito da Biblioteca Nacional referente aos Seminários da Bahia – documento este “copiado por seu intermédio para nós em 1947”.

⁸⁸ Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a Dr. Taunay, 24/04/1946. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Correspondências, Publicações (1955-1956), Caixa 145, Pasta 47. Arquivo Central do Iphan.

⁸⁹ Não foram encontrados orçamentos no Arquivo Central do Iphan. Assim, não se pode precisar qual o montante destinado às publicações. O único dado de que se dispõe é o orçamento referente ao ano de 1950, apresentado por Rodrigo em *Brasil – monumentos históricos e arqueológicos* (1952). Na parte destinada à “Material”, o item “Publicações; serviços de impressão e de encadernação; clichês” apresenta o valor total de Cr\$ 200.000,00, sendo que Cr\$ 20.000,00 era reservado aos museus do Ouro e da Inconfidência. Ou seja, Cr\$ 180.000,00 eram destinados à diretoria, que editava o periódico. Esse valor é significativo, se comparado com os outros valores apresentados no mencionado orçamento. As verbas para “Material” totalizavam Cr\$ 1.055.540,00, ou seja, o valor destinado às publicações correspondia a quase 20% do total destinado a “Material”.

⁹⁰ Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a David James, 15/07/1963. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 08, Pasta 04. Arquivo Central do Iphan.

“Tratava-se do tombamento da Santa Casa de Misericórdia de Campos, que foi impugnado. O Conselho Consultivo deliberou que o tombamento fosse feito compulsoriamente. Aí o processo foi ao Presidente da República, que impugnou o tombamento. Dr. Rodrigo, então, fez uma exposição de motivos bem fundamentada, pedindo a sua reconsideração do caso. E o Jânio Quadros, na capa do processo, com lápis vermelho, escreveu: CUMPRA MINHA ORDEM DENTRO DE 15 DIAS. Dr. Rodrigo pegou na pena e escreveu uma carta para ele dizendo, em termos, que não era criado dele, que não tinha ordem nenhuma a cumprir, e que punha o cargo à disposição. Aí o Jânio Quadro calou a boca, ficou quieto, e continuou o tombamento da Santa Casa”.

Assim, as questões políticas em suas complexas dimensões perpassaram as atividades do Sphan, refletindo-se em seu periódico. As defasagens encontradas entre a edição e a circulação são outro exemplo disso, se analisarmos bem o período, tendo-se por base o mesmo Quadro 4.

Até o número 7 (datado de 1943) da *Revista do Patrimônio*, o descompasso entre edição e circulação não foi grande. No entanto, houve um aumento considerável no intervalo de tempo entre a edição e a circulação a partir de seu número 8 (datado de 1944). Esses dados indicam que, durante o Estado Novo, as revistas circularam com um ou dois anos de disparidade, um atraso aceitável. Após esse período, com a saída de Vargas e de Capanema, em 1945, tornou-se mais difícil obter verbas para a impressão da revista – o que explica ter sido publicado apenas um volume até 1950, intervalo de tempo entre um governo e outro de Vargas. Com seu retorno à presidência, no decênio de 50, mesmo após seu suicídio e também durante o governo de Juscelino Kubitschek, são impressos os números que já se encontravam editados.

Ou seja, o ano registrado no número do periódico podia não ser o ano da impressão da *Revista* e nem de sua real circulação e distribuição. Portanto, o ano impresso na publicação não diz muito sobre ela, uma vez que sua existência efetiva está atrelada não apenas à sua edição mas também à sua recepção e leitura, conforme será abordado no Capítulo 3.

De qualquer modo, o que deve ser ressaltado é que as datas impressas nas capas da *Revista* fazem crer que houve uma regularidade, ao menos até o número 11, isto é, nos primeiros números da publicação oficial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa suposta regularidade garantir-lhe-ia uma certa autoridade, considerando-se os objetivos propostos no “Programa” e na “Introdução” mencionados. Ou seja, a construção de uma estabilidade, ainda que fictícia, era um mecanismo de assegurar para si um *locus* privilegiado para a constituição de um campo.

Para tanto, outras estratégias também eram adotadas, como convidar para colaborar com a *Revista* “os doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade”, conforme informa o mesmo “Programa”. Intelectuais de prestígio, homens de letras, pesquisadores e técnicos foram, assim, mobilizados a construir o conhecimento acerca do patrimônio – até então, “entregue apenas à curiosidade eventual dos amadores” (Andrade, 1952b: 99).

Lançando um olhar sobre as temáticas dos artigos, pode-se observar como Rodrigo construiu o campo de estudos sistemáticos sobre o patrimônio, conforme anunciava no “Programa” e na “Introdução” das duas publicações do Serviço. Assim, foi criada uma classificação temática⁹¹ para os artigos, com a finalidade de se compreender como as diferentes disciplinas, ou campos de saber, comparecem na *Revista*.

A partir de uma identificação global do conteúdo da *Revista*, foi possível criar categorias operacionais que se referem às áreas de conhecimento frequentemente associadas à questão do patrimônio e que, ao mesmo tempo, abarcam a diversidade de assuntos tratados no periódico. Desse modo, os temas criados foram: Arqueologia, Arquitetura, Etnografia, História, História da Arte, Documentação e, por fim, Acervos e Coleções. Ou seja, cinco dessas categorias decorrem de disciplinas do saber. A categoria “Documentação” refere-se a artigos que divulgam e reproduzem documentos em suporte textual, para subsidiar pesquisas dentro e fora do Sphan. Muitos dos artigos aí classificados disponibilizam documentos inéditos, de difícil acesso – alguns, inclusive, que não se encontravam no Brasil. Provavelmente é resultado da busca do Sphan por fontes históricas que subsidiassem os estudos de interesse do órgão, conforme alguns relatórios de atividades apontam. Essa prática – a de localizar documentos em arquivos e divulgá-los com comentários – é uma tradição dos estudos de História no Brasil, vinda do século XIX e sendo comum no IHGB⁹². Porém, “Documentação” não se confunde com a categoria “História”, pois os artigos classificados no primeiro caso não apresentam estudos críticos, limitando-se à divulgação e/ou transcrição. Já o tema “Acervos e Coleções” engloba textos que analisam objetos tridimensionais, coleções e acervos de instituições museológicas. Não se confunde com a Museologia, porque seus

⁹¹ Outras pesquisas utilizam classificações para delimitar os temas privilegiados pela *Revista do Patrimônio*, como Chuva (1998), que faz uso dos seguintes temas: Arte e arquitetura coloniais; Arte e arquitetura do século XIX; Cidade Colonial; Museu; Teoria da Arte; Etnografia; Fotografia; e Documentação. Porém, como qualquer categoria criada, as classificações aqui utilizadas não dão conta de encerrar a complexidade e variedade de assuntos em categorias fixas e imutáveis. Mesmo assim, são aqui utilizadas como ferramenta metodológica para se compreender os temas abordados pelo periódico estudado. Assim, há outras classificações possíveis, pois, qualquer classificação é, no limite, arbitrária, isto é, datada e contingente.

⁹² Conforme visto anteriormente neste capítulo, essa prática era recorrente em diversos periódicos.

artigos tratam tão somente de descrever algumas peças ou seu modo de aquisição/colecionamento.

Para a classificação, foram considerados o título, o objetivo do artigo e a metodologia e linguagem utilizadas, uma vez que é freqüente um artigo poder se enquadrar em mais de uma categoria. Assim, os artigos de Arquitetura, por exemplo, costumam contar com muitos dados de história da arquitetura – mas como tratam fundamentalmente de aspectos arquitetônicos, e não históricos, foram englobados em Arquitetura. Os artigos de História da Arte, por sua vez, fazem amplo uso de documentos – sobretudo textuais e iconográficos, porém como essa documentação já aparece interpretada, sem o intuito específico de ser divulgada, não foram considerados como Documentação.

Assim, a classificação dos artigos da *Revista do Patrimônio* por temas pode ser visualizada no Quadro 5:

Quadro 5 - *Revista do Patrimônio*: temas dos artigos, quantidade de artigo temático por número e total

Tema⁹³	Número da revista/ quantidade de artigos por número	Total de artigos
História da Arte	1 (3), 2 (3), 3 (6), 4 (6), 5 (4), 6 (4), 7 (3), 8 (2), 9 (1), 12 (1), 13 (3), 14 (1), 15 (3)	40 (26,66%)
Arquitetura	1 (10), 2 (3), 3 (2), 4 (2), 5 (1), 6 (2), 7 (4), 8 (2), 9 (5), 10 (3), 11 (1), 12 (1), 13 (1), 14 (1), 15 (1)	39 (26%)
Documentação	1 (1), 2 (1), 3 (4), 4 (2), 5 (4), 6 (1), 7 (2), 8 (2), 9 (3), 10 (1), 11 (1), 12 (3), 13 (1), 14 (2), 15 (2)	30 (20%)
História	1 (2), 2 (4), 3 (2), 4 (3), 5 (2), 6 (2), 7 (1), 8 (2), 9 (2), 11 (2), 13 (2), 14 (2), 15 (1)	27 (18%)
Etnografia	1 (2), 2 (2), 5 (1), 8 (1), 13 (1)	7 (4,66%)
Acervos e Coleções	1 (3), 2 (1)	4 (2,66%)
Arqueologia	1 (1), 3 (1), 6 (1)	3 (2%)

Como se nota, os temas mais privilegiados pela *Revista do Patrimônio* nesses 15 números são a História da Arte, com 40 artigos, e a Arquitetura, com 39 artigos de um total de 150 artigos no período em questão. A soma dos artigos desses dois temas totaliza mais da metade (52,7%). Os temas da Documentação (30 textos) e da História (27), embora em menor quantidade, também são bastante recorrentes no periódico. Se tomados em conjunto,

⁹³ O “Programa” escrito por Rodrigo Melo Franco no primeiro número da *Revista do Patrimônio* não foi contabilizado por não se adequar a nenhum dos temas utilizados para classificar os artigos do periódico estudado e também por não ser propriamente um artigo, mas uma apresentação do periódico que estava sendo lançado.

alcançam 57 artigos (38%), isto é, um volume consideravelmente elevado e não muito distante dos dois temas que dominam a *Revista*. As temáticas residuais, que comparecem pouco no periódico, são Etnografia (7), Acervos e Coleções (4), e Arqueologia (3) – e, juntas, somam menos de 10% de tudo que foi publicado no período. Assim, 90% da produção concentra-se em quatro temáticas: História da Arte, Arquitetura, Documentação e História.

Alguns desses dados, tomados isoladamente – como aqui se encontram – podem até corroborar outros estudos sobre o Sphan, que freqüentemente afirmam o privilégio dado pelo órgão aos temas arquitetônicos e artísticos, relacionando-se com o momento de institucionalização da Arquitetura nas recém-criadas universidades (Cavalcanti, 1992; Chuva, 1998). Já outras informações aí levantadas, e que serão desenvolvidas nos capítulos a seguir, podem apontar para questões até agora pouco exploradas pelos estudos sobre o patrimônio das décadas de 1930 até 60, um período intitulado de “pedra e cal”⁹⁴. Exemplo disso é que os temas da História não costumam aparecer (e menos ainda ser ressaltado) na bibliografia acerca da preservação do patrimônio no Brasil dessa época.

Essa classificação temática, assim, fornece subsídios para se analisar a *Revista do Patrimônio* e para compreender como Rodrigo e seus colaboradores construíram o “conhecimento dos valores de arte e de história de nosso país” (Andrade, 1937a: 3). Assim, conforme já apontado por Veloso (1992), Rubino (1991 e 1996), Chuva (1998), Julião (2008) *et alii*, o Sphan se pautava por colaborar com esse conhecimento, “dilatando-o” – para usar a palavra que seu diretor usa no “Programa”.

Pode-se afirmar, de antemão, que o Sphan, por meio de seu periódico, logo obteve prestígio e reconhecimento internacional por essa sua iniciativa, como atestam os prêmios obtidos pela *Revista do Patrimônio*, quando ainda era recém-criada. Já em 1938, foi premiada nos Estados Unidos com o *Handbook of Latin American Studies*, promovido pelo *Committee on Latin Studies of American Council of Learned Societies*, localizado em Cambridge/Massachusetts. Em 1942, o periódico obteve outra premiação, desta vez, cubana. A Biblioteca Pública Santiago Alvarez da Escola Provincial de Artes Plásticas Tarascá realizou a Segunda Exposição Internacional de Publicações Periódicas, em que a *Revista do Patrimônio* recebeu o diploma de honra por unanimidade.

⁹⁴ Autores como Falcão, 2004, e Castro, 2006, já vêm abordando o equívoco que carrega a expressão para caracterizar esse período.

2.3.1 A iconografia na *Revista*

A *Revista do Patrimônio* era ricamente ilustrada com um grande número de fotografias, desenhos e reproduções de gravuras e pinturas, diferentemente dos demais periódicos de alta cultura, que freqüentemente eram pouco ilustrados. Sua capa já dá uma idéia do esmero com os cuidados gráficos e ilustrativos que acompanham a *Revista* (Figura 1). Vale examinar.

As capas eram coloridas em monocromia, destacando um detalhe de alguma imagem contida naquele número da *Revista* (Figura 2). Quanto a sua autoria, sabe-se apenas a do número inaugural, elaborada por Luiz Jardim, conforme nota informativa no próprio volume. O mesmo Jardim foi ilustrador de algumas imagens do miolo do periódico, além de ter sido ainda o autor da capa do primeiro volume das *Publicações do Sphan* (Figura 3).

Jardim (1901-1987), pernambucano de Garanhuns, era romancista e autor de literatura infanto-juvenil, além de atuar como artista plástico. Em 1918, foi morar em Recife, onde conheceu Joaquim Cardoso, assíduo colaborador da *Revista do Patrimônio*. Jardim e Cardoso, como também Gilberto Freyre, eram freqüentadores da “Esquina Lafaiete” – menção ao ponto de encontro da intelectualidade pernambucana que liderou o modernismo na região. A partir de 1929, Luiz Jardim foi colaborador do jornal *A Província*, a convite de Freyre, onde escreveu sobre crítica de arte. Na década de 1930, foi convidado a expor suas aquarelas no Rio de Janeiro, para onde se mudou. Inicia, assim, sua carreira de ilustrador, elaborando capas de obras como a de Raquel de Queirós. Em 1939, participou da fundação da Associação dos Artistas Plásticos, cuja diretoria foi composta por ele mesmo, ao lado de Cândido Portinari, Tomás Santa Rosa⁹⁵, Alcides da Rocha Miranda, Quirino Campofiorito e outros.

⁹⁵ Antes de se obter a informação de que Luiz Jardim era o ilustrador por trás da capa do número 1 da *Revista*, acreditava-se que essa havia sido feita por Santa Rosa. Paraibano nascido em 1909, Santa Rosa mudou-se para o Rio de Janeiro em 1932, onde auxiliou Portinari na realização de diversos murais. É tido como um dos primeiros ilustradores no Brasil, consolidando o *design* gráfico. Já em 1933, Santa Rosa iniciou suas atividades como ilustrador dos periódicos *Sua Revista* e *Rio Magazine*. Nesse ano, também fez seu primeiro projeto gráfico para o livro *Caetés* de Graciliano Ramos, publicado pela Livraria Schmidt Editora. Também ilustrou *Cacau*, de Jorge Amado, publicado pela Ariel Editora. Entre 1934 e 1954, foi ilustrador das publicações da Editora José Olympio, realizando diversas capas e ilustrações para os livros dessa prestigiada editora – dos quais se destacam *Menino de Engenho*, *Macunaíma* e outras obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Adalgisa Nery, Augusto Frederico Schmidt, Antonio Callado, Carlos Drummond, Murilo Mendes e Guimarães Rosa. Em 1936, foi o autor da capa de *Velórios*, única obra de ficção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em 1945, fundou o jornal *A Manhã* com Jorge Lacerda, ali ilustrando e escrevendo para o suplemento *Letras e Artes*. Paralelamente, era crítico de arte no *Diário de Notícias*. Trabalhou ainda para o Serviço de Documentação do MES, onde tinha a responsabilidade de atualizar o aspecto gráfico dos livros editados pelo ministério. Assim, diante desse perfil (de ter trabalhado nas principais editoras do período e de manter estreitas relações com intelectuais que também eram próximos de Rodrigo, Mário de Andrade ou de outros membros do “grupo do patrimônio”, e ainda pelos aspectos formais de

Quanto ao miolo da revista, havia muitas ilustrações, sempre impressas em preto e branco e em papel *couché*. As dificuldades tipográficas para a impressão dessas imagens provavelmente era um fator determinante para que as figuras fossem diagramadas isoladamente do texto.

Essas imagens que ilustravam os artigos, de modo geral, compareciam com a finalidade de reforçar dados textuais, sendo assim fundamentais para a compreensão dos artigos publicados. Embora boa parte de suas legendas não informem a sua procedência, pode-se supor que a maioria delas era proveniente dos serviços fotográficos contratados pelo Sphan.

Isto se deve à prática institucional de registro fotográfico que perdurou, de modo mais efetivo, nas duas primeiras décadas de atuação do Sphan. As fotografias subsidiavam estudos sobre arquitetura, história da arte, restaurações etc. Eram um meio de produzir documentação, constituindo uma ferramenta para os estudos técnicos ali realizados – e hoje, pode-se dizer que compõem uma memória visual das atividades do Serviço, ainda que essas imagens não tivessem tal intuito.

É provável que as fotografias que ilustram a *Revista* fossem de autoria dos fotógrafos contratados pelo Serviço para percorrer o país. Vosylius, Erich Hess, Germano Graeser, Marcel Gautherot, H. Schultz, Herman Kruse, entre outros, foram alguns dos fotógrafos contratados para registrar o patrimônio, dentro de uma “política de documentação fotográfica” instaurada por Mário de Andrade que “formaria através da iconografia uma visão de seu patrimônio” (Turazzi, 1998:14).

A antropóloga Lygia Segala (2005), em pesquisa sobre a produção do francês Gautherot, mostra que os fotógrafos contratados pelo Sphan recebiam de Rodrigo orientações pormenorizadas e enquadramentos estipulados a fim de comporem uma “documentação elucidativa”. Um trecho citado por Segala demonstra bem como eram os direcionamentos para os fotógrafos: “Igreja Santa Ifigênia do Alto da Cruz: armar andaime e fotografar a imagem do nicho do conjunto, vendo-se a data 1762, e nos pormenores as cabeças dos anjos, da Santa e do menino” (Carta de Rodrigo para Gautherot *Apud* Segala, 2005:86).

suas capas), poder-se-ia supor que Santa Rosa provavelmente também executou as capas da *Revista do Patrimônio*. Mesmo sem tê-lo feito, é provável que Luiz Jardim, o autor dos números inaugurais das duas séries editoriais do Sphan, tenha sido influenciado por Santa Rosa, uma vez que as características formais do trabalho de ambos era semelhante. (Sobre Santa Rosa, ver Barsante, 1993 e Cardoso, 2005.)

Um outro caso, dentre muitos encontrados junto aos relatórios de atividades no Arquivo Central do Iphan, trata de uma orientação enviada por Rodrigo a Godofredo Filho:

Reitero solicitação fotografar conjunto de um dos púlpitos desde embasamento até respectivo docel, inclusive. Peço outrossim fotografar detalhes do mesmo púlpito, pia batismal, interior da igreja de frente para o coro e parede interna sacristia do lado do mar. Rogo ainda comparar mármore púlpitos com mármore altar e lavatório sacristia afim informar a respeito este Serviço...⁹⁶

Essas fotografias, relativas a obras em andamento ou a obras já executadas, eram recolhidas mensalmente pelo arquivo do Sphan no Rio de Janeiro. Tratava-se de um trabalho sistemático de montagem de um verdadeiro acervo de imagens para subsidiar estudos, atestar trabalhos realizados e fixar o trabalho do Sphan. Em 1950, o chefe do Arquivo e da Seção de História do Sphan, Carlos Drummond de Andrade, escreve um relatório⁹⁷ informando que, até aquele momento, haviam sido catalogadas 25 mil fotografias de bens localizados em todo o território nacional⁹⁸. Tais imagens constituem instrumento de inventário e de conhecimento do patrimônio a ser preservado, ao mesmo tempo em que criavam uma espécie de memória institucional. São essas imagens que ilustram a *Revista*, em sua maioria.

⁹⁶ Encaminhamento de Rodrigo M. F. de Andrade a Godofredo Filho, 06/09/1940. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Atas, Relatório, Atividade do Iphan (1940), Caixa 02, Pasta 04. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁷ Relatório de Carlos Drummond de Andrade ao Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, 30/06/1950. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Atas, Relatório, Atividade do Iphan (1949-1951), Caixa 03, Pasta 09. Arquivo Central do Iphan.

⁹⁸ O relatório informa a quantidade de fotografias relativas a cada estado, sendo que Rio de Janeiro, Minas, Bahia, São Paulo e Pernambuco eram os estados com mais obras fotografadas, provavelmente por se tratarem dos locais onde havia escritórios do Sphan.

Capítulo 3: Intelectuais e Patrimônio: temas e autores da *Revista do Sphan*

(...) o Patrimônio para mim foi sobretudo uma questão de amizade e afeto, uma oportunidade de convivência e conhecimento devidos a bons amigos. Mas bem sei que um estudo objetivo mostraria como esses amigos, e todos os funcionários que não conheci nem conheço, realizaram profissionalmente com a inteligência e o coração uma das obras mais notáveis que este país já viu.

Antônio Cândido

O Patrimônio Histórico, baseado em rigorosos critérios técnico-científicos e que primava sempre por uma sólida base documental, foi, além de uma academia, o projeto e a realização de um grupo de amigos. Amizades de longa data, cultivadas em diversos lugares de sociabilidade, tiveram na atuação do órgão um *locus* de ação privilegiado para suas convicções. Outras amizades nasceram ali e se estenderam por longos anos. O “grupo do patrimônio”, de Rodrigo M. F. de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira etc., era um campo de forças: de *adesão* e de *exclusão*.

Tal foi a dinâmica de construção de identidades coletivas e individuais desse grupo. A solidariedade social envolve disputas e a figura do “outro”. O campo do patrimônio não foge à regra. Nele, observam-se exemplos de *exclusão*, como é o caso de José Mariano Filho, líder do movimento neocolonial, e de Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional – com os quais o “grupo do patrimônio” travou embates em torno da hegemonia de um modelo de arquitetura e de que instância governamental seria a responsável pela proteção ao patrimônio histórico e artístico brasileiro. A outra força, de *adesão*, congregava amizades, fidelidades, influências “geográficas” e afetivas. Assim, os critérios de pertencimento ao grupo passavam quer pelas relações afetivas, quer pelas filiações estéticas e intelectuais. Daí a epígrafe de Antônio Cândido testemunhando que os funcionários do Sphan realizaram seu trabalho “com a inteligência e o coração”. Sendo assim, para ele e para muitos – é o que se quer assinalar –, o Patrimônio era uma “questão de amizade e de afeto”.

Nesse sentido, o Sphan é um lugar de sociabilidade, em que essas forças de adesão e de exclusão cruzam-se e onde redes são formadas. Do mesmo modo, a produção de seu principal periódico também é um lugar de sociabilidade, estabelecendo trocas intelectuais e compondo redes entre os que ali se encontram, como atestam os demais trabalhos sobre o órgão e a correspondência dos membros do “grupo do patrimônio”.

Para a compreensão dessas relações, mais uma vez o diretor do Sphan e editor de sua *Revista* servirá como ponto de partida para uma análise do estabelecimento desse lugar de sociabilidade do patrimônio. Sua centralidade deve-se, entre outros, ao fato de ele ser o principal articulador em torno do qual os debates sobre patrimônio se travaram.

Neste capítulo, serão tecidas reflexões acerca da noção de autor, de apropriação, das práticas de leitura e de “alta cultura” e “cultura popular” para se compreender a dinâmica que rege a montagem da *Revista do Patrimônio*. Em seguida, os temas e os autores do periódico em questão serão objeto de análise, atentando-se para a rede intelectual estabelecida nesse específico lugar de sociabilidade.

3.1 A escrita e a leitura

Como se viu, pode-se pensar em Rodrigo M. F. de Andrade como “o” autor – para além de editor da *Revista*. Rodrigo é autor independentemente de ser autor de artigos presentes no periódico em questão, pelo fato de ser ele quem articula a publicação, como editor. Essa obra decorre de sua iniciativa pessoal/institucional, convidando autores para colaborar, corrigindo ou sugerindo mudanças nos textos e até nos métodos e observações a serem ressaltados nas pesquisas e artigos, e também sendo responsável pela sequência dos artigos, além de execução gráfica da mesma. A esse rol de atividades exercidas como editor que tornam Rodrigo o autor da *Revista*, soma-se o fato de que é ele quem dá sentido ao conjunto dos números da *Revista do Patrimônio*, uma vez que ele editou ininterruptamente todos os volumes ora estudados.

A figura do autor, então, aparece como central para se pensar a atividade do diretor do Sphan ao produzir duas séries editoriais. Por esse motivo, é necessário tecer algumas reflexões acerca da própria noção. Para tanto, Foucault, em “O que é um autor”, fornece algumas pistas. A categoria autor, que é o proprietário de “sua” escrita, vincula-se à categoria de sujeito, que se constitui por meio da linguagem⁹⁹. Segundo ele: “A noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (Foucault, 1992:33). Além disso, Foucault

⁹⁹ Na escrita, paradoxalmente, o sujeito, que corporifica o autor, desaparece. Um dos argumentos utilizados por Foucault para explicar o desaparecimento do sujeito diante da escrita é o parentesco da escrita com a morte, pois a narrativa salvaria o sujeito da morte. Dá, como exemplo, a imortalidade dos heróis, as epopéias dos gregos e

alerta que textos, livros e discursos começaram efetivamente a ter autores apenas na medida em que estes se tornaram passíveis de punição, ou seja, na medida em que os discursos se tornaram transgressores. Somente na passagem para o século XIX é que se instaurou um regime de propriedade de textos, promulgando-se regras acerca dos direitos autorais, das relações autores-editores, dos direitos de reprodução etc.

Esse regime de propriedade, que faz com que um texto tenha um autor, carrega consigo uma tensão irremediável entre o nome e a assinatura, pois é dela que emerge a possibilidade de autoria e mesmo de autoridade sobre o discurso. Para Foucault, não há isomorfismo entre o nome do autor e o nome próprio do sujeito que assina uma obra¹⁰⁰ enquanto autor. O nome do autor não é um nome próprio como outro qualquer. O nome do autor é, isto sim, um instrumento de classificação de textos, é um protocolo da relação entre os autores, ainda que seja de diferenciação:

A ‘função-autor’ está portanto ligada aos sistemas legais e institucionais que circunscrevem, determinam e articulam o domínio dos discursos, em todas as ocasiões e em qualquer cultura, não é definida pela atribuição espontânea de um texto ao seu criador e sim através de uma série de procedimentos rigorosos e complexos (Miranda & Cascais, 1992:21-22).

Nesse sentido, Homero, Aristóteles, Freud e Marx são os “grandes autores” que dão origem a práticas discursivas, produzindo não apenas sua própria obra, mas a possibilidade e as regras de formação de outros textos, instaurando discursos¹⁰¹. Desse modo, o sujeito é dissolvido na complexa e variável função de discurso.

das “Mil e uma noites”. Essa mesma relação manifesta-se no “apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve” (Foucault, 1992:36).

¹⁰⁰ A unidade designada por “obra” também é objeto de reflexão por Foucault, que a identifica como provavelmente tão problemática como a individualidade do autor.

¹⁰¹ Foucault diferencia os fundadores de ciências e os fundadores de discursividade, que surgiram ao longo do século XIX europeu. Marx e Freud, por exemplo, não são apenas autores das suas obras. “Produziram alguma coisa mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos. Neste sentido, eles são muito diferentes, por exemplo, de um autor de romances, que nunca é, no fundo, senão o autor do seu próprio texto. Freud não é simplesmente o autor da *Traumdeutung* ou do *Mot d’Esprit*; Marx não é simplesmente o autor do *Manifesto* ou de *O Capital*: eles estabeleceram uma possibilidade indefinida de discursos” (Foucault, 1992:58). Assim, a função de autor excede a própria obra. Os instauradores de discursividade “não só tornaram possível um certo número de analogias como também tornaram possível (e de que maneira) um certo número de diferenças. Eles abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer (não quer simplesmente dizer) que encontramos o conceito da libido ou a técnica de análise dos sonhos em Abraham ou Mélanie Klein, quer dizer que Freud tornou possível um certo número de diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam do próprio discurso psicanalítico” (Foucault, 1992:59-60). Esquemáticamente, a diferença entre os fundadores de uma ciência e de uma discursividade é explicada por Foucault da seguinte maneira: “a obra destes instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela desenha; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona com a obra deles e a toma como uma primeira coordenada” (1992:63).

Há que se ressaltar que, mesmo com a dissolução do sujeito na função discurso, “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso” (Foucault, 1992:45), uma vez que vários textos são agrupados sob o mesmo nome. Esse conjunto de textos de um mesmo autor indica que foi estabelecida uma relação de homogeneidade, de filiação ou de mútua autentificação. Assim, afirmar que “isto foi escrito por fulano”, como Foucault explica, indica a natureza de um discurso. A autoria, a quem se pode legitimamente atribuir uma produção, indica que aquele discurso “não é um discurso cotidiano, indiferente, um discurso flutuante e passageiro, imediatamente consumível” (*idem*). O nome de autor caracteriza-o como um discurso que deve ser recebido de forma diferencial e que estatuto ele pode receber em uma determinada cultura.

Foucault opõe ainda a chamada “monarquia do autor”¹⁰² à “obra como acontecimento”, indo, neste ponto em particular, ao encontro das contribuições de Roger Chartier e outros, para quem a leitura é uma prática ativa, de produção de sentidos. Chartier, ao traçar uma história das práticas de leitura, observa que o ato de ler não é uma relação transparente entre o “texto” (apresentado como uma abstração) e o “leitor”. Ao contrário: as práticas através das quais o leitor se apropria do texto são histórica e socialmente variáveis.

A leitura, tratada como uma prática de apropriação, coloca em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade das leituras. Chartier então insere a noção de apropriação em uma história social das interpretações, considerando as condições e processos que determinam as operações de construção do sentido na prática da leitura.

Cabe aqui ressaltar que, embora Chartier se aproxime de Foucault na contestação de uma “monarquia do autor”, compreende a noção de apropriação de modo diverso de Foucault. Este considerava a “apropriação social dos discursos” como um dos procedimentos mais relevantes, através dos quais tais discursos eram “confiscados”, até mesmo impedindo-se o acesso a eles. A noção de apropriação em Chartier, diferentemente, “postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” (Chartier, 2002: 136). Assim, são as formas de apropriação dos textos que geram distinção de leituras, o que se relaciona às práticas próprias da cada grupo social, em determinado contexto.

Considerando-se a noção de apropriação, é preciso discutir, ainda que brevemente, os conceitos de cultura letrada e de cultura popular, uma vez que se propõe neste trabalho que o

¹⁰² A “monarquia do autor” seria uma espécie de limitação da liberdade do leitor, pois, é comumente entendida como algo que privilegia a intenção e o sentido visados pelo autor.

periódico estudado pode ser classificado como uma revista de “alta cultura”¹⁰³. A noção de “alta cultura” é o par dicotômico de “cultura popular”, que, segundo Chartier, é uma categoria erudita. Nesse sentido, Chartier explicita a fragilidade do uso dessas duas noções, argumentando que atualmente é insustentável estabelecer correspondências estritas entre clivagens culturais e hierarquias sociais. Pelo contrário: é necessário reconhecer que as circulações culturais e sociais são fluidas, fazendo com que as práticas sejam partilhadas e atravessem horizontes sociais. Um outro ponto abordado pelo historiador é o da impossibilidade de diferenciar absoluta e radicalmente a especificidade de uma cultura popular, a partir de textos, crenças ou códigos que lhe seriam próprios, intrínsecos. Assim, a oposição entre popular e letrado não é pertinente, apesar de ter sido recorrente por longo período.

O conceito de cultura popular destinava-se a “circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita” (Chartier, 1995:179). Já a cultura erudita seria um modelo, restrito aos iniciados em conhecimentos e aprendizados específicos fornecidos pelas universidades, academias, museus etc. A cultura “letrada” poderia ser descrita, em outras palavras, como habilidades e capacidades de vários conhecimentos, acessíveis somente àqueles que dominam determinados códigos. Tratar-se-ia, pois, de uma dominação simbólica por parte de um grupo minoritário, reservado.

Entretanto, ocorre que as culturas letradas e populares “são compartilhadas por meios sociais diferentes, e não apenas pelos meios populares. Elas são, ao mesmo tempo, aculturadas e aculturantes” (Chartier, 1995:184). Assim, não se podem ignorar os empréstimos e intercâmbios entre a cultura erudita e a popular, que tornam improcedente o uso dessas duas categorias.

Considerando-se então que o que define uma obra – neste caso, a *Revista do Patrimônio* – são as práticas de produção e leitura dos textos (e não suas características, digamos, ontológicas), a publicação estudada pode ser tida como de “alta cultura”, mesmo sem deixar de lado as “limitações” que essa noção implica. Como foi apontado no Capítulo 2, a produção, a escolha de seus temas e autores, o público-alvo, a impressão, a distribuição e a recepção do periódico analisado permitem tal afirmação. Ora, esse processo de produção de sentido, ou seja, de interpretação, encontra-se situado justamente no:

cruzamento entre, por um lado, leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições e disposições, caracterizados pela sua

¹⁰³ Sobre a categoria “revista de alta cultura”, ver Capítulo 2.

prática do ler, e, por outro lado, textos cujo significado se encontra sempre dependente dos dispositivos discursivos e formais – chamemos-lhes 'tipográficos' no caso dos textos impressos – que são os seus (Chartier, 2002: 25-26).

Em função dos elementos já apresentados que sugerem qual é o público-alvo da revista, esses “leitores dotados de competências específicas” podem ser aqui identificados como os pares dos intelectuais que escreveram na *Revista* bem como os professores de universidades que, a partir do ensino superior, difundiriam o saber desse campo que se constituía. Daí se adotar a identificação de “alta cultura” para os idos das décadas de 1940, 50 e 60. O que importa são os textos e o circuito (indivíduos e grupos), que se apropriam desse periódico, no sentido atribuído por Chartier, o que se entende como fundamental para a produção do que “deveria ser” patrimônio no Brasil.

O exemplo da *Bibliothèque bleue* é ilustrativo de como os processos de edição, circulação e apropriação tornam essa empreitada editorial uma literatura associada à “cultura popular”. A *Bibliothèque bleue* era uma coleção de livros *de cordel* que pertenciam a diversos gêneros. Ela atingiu diferentes públicos devido à sua nova forma impressa, protocolos e custo, e ao seu modo de distribuição (a venda ambulante). Chartier enfatiza que os textos que a compõem não foram escritos para tal fim editorial: “os textos passados a livros *de cordel* não são 'populares' por si mesmos, pertencendo antes a todos os gêneros, a todas as épocas, a todas as literaturas”. E acrescenta que entre o estabelecimento do texto e a passagem a livro *de cordel* “pode haver uma grande distância, que é assinalada por uma série de edições que nada têm de 'populares’” (Chartier, 2002:129).

A edição da *Bibliothèque bleue*, portanto, seleciona dentre textos de origem “letrada” aquilo que parece convir a um vasto público, numa tentativa de aproximar as edições das expectativas e capacidade da clientela que pretende atingir. Desse modo, “a especificidade cultural dos materiais editados no conjunto das obras *de cordel* prende-se à intervenção editorial que tem por objetivo adequá-los às capacidades de leitura dos compradores que têm de conquistar” (Chartier, 2002:129). Essa adequação se dá principalmente nas particularidades formais, ou seja, tipográficas, que transformam um texto da “cultura letrada” em um da leitura “popular”.

Assim, há que se reconhecerem alguns aspectos fundamentais na história das práticas de leitura: o caráter de construção de sentidos na leitura (e não só na escrita), a função

fundamental exercida pelo suporte do texto, os objetivos editoriais e comerciais dos editores, e a expectativa partilhada do público a quem se dirige.

Apesar dessa pluralidade de leituras possíveis, o autor/editor procura elaborar uma “leitura autorizada”, um sentido a que o leitor deve alcançar. Desse modo, ao lado da irreduzível liberdade dos leitores, há condicionamentos que pretendem enquadrá-la. Para isso, algumas das estratégias são explícitas e se encontram presentes em prefácios, notas, títulos, observações etc. “Orientado ou colocado numa armadilha, o leitor encontra-se, sempre, inscrito no texto, mas, por seu turno, este se inscreve diversamente nos seus leitores” (Chartier, 2002:123). É com tal perspectiva sobre as relações de autores, editores e leitores que se fará a análise da *Revista do Sphan*, entendendo-a como um lugar de instauração da discursividade acerca do patrimônio no Brasil.

3.2 A fundação de um discurso disciplinar: temas e autores

Retomando as considerações de Foucault quanto à função de autor, pode-se atribuí-la tanto a Rodrigo, o editor da *Revista do Patrimônio*, como aos colaboradores convidados para nela escrever. Como foi visto, o autor é um instrumento de classificação de textos, fazendo com que vários deles sejam agrupados sob o mesmo nome. O Quadro 6 abaixo mostra quem são os autores da *Revista do Patrimônio* e sua frequência, isto é, quantas vezes compareceram no periódico de 1937 a 67.

Quadro 6 - *Revista do Patrimônio*: frequência decrescente da produção por autor

Assiduidade	Frequência	Quantidade de autor(es)	Autor(es)
Assíduos	7	1	Artur César Ferreira Reis
	6	3	Cônego Raimundo Trindade, Noronha Santos, Salomão de Vasconcelos
	5	3	Carlos Ott, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Hanna Levy
	4	1	Francisco Marques dos Santos
	3	8	Alfredo Galvão, Joaquim Cardoso, Joaquim de Souza Leão Filho, Judith Martins, Lúcio Costa, Nair Batista, Paulo Thedim Barreto, Robert Smith
Não assíduos	2	19	Alberto Lamego, Augusto de Lima Júnior, Carlos Estevão, David James, Estevão Pinto, Gastão Cruls, Gilberto Freyre, Godofredo Filho, J. Wasth Rodrigues,

			José de Sousa Reis, Lourenço Luís Lacombe, Luís Saia, Luiz Jardim, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Raimundo Lopes, Rodrigo M. F. de Andrade, Serafim Leite
	1	40	A. L. Pereira Ferraz, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso de E. Taunay, Alberto Rangel, Aluísio de Almeida, Anêmona Xavier de Basto Ferrer, Aníbal Fernandes, Ayrton Carvalho, Curt Nimuendaju, D. Bonifácio Jansen, David A. da Silva Carneiro, Deoclécio Redig de Campos, Dom Carlos Tasso de Saxe – Coburgo e Bragança, E. Orosco, Epaminondas de Macedo, Francisco Venâncio Filho, Frei Venâncio Willeke O.F.M, Gilberto Ferrez, Hércia Dias, Heloísa Alberto Torres, Ivo Porto de Menezes, J. Moritz Rugendas, João Miguel do Santos Simões, José Antonio Gonçalves de Mello, José de Almeida Santos, José Wanderley Pinho, L. L. Vanthier, Luis Camilo de Oliveira Neto, Luiz Camilo, Maria de Lourdes Pontual, Mário A. Freire, Mário Barata, Mário Ferreira França, Michel Benisovich, Nuto Sant’Anna, Rômulo Barreto de Almeida, Roquette Pinto, Sérgio Buarque de Holanda, Sylvio de Vasconcelos
Total de autores		75	

Dentre os 75 autores da *Revista*, a grande maioria (59 deles, ou 78,6%) escreveu somente uma ou duas vezes. Um outro montante, formado por 16 autores (que representa a pequena parcela de 21,4% do total de colaboradores), escreveu, no mínimo, três artigos no periódico. Diante desse pequeno grupo de 16 autores que escreveu três vezes, pelo menos, e o comparando com a quantidade de autores que compareceu até duas vezes, pode-se afirmar que aqueles 16 são os colaboradores mais assíduos da *Revista*. Essa afirmação adquire mais relevância se se considerar que, sozinhos, esses autores mais assíduos escreveram 68 artigos, de um total de 150. Ou seja, esses colaboradores são os responsáveis por mais de 45% de tudo que foi publicado no período estudado – daí merecerem o foco de nossa atenção.

Reunindo os artigos da *Revista* segundo a função de autor, observa-se ainda um outro dado: há sete textos sem assinatura, mas cuja autoria pode ser atribuída à redação do periódico, isto é, a Rodrigo ou à equipe de técnicos que trabalhavam diretamente com ele. Esses sete textos não assinados não se referem exatamente a artigos, mas a breves notas ou apresentações de documentos ou acervos, e todos se concentram no número inaugural.

Os 75 autores da *Revista* colaboraram sobre sete diferentes temáticas, conforme já abordado no Capítulo 2. Cabe então observar quem são os autores que escreveram cada um

dos temas, atentando para a quantidade de colaboradores que trataram de um mesmo assunto, observando se eles concentraram-se ou não em certos temas, se havia “especialização” etc. Para tanto, o Quadro 7 abaixo fornece algumas pistas.

Quadro 7 - *Revista do Patrimônio*: temáticas dos artigos e seus autores

Tema/Total de autores por tema	Colaboradores e sua frequência	Total de artigos
História da Arte (27)	Hanna Levy (5), Francisco Marques dos Santos (4), D. Clemente Maria da Silva Nigra (3), Judith Martins (2), David James (2), Luiz Jardim (2), Cônego Raimundo Trindade (1), Carlos Ott (1), Alfredo Galvão (1), Joaquim Cardoso (1), Nair Batista (1), Augusto de Lima Júnior (1), Gilberto Freyre (1), J. Wasth Rodrigues (1), Lúcio Costa (1), Luis Camilo de Oliveira Neto (1), Rodrigo M. F. de Andrade (1), Alberto Rangel (1), Deoclécio Redig de Campos (1), Dom Carlos Tasso de Saxe (1), E. Orosco (1), Hércia Dias (1), João Miguel dos Santos Simões (1), José de Almeida Santos (1), José Wanderley Pinho (1), Michel Benisovich (1), Sem Autoria (1)	40
Arquitetura (29)	Noronha Santos (3), Paulo Thedim Barreto (3), Joaquim de Souza Leão Filho (2), José de Sousa Reis (2), Lúcio Costa (2), Luís Saia (2), Artur César Ferreira Reis (1), Carlos Ott (1), Cônego Raimundo Trindade (1), D. Clemente Maria da Silva Nigra (1), Joaquim Cardoso (1), Robert Smith (1), Estevão Pinto (1), Gilberto Freyre (1), J. Wasth Rodrigues (1), Mário de Andrade (1), Serafim Leite (1), A. L. Pereira Ferraz (1), Aluísio de Almeida (1), Aníbal Fernandes (1), Ayrton Carvalho (1), David A. da Silva Carneiro (1), Epaminondas de Macedo (1), Ivo Porto de Menezes (1), Maria de Lourdes Pontual (1), Mário A. Freire (1), Nuto Sant’Anna (1), Rômulo Barreto de Almeida (1), Sem Autoria (1)	39
Documentação (21)	Artur César Ferreira Reis (3), Salomão de Vasconcelos (3), Cônego Raimundo Trindade (3), Alfredo Galvão (2), Nair Batista (2), Robert Smith (2), Noronha Santos (1), Joaquim de Souza Leão Filho (1), Carlos Ott (1), Judith Martins (1), Augusto de Lima Júnior (1), Mário de Andrade (1), Afonso Arinos de Melo Franco (1), Anêmona Xavier de Basto Ferrer (1), D. Bonifácio Jansen (1), Gilberto Ferrez (1), L. L. Vanthier (1), Luis Camilo de Oliveira Neto (1), Manuel Bandeira (1), Mário Barata (1), Sem Autoria (1)	30
História (20)	Artur César Ferreira Reis (3), Salomão de Vasconcelos (3), Alberto Lamego (2), Lourenço Luís Lacombe (2), Noronha Santos (2), Carlos Ott (1), D. Clemente Maria da Silva Nigra (1), Cônego Raimundo Trindade (1), Joaquim Cardoso (1), Godofredo Filho (1), Afonso de E. Taunay (1), Manuel Bandeira (1), Serafim Leite (1), Francisco Venâncio Filho (1), Frei Venâncio Willeke (1), José Antônio Gonçalves de Mello (1), Mário F. França (1), Sérgio Buarque de Holanda (1),	27

	Sylvio de Vasconcelos (1), Sem Autoria (1)	
Etnografia (6)	Raimundo Lopes (2), Estevão Pinto (1), Gastão Cruls (1), Curt Nimuendaju (1), J. Moritz Rugendas (1), Roquette Pinto (1)	7
Acervos e Coleções (2)	Carlos Estevão (1), Sem Autoria (3)	4
Arqueologia (3)	Heloísa Alberto Torres (1), Carlos Estevão (1), Gastão Cruls (1)	3

A primeira observação é a de que ocorre uma alta distribuição de autores por temas: 27 colaboradores escreveram os 40 artigos que versam sobre História da Arte (sendo que seis deles escreveram mais de uma vez); 29 autores escreveram os 39 artigos de Arquitetura (também com seis autores que escreveram, ao menos, duas contribuições); 21 autores colaboraram nos 30 artigos de Documentação (novamente com seis autores que se repetem e os demais comparecendo apenas uma vez); 20 autores escreveram sobre os 27 artigos sobre História (com cinco deles escrevendo mais de uma vez); seis autores que dominam os sete artigos de Etnografia; dois autores que se dividem entre os quatro artigos dedicados a Acervos e Coleções; e, por fim, três autores que dominam os três artigos de Arqueologia.

Esses dados apontam, assim, para dois aspectos diferentes: no caso das três temáticas que menos aparecem na *Revista* (Etnografia, Acervos e Coleções e Arqueologia), ocorre uma espécie de “domínio” de determinados autores; já no caso dos quatro temas mais encontrados no periódico, não há essa concentração de autores. O que chama a atenção no quadro acima, portanto, é a alta dispersão de colaboradores entre as temáticas mais presentes quantitativamente, entre 1937 e 67. Ou seja, uma grande quantidade de autores escreveu sobre História da Arte, Arquitetura, Documentação e História. Assim, o que se observa é que quanto mais uma temática é tratada, mais autores tratam do assunto. Desse modo, essas quatro temáticas mais presentes não se restringem a poucos e determinados autores. Ao contrário, recebem contribuições heterogêneas, provenientes de autores de diversas formações e trajetórias – como se verá mais adiante.

É freqüente um autor colaborar com artigos relativos a diferentes temáticas, a exemplo de Cônego Raimundo Trindade, que escreve sobre História da Arte, Arquitetura, Documentação e História. O autor mais assíduo, Artur César Ferreira Reis (que escreveu sete artigos para a *Revista*), colaborou com textos sobre Arquitetura, Documentação e História¹⁰⁴. Outros casos semelhantes podem ser observados a partir do Quadro 7.

¹⁰⁴ A listagem completa dos artigos escritos por cada autor da *Revista* encontra-se no Anexo 3.

Ora, essa observação mostra que não havia especialização por tema – daí a alta dispersão de autores pelas temáticas. Do mesmo modo que não havia especialização tampouco havia autores especialistas nos assuntos. Embora Rodrigo declarasse que seus colaboradores eram “doutos nas matérias relacionadas com a sua finalidade”, conforme o *Programa*, pode-se afirmar que muitos desses autores também se construíram na *Revista* – por isso também atravessavam as fronteiras disciplinares e escreviam sobre diferentes temas.

Esses dados indicam que esses autores eram, de um modo geral, “homens de letras”, sem se vincularem de modo estrito a um único campo, transitando entre áreas de saber diversas que, como veremos, compõem o campo do patrimônio. Cabe mencionar que o “campo” de que se fala aqui é aquele da produção simbólica de que trata Bourdieu (1974 e 1989), considerando as condições sociais particulares de produção e de funcionamento de um determinado campo científico. Este é compreendido como o espaço de lutas competitivas que visam o monopólio da autoridade e da competência científica, isto é, a capacidade de falar e intervir legitimamente. O campo do patrimônio, pois, começou a se estruturar no Brasil a partir da década de 1920, antes mesmo da criação do Sphan, mas se consolidou somente com a implantação do serviço de proteção¹⁰⁵, como abordado no Capítulo 1.

Considerando-se o esforço sistemático empreendido pelo diretor do Sphan e por seus funcionários em desenvolver pesquisas científicas, pode-se compreender esses autores da *Revista do Patrimônio* como instauradores de discursos, como propõe Foucault. Esses autores-instauradores de discursividades produziam artigos preferencialmente sobre algumas das temáticas que permeiam o campo do patrimônio, como vimos. Assim, são os conhecimentos de História da Arte e Arquitetura que constituem as bases para um saber técnico e científico acerca do que deveria ser preservado como patrimônio histórico e artístico. Esses dois temas, porém, contam com outra área do saber fundamental para o campo que se constituía: a História¹⁰⁶. E essas três disciplinas (História da Arte, Arquitetura e História) baseiam-se sempre em ampla documentação – daí a História ser muito recorrente, como se verá no próximo capítulo.

¹⁰⁵ Cavalcanti (1993), Chuva (1998), Gonçalves (2002 [1996]), Santos (1992) e outros trataram da luta simbólica pela legitimação e autoridade de quem estaria autorizado a intervir no campo do Patrimônio – luta essa empreendida pelo “grupo do patrimônio” contra os neocoloniais e o Museu Histórico Nacional (de Gustavo Barroso).

¹⁰⁶ Os Capítulos 2 e 4 abordam a proximidade entre os temas de História e Documentação, na *Revista do Patrimônio*.

Quanto aos 16 autores mais assíduos, pode-se afirmar que esse grupo é ilustrativo para se compreender uma série de questões: sua relevância dentro do conjunto de colaboradores da *Revista*; a dispersão deles em relação às temáticas tratadas; os assuntos privilegiados por eles e como isso se vincula à trajetória pessoal de cada um; os lugares e redes de sociabilidade desses autores que possibilitaram seu vínculo com o patrimônio; seu papel na constituição do campo etc.

Como vimos, os 16 mais assíduos escrevem 45,3% dos 150 artigos estudados. Ao se relacionar a produção desse grupo dentro de cada tema, sua relevância mostra-se ainda maior: somente esses 16 autores escreveram 52,5% da produção sobre História da Arte; 41% da produção sobre Arquitetura; 63,3% do total produzido sobre Documentação; e 44,5% dos artigos de História.

Ou seja, os quatro temas que dominam quantitativamente o periódico, entre 1937 e 67, estão sob seu domínio. Esses 16 autores sozinhos, portanto, respondem por quase metade da produção do período – percentual esse que assegura conclusões quanto à importância de seu pensamento no campo cuja constituição se iniciava.

A partir de três ferramentas teórico-metodológicas – a reconstituição dos itinerários desses intelectuais, a noção de geração e os lugares de sociabilidade –, pode-se compreender o empreendimento cultural realizado por esses autores-instauradores de discursos dentro do campo do patrimônio.

Destacando-se algumas características nas trajetórias desses intelectuais considerados assíduos na *Revista*, organizadas no Quadro 9, mapeia-se uma rede de relações que os une, rede essa explicitada também pela correspondência entre esses “homens de letras”. Esse procedimento possibilita a observação da constituição de redes e lugares de sociabilidade fundamentais na biografia desses autores.

Alfredo Galvão, Artur César Ferreira Reis, Carlos Ott, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Noronha Santos, Francisco Marques dos Santos, Hanna Levy, Joaquim de Souza Leão Filho, Joaquim Cardoso, Judith Martins, Lúcio Costa, Nair Batista, Paulo Tedim Barreto, Cônego Raimundo Trindade, Salomão de Vasconcelos, e Robert Smith são os 16 autores assíduos.

Quadro 8 - Trajetória dos autores mais assíduos da *Revista do Patrimônio*

Nome/ Estado natal	Família e estudos	Ocupação	Jornalismo	Academias, institutos e associações	Trajetória profissional	Trajetória política	Obras destacadas	Observações
ALFREDO GALVÃO (1900-1987) Natural do Rio de Janeiro	Estudou na ENBA entre 1916 e 27. Nela, conquistou a Grande Medalha de Ouro em Pintura, em 1926, e o Prêmio de Viagem à Europa, em 1927. Com isso, estudou em Paris entre 1928 e 32.	Pintor, historiador da arte e professor			Em 1938, foi nomeado professor de Anatomia e Fisiologia Artísticas e, em 1947, obteve a cadeira de Pintura em concurso. Entre 1949 e 51, foi vice-diretor da Escola Nacional de Belas Artes.		“Noções de Anatomo-fisiologia artística e proporções” (1941).	
ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS (1906-1993) Natural do Amazonas	Filho do jornalista e teatrólogo Vicente Torres da Silva Reis. Fez o ensino primário e secundário em Manaus. Iniciou o Curso de Direito de Belém em 1923, mas o concluiu pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1927.	Historiador e professor	Entre 1928 e 38, foi redator-chefe do <i>Jornal do Comércio</i> , cujo proprietário era seu pai. Posteriormente, foi colaborador de <i>O Estado do Pará</i> e da <i>Folha do Norte</i> , ambos de Belém.	Foi sócio do IHGB, do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP) e do Instituto Geográfico Histórico do Amazonas (IGHA), tendo pertencido a este último por 67 anos. Em 1977, foi considerado pela diretoria do IGHHA como Diretor Perpétuo. Foi ainda membro da Academia Amazonense de Letras a partir de 1967.	No fim da década de 1920, deu início ao magistério, como professor de História do Brasil no colégio Dom Bosco e Escola Normal do Amazonas, em Manaus. Em 1940, foi representante do Sphan no Amazonas. Ao longo de sua trajetória, ocupou diversos cargos de direção: foi Chefe da Divisão de Expansão Econômica do Departamento Nacional de Indústria e Comércio do Ministério do Trabalho; diretor-geral do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo; presidiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); dirigiu o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Departamento de História e Divulgação do Estado da Guanabara. Presidiu o Conselho Federal de Cultura entre 1967 e 68. Foi também professor de Sociologia na PUC-Rio, de Administração na FGV e de História na UFF.	Foi Chefe de gabinete da Junta Governista Revolucionária. Em 1964, foi nomeado Governador do Amazonas, cargo que ocupou até 1967.	“História do Amazonas” (1931); “A política de Portugal no Vale Amazônico” (1940); “Síntese da História do Pará” (1941); “Território do Amapá – Perfil Histórico” (1949); “O Índio da Amazônica” (1957); “A Amazônia e a cobiça internacional” (1961); “Aspectos da experiência portuguesa na Amazônica” (1966).	
CARLOS OTT (Karl Borromeus Ott) ou Frei Fidélis (1908-1997) Natural da Alemanha	Bacharelou-se em Filosofia no Antonianum de Urbee (Alemanha), em 1937. Diplomou-se ainda pela Universidade Pontifícia Romana de Santo Antônio.	Historiador da arte e professor	Escreveu artigos para a <i>Revista do Arquivo Municipal de São Paulo</i> .		Na década de 1920, chegou ao Nordeste brasileiro para realizar um trabalho religioso pela Ordem dos Franciscanos. Abandonou o exercício religioso e se dedicou à pesquisa e ao ensino de História. Pesquisou arte colonial, história, arqueologia, pré-história e folclore. Foi funcionário do Sphan na Bahia. Em 1941, participou da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, onde lecionou Etnologia Geral e do Brasil. Ministrou ainda aulas de latim no Instituto Normal Isaías Alves.		“Formação e evolução étnica na cidade de Salvador (o folclore baiano)” (1955); “Bailes pastoris” (1958); “Vestígios de cultura indígena no sertão da Bahia” (1945); “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho” (1968); “Influência alemã no barroco luso-brasileiro” (1969); “A escola bahiana de pintura (1764-1850)” (1982) etc.	Publicou “A Santa Casa da Misericórdia do Salvador” (1960) na série <i>Publicações do Sphan</i> .
D. CLEMENTE MARIA DA SILVA NIGRA (1903-1987) Natural da Alemanha e naturalizado brasileiro em 1933	Filho de padeiro, chegou ao Brasil em 1922 para ingressar na Ordem Beneditina em Salvador. Entre 1930 e 32, viajou à Europa, assistindo ao curso Artes Plásticas na Cidade Eterna (Roma).	Historiador da arte, professor e religioso			Foi professor no curso secundário em São Paulo e vice-reitor do Mosteiro de S. Paulo. Foi Capelão da Marinha, na Ilha das Cobras (RJ). Em 1940, foi nomeado arquivista-mor da Ordem Beneditina Brasileira e, no mesmo ano, iniciou seus serviços para o Sphan, onde foi perito e pesquisador sobre arquitetura, pintura e esculturas sacras (principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro). Em 1955, organizou a Exposição de Arte Retrospectiva Brasileira por ocasião do 36º Congresso Eucarístico Internacional do Rio de Janeiro. Indicado por Rodrigo M. F. de Andrade, D. Clemente dirigiu o Museu de Arte Sacra de Salvador, desde sua fundação, em 1958, até 1979.		“Três artistas beneditinos” (1950); “Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro” (1950); “Sobre as artes plásticas na antiga Capitania de S. Vicente” (1958); “Os dois escultores, frei Agostinho da Piedade, frei Agostinho de Jesus, e o arquiteto, frei Macário de São João” (1971); “Convento de Santa Teresa, Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia” (1972) etc.	
Francisco Agenor NORONHA SANTOS (1876-1954) Natural do Rio de Janeiro		Historiador		Membro do IHGB e da Sociedade Brasileira de Geografia.	Foi funcionário público do Arquivo do Município do Rio de Janeiro. Dedicou-se assim à história do rio de Janeiro. Escreveu também sobre a história do município de Conservatória (RJ).		“Meios de transporte no Rio de Janeiro” (1934) e “As freguesias do Rio antigo” (1965).	Doou sua coleção de livros para a biblioteca do Sphan, que, por esse motivo, recebeu seu nome como uma homenagem.

FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS (1899-1975) Natural do Rio de Janeiro		Historiador da arte		Entre 1959 e 60, foi presidente do IHP. Era também membro do IHGB e vogal da Associação Nacional de Belas Artes de Lisboa. Foi ainda um dos fundadores do Instituto de Estudos Brasileiros.	Foi funcionário do Sphan, como perito das obras de arte. Dirigiu o Museu Imperial de Petrópolis entre 1954 e 1967. Foi também membro do Conselho Consultivo do Sphan. Foi professor da Pós-Graduação na Universidade de São Paulo. Presidiu o Instituto Brasileiro de História da Arte.		“Medalhas militares brasileiras da época colonial ao fim do primeiro reinado” (1937); “A Guerra do Paraguai na medalhística brasileira” (1937); “Artistas do Rio de Janeiro colonial” (1938); “Louça e Porcelana” (1968), cuja introdução é de autoria de Rodrigo M. F. de Andrade.	Publicou artigos no <i>Anuário do Museu Imperial</i> e na revista <i>Estudos Brasileiros</i> .
HANNA LEVY (1912-1984) Natural da Alemanha	Em 1933 foi estudar História da Arte na Sorbonne, em Paris, onde se doutorou em 1936.	Historiadora da arte e professora			Chegou ao Brasil em 1937, onde permaneceu por cerca de dez anos. Ministrou aulas de História da Arte para os funcionários do Sphan entre 1937 e 1940. Até 1947, Levy ficou encarregada de realizar pesquisas e inventários das imagens sacras do Rio de Janeiro. Paralelamente à sua atividade no Sphan, ministrou aulas na Escola Livre de Estudos Superiores e na Fundação Getúlio Vargas, ambas no Rio de Janeiro. Em 1948, emigrou para os Estados Unidos, onde também lecionou História da Arte na New School for Social Research.			
JOAQUIM DE SOUZA LEÃO FILHO (1897-1979) Natural de Pernambuco	Descendente de família proprietário de engenhos. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro.	Diplomata e historiador	Colaborou com o <i>Anuário do Museu Imperial</i> .	Filiado ao IHGB desde 1934 e membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Foi um dos fundadores do Comitê Nacional de História da Arte.	Ingressou no Itamaraty em 1919. Foi embaixador do Brasil em Caracas, entre 1953 e 56, e em Haia, entre 1956 e 62. Dedicou-se à história da arte e, durante o tempo em que atuou na Holanda, fez levantamentos em arquivos e museus holandeses, pesquisando a história pernambucana. Também escreveu sobre arquitetura rural brasileira.		“A expulsão dos holandeses” nos <i>Anais do Terceiro Congresso de História Nacional</i> (1938). Traduziu a obra “O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1919 – T. Von Leithold e L. Von Rango” (1966) e escreveu “O Rio de Janeiro e seus arredores” (1972).	Realizou pesquisas com o historiador da arte norte-americano Robert Smith.
JOAQUIM Maria Moreira CARDOSO (1897-1978) Natural de Pernambuco	Estudou na Escola Livre de Engenharia de Recife, onde se formou em 1930.	Poeta, professor e engenheiro civil	Redator do jornal <i>O Arrabalde</i> , em 1913, e caricaturista do <i>Diário de Pernambuco</i> a partir de 1914. Entre 1924 e 25, dirigiu a <i>Revista do Norte</i> . Em 1955, foi um dos fundadores da revista <i>Módulo</i> . Colaborou com o periódico <i>Para todos: quinzenário de cultura</i> , que circulou entre 1956 e 58.	Em 1973, foi eleito sócio benemérito do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Membro da Academia Pernambucana de Letras. Foi um dos fundadores do Comitê Nacional de História da Arte, ao lado de Lúcio Costa, Paulo Thedim Barreto e outros.	Entre 1920 e 23, trabalhou como topógrafo da Comissão Geodésia de Pernambuco. De 1934 a 37, trabalhou com Burle Marx e Luís Nunes na Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU) de Recife, onde atuou como calculista de estruturas. Desse modo, calculou diversos projetos: a Escola para Anormais (Tamarineira), a Escola Rural Alberto Torres e o Pavilhão de Verificação de Óbitos (sede do IAB em Pernambuco), em Recife, além da Caixa d'Água de Olinda etc. Foi o catedrático responsável pela cadeira Teoria e Filosofia da Arquitetura, de 1932 a 39, na Escola de Engenharia de Recife. Também ministrou aulas de Geometria Analítica, Cálculo Infinitesimal e Resistência dos Materiais. Foi um dos fundadores da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Em 1939, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde começou a trabalhar para o Sphan. A partir de 1941, realizou trabalhos com Niemeyer, tornando-se seu engenheiro de cálculos. Em 1956, dirigiu a Seção de Cálculo Estrutural do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap. Em 1967, aposentou-se como servidor público e faleceu em Olinda, em 1978.		“Poemas” (1947), com prefácio de Drummond. Publicou obras sobre a “nova” arquitetura, outras poesias e também peças teatrais.	Liderou o movimento modernista em Pernambuco, junto com Luiz Jardim, Ascenso Ferreira e outros, que se reuniam no Café Continental, em Recife, que se tornou conhecido como Esquina Lafaiete. Nos encontros semanais realizados na casa de Rodrigo M. F. de Andrade, Joaquim Cardoso conheceu o arquiteto Oscar Niemeyer.
JUDITH MARTINS (1903- ?) Natural de Minas Gerais	Formou-se em Contabilidade em Juiz de Fora.	Historiadora da arte			Foi secretária e datilógrafa do Sphan, atuando diretamente com Rodrigo M. F. de Andrade, no Rio de Janeiro. Foi Chefe do Arquivo do Sphan e de sua Seção de História. Organizou um catálogo do Museu do Diamante, inspecionou atividades do Serviço em São Paulo e Minas Gerais e pesquisou História da Arte. Estudou artífices e artistas de Minas Gerais, ao lado de outros funcionários com a coordenação do próprio Rodrigo. Aposentou-se em 1973 pelo Sphan.		“Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”, publicado em dois volumes pelo Sphan, em 1974.	Recebeu a Medalha do Mérito Educativo em 1972. Publicou “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais” (1974) na série <i>Publicações do Sphan</i> .

LÚCIO COSTA (1902-1998) Natural da França	Filho de brasileiros, veio ao Brasil ainda criança e retornou à Europa aos oito anos, onde fez o ensino básico. Com 15 anos, voltou ao Brasil e estudou na ENBA, no Rio de Janeiro, onde se formou em Arquitetura, em 1922.	Arquiteto e urbanista		Foi um dos fundadores do Comitê Nacional de História da Arte, ao lado de Joaquim Cardoso, Aracy Amaral, Augusto Carlos da Silva Telles, Flávio Motta, Lygia Martins Costa, Luis Saia, Mário Barata, Nestor Goulart dos Reis Filho, Paulo Ferreira Santos e outros.	Exerceu papel fundamental na arquitetura moderna, publicando artigos e obras e realizando projetos que o consagraram. Em 1930, foi indicado por Rodrigo M. F. de Andrade para dirigir a ENBA – cargo ocupado por apenas um ano. Como diretor da Escola, organizou o Salão de 31. Em 1933, organizou um escritório de arquitetura com Warchavchik, no qual Niemeyer e Burle Marx chegaram a trabalhar no início de suas carreiras. Em 1936, coordenou o grupo de arquitetos que projetou o edifício-sede do MES. No fim de 1937, ingressou no Sphan, onde foi chefe da Divisão de Estudos e Tombamento, até sua aposentadoria. Em 1950, projetou a Casa do Brasil, na Universidade de Paris. Em 1969, elaborou ainda o plano de urbanização da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.		“Razões da nova arquitetura” (1930); “O arquiteto e a sociedade contemporânea” (1952); “A crise da arte contemporânea” (1959).	Vencedor do concurso de projetos para a construção do Pavilhão Brasil da Feira Mundial de Nova York (1939); premiado na I Bienal de São Paulo de 1951 com o projeto do Parque Guinle (Rio de Janeiro); vencedor do concurso para o projeto piloto da nova capital Brasília (1957).
NAIR BATISTA		Historiadora da arte			Funcionária da administração do Sphan no Rio de Janeiro. Pesquisou arte colonial brasileira, especialmente os trabalhos realizados por Caetano da Costa Coelho e de Valentim da Fonseca, para as quais fez ampla pesquisa junto aos arquivos eclesiásticos no Rio de Janeiro.			
PAULO THEDIM BARRETO (1908-1973) Natural do Rio de Janeiro	Estudou na Escola Nacional de Belas Artes.	Arquiteto e professor		Foi outro dos fundadores do Comitê Nacional de História da Arte, tal como Joaquim Cardoso, Joaquim de Souza Leão Filho e Lúcio Costa.	Realizou o levantamento arquitetônico do Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Dali saiu a indicação de seu nome para Rodrigo. Desse modo, ingressou como funcionário do Sphan ainda em 1937. Procedeu aos levantamentos para posterior tombamento dos monumentos, especializando-se em temas referentes à história da arquitetura no Brasil e em seus sistemas construtivos tradicionais. Em 1959, assumiu a chefia da seção de arte do Sphan. Paulo Thedim também foi professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, onde defendeu a tese “Casas de Câmara e Cadeia” para concurso de provimento da cadeira de Arquitetura no Brasil, em 1949. Foi ainda professor no Colégio São Bento.			Não afiliado à arquitetura moderna.
RAIMUNDO Otávio TRINDADE (Cônego) (1883-1962) Natural de Minas Gerais	Fez seus primeiros estudos em casa. Formado pelo Seminário de Mariana, onde foi ordenado sacerdote em 1908.	Historiador e religioso		Membro do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto Genealógico Brasileiro. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).	Funcionário público do Sphan, Trindade foi o primeiro diretor do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto – dirigindo-o de 1944 a 1959. Realizou estudos sobre a história de cidades mineiras e de suas igrejas.	Eleito Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova (MG), cargo que ocupou por pouco mais de um mês.	“Semana santa” (1916); “Efemérides da Arquidiocese de Mariana” (1928); “Um pleito tristemente célebre nas Minas do século XVIII: Contribuição para a história eclesiástica de Minas” (1953); “Velhos troncos mineiros” (1955).	Publicou “Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana” (1945) e “São Francisco de Assis de Ouro Preto” (1951), ambos na série <i>Publicações do Sphan</i> .
ROBERT Chester SMITH Junior (1912-1975) Natural dos Estados Unidos	Formou-se na Universidade de Harvard, em 1937 e doutorou-se com tese sobre Ludovice, o arquiteto de Dom João V.	Historiador da arte e professor			Entre 1935 e 36, realizou estudos sobre o Palácio de Mafra, em Portugal. Foi o autor do primeiro estudo sobre a talha barroca portuguesa. Em 1937, fez sua primeira viagem ao Brasil, enquanto membro do American Council of Learned Societies, para estudar o barroco luso-brasileiro e pesquisar em bibliotecas e arquivos. Aqui fotografou a arte e a arquitetura brasileira para a Library of Congress (Biblioteca do Congresso) dos Estados Unidos, onde era Diretor Associado da Divisão Hispânica. Realizou pesquisas no Arquivo Ultramarino Português, onde encontrou valiosa documentação para a arte e a arquitetura brasileiras.		“Minas Gerais no desenvolvimento da arquitetura colonial” (1937); “O caráter da arquitetura colonial do Nordeste” (1938); “A guide to the art of Latin America” (1948); “Arquitetura colonial bahiana” (1951); “Arquitetura colonial” (1955); “Uma capela portuguesa em Filadélfia” (Lisboa, 1960); “Urbanismo colonial no Brasil” (1967); “The art of Portugal, 1500-1800” (1968); etc.	A partir de 1938, foi responsável pela publicação anual da bibliografia sobre arte brasileira no <i>Handbook of Latinamerican Studies</i> .
SALOMÃO DE VASCONCELOS (1915-?) Natural de Minas Gerais		Historiador	Escreveu artigos para a <i>Revista do Arquivo Municipal de São Paulo</i> .	Entre 1955 e 58, foi presidente do IHGMG.	Na década de 1940, foi funcionário público do Sphan, em Minas Gerais, como representante regional do órgão. Organizou o arquivo da Matriz da Igreja do Pilar, do Santuário de Congonhas e o arquivo do município de Mariana. Realizou inventários de igrejas e fazendas. Em 1946, recepcionou Robert Smith, que realizava viagens de estudo pelo interior de Minas. Dedicou-se principalmente ao estudo de Ouro Preto e de Sabará.			

Uma primeira observação a respeito desses intelectuais é sobre a geração a que eles pertencem. O uso dessa categoria é operacional para relacionar as trajetórias de vida dos autores, sem desconsiderar as críticas contundentes que a literatura tem feito sobre essa noção¹⁰⁷. Como argumenta Sirinelli (2003), as solidariedades de idade fazem parte dos processos de transmissão cultural. Um intelectual define-se por referência a uma herança, ainda que as repercussões de um “evento fundador” não sejam eternas. Sem dúvida, porém, um “acontecimento marcante” imprime marcas em uma geração, extraindo dele uma “bagagem genética” e, dos primeiros anos depois de tal evento, uma memória coletiva. A categoria, então, transcende as manifestações “externas” e resulta de um trabalho de memória elaborada e compartilhada por um grupo, transmitindo-a aos sucessores que não a vivenciaram. Desse modo, tal como Gomes (1996), nesta pesquisa a noção de geração incorpora tanto a idéia de um tempo “exterior” (de uma conjuntura nacional ou regional) quanto de um tempo “interior”, “expresso pela forma como tais acontecimentos foram experimentados por um grupo, construindo-se um sentido de união, de pertencimento” (Gomes, 1996:41).

Outro elemento constitutivo da categoria de geração é seu caráter relacional, isto é, não autônomo. Uma geração só adquire significado quando relacionada com outras gerações, uma vez que sua perspectiva identitária realiza-se, por contraste, através do tempo e compõe um projeto de um grupo ante seus antecessores e contemporâneos. Há, portanto, uma dimensão simbólica e uma outra organizacional, que podem ser materializadas nas redes de relações. Desse modo, essa categoria integra-se e se complementa com a noção de sociabilidade – daí serem fundamentais para a análise que segue sobre os intelectuais que mais freqüentaram a *Revista*.

A partir dessas considerações, a primeira observação relevante exposta pelo *Quadro 9* diz respeito justamente à geração a que pertencem esses intelectuais. Seis nasceram no fim do século XIX, entre 1876 e 1900; e nove no século XX, entre 1902 e 1915. Essas gerações,

¹⁰⁷ A categoria geração vem sendo criticada tanto pela história, especialmente a das mentalidades, quanto pelas ciências sociais. De forma sucinta, a crítica decorre do forte acento positivista que a noção carregaria consigo. Em geral, é compreendida como o grupo de indivíduos de uma mesma “classe de idade”, o que os levaria a compartilhar um determinado sistema de gostos e valores, ou seja, uma visão de mundo. Segundo essa perspectiva, as gerações suceder-se-iam sistematicamente, “renovando-se” numa espécie de direção progressiva. Assim, uma das objeções refere-se à falácia de se identificar um grupo e supor sua homogeneidade interna a partir de um critério cronológico (um tempo “exterior”). Ou seja, questiona-se a suposição de que a “visão de mundo” derive automaticamente de algumas experiências marcantes vividas numa certa conjuntura. Entretanto, a categoria continua sendo revisitada e há até propostas de se adotar termos mais adequados, como o “sentimento

sobretudo a mais jovem, conviveram com os movimentos de vanguarda estética da década de 1920, especialmente do chamado modernismo, participaram da ampliação do ensino superior no Brasil e presenciaram o já mencionado *boom* editorial, alavancado pela grande quantidade de interpretações do Brasil, entre outros fatos marcantes vivenciados coletivamente por essas gerações. No âmbito político, assistiram à Revolução de 1930 e às mudanças getulistas, para se falar apenas no plano nacional.

Chama a atenção a presença de estrangeiros, dentre os colaboradores convidados por Rodrigo para escrever na *Revista*. São eles os alemães Carlos Ott, D. Clemente e Hanna Levy, além do norte-americano Robert Smith – o que representa 25% desses 16. Foi excluído dessa relação o arquiteto Lúcio Costa que, embora nascido na França, era filho de brasileiros e viveu boa parte de sua formação no Rio de Janeiro.

Os alemães, diferentemente do que se pode imaginar, não vieram ao Brasil para fugir da Segunda Guerra Mundial – talvez com exceção de Levy¹⁰⁸. Tanto Ott quanto D. Clemente chegaram ao Brasil ainda na década de 1920, para o exercício eclesiástico, ainda que Carlos Ott o tenha abandonado pouco tempo depois de desembarcar em terras brasileiras. Já o americano Robert Smith veio ao país com o objetivo de pesquisar a arte e a arquitetura barroca luso-brasileira, dando continuidade ao trabalho realizado por ele anteriormente nos Estados Unidos.

Não é surpresa o interesse de estrangeiros no Brasil nas décadas de 1930 a 60. Outro estrangeiro que se interessou pela arte brasileira, além dos colaboradores da *Revista*, e que veio realizar estudos é o francês Germain Bazin (1901-1990), vinculado ao Museu do Louvre, em Paris. Esteve aqui pela primeira vez no ano de 1945 e voltou depois em várias ocasiões. Publicou na França “L’architecture religieuse baroque au Brésil” (1956) e “Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil” (1963). Os americanos Philip Goodwin e George Kidder-Smith, autores da exposição *Brazil Builds*, sobre arquitetura colonial e moderna brasileira, exibida no MoMA de Nova Iorque em 1943, é outro exemplo do interesse no Brasil. Podem-se mencionar ainda os franceses Pierre Verger (1902-1996) e Lévi-Strauss (1908-2009) – e tantos outros – que visitaram o Brasil nesse período, aqui estabelecendo importantes e duradouras ligações intelectuais.

de contemporaneidade” (Girardet, 1983), entendido como o espaço social vivido coletiva e cotidianamente por um grupo.

¹⁰⁸ Pouco se sabe a seu respeito. Sobre Levy, ver Nakamuta (2009).

Dentre os brasileiros, há um destaque para os autores nascidos no Rio de Janeiro, aos quais se juntaram outros, oriundos de outros estados que lá fixaram residência. Cinco deles são naturais desse estado¹⁰⁹, sede da capital federal por quase todo o período aqui considerado, e *locus* cultural, onde se estabeleciam e se multiplicavam livrarias e editoras, instituições artísticas e culturais. Três dos assíduos provêm de Minas Gerais, terra natal do editor Rodrigo, e estado que concentrou uma série de investimentos por parte do Sphan, por ser considerado o “berço da brasilidade”. Dois são pernambucanos, outro local cuja proteção aos seus monumentos foi privilegiada. Exclui-se desse núcleo de fluminenses, mineiros e pernambucanos, o amazonense Artur César Ferreira Reis, justamente o mais assíduo de todos os 75 autores da *Revista*.

Os locais em que estudaram esses intelectuais fornecem indicativos de onde os laços podem ter se iniciado, ou seja, de como surgiu um sentimento de solidariedade de origem. No conjunto ora enfatizado, destaca-se a Escola Nacional de Belas Artes, na qual estudaram Alfredo Galvão, Lúcio Costa e Paulo Thedim Barreto.

Considerando-se a formação desses autores, o único que concluiu o mesmo curso que Rodrigo M. F. de Andrade fez, foi o amazonense Artur César, que freqüentou a mesma Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, porém, em momentos distintos, pois a diferença de idade entre ambos era de oito anos¹¹⁰.

As ocupações dos principais colaboradores do periódico em questão eram heterogêneas, mas se concentram em três: oito eram historiadores da arte, cinco eram historiadores e três eram arquitetos ou engenheiros. Com exceção destes últimos, os demais intelectuais são classificados com base em suas trajetórias profissionais e intelectuais, que acabaram por defini-los dessa maneira – uma vez que a *Revista* não apresentava informações relativas a seus autores, limitando-se somente em colocar a assinatura dos mesmos. Alguns desses autores, inclusive, foram “formados” pelo próprio Sphan.

Um exemplo esclarecedor é o de Judith Martins, identificada como historiadora da arte. Formada em Contabilidade em Juiz de Fora, fora apresentada a Rodrigo por um amigo em comum quando soube que uma nova repartição pública estava sendo organizada. Rodrigo então a contratou como datilógrafa, apesar de seu desconhecimento das questões do patrimônio histórico. Secretariando diretamente Rodrigo Melo Franco, Judith era diariamente

¹⁰⁹ Não há referências sobre a autora Nair Batista, porém, sua colaboração no Sphan do Rio de Janeiro levanta a hipótese de que ela seja natural desse estado.

¹¹⁰ Em 1919, Rodrigo já era bacharel em Direito, enquanto Artur César formou-se em 1927.

instruída por ele e pelos cursos que o mesmo indicava. Ela assistia aulas de português e os cursos ministrados para os funcionários, como o de Afonso Arinos, sobre o “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, que virou o número 11 das *Publicações do Sphan*, e como o de Hanna Levy, sobre História da Arte. Rodrigo fez ainda os técnicos do Sphan freqüentarem o curso de arte brasileira que José Mariano Filho, o arquiteto neocolonial, ministrava na Universidade do Distrito Federal¹¹¹. Desse modo, a datilógrafa e secretária, formada em contabilidade, foi sendo instruída no campo do patrimônio, realizando também pesquisas coordenadas pelo próprio Rodrigo – uma delas, inclusive, gerou uma obra de referência, publicada tardiamente em 1974: *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*¹¹².

Dáí se podem extrair diversos pontos relevantes: a influência das redes para a inclusão de novos membros no “grupo do patrimônio”; a centralidade do Sphan e de seu diretor para a formação de técnicos capacitados e competentes para realizar as ações de preservação e proteção do patrimônio; e o papel da pesquisa dentro do órgão, além dos mecanismos utilizados para sua legitimação.

Destaca-se, entre os assíduos, a prática do ensino. Metade deles atuou como professor: Artur César, Carlos Ott, Hanna Levy, Alfredo Galvão, Francisco Marques dos Santos, Joaquim Cardoso e Robert Smith foram professores universitários. Desses, somente o primeiro atuou também no ensino secundário, tal como D. Clemente. Nesse período, o magistério era fonte de renda e de prestígio, especialmente quando se tratava de fundadores de faculdades (caso de Ott, que participou da criação da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia) ou de catedráticos de faculdades que já eram consagradas (ou que estavam em vias de).

A presença de eclesiásticos é outro dado significativo no conjunto considerado. Cônego Raimundo Trindade e D. Clemente se mantinham vinculados à Igreja Católica ao longo de suas trajetórias. Já o alemão Carlos Ott, que veio ao Brasil para realizar trabalhos pela Ordem dos Franciscanos, logo abandonou a batina. Entretanto, os vínculos ali estabelecidos provavelmente lhe deram acesso aos arquivos das igrejas – fontes imprescindíveis para as pesquisas empreendidas pelo Sphan. Essa relação que os colaboradores do Sphan mantinham com os eclesiásticos podia ser estratégica, uma vez que,

¹¹¹ Cf. Martins (1987). Essa informação salta aos olhos, uma vez que se sabe das contendas travadas entre o Sphan (e Rodrigo) e José Mariano Filho.

¹¹² Cf. Martins (1987).

não raramente, o tombamento de uma igreja provocava alguns embates entre clérigos, de um lado, e o Serviço, de outro. Este último defendia a proteção e a preservação do monumento, enquanto os religiosos desejavam reformá-lo, ampliá-lo ou até demoli-lo para a construção de novos templos. Desse modo, a manutenção no Sphan de colaboradores que intercedessem junto às autoridades eclesiásticas pode ser considerada como fundamental para a realização de suas atividades, tanto de pesquisa como também força política.

Alguns intelectuais do patrimônio tiveram uma marcante passagem pelo jornalismo, tal como Rodrigo, conforme indica o Quadro 9. Artur César Ferreira Reis, quando jovem, tornou-se redator-chefe do *Jornal do Comércio* (Manaus), tendo sido também colaborador de outros jornais em Belém. O poeta e engenheiro Joaquim Cardoso foi outro que adentrou o jornalismo muito cedo, tornando-se redator do jornal *O Arrabalde*, em 1913, e, em 1914, caricaturista do *Diário de Pernambuco*, onde Gilberto Freyre colaborou a partir de 1918. Na década de 1920, dirigiu a *Revista do Norte*, além de ter sido artista gráfico e crítico de arte. Já em sua maturidade, fundou, em 1955, a revista *Módulo*, cujo editor era o arquiteto Oscar Niemeyer¹¹³ e onde Rodrigo M. F. de Andrade publicou o artigo “Capelas rurais” (1955). Joaquim Cardoso ainda foi assíduo colaborador no periódico *Para todos: quinzenário de cultura*, dirigido pelos irmãos Jorge e James Amado¹¹⁴. Essas redações, portanto, constituíram lugares de sociabilidade para alguns desses intelectuais. O próprio Lúcio Costa, que não seguiu carreira jornalística, escreveu sobre Aleijadinho na edição especial de *O Jornal*, em 1929, época em que Rodrigo era o diretor-presidente do jornal, podendo daí advir o contato entre eles.

Outro espaço social em que os autores da *Revista* constroem suas relações organizacionais e simbólicas são as academias, institutos e associações. Quatro deles, ao menos, eram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, órgão de excelência e consagração de muitos historiadores, conforme mostra a literatura. Artur César, Noronha Santos, Francisco Marques dos Santos, Joaquim de Souza Leão eram alguns dos autores da *Revista do Patrimônio* membros do Instituto. Ao lado deles, estava o próprio Rodrigo e outros autores do periódico, como Afonso Taunay, Afonso Arinos, Wanderley Pinho, Gilberto

¹¹³ A revista *Módulo*, editada no Rio de Janeiro, circulou até 1965, quando foi proibida pelo regime militar, tendo voltado a circular em 1975 até sua extinção, em 1989.

¹¹⁴ Em *Para todos*, Cardoso escreveu sobre crítica de arte e arquitetura, em artigos como: “O pintor Pancetti”, “O Salão Nacional de Arte Moderna e as artes plásticas”, “Djanira no MAM”, “A cultura em Pernambuco: apresentação”, “A gravura tcheco-eslovaca: a exposição na ENBA”, “Debates sobre o concretismo: o poema

Ferrez e outros. Os institutos históricos regionais e academias de letras também se destacam, constituindo lugares primordiais para trocas intelectuais.

O próprio Sphan foi resultado e, ao mesmo tempo, berço do encontro de intelectuais. Dentre os assíduos, 12 (75%) pertenceram ao quadro de funcionários do Serviço, pelo menos em algum momento, ou foram contratados para ali atuarem¹¹⁵. Somente Alfredo Galvão, Joaquim de Souza Leão Filho, Noronha Santos e Robert Smith não foram, em nenhum momento, vinculados ao Sphan, apesar de terem contribuído com pesquisas sobre o patrimônio.

Quanto à trajetória política, comum a muitos intelectuais do período, há raros casos: um, de Artur César, e outro, de Cônego Raimundo Trindade. Ambos tiveram apenas uma breve passagem pela política. Assim, para a maioria desses intelectuais, a dimensão política de suas atuações era decorrente dos projetos culturais a que se vinculavam.

Era comum um intelectual debruçar-se principalmente sobre pesquisas referentes a seu estado natal. Assim, o regionalismo se fazia presente, ainda que, como é amplamente discutido, o Sphan visava criar um patrimônio nacional, por meio da união territorial¹¹⁶. Não é à toa que o historiador Artur César, o autor mais assíduo, escreve sete artigos sobre a região amazônica, pouco contemplada com tombamentos. Assim, esses artigos são os instrumentos que preservam do esquecimento essa parte do Brasil. O mesmo, contudo, não pode ser dito em relação aos demais autores. Praticamente todos os outros 15 concentraram suas produções intelectuais sobre o patrimônio na região onde nasceram e/ou atuaram. Como visto, a procedência deles era também a dos estados que mais tiveram monumentos tombados no período: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco. Assim, a memória dessas regiões era mantida não só por meio dos tombamentos, mas também por meio das pesquisas e artigos sobre esses locais. As exceções ficam por conta de D. Clemente, que, ao escrever sobre o engenheiro Francisco de Frias de Mesquita, trata de grande parte do território nacional. O mesmo pode-se dizer dos artigos da historiadora da arte Hanna Levy, até porque seus artigos são de cunho teórico-metodológico e, por isso, não são regionalizados. A tese do arquiteto

visual ou de livre leitura”, “Artes gráficas e decorativas, escultura e arquitetura”, “Exposição de Brasília na IV Bienal” etc.

¹¹⁵ Um único autor, Francisco Marques dos Santos, atuou também no Conselho Consultivo do Sphan.

¹¹⁶ Não cabe aqui discorrer sobre a complexa questão entre o nacional *versus* o regional – ponto crucial presente nas discussões sobre o patrimônio cultural, sobretudo no âmbito do Sphan. Os próprios intelectuais do “grupo do patrimônio” não encontravam um consenso para essa questão, porém os distintos pontos de vista conviviam dentro do órgão. O estudo de Chuva (1998) é elucidativo nessa discussão no momento fundador do Sphan, uma vez que a autora aborda como os tombamentos asseguravam a unidade nacional do projeto varguista.

Theidim Barreto, publicada no número 11 da *Revista*, também aborda as diversas regiões do país, buscando os padrões nacionais, e, por esse motivo, não se enquadra nos regionalismos. Por fim, podem-se mencionar os artigos de Robert Smith, que publicou documentação transcrita de arquivos portugueses elucidativos para pesquisas sobre arte e arquitetura brasileira.

As redes, explicitadas através da identificação de diversos lugares de sociabilidade, também podem ser apreendidas pela correspondência. Ela também permite um rastreamento das redes de relações que se estabeleceram em torno de Rodrigo M. F. de Andrade.

Mário de Andrade, assistente técnico do Sphan em São Paulo¹¹⁷, indica os nomes de Nuto Sant'anna, Wasth Rodrigues, Afonso Taunay e Luís Saia para colaborar com as atividades do Sphan (sem deixar claro se se refere também ao periódico), em carta endereçada a Rodrigo¹¹⁸. Todos eles escreveram na *Revista*, vide Quadros 6 e 7.

As correspondências trocadas pelo mesmo Mário com Rodrigo indicam também a preocupação do diretor e editor em localizar referências acerca dos possíveis colaboradores. Exemplo disso está na resposta encaminhada por Mário a Rodrigo:

Nunca ouvi falar no tal Van Dyck, nem mim, nem ninguém. Tenho dado pulos pra saber com quem está, nada, ninguém conhece, ninguém nunca ouviu falar, ninguém não sabe nem que é o tal Redig Campos que escreveu o artigo, aqui provavelmente não mora, pelo menos não tem telefone¹¹⁹.

Redig, de que trata a carta, provavelmente é Deoclécio Redig Campos¹²⁰, que escreveu um artigo publicado no número 3 da *Revista*. Assim, o que a fonte indica é que o editor buscava informações a respeito de alguém que pretendia convidar para escrever no periódico, ou simplesmente procurava seu contato. De qualquer modo, ressalta-se aí o papel que os

¹¹⁷ Mário de Andrade foi o primeiro assistente técnico da regional em São Paulo, posto que exerceu entre 1937 e 38. Nesse ano, quando também se afastou do Departamento de Cultura de São Paulo por desavenças políticas, o poeta mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a colaborar com o Serviço. Em 1941, retornou à capital paulista como funcionário da regional do Sphan, aí permanecendo até seu falecimento, em 1945.

¹¹⁸ Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 06/04/1937. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan.

¹¹⁹ Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 27/09/1937. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan.

¹²⁰ Deoclécio Redig Campos (1905-1989), brasileiro nascido em Belém, ingressou no Museu do Vaticano, onde fez carreira até sua aposentadoria em 1978. Lá, Redig foi conservador-chefe e diretor. Sua única obra lançada no Brasil foi “Considerações sobre a Gênese da Renascença na Pintura Italiana”, editada pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1958. Disponível em http://www.italiaoggi.com.br/not04_0609/ital_not20090621c.htm (Acesso em 26.07.2010)

intelectuais exerciam para possíveis intercâmbios e para a constituição e articulação de novos laços.

Tais laços também são perceptíveis na correspondência trocada entre o diretor e David James, crítico e historiador da arte norte-americano. Em carta para James, Rodrigo escreve:

Fiquei muito interessado pela notícia transmitida em sua carta a respeito do estudo que a Doutora Liselotte Popelka está preparando sobre o pintor Joseph Selleny, que acompanhou ao Brasil o Arquiduque Maximiliano. Logo que me for possível procurarei corresponder-me com ela, a fim de apurar se encontrará no museu em que trabalha documentação sobre o Brasil cujo conhecimento nos interesse. Estou especialmente curioso pela vista panorâmica do Rio, de 1857, que é a obra mais bela do artista, em sua opinião¹²¹.

A rede de intelectuais do patrimônio constituía assim uma forma de se obter acesso a outros pesquisadores, a documentos, a acervos etc. E, quando o caso, publicar esse conhecimento em periódico.

Retomando a correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo, observa-se a amizade do poeta com Paulo Duarte, que, em 1935, empreendera em São Paulo uma campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”¹²² e que também ajudou Mário em suas atividades para o Serviço.

Ao narrar para o diretor as viagens realizadas ao interior do estado a fim de pesquisar monumentos a ser tombados, Mário de Andrade enfatiza a ajuda que o então prefeito de São Paulo, Fábio Prado, estava prestando às atividades do Sphan:

Pra estas viagens dum dia pelos municípios vizinhos, o Fabio Prado espontaneamente cedeu automóvel municipal. Cá entre nós: o prefeito Fábio Prado tem procedido com tanta generosidade com o Capanema que estou bastante assombrado...¹²³.

Ora, esse favor provavelmente era realizado por intermédio do próprio Paulo Duarte, que chegou a trabalhar no gabinete com o prefeito citado.

Esse tipo de vínculo, que permeia os âmbitos público e privado, permitia assim acessos, facilitava trânsitos e serviços. São muitos os casos: Hanna Levy chegou a Rodrigo

¹²¹ Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a David James, 15/07/1963. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 08, Pasta 04. Arquivo Central do Iphan.

¹²² Duarte empreendeu tal campanha no *Estado de S. Paulo* e, alguns anos depois, foi publicado em livro homônimo pelo Departamento de Cultura de São Paulo, conforme indica Veloso (1992).

¹²³ Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 12/06/1937. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan.

por intermédio de Aníbal Fernandes¹²⁴, conforme Martins¹²⁵; Paulo Thedim Barreto foi convidado a atuar no Sphan, a partir da indicação de seu nome pelos clérigos do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, após ter ali realizado criterioso estudo; Lúcio Costa foi chamado por Capanema para dirigir a Escola Nacional de Belas Artes após sugestão de Rodrigo etc.

Outra forma de estabelecimento dessas redes dá-se pela leitura de artigo e, a partir dele, da busca por seu autor. O modo como Rodrigo chegou a D. Clemente esclarece como isso se dá: Capanema, ao ler o artigo de D. Clemente “Francisco Pereira Coutinho e seu documento”¹²⁶, pede apreciação de Rodrigo e, com o consentimento deste, comunica-se com o abade da Ordem Beneditina. O ministro pede a ele que coloque D. Clemente à disposição do Serviço, “com o encargo de fazer pesquisas históricas condizentes com o caráter do Patrimônio Histórico”¹²⁷.

Um caso semelhante a esse, mas que não diz respeito propriamente ao Sphan, refere-se ao modo como Monteiro Lobato chega a Gilberto Freyre. Este último, quando ainda era desconhecido (por volta de 1918), escrevia artigos para o *Diário de Pernambuco*. Lobato, à época editor da *Revista do Brasil*, transcrevia tais artigos de Freyre, sem conhecê-lo. Lobato só estabeleceu contato com Freyre a partir de Oliveira Lima, que estava na Universidade de Colúmbia junto com Freyre. Desde então, Gilberto Freyre tornou-se efetivamente colaborador da *Revista do Brasil*¹²⁸.

Freyre, ao que tudo indica, foi uma figura-chave para a constituição de redes do patrimônio, principalmente no Nordeste, longe da atuação do núcleo dos mineiros, paulistas e fluminenses. Freyre, que foi autor de dois artigos da *Revista* e da obra inaugural da série *Publicações do Sphan*, foi assistente técnico do órgão no Nordeste, atendendo os estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, entre 1937 e 39. Sua colaboração junto a vários periódicos¹²⁹; seu trabalho de diretor da coleção *Documentos brasileiros*, pela Livraria José Olympio Editora; e seu trânsito pelo país e pelo exterior, junto a universidades e institutos, permitiu a articulação de uma série de intelectuais que mantinha ligações com

¹²⁴ Aníbal Fernandes (1894-1962) foi um jornalista, professor e político pernambucano. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, em 1915. Foi colaborador dos jornais *Pernambuco* e do *Diário de Pernambuco*, e redator-chefe dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Era membro da Academia Pernambucana de Letras e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

¹²⁵ Martins, Judith. *Memória Oral*. Rio de Janeiro: Sphan/Pró-Memória, 1987. (Memória Oral, 1).

¹²⁶ Artigo publicado na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, de 1937.

¹²⁷ Silva Nigra, Clemente Maria da. *Memória Oral*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. (Memória Oral, 5).

¹²⁸ Conforme Luca (1999).

¹²⁹ Freyre escreveu para o jornal *Diário de Pernambuco* e para as revistas *Revista do Brasil*, *Revista do Norte* e *O Cruzeiro*, para mencionar apenas algumas de suas colaborações.

Freyre, sendo que, alguns deles, colaboraram inclusive com o Sphan. Joaquim Cardoso, um dos autores assíduos da *Revista*, colaborou no mesmo *Diário de Pernambuco*, onde Freyre escrevia, além de ter participado do grupo da Esquina Lafaiete¹³⁰, onde se encontravam Freyre, Cardoso, Luiz Jardim e outros. É provável que outro colaborador assíduo, o também pernambucano Joaquim de Souza Leão Filho, pertencesse às redes de Freyre e, por seu intermédio, contribuiu com a revista. Desse modo, essas redes locais foram articuladas de tal forma que foram adquirindo relevância nacional, uma vez que a produção simbólica desse grupo a partir da publicação da *Revista* torna-se acessível em outras regiões do país e até fora dele.

Outra figura-chave na imbricação das redes que compuseram o “grupo do patrimônio” foi Carlos Drummond de Andrade. Este conhecia Capanema desde criança, pois estudaram na mesma escola. Frequentavam o Café Estrela, de Belo Horizonte, lugar de sociabilidade de intelectuais como Abgar Renault, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos e outros. Desde a década de 1920, Drummond colaborou na imprensa mineira. Auxiliava Capanema quando este ingressou na carreira política em Minas Gerais e, quando ele se tornou ministro da Educação e Saúde Pública, em 1934, Drummond passou a ser seu chefe de gabinete – cargo que ocupou até 1945, quando Capanema deixou o ministério. A partir daí, o poeta mineiro trabalhou no Sphan, a convite de Rodrigo Melo Franco, e foi chefe da seção de história, na Divisão de Estudos e Tombamento, até sua aposentadoria, em 1962 – tendo sido o responsável pela organização dos arquivos do órgão.

Sua correspondência, sob a guarda da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, revela sua ligação com diversas redes de intelectuais. São encontrados: um convite a Drummond para colaborar no *Diário de São Paulo* feito por Assis Chateaubriand; cartas entre ele e Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo M. F. de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Artur César Ferreira Reis e Lúcio Costa; texto em homenagem aos 80 anos do editor José Olímpio etc.; todas fontes indicativas das redes articuladas pelo poeta.

Desse modo, pode-se dizer que esses autores e colaboradores do Sphan são instauradores do discurso sobre o patrimônio, sendo regidos pelo editor e diretor Rodrigo M. F. de Andrade e por outros intelectuais centrais, que constituíram redes de sociabilidade que se interpenetraram no Sphan. Esses grupos fundam os discursos basilares sobre o patrimônio, estabelecendo regras e padrões para os estudos e pesquisas posteriores e imprimindo um

¹³⁰ Denominação dada ao Café Continental, de Recife, onde se reuniam membros do movimento modernista

padrão de rigor científico e de autoridade sobre o campo. Esses discursos são, nesse sentido, normativos sobre o que é e como deve ser abordado o patrimônio. Trabalham com algumas temáticas privilegiadas – a História da Arte, a Arquitetura, a Documentação e a História –, embora sem especializações definitivas, uma vez que o campo estava se constituindo.

Como se viu, a maioria desses autores-assíduos eram funcionários do Sphan e, assim, próximos de Rodrigo. Quando ele não conhecia seus colaboradores de longa data, as relações estabelecidas por Rodrigo com a rede de intelectualidade com que se articulava permitiam indicações de amigos. Com isso, o grupo responsável por estabelecer e criar um discurso legítimo sobre o patrimônio ia se constituindo. A *Revista do Patrimônio*, a “menina dos olhos” de Rodrigo, constrói-se, portanto, como um dos lugares de sociabilidade do “grupo do patrimônio” e seus afins.

Capítulo 4: Edição e Intelectuais: os temas do patrimônio na Revista

A escolha da sequência de artigos e autores é um dado fundamental para se compreender um periódico como a *Revista do Patrimônio*. Função do editor, a organização dada a uma publicação é intencional, e freqüentemente induz a uma “leitura autorizada”, construindo sentidos pela articulação das partes. Assim, os textos são posicionados a partir de critérios que, mesmo sendo às vezes arbitrários, devem ser considerados para se compreender as intenções do seu autor/editor. Há múltiplas possibilidades para se organizar um periódico ou uma coetânea de textos. Pode-se, por exemplo, partir de escopos amplos, mais gerais, e seguir para um afunilamento de questões mais específicas e particulares. Pode-se também iniciar um periódico com o artigo considerado mais importante para seu editor e/ou finalizar com o menos relevante. O texto de abertura pode ser também apenas uma introdução à discussão que seguirá adiante pelos demais artigos. Em outros casos, o artigo que encerra um conjunto pode ser o mais esperado pelos leitores e o editor pode, antevendo isso, deixá-lo para “fechar com chave de ouro”. Os textos podem ainda ser divididos em partes, separando-se artigos que versam sobre um determinado tema ou abordagem – entre muitos outros casos, que podem inclusive combinar-se entre si, e que extrapolam qualquer tentativa de redução.

A edição consiste justamente em dar sentido ao conjunto dos artigos reunidos em um mesmo suporte material, hierarquizando-os, e só uma análise acurada de cada volume permite se compreender quais concepções permearam sua construção, ou seja, sua organização. O presente capítulo visa proceder a esse estudo mais aprofundado dos 15 números ora analisados da *Revista do Patrimônio*.

Além das outras funções já mencionadas ao longo deste trabalho, um editor prefacia e apresenta os autores. No periódico estudado, não há prefácios ou notas preliminares que apresentem os autores, também não havendo outras palavras por parte da redação com tal intuito. A exceção é o número 1 da *Revista*, que apresenta seu *Programa*, de autoria de Rodrigo M. F. de Andrade. Desse modo, pode-se afirmar que os autores, funcionários do Sphan ou intelectuais consagrados, dispensavam tal tipo de apresentação – o que reforça a idéia de que se trata de uma revista de “alta cultura”, cujo público seriam seus pares, também intelectuais e estudiosos do assunto e, por isso, já eram conhecidos.

Esses autores escreveram sobre História da Arte, Arquitetura, Documentação, História, Etnografia, Acervos e Coleções e Arqueologia, conforme já abordado anteriormente. Cabe agora analisar a hierarquia desses temas e sua importância para a constituição do campo do patrimônio¹³¹. Para tanto, observa-se primeiramente qual a assiduidade desses temas ao longo dos 15 números analisados, como mostra a Quadro 6.

Quadro 9 - Presença dos temas ao longo dos 15 números da *Revista do Patrimônio*

Temas	Número da <i>Revista</i>														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
História da Arte	X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X
Arquitetura	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Documentação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
História	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X		X	X	X
Etnografia	X	X			X			X					X		
Arqueologia	X		X			X									
Acervos e Coleções	X	X													

Os dados apresentados, que desconsideram os números absolutos do conjunto das revistas e mesmo de cada número da mesma, evidenciam que os temas que comparecem constantemente na *Revista do Patrimônio* são também os que mais comparecem no total. História da Arte, embora seja a temática de 27% do total de artigos de 15 números, não está presente em todos os volumes da coleção em questão. Arquitetura, que representa 26% dos 150 artigos estudados, e Documentação, que representa 20%, são os dois temas que comparecem em todos os 15 números – podendo, assim, ser considerados de grande relevância para o tratamento das questões pertinentes ao patrimônio. História, que soma 18% dos artigos da *Revista*, também comparece de forma bastante regular ao longo da coleção do periódico, estando em 13 dos 15 números. Esse tema só não foi abordado nos números 10 e 12 da *Revista*, volumes que contaram com poucos artigos (menos de cinco), que se concentraram em outros temas mais presentes no periódico.

Como é de se esperar, os temas residuais, que no total contam com poucos artigos publicados, são também os que aparecem de modo mais esparso. O dado relevante da

¹³¹ Conforme Bourdieu (1974, 1989), como já discorrido no Capítulo 3.

inconstância desses temas na *Revista do Patrimônio* refere-se a sua concentração nos primeiros números do periódico. Observa-se que, até o número três, praticamente todos os temas estão presentes, ou seja, as revistas iniciais apresentam toda a gama de possibilidade de temas relativos ao campo do patrimônio. Isso se dá de modo mais efetivo no primeiro número da *Revista*, justamente o volume que apresenta a série que se inaugura e o campo intelectual do trabalho que começa a se constituir. Assim, nesse número inaugural, todos os temas comparecem. O número dois só não conta com textos sobre Arqueologia, e o número três não apresenta contribuições relativas à Etnografia e a Acervos e Coleções.

Se os temas Acervos e Coleções, que contam com apenas quatro artigos dentre 150, só aparecem nos dois primeiros números, Etnografia, cujos textos somam sete, está presente em cinco volumes do periódico, espaçados irregularmente, porém, sem se concentrar no período inicial da *Revista do Patrimônio*. Isso é o que ocorre também com o tema Arqueologia, além de Acervos e Coleções, já mencionado.

Cabe aqui uma breve incursão sobre o tema do folclore, que, ao longo de todo o período em que Rodrigo esteve à frente do Sphan, tornou-se alvo de interesse de diversos intelectuais e pesquisadores, muitos dos quais pertencentes às redes de relações de Rodrigo – o melhor exemplo é Mário de Andrade. Como se pode verificar, essa temática permaneceu, de algum modo e por alguma razão, não contemplada pelas publicações oficiais do patrimônio. Alguns autores da *Revista* e das *Publicações*, contudo, estudavam o tema. Porém, não contribuíram com nenhum texto sobre o assunto, provavelmente porque não houve demanda para tanto no âmbito do Sphan. Dentre esses, pode-se citar o próprio Mário de Andrade, cuja contribuição para o assunto já foi amplamente tratada por outros pesquisadores. Além dele, destacam-se João da Silva Campos, autor da *Publicações* número 7, “Fortificações da Bahia” (1940), e identificado na própria obra como um “estudioso de *folk-lore*”. Dessa forma, são citados do mesmo autor os títulos: “Contos e fábulas populares da Bahia”, “Tradições baianas”, “A voz dos campanários baianos” e “Procissões tradicionais na Bahia”. Além dele, surge o nome de Antônio Lopes, autor da obra “Alcântara – subsídios para a história da cidade” (1957) da mesma série do Serviço. Lopes, um dos idealizadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (criado em 1925) e fundador da Comissão Maranhense de

Folclore, em 1948, também era estudioso do tema, porém sem escrever sobre esse assunto nas linhas editoriais do Sphan¹³².

Ainda sobre o folclore e Mário de Andrade, observa-se a troca de correspondência entre o editor da *Revista* e o poeta, em junho de 1937, quando o primeiro número do periódico estava sendo elaborado – momento esse em que o Sphan funcionava ainda em caráter experimental. Mário escreve a Rodrigo:

O Paulo Duarte escreverá esta semana o primeiro artigo. Eu me recusei por falta absoluta de tempo. Farei o da próxima semana (...), e será de propaganda, pouca técnica. É impossível, humanamente impossível fazer coisa boa pra *Revista* de vocês. (...) Quanto ao Luís Saia, talvez seja possível algum trabalho dele. Mas faltam ainda fotos, desenhos etc. etc. (...) se você nos desse ao menos até dia 30 deste, veja se dá, e escreva. E folclore? Já pode entrar na revista?¹³³

A resposta de Rodrigo a essa carta de Mário fornece uma pista que pode esclarecer a ausência do folclore não só na *Revista* como também nas demais atividades do Serviço. Vale examinar:

A propósito do *folk-lore*, desconfio de que não haverá por enquanto lugar para ele na *Revista*, atendendo-se às atribuições atuais do Serviço. Entretanto, assim que for promulgada a lei nova (...), penso que deveremos introduzi-lo, compreendido no conceito de arte popular, você não acha?¹³⁴.

A “lei nova” de que fala Rodrigo provavelmente é o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional¹³⁵. Assim, o que o trecho da carta mostra é que Rodrigo planejava introduzir a questão para uma reflexão posterior. Isso deveria ocorrer somente na medida em que o folclore fosse uma atribuição do Serviço e após a promulgação da lei que o regulamentava. Ocorre que o mencionado decreto sequer menciona o folclore, o que certamente fez com que ele passasse ao largo da *Revista*, só comparecendo nela contemporaneamente.

Quando era funcionário do Sphan, Mário de Andrade, contudo, escrevia sobre o assunto e, ao que indica a correspondência abaixo, com aval de Rodrigo:

¹³² Sua obra só foi publicada postumamente, com textos reunidos em “Presença do romancista: versões maranhenses” (1967), organizados por Bráulio do Nascimento.

¹³³ Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 07/06/1937. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan.

¹³⁴ Correspondência de Rodrigo M. F. de Andrade a Mário de Andrade, 11/06/1937. Série Arquivo Técnico-Administrativo, Subsérie Atas, Relatório, Atividade do Iphan (1936-1937), Caixa 01, Pasta 03. Arquivo Central do Iphan.

¹³⁵ Conforme a literatura sobre o assunto, o Decreto-Lei nº 25 mudou substancialmente o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade. O anteprojeto é entendido como um ensaio que buscava estabelecer bases para uma “política de preservação” capaz de abarcar toda a diversidade e pluralidade possíveis, contudo, sem “eficácia

De acordo com vossa anuência ao pedido do Dr. Rubens Borba de Moraes, diretor da Biblioteca Municipal de S. Paulo, que está agora organizando o *Handbook of Brazilian Studies*, pretendo dedicar minhas horas de trabalho a escrever um ensaio sobre a situação atual dos estudos de Folclore no Brasil. Este ensaio servirá de introdução à seção de bibliografia de Folclore Brasileiro, do *Handbook* referido¹³⁶.

Assim, o diretor do Serviço não desencorajava nem impedia que Mário se dedicasse ao assunto, porém, o que se nota é que a questão jurídica era o critério adotado por Rodrigo para não tratar do tema no âmbito do *Sphan*.

A questão jurídica parece ter permeado também um outro tema, além do folclore: o de arqueologia. Ele aparece pouco no periódico, restringindo-se aos primeiros números. Heloísa Alberto Torres e Raimundo Lopes, entre outros, explicaram os problemas que permeiam a preservação dos bens arqueológicos e deram sugestões práticas em seus artigos sobre o assunto. Porém, não havia instrumentos jurídicos adequados para a garantia de sua preservação¹³⁷. O mesmo ocorria com os bens etnográficos. Assim, a produção editorial do *Sphan* procura estimular medidas para sua preservação por meio do conhecimento desse patrimônio, que ainda não era adequadamente protegido pelas leis. A sua divulgação era essencial, mas, sozinha, explica um investimento menor, o que se reflete em um número reduzido de artigos na *Revista*.

Retomemos as observações sobre a presença e assiduidade desses sete temas ao longo dos 15 números estudados. Algumas considerações podem ser traçadas quanto ao desenho do periódico através do tempo. Um primeiro momento pode ser delimitado pelos três números iniciais, ou podendo ser estendido até o nono volume (último número em que há grande quantidade de artigos), caracterizando-se por uma grande variedade de temas, ainda que eles se alternem e não estejam presentes em todos os números. Essa distribuição talvez possa ser explicada pela necessidade de definição do que se considerava patrimônio e de como ele devia ser abordado: definido, entendido, praticado. Esses volumes, portanto, delimitam um campo do patrimônio, apresentando-o ao público-leitor e lhe apontando a diversidade dos objetos patrimonializáveis. Já em um segundo momento, a partir do número dez (quando há

jurídica”. Sua proposta, porém, foi basilar para as ações desenvolvidas por Rodrigo à frente do órgão, incorporando várias de suas idéias.

¹³⁶ Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 02/10/1942. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan.

¹³⁷ No caso específico da Arqueologia, ver Coeli, 2007.

uma considerável redução de artigos por volume), os temas restringem-se aos quatro que serão mais numerosos: História da Arte, Arquitetura, Documentação e História. Ocorre assim uma concentração dos temas autorizados para se abordar o campo do patrimônio, havendo também uma demarcação dos objetos que o compõem.

Para se compreender mais a fundo como se dá essa construção do campo por meio do periódico em questão, cabe analisá-lo pormenorizadamente, sobretudo no que se refere à posição dos artigos em um dado volume, e quais os sentidos construídos pelo conjunto que compõe cada número, com especial atenção no número inaugural.

4.1 Apresentando o campo do patrimônio: uma visão panorâmica

O primeiro número da *Revista* apresenta todos os sete temas que aparecem nesses 15 volumes ora estudados. O artigo que abre esse volume debruça-se sobre História e é de autoria do historiador e distinto diretor do Museu Paulista, Afonso d'Escagnolle Taunay, que, inclusive colaborou somente essa vez com a *Revista*. O texto, “O Forte de São Tiago de Bertioxa”, versa sobre o “único vestígio quinhentista” de São Paulo, discutindo-se, por isso, sua importância para a região. Vale mencionar que o “eminente autor” escreve que “é preciso a todo o transe conservar” o que restou dessa fortaleza, buscando convencer o leitor da necessidade de sua preservação, o que de fato ocorreu com seu tombamento tanto no Livro do Tombo das Belas Artes como no Livro Histórico, em 1940.

A antropóloga do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres¹³⁸ é a autora do segundo artigo desse volume da *Revista do Patrimônio*, intitulado “Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil”. Esse texto foi classificado no tema Arqueologia, mas sua abordagem vincula-se também a alguns aspectos da Etnografia e da temática de Acervos e Coleções. Nele, Torres traz sugestões para a proteção dos bens arqueológicos e etnográficos, e apresenta uma listagem de museus e coleções públicos e privados, com o intuito de destruir a falsa idéia muito propalada, de que no país não havia

¹³⁸ Heloísa Alberto Torres (1895-1977) ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette Pinto em 1918. Entre 1926 e 31 chefiou a seção de Antropologia e Etnografia. Foi vice-diretora da casa entre 1935 e 37 e diretora entre 1938 e 55. Teve uma trajetória relevante nos campos da antropologia, arqueologia e etnografia. Participou do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, do Conselho Internacional de Museus e do Conselho Federal de Cultura. Foi interlocutora de Rodrigo Melo Franco de Andrade quanto à organização do Sphan, tendo travado embates com Mário de Andrade acerca das funções do Museu Nacional com a criação do Serviço.

interesse por tais objetos. A autora discorre também sobre a proteção aos “produtos de arte de populações atuais, indígenas ou neo-brasileiras” e explica que a expressão “produtos de arte” refere-se a “manifestações da indústria humana, originais e peculiares a certos grupos e documentando aspectos do seu patrimônio material ou espiritual de cultura”. Torres complementa sua reflexão, afirmando que a proteção a essa arte “implicaria necessariamente em proteção às próprias populações”. Colocava-se assim em discussão, já naquela época, alguns elementos de políticas de proteção aos bens arqueológicos e etnográficos que só se efetivaram posteriormente no órgão¹³⁹, ainda que de maneira preliminar. Nesse momento, contudo, o conhecimento era uma forma de se preservar do esquecimento tais bens¹⁴⁰.

O texto de Lúcio Costa, “Documentação necessária”, apresenta-se como o terceiro do número inaugural do periódico, e versa sobre Arquitetura. Tal texto tornou-se referencial, pois é aí que seu autor defende a idéia de que a evolução da arquitetura tradicional luso-brasileira desemboca na arquitetura moderna – na qual Costa exerce papel fundador. O já consagrado sociólogo Gilberto Freyre, que teve dois artigos publicados na *Revista* e uma obra editada na série *Publicações do Sphan*, escreve, a seguir, as “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das Colônias”, sobre História da Arte (embora apresente um caráter sociológico). Em seguida, sem qualquer nota explicativa ou assinatura, a revista exhibe uma documentação fotográfica, “Mobiliário nacional”, que também se enquadra no tema de História da Arte.

O historiador da arte Francisco Marques dos Santos também escreve sobre História da Arte, sendo seguido por Roquette Pinto, do Museu Nacional, que trata de Etnografia no artigo “Estilização”. Apesar de este texto abordar aspectos estéticos e artísticos, ele não foi classificado em história da arte, pois tanto o discurso como a linguagem empregada vinculam-se à área antropológica.

¹³⁹ No caso da arqueologia, com a Lei nº 3.924, de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no caso do chamado patrimônio imaterial, com o Decreto nº 3.551, de 2000, que institui o registro dessa categoria de bens culturais.

¹⁴⁰ A *Revista do Patrimônio* publicou outros trabalhos em que a divulgação era o único meio de preservação, além daqueles referentes aos bens arqueológicos e etnográficos, para os quais ainda não havia instrumentos de proteção adequados. Trata-se, por exemplo, do artigo de Ivo Porto de Menezes, “O palácio dos governadores de Cachoeira do Campo”, publicado no número 15 do periódico. Nele, seu autor faz uma leitura dos documentos acerca de um monumento já desaparecido, o palácio de que fala o título. Menezes declara: “Por todos os motivos, pelos artistas participantes como pela obra realizada, muito temos a lamentar a perda de edifício tão principesco, só nos restando o consolo da visão do palácio, através dos documentos valiosos que mão carinhosa de historiador recolheu ao Arquivo Público Mineiro”. Outro exemplo semelhante é o artigo de Alfredo Galvão, “Obras no antigo edifício da Academia Imperial de Belas Artes”, também no número 15, que investiga a fachada do conjunto arquitetônico mencionado e que foi a única parte que restou conservada do antigo edifício, que fora demolido.

O arquiteto Paulo Thedim Barreto segue falando de arquitetura, porém, utilizando-se de farta documentação, que é transcrita em seu artigo para estudos posteriores e também com o caráter de comprovação e de rigor científico, tão caros a Rodrigo. Esse tipo de artigo – que versa sobre arquitetura ou história da arte, por exemplo – e que faz amplo uso de documentos tornar-se-ia um padrão ao longo dos 15 números. Desse modo, este texto de Barreto inaugura, já no primeiro volume da *Revista*, uma forma de se abordar os estudos que tratam do campo do patrimônio.

O professor Raimundo Lopes, também do Museu Nacional, escreve “A natureza e os monumentos culturais”, ora classificado como Etnografia, embora seu artigo seja de difícil delimitação de tema. O autor trata da integração da arte com a natureza, afirmando-se que “Protege-se a natureza para o bem da cultura”, o que introduz uma discussão, hoje muito atual, de patrimônio socioambiental.

Inicia-se a seguir uma seção, raridade na *Revista do Patrimônio*: “Alguns monumentos de arquitetura religiosa no Brasil”, cuja autoria pode ser atribuída a Rodrigo, embora não haja assinatura. O texto inicia-se com a afirmação de que “a maior parte dos monumentos arquitetônicos nacionais é de caráter religioso”, atribuindo assim mais valor a esse tipo de monumento em detrimento das obras de arquitetura civil. Com tal “abertura”, justificam-se então os textos seguintes, sobre igrejas e capelas da Bahia, de Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. O primeiro deles, sem autoria, é uma documentação fotográfica sobre o antigo colégio dos jesuítas de São Pedro da Aldeia (RJ), de onde é extraída a imagem da capa desse número do periódico. Seguem-no artigos de Godofredo Filho, Aníbal Fernandes, Mário de Andrade, Nuto Sant’Ana, Noronha Santos e Epaminondas de Macedo – todos eles funcionários do Sphan ou do Departamento de Cultura de São Paulo – escrevendo também sobre Arquitetura. A exceção, entre esses textos sobre igrejas e capelas, é o “Manuel Francisco Lisboa foi o autor da Planta da Igreja do Carmo de Ouro Preto”, não assinado, e que apresenta um *fac-símile* e a transcrição do documento que comprova a afirmação do título, enquadrando-se assim em Documentação.

A seção intitulada “Notas”, todas sem autoria, encerra o número inaugural da *Revista*. A primeira nota versa sobre História e apresenta Louis Vauthier, cujo diário e cartas aparecem publicados nas duas séries editoriais do Sphan nos anos seguintes¹⁴¹. As outras três notas

¹⁴¹ “Louis Vauthier e o seu diário inédito de uma viagem ao Brasil” (número 1 da *Revista*); “Diário íntimo do engenheiro Vauthier, 1840-1846” (*Publicações do Sphan*, n. 4) e “Casas de residência no Brasil” (número 7 da *Revista*).

classificam-se em Acervos e Coleções, tratando da constituição dos acervos de três museus: o Museu Regional de Olinda, o Museu Mariano Procópio, de Juiz de Fora, e o Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba.

Com isso, o diretor e editor Rodrigo apresenta uma variedade de possibilidades de objetos patrimonializáveis: fortalezas, igrejas, sítios arqueológicos, sambaquis, o meio ambiente e paisagem, cerâmicas, artes indígenas, mobiliário, gravuras, casas de fazenda, museus e seus acervos e coleções, dentre outros. O editor aponta também para a contribuição que as diferentes disciplinas científicas podem fornecer ao campo do patrimônio (história, história da arte, arquitetura, antropologia e arqueologia) – tendência esta mantida, ao menos, nos dois números seguintes da *Revista do Patrimônio*. Cabe ressaltar as duas seções – únicas ao longo de todo o conjunto estudado. Uma sobre arquitetura religiosa, apresentada como de grande destaque dentre os monumentos arquitetônicos nacionais, concentrando os artigos desse número referentes a essa questão – com exceção do artigo de Lúcio Costa que, embora trate disso, aborda-o de modo mais teórico. E outra seção sobre Acervos e Coleções, todos sem assinatura, e apresentando os objetos que constituem alguns museus – sem maiores reflexões teóricas. Assim, neste caso, essas “Notas” provavelmente ficaram no final do número por se ressentirem de conteúdos teóricos ou de discussões mais aprofundadas.

Destaca-se nesse primeiro número da *Revista* a participação de duas instituições culturais, por meio de seus pesquisadores: o Museu Nacional (ao qual se vinculam Heloísa Alberto Torres, Roquette Pinto e Raimundo Lópes) e o Departamento de Cultura de São Paulo (do qual fazem parte Mário de Andrade e o historiador Nuto Sant'Anna). A contribuição do Departamento nas ações do Sphan foi bastante debatida, sobretudo nas últimas décadas, quando Mário de Andrade, seu diretor, passou a ser freqüentemente mencionado nas discussões sobre patrimônio. Já o caso do Museu Nacional, embora tenha sido fundamental na organização do Serviço, talvez ainda não tenha sido devidamente explorado. O que se nota nos artigos escritos por seus pesquisadores – que, contudo, não comparecem no restante da coleção estudada – são questões que, muito sintomaticamente, não seriam trabalhadas nessa fase de fundação do Serviço. Há muito interesse nos bens arqueológicos, etnográficos, nas paisagens naturais e meio ambiente.

Um outro aspecto de destaque, que vai ao encontro dessa participação privilegiada dos pesquisadores do órgão, está presente nas palavras de Raimundo Lópes. Este, ao introduzir seu artigo, diz que sua colaboração na *Revista*, ao lado de Torres, confirma que o Museu

Nacional segue “sua tradição de contribuir para todas as iniciativas que têm renovado a vida cultural do Brasil”. Finalmente, cabe ainda enfatizar a presença nesse mesmo número de Heloísa Alberto Torres e de Mário de Andrade, que travaram embate quanto aos rumos do Museu Nacional com a organização do Sphan. Ao colocar os dois intelectuais na mesma *Revista*, Rodrigo dialoga com ambos, que tratam de questões bastante diferentes e sem tocar no objeto de sua contenda.

Os números 2 e 3 da *Revista*, conforme já mencionado, apresentam grande variedade de temas, com ausência somente de Arqueologia, no segundo número, e de Etnografia e Acervos e Coleções no terceiro. O artigo que abre o número 2 é o quarto que a revista publica sobre Acervos e Coleções. Ele apresenta a constituição do acervo do Museu Emílio Goeldi, no Pará, por seu diretor Carlos Estevão. Seguem-no artigos de História, Etnografia e Documentação, com predomínio numérico de textos sobre História da Arte e Arquitetura, sendo que o artigo que fecha o número é de autoria do próprio Rodrigo e se intitula “Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho”. Com largo uso de documentação, o próprio editor da revista a encerra, comprovando a autoria de Aleijadinho em várias obras. Mais uma vez, evidencia-se a força da documentação no patrimônio, padrão observado em todos os números estudados da publicação.

O número 3, tal como o anterior, também se abre com texto de Carlos Estevão, tratando da cerâmica de Santarém – tema este que se enquadra em Arqueologia, embora apresente muitos caracteres etnográficos. Nesse texto, o autor afirma que, o que se pretende fazer, é um “ligeiro ensaio sobre a cerâmica de Santarém, com o qual visamos auxiliar o Sphan na proteção da mesma”. No fim, Estevão clama que o Sphan proteja um determinado local onde foram encontradas peças de cerâmica: “Seria, pois, conveniente que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional verificasse se o 'achadouro' que indicamos pode ser transformado em monumento”. Os demais artigos versam sobre História da Arte (somando seis), Documentação (incluindo notas bibliográficas sobre pintores do Rio de Janeiro, em artigo de Nair Batista), História e Arquitetura. Este último tema só comparece em dois artigos, e entre os últimos do número: um de autoria de José de Sousa Reis, sobre o adro do Santuário de Congonhas, e o outro de Luiz Saia, sobre o alpendre nas capelas brasileiras, reforçando a visibilidade e importância da arquitetura religiosa.

O que se nota pela análise é que a partir do número quatro, o periódico passa a abordar temáticas bem menos variadas, apesar de ainda deixar espaço para eventuais colaborações

sobre Etnografia e Arqueologia – temas que praticamente desaparecem nos últimos números da revista.

História é o tema dos dois artigos que abrem o quarto número da *Revista*. O primeiro é de Noronha Santos e aborda a história da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente do Aqueduto da Carioca. O segundo é de Alberto Lamego e aborda a história dos sete povos das Missões, no Rio Grande do Sul. Ambos fazem extenso uso de fontes – uma marca que vai se consolidando ao longo dos números do periódico. Os dez artigos que se seguem têm a seguinte distribuição: História da Arte (6), Arquitetura (2) e Documentação (2), sendo que o artigo que fecha a *Revista* versa sobre a história de Recife, com texto de Joaquim Cardoso.

O número cinco ratifica o perfil anterior, seguindo um caminho de restrição ao número de temas e diversidade de objetos patrimonializáveis por volume. O artigo seminal de Lúcio Costa, “Arquitetura jesuítica no Brasil”, o terceiro que escreve para a *Revista*, abre o volume, que não apresenta mais nenhum texto sobre o tema. Sérgio Buarque de Holanda, consagrado à época, é o autor do texto seguinte, sobre História: “Capelas antigas de São Paulo”. Os demais textos alternam-se entre Documentação e História da Arte¹⁴², com exceção do artigo de Gastão Cruls¹⁴³, sobre Etnografia: “Decoração das malocas indígenas”.

O número seguinte é introduzido por relevante contribuição de Hanna Levy, sobre História da Arte. Manuel Bandeira segue-a, escrevendo sobre História, em que se homenageia o recém-falecido D. Sebastião Leme (Cardeal Leme) por seu interesse na preservação do patrimônio e pela relevante contribuição que deu ao Sphan, por intermédio de Alceu Amoroso Lima. Os outros artigos publicados nesse volume versam sobre Arquitetura, História da Arte e Documentação, contando-se com mais uma colaboração de Gastão Cruls, dessa vez referente à Arqueologia. Nesse número, o que chama a atenção é a presença da região amazônica, foco de três ensaios consecutivos na publicação, sobretudo se considerarmos que essa região não era alvo do Serviço. São eles: “Roteiro histórico das fortificações do Amazonas”, de Arthur César; “Arqueologia amazônica”, de Cruls; e “O Colégio de São Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier do Belém do Grão do Pará”, de Serafim Leite.

¹⁴² O artigo “As avarias nas esculturas do período colonial de Minas Gerais”, de E. Orosco (Instituto Nacional de Tecnologia do Rio de Janeiro), discute questões bastante específicas acerca de conservação e restauração de esculturas. Por não se enquadrar adequadamente em nenhum dos outros temas aqui utilizados para classificação dos artigos, esse texto foi considerado pertinente à História da Arte.

¹⁴³ Cruls (1888-1959) foi um escritor carioca que foi o primeiro bibliotecário da Universidade do Distrito Federal. Fundou o IHGRJ e escreveu diversos contos e romances, dentre eles “A Amazônia misteriosa”. Também foi o editor proprietário da Editora Ariel.

O número sete é bastante restrito em relação às temáticas abordadas. Dos dez artigos publicados, quatro versam sobre Arquitetura. Um deles, inclusive, é de autoria do sociólogo Gilberto Freyre, que introduz o texto de Vauthier sobre as casas de residência no Brasil. Os demais temas são os mesmos que mais aparecem nos 15 números da *Revista*: História da Arte (tema do artigo de abertura do volume, de Carlos Ott), Documentação e História. No número 7 observa-se ainda uma delimitação geográfica bem determinada: Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais – os estados onde a atuação do órgão se fez mais presente em termos absolutos de tombamentos realizados no período (cf. Rubino e Chuva). Apenas o artigo do autor mais assíduo, Ferreira Reis, trata de outro estado, o Pará.

O número seguinte é aberto com um artigo sobre História da Arte, também de Hanna Levy, e se encerra com outro sobre o mesmo tema, de D. Clemente. Os outros textos versam sobre Arquitetura, História, Documentação e Etnografia, sendo este último de autoria de Curt Nimuendaju¹⁴⁴, descrevendo a habitação dos Timbira.

O número nove conta com o predomínio de textos sobre Arquitetura, incluindo o artigo que abre o volume, de D. Clemente. São cinco dentre os 11 desse volume, de autoria de Robert Smith, Wasth Rodrigues, Mário Freire e Aluizio de Almeida. Três artigos versam sobre Documentação e dois sobre História, sendo estes escritos por Salomão de Vasconcelos e Mário F. França. Nenhum dos temas considerados aqui como marginais comparecem e História da Arte, temática da maior parte dos artigos, aparece apenas uma vez, com colaboração de Hanna Levy.

Os três números seguintes da *Revista do Patrimônio* (10, 11 e 12) apresentam poucos artigos (apenas quatro ou cinco), demarcando uma inflexão na forma da publicação. O número de páginas é mantido, o que significa que há redução dos artigos, porém com extensão do espaço destinado a cada um deles. E a tendência observada nos últimos volumes é confirmada nestes três números, que publicam artigos, já nesse momento, sobre os temas mais abordados: Arquitetura, História da Arte, Documentação e História. No número 10, dos quatro artigos publicados, três são sobre Arquitetura e apenas um é sobre Documentação. Este último refere-se ao texto seminal de Gilberto Ferrez sobre a fotografia no Brasil, um tema, até então pouquíssimo explorado no país, em que o autor traça um histórico da fotografia e dos

¹⁴⁴ O alemão Curt Nimuendaju (1883-1945), sem formação acadêmica, chegou ao Brasil em 1903 e logo foi conviver com os índios no Estado de São Paulo, passando a estudá-los e a reunir coleções etnográficas – mais tarde adquiridas pelo Museu Nacional.

principais fotógrafos e técnicas, apresentando rica documentação iconográfica, constituindo-se até hoje uma referência no assunto.

O número 11 publicou colaborações justamente dos autores que se tornaram os mais assíduos. Foram apenas quatro artigos: o primeiro é “Casa de Câmara e Cadeia”, tese de Paulo Thedim Barreto, apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil; em seguida, Carlos Ott apresenta um texto sobre Documentação, “Noções sobre a procedência da arte de pintura na província da Bahia (manuscrito da Biblioteca Nacional)”. Os dois artigos seguintes, de Noronha Santos e de Ferreira Reis, tratam de História. São eles: “Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo” e “Guia Histórico dos Municípios do Pará”, respectivamente. O volume 12 conta com cinco artigos, sendo o primeiro (e único desse número) sobre Arquitetura. Também o compõem três artigos sobre Documentação (“Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX”, de Cônego Raimundo; “Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral”, de Salomão de Vasconcelos; “Livro do gasto da sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1756-1802”, de D. Bonifácio Jansen¹⁴⁵) e um de História da Arte (“Um pintor inglês no Brasil do Primeiro Reinado”, de David James).

O número 13 volta a publicar maior quantidade de artigos – oito neste caso. David James, crítico e historiador da arte norte-americano que já compareceu no volume anterior, é o autor do artigo que abre a *Revista*, sobre História da Arte, apresentando Rugendas. Em seguida, o texto “Imagens e notas do Brasil”, de Rugendas, é publicado, enquadrado nessa análise no tema Etnografia¹⁴⁶. Os demais autores desse volume são os assíduos Carlos Ott, que trabalha com a crítica às fontes históricas em um texto sobre História (apesar de o título fazer crer que se aborda a arquitetura¹⁴⁷), Raimundo Trindade, Alfredo Galvão, Joaquim de

¹⁴⁵ A correspondência consultada mostra que eventualmente poderia haver uma certa disputa quanto a qual periódico teria o prestígio de publicar um trabalho inédito. Exemplo disso está na carta do abade Bonifácio Jansen, da Ordem dos Beneditinos, enviada a Rodrigo M. F. de Andrade, em 05/10/1951: “O Diretor da dita *Revista do Arquivo Público de Pernambuco* queria publicar então o nosso livro ‘Gastos da Sacristia de 1761-18..’. Respondi que entreguei a cópia a V. Excia., para ser publicada na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dr. Airton achava que podia ser publicada aqui. Respondi que se dirigisse à V. Excia., pois não me julgo com direito de anuir tal pedido, que vai prejudicar as intenções da V. Excia.”. Como se vê, o trabalho foi publicado na *Revista do Patrimônio*, sem haver indícios de que o mesmo tenha saído no outro periódico. (Correspondência do abade Bonifácio Jansen a Rodrigo M. F. de Andrade, 05/10/1951. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Coleção Temática, Caixa 10, Pasta 08. Arquivo Central do Iphan.)

¹⁴⁶ Como se trata de reprodução das imagens e notas de Rugendas que se colocam à disposição do público-leitor para estudos posteriores, o artigo poderia ser classificado como Documentação. Porém, por apresentar forte caráter etnográfico, foi mantida a classificação de Etnografia.

¹⁴⁷ Carlos Ott, no artigo “O Forte de Santo Antônio da Barra”, critica J. Da Silva Campos, autor de “Fortificações da Bahia” (1940) na série *Publicações do Sphan*, por este não ter tido “atitude crítica”, “abstendo-se de distinguir entre a credibilidade atribuível a cronistas de orientação unilateral, e a que merecem documentos

Souza Leão e Arthur César Ferreira Reis – em textos sobre História da Arte, Arquitetura e Documentação. Fecha esse número o artigo de Frei Venâncio Willeke, que se detém em História.

O número 14 mantém a especialização das temáticas privilegiadas no campo do patrimônio naquele momento e que se consolida ao longo dos 15 números. O primeiro artigo, do historiador da arte português João Miguel dos Santos Simões, versa sobre História da Arte e é, segundo se afirma no próprio texto, fruto de uma viagem de estudo ao Brasil da qual o Sphan foi colaborador juntamente com a Fundação Calouste Gulbenkian de Lisboa. O restante dos artigos desse número trata de Documentação, História e Arquitetura. Um dos textos de História é de autoria de Sylvio de Vasconcellos, retomando assunto já abordado nas *Publicações do Sphan*¹⁴⁸.

O número 15, o último publicado durante a gestão de Rodrigo, apresenta seis artigos, sendo que o tema História abre o volume, que conta somente com textos sobre as quatro temáticas claramente mais numerosas. Alguns dos autores que colaboraram nesse número só aparecem aí. São eles: José Antônio Gonçalves de Mello (autor do primeiro texto desse volume), Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança¹⁴⁹, Ivo Porto de Menezes¹⁵⁰ e Anêmona Xavier de B. Ferrer¹⁵¹, que fecha o número, com artigo sobre Documentação.

absolutamente fidedignos, contendo ordens a engenheiros e mestres de obras para se executar determinado empreendimento”. Ott ainda completa: “Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que nem sempre esse último gênero de documentos faz jus à confiança, pois era freqüentíssimo dar-se ordem para a feitura de uma obra, sem que essa obra fosse executada”. Partindo-se disso, Ott reflete em todo seu artigo sobre questões pertinentes às fontes e a História – ainda que seja para esclarecer a autoria de uma obra arquitetônica.

¹⁴⁸ O artigo ora publicado por Vasconcelos, “Formação urbana do arraial do Tejuco”, retoma a questão do número 12 das *Publicações*, de autoria de Aires da Mata Machado Filho, cujo título foi “Arraial do Tijuco, cidade Diamantina”, publicado no ano de 1944.

¹⁴⁹ Carlos Tasso (1931-) é austríaco naturalizado brasileiro, membro de um dos ramos da família imperial brasileira. Dedicou-se aos estudos em História do Brasil e pesquisou na Áustria e na Itália. Também teve artigos publicados nos *Anais do Museu Histórico Nacional*.

¹⁵⁰ Arquiteto e urbanista, Porto de Menezes trabalhou no Sphan em Ouro Preto e Mariana entre 1956 e 61, onde restaurou monumentos e pesquisou em arquivos sobre a história da arte. Atuou também em órgãos de preservação no âmbito municipal e estadual, além de ter dirigido arquivos. Foi ainda professor universitário em Minas Gerais.

¹⁵¹ Ferrer, catalogadora do Arquivo Histórico Ultramarino, publicou diversos artigos sobre a documentação proveniente do órgão em que atuava – a saber: “Relação de documentos referentes a construções, fortificações e outras obras do Rio de Janeiro existentes no Arquivo Histórico Ultramarino em 1958” (1958); “Relação de documentos relacionados no Catálogo sobre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa” (1960, publicado pelo IHGB); e “Relação muito abreviada de documentos da capitania do Rio de Janeiro” (1960).

4.2 A Revista como espaço de especialização no campo do patrimônio

Essa descrição, aliada a outros dados já apresentados, permite o esboço de algumas considerações. Como visto, o único número dentre os 15 estudados que apresenta artigos sobre as sete temáticas é o primeiro volume, embora o número 2 só não tenha contribuições relativas à Arqueologia. A análise conjunta desses dois primeiros números apresenta a possibilidade de se pensar o número 2 como uma continuidade do número 1. Isso porque o primeiro volume se fecha com três notas sobre Acervos e Coleções e o segundo se abre com outra nota sobre a mesma temática, que não aparece mais em nenhum momento da *Revista* no período estudado. Essa possibilidade de articulação entre os dois primeiros números é reforçada pela grande variedade de temáticas neles apresentadas. Em ambos, há destaque para a Arquitetura, que somente nesses dois números perfaz um volume de 13 artigos. Assim, o que se observa é a multiplicidade de questões colocadas nesses dois números inaugurais, ainda presente no terceiro volume, apontando para os objetos que podem ser passíveis de preservação e, portanto, de interesse do recém-organizado Serviço. O que chama a atenção também é a diversidade de temas que abordam esses objetos patrimonializáveis, sem que haja uma vinculação exclusiva com um único campo científico.

A posição dos artigos, como já tratado, é de fundamental relevo para se compreender seu papel em um periódico. Os números iniciais da *Revista do Patrimônio* abrem cada volume com artigos que versam sobre diferentes áreas do conhecimento: História, Acervos e Coleções e Arqueologia, mencionando-se somente os três primeiros números. É interessante que os três artigos de abertura desses números são de autoria de dois diretores de museus não vinculados ao Sphan: no volume inaugural foi Afonso Taunay, do Museu Paulista, e nos dois números seguintes, Carlos Estevão, do Museu Emílio Goeldi, e cujas contribuições para a publicação esgotaram-se aí.

Nos números finais do período em questão, observa-se uma concentração das áreas do conhecimento que, por muito tempo, dominaram o campo do patrimônio. Entre os números 5 e 14, o artigo de abertura concentra-se apenas em História da Arte e Arquitetura – os temas mais recorrentes no periódico. Isso só se altera no número 15, introduzido pelo artigo “Cristóvão Álvares – engenheiro em Pernambuco”, de José Antônio Gonçalves de Mello, sobre História – tema bastante presente, porém com menor peso que os dois anteriores.

A predominância quantitativa de um dos temas em cada número também esclarece alguns pontos da constituição do campo. História da Arte é o tema mais presente nos números

3, 4, 5, 6, 13 e 15, embora apareça numericamente com destaque também nos números 1, 2, 7 e 12. Arquitetura é o tema mais presente nos números 1, 7, 9 e 10 da *Revista*, mas também aparece bastante nos números 2, 6 e 11. Documentação aparece muito nos números 3, 5, 9, 10, 11, 12, 14 e 15, sendo que é o tema de destaque apenas em dois deles (no quinto e no décimo - segundo). História é o tema mais presente apenas nos números 4 e 11. Dessa distribuição, depreende-se que os temas mais freqüentes da *Revista* são também os que têm mais destaque quantitativo em cada número da coleção estudada. Esses quatro temas que se sobressaem adquirem maior destaque dentro dos números da *Revista do Patrimônio* à medida que outros temas perdem espaço¹⁵², provavelmente como consequência de uma certa especialização que o campo do patrimônio vai construindo nas primeiras décadas de atuação do Sphan e que não era percebida nos primeiros momentos.

Outro aspecto que demarca a constituição dessa área é a fragilidade das fronteiras disciplinares, observada tanto na dificuldade de se vincular os artigos publicados a apenas uma área de saber específico, como na possibilidade dos autores escreverem sobre várias áreas disciplinares para além de sua formação/atuação. Se se considerar somente os 16 autores mais assíduos, que escrevem quase a metade dos artigos (45,3%) da *Revista* no período considerado, o que se nota é que eles escreveram somente sobre quatro temáticas, obviamente as que se tornaram, assim, mais recorrentes. Dentre os autores assíduos, nenhum escreveu sobre Etnografia, Arqueologia ou Acervos e Coleções nesses 15 números. Eles, de forma concentrada, escreveram 21 artigos sobre História da Arte, 19 sobre Documentação, 16 sobre Arquitetura e 12 sobre História, o que corresponde a cerca de 45% dos artigos escritos sobre cada um desses temas¹⁵³.

Cabe então ressaltar mais a atuação desses autores assíduos e sobre o que escrevem. Os historiadores Artur César Ferreira Reis, Cônego Raimundo Trindade, Noronha Santos e Salomão de Vasconcelos – que são os mais assíduos entre os assíduos (com seis ou sete artigos, totalizando 25 artigos), são autores de dez textos sobre Documentação, nove sobre História, cinco sobre Arquitetura, havendo somente um sobre História da Arte. Nota-se, assim, não só a relevância dos historiadores desde o início da atuação do Sphan – o que

¹⁵² É interessante observar o número 8 da *Revista*, que abre com um texto sobre História da Arte, mas conta com uma igual distribuição dos temas: dois de cada um dos quatro mais freqüentes.

¹⁵³ Os artigos de Arquitetura e História escritos pelos mais assíduos representam 44,4% do total de artigos sobre Arquitetura e História nos 15 números da *Revista do Patrimônio*. Os de História da Arte escritos pelos assíduos corresponde a 52,5% dos 40 artigos que versam sobre o tema em todo o período estudado. E os artigos de Documentação escritos por eles representa 65,5% de tudo que aparece sobre o assunto na coleção em questão.

costuma ser minimizado – como também o peso da própria disciplina na constituição do campo do patrimônio. Os historiadores escrevem sobre História, como é de se esperar, mas não se restringem a ela, adentrando os temas de História da Arte, Arquitetura e Documentação.

Aqui é preciso fazer uma breve digressão. O tema da Documentação, em muitos casos, é indistinguível do tema História. Isto por que:

o entendimento da especificidade da pesquisa histórica predominante no período estava relacionado ao trabalho minucioso nos arquivos, lugar onde as fontes poderiam ser identificadas para se alcançar a *verdade histórica* – método que distinguiria 'o historiador do ficcionista ou do pesquisador imaginoso' (Gomes, 1996:92).

Vale portanto lembrar que os artigos considerados como pertinentes à Documentação referem-se a transcrições literais e publicações de documentos textuais e iconográficos diversos, que podem ser ou não acompanhados de uma reflexão teórica por parte do seu autor. Nesse sentido, importa registrar que o objetivo da publicação restringia-se a disponibilizar aquelas fontes para o público-leitor, incitando-o a dar continuidade às pesquisas e deixando-o livre para interpretar e fazer uso das mesmas. Isso fica claro nas palavras de Robert Smith, em seu artigo “Códice de Frei Cristóvão de Lisboa” (número 5 da *Revista*): “Não foi minha intenção estudá-lo minuciosamente, mas apenas tornar conhecida, entre os brasileiros doutos, aquela coleção de desenhos, como um importante dado histórico, digno de cuidadosa investigação”.

Em muitos casos de artigos sobre Documentação, sequer há uma nota explicativa, uma introdução. Há tão somente o documento transcrito, fruto do trabalho de um pesquisador nos arquivos civis, religiosos e militares, que eram utilizados para comprovar a autoria de obras arquitetônicas, por exemplo. Ou seja, a autenticidade do documento agia como valor probatório da condição de patrimônio, o que é algo que aparece regularmente no periódico. Em outros casos, o autor trabalha com as fontes, mesmo quando o artigo não se vincula à Documentação ou História, demonstrando a relevância que os colaboradores da *Revista* atribuíam a elas. De qualquer modo, o tema Documentação, em geral, é bem próximo de História, e muitas vezes está a serviço de futuras pesquisas, voltadas para a arquitetura, história da arte ou etnografia.

Retomando a questão, os historiadores assim escrevem, sobretudo sobre sua área de atuação: História e Documentação, até porque, em geral, são eles que se debruçam sobre as fontes. Esses historiadores mais assíduos também escrevem consideravelmente sobre

Arquitetura e apenas um, Cônego Raimundo Trindade, é também autor sobre o tema de História da Arte.

Já os historiadores da arte mais assíduos (D. Clemente Maria da Silva Nigra, Hanna Levy, Carlos Ott, Francisco Marques dos Santos, Alfredo Galvão, Joaquim de Souza Leão, Judith Martins, Nair Batista e Robert Smith), que perfazem a maioria (nove dentre os 16 autores), escrevem 34 artigos. Desses, 18 são sobre História da Arte, nove são relativos à Documentação, cinco à Arquitetura e dois à História. Aqui, como ocorre com os historiadores assíduos da *Revista do Patrimônio*, há um predomínio de historiadores da arte tratando da sua própria área, mas eles também são responsáveis por boa quantidade de artigos sobre Documentação. Afinal, o trabalho com as fontes é algo de suma importância para a História da Arte. A esse respeito, a alemã Hanna Levy escreve no número 6: “O *estudo das fontes* constitui a base indispensável, a parte mais importante e, não raro, a parte mais difícil de qualquer trabalho histórico que pretenda ser mais do que uma simples enumeração de fatos isolados” [grifo nosso]. E continua: “Sendo uma das tarefas principais do Sphan a de reunir a documentação básica, julgamos útil fazer preceder o nosso estudo sobre a pintura colonial do Rio de Janeiro de um exame das fontes existentes sobre esse assunto”.

Aos historiadores da arte cabe igualmente tratar de Arquitetura, como no número 9, em que D. Clemente discute as obras do engenheiro Francisco de Frias de Mesquita. Cabe, por fim, tratar do tema História, como o fez Carlos Ott em seu artigo no número 13 da *Revista*, onde faz a crítica às fontes para esclarecer aspectos já estudados por outro pesquisador sobre um forte na Bahia.

Vale examinar ainda a contribuição dos três arquitetos dentre os assíduos (Joaquim Cardoso, Lúcio Costa e Paulo T. Barreto). Eles escreveram preferencialmente sobre Arquitetura (seis dos nove artigos escritos pelos três), mas também contribuíram com dois textos de História da Arte e um de História. Portanto, os arquitetos assíduos não escrevem nenhum artigo sobre Documentação, o que pode indicar que eles se restringiram mais a seu próprio campo de atuação. Mesmo quando se discute a autoria de fortificações, igrejas e outras obras arquitetônicas por meio das fontes, isto não é feito pelos arquitetos assíduos. Além disso, deve-se considerar que alguns assuntos são pertinentes tanto à História da Arte quanto à Arquitetura, como os azulejos, as talhas, retábulos, alfaias etc., que não sendo

objetos arquitetônicos, estão integrados a obras arquitetônicas. Daí, mais tarde, o Sphan nomear esses objetos de “bens móveis e integrados”¹⁵⁴.

Esses artigos escritos pelos autores assíduos da *Revista do Patrimônio* são representativos porque correspondem acerca de metade dos textos analisados, apontando para um intercâmbio e até uma permeabilidade entre algumas diferentes áreas do conhecimento. Dentre os temas mais frequentes no periódico, pode-se dizer que, em uma análise ampla, há uma maior proximidade entre temas de dois grupos: i) História e Documentação; ii) Arquitetura e História da Arte. Porém, como foi visto, o trabalho com as fontes era considerado uma das tarefas primordiais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, relacionando-se com todos os demais temas que comparecem na *Revista*, servindo à História, Arquitetura, História da Arte, Etnografia, Acervos e Coleções e Arqueologia. Assim, o trabalho com a documentação, um privilégio tradicionalmente dos historiadores, funciona como um centro em torno do qual os outros temas se vinculam. Daí sua frequência e valorização elevadas no periódico. Desse modo, os historiadores, que formam mais de 30% dos autores mais assíduos, são um ponto nodal para o Sphan, até para que se possa trabalhar com outras áreas do conhecimento, como já se viu.

Os historiadores, porém, não detinham o “monopólio da construção do passado” na *Revista do Patrimônio*, a exemplo do que já ocorria na época, e era visível em outras revistas, como *Cultura política*, por exemplo (Gomes, 1996). O passado era construído também por arquitetos, historiadores da arte, arqueólogos, antropólogos etc. Processo semelhante ocorreu com as demais áreas na *Revista*. Isso aponta para um diálogo entre as diferentes disciplinas que constituem o campo do patrimônio, que surge assim vinculado às sete áreas utilizadas aqui para classificação dos textos.

O que a análise dos 15 números editados por Rodrigo M. F. de Andrade mostra é que, num primeiro momento, o patrimônio foi abordado em sua pluralidade. Com o decorrer das atividades, houve uma progressiva especialização dos temas, daí haver uma concentração nos quatro temas mais recorrentes (História da Arte, Arquitetura, Documentação e História). Porém, os colaboradores permanecem sendo provenientes de diversas formações e atuações, que, no Sphan e em sua *Revista*, interagem e se interpenetram para compor o campo do patrimônio. Em outras palavras, a heterogeneidade dos campos de saber a que se vincula o patrimônio, a diversidade de atuação dos autores e a legitimidade para se escrever sobre temas

¹⁵⁴ Sobre o entendimento dessa categoria no Sphan, ver Costa (1987).

não relacionados exclusivamente à sua formação, evidenciam que o campo do patrimônio, no qual esses autores e temas vieram a atuar, encontrava-se em formação nos números iniciais da *Revista* e se especializava a seguir. Isso explica a presença de temas e questões que aparecem somente nos primeiros números e que só são retomadas muitas décadas depois, sobretudo a partir dos anos 1980, como é o caso do patrimônio socioambiental, intangível, arqueológico¹⁵⁵ etc.

Assim, a constituição do campo do patrimônio teve na produção editorial encabeçada por Rodrigo uma importante estratégia de luta, onde concorrem e convivem diversas áreas de conhecimento, e que nas últimas décadas vem se ampliando ainda mais, passando a abarcar outros campos, antes não contemplados, como geografia, sociologia e antropologia, por exemplo. O que marca, assim, desde o início da conformação desse campo do patrimônio é sua heterogeneidade e interdisciplinaridade, ainda que as diferentes áreas mantenham suas fronteiras disciplinares e ainda que, por algum tempo, o patrimônio tenha se constituído predominantemente por algumas áreas do saber mais estruturadas na primeira metade do século XX.

De qualquer modo, o Sphan é protagonista na conformação do campo do patrimônio, construindo para si uma posição de autoridade, exercida e legitimada pelos intelectuais que interpretam e constroem esse campo, atendendo às exigências de rigor e de autenticidade, muitas vezes fornecidas pelos próprios campos disciplinares de origem. Assim, pensamentos de diversas áreas constituíram esse campo, que não se restringe unicamente ao Sphan¹⁵⁶.

4.3 Para além da Revista: as demais publicações de Rodrigo

As demais iniciativas do Sphan conduzidas por Rodrigo deixam espaço para se considerar que essa especialização observada na *Revista* gerava lacunas. Estas falhas podem

¹⁵⁵ Como abordado neste capítulo, interessante é o artigo de Raimundo Lopes no número 1 da *Revista*. O autor trata múltiplas questões do patrimônio em 1937 e que são amplamente discutidas na atualidade: “monumentos culturais” e “monumentos naturais”, objetos arqueológicos e etnográficos, celebrações, paisagens etc. Dos assuntos apontados por Lopes em seu artigo, destaca-se uma de suas sugestões apresentadas: a de se estudar os costumes e o *folk-lore* das peregrinações religiosas à Igreja de Nossa Senhora da Penha, no Rio de Janeiro; à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo; à Igreja de Nazaré, no Pará, dentre outras – aspectos estes que se relacionam harmonicamente com o que hoje se denomina de patrimônio imaterial.

¹⁵⁶ Atualmente, o patrimônio cultural é objeto de diversos órgãos públicos no que tange às competências jurídicas. O Iphan, atual Sphan, é apenas um deles. A Fundação Cultural dos Palmares, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, e o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus são alguns desses outros órgãos a quem compete preservar e proteger o patrimônio cultural brasileiro em seus diversos aspectos.

ter sido sanadas (ou, ao menos houve tentativas nesse sentido) pela outra série editorial do Sphan – as *Publicações*, e mesmo por outras obras concebidas ou organizadas pelo editor, ainda que fora do âmbito institucional daquela instituição do patrimônio.

As *Publicações do Sphan*, ainda muito pouco estudadas, costumam ser apresentadas como uma série de monografias. Seus autores, em geral, não pertenciam ao quadro de funcionários do Sphan, embora isso não fosse uma regra. Como a *Revista*, as *Publicações* não tiveram regularidade e somaram 22 obras no período em que Rodrigo dirigiu o Sphan¹⁵⁷. Tipograficamente, não apresentavam as mesmas características por todo o conjunto. Não havia, assim, um padrão gráfico para a série. Até as dimensões variavam: algumas possuíam tamanho igual ao da *Revista* (17,5 x 23,5 cm), mas podiam ter extensões maiores ou menores.

Os prefácios e introduções dessa série, nem sempre assinados por Rodrigo, apontam que se tratava de divulgar pesquisas, documentos, acervos e, no caso mais conhecido, de publicar cursos ministrados aos funcionários do órgão. “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil” (Figura 4), de Afonso Arinos, enquadra-se como exemplo da última finalidade. “Catálogo do Museu Coronel David Carneiro – Curitiba-PR” (sem autoria), “Arte indígena na Amazônia” (Figura 5), de Heloísa Alberto Torres e “A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”, de Afrânio Peixoto são volumes dedicados a divulgar acervos, sendo que o último deles divulga as pinturas, gravuras e litografias que figuraram numa exposição comemorativa. “Em torno da História de Sabará”, “Padre Jesuíno do Monte Carmelo” (Figura 6) e “São Francisco de Assis de Ouro Preto – crônica narrada pelos documentos da Ordem”, de autoria de Viana Zoroastro Passos, Mário de Andrade e Cônego Raimundo Trindade, respectivamente, são divulgação de documentos e, ao mesmo tempo, de pesquisas.

Das 22 *Publicações* editadas por Rodrigo, metade é de autoria de autores que também colaboraram na *Revista*. Alguns de seus volumes complementavam, de certo modo, alguns temas que apareciam na *Revista* – e o inverso também pode ser dito, como já exemplificado anteriormente. Os textos dessa série giravam em torno das mesmas temáticas, mas uma análise preliminar aponta para algumas diferenças. Uma delas, importante em função das considerações anteriores, é um maior predomínio do tema História, embora a Arquitetura e a História da Arte também sejam presenças marcantes.

Também importa observar que as *Publicações* contavam, como a *Revista*, com muitas transcrições de fontes. Mário de Andrade, por exemplo, escreve o artigo “Uma carta do padre

Jesuíno do Monte Carmelo”, na *Revista* número 5, apresentando breves reflexões acerca de uma primeira fonte utilizada em sua pesquisa, que se desenvolveu de 1941 a 1944. Desse modo, em 1945, a monografia resultante da pesquisa é publicada na série *Publicações*, sob o título “Padre Jesuíno do Monte Carmelo”¹⁵⁸, dando continuidade e complementando o artigo publicado anteriormente na *Revista*. Esse tipo de trabalho de apreciação das fontes, sob rigorosos critérios, é freqüentemente mencionado nos prefácios e introduções das *Publicações* como uma característica das obras – o que reforça o papel da disciplina histórica nesse momento do Sphan.

Pode-se destacar ainda, nesta análise, outra publicação organizada por Rodrigo, fora do âmbito do Sphan, mas que parecia ter como finalidade preencher e/ou dialogar com a *Revista* do Sphan, que deixava em segundo plano alguns campos, como a arqueologia e a etnografia. Trata-se da obra *As Artes Plásticas no Brasil* (1952), planejada para ter três volumes, sendo o primeiro deles dedicado aos “Antecedentes, Artes Indígenas e Populares e Artes Aplicadas”, o segundo a “Arquitetura e Escultura” e o terceiro à “Pintura”) (Figura 7). Contudo, não se sabe por que apenas o primeiro volume foi efetivamente publicado.

Essa publicação foi idealizada pelo diretor Leonídio Ribeiro (Instituto Larragoiti¹⁵⁹) a Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, mas foi coordenada por Rodrigo, podendo ser considerada uma edição de luxo para os padrões da época. Na “Nota Preliminar” que Rodrigo escreve, ele afirma que a finalidade do volume é “suprir a falta de um livro de informação geral sobre as artes plásticas no Brasil”. No volume I, o único publicado, privilegia-se aspectos não abordados com freqüência na produção editorial do Sphan, como se observa nos títulos dos textos: “Arqueologia”, de Frederico Barata; “Arte Indígena”, de

¹⁵⁷ A relação completa dos 22 números das *Publicações do Sphan* editadas por Rodrigo M. F. de Andrade encontra-se no Anexo 2.

¹⁵⁸ A correspondência trocada entre Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade mostra a angústia do poeta em concluir a redação dessa monografia. Sua agonia decorria, em grande medida, da dificuldade que Mário teve para dar um caráter científico ao seu estudo. A carta enviada por ele ao diretor do Sphan é reveladora: “Estou desolado e mesmo bastante machucado. O caso é o seguinte. O Saia, um pouco enxeridamente, sem ter as ‘Notas’ junto, leu a redação deste meu trabalho e fez uma crítica arrogante. Acha que está anti-científico, muito literário, e se não pronunciou a palavra ‘literária’, tenho a certeza que pensou nela. (...) Me arrasou”. (Correspondência de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, 04/02/1942. Coleção Personalidades, Série Rodrigo M. F. de Andrade, Subsérie Correspondência Nominal, Caixa 07, Pasta 01. Arquivo Central do Iphan).

¹⁵⁹ O Instituto Larragoiti é vinculado à Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida, empresa que financiou essa obra organizada por Rodrigo M. F. de Andrade. *Artes plásticas no Brasil* provavelmente fazia parte de um amplo projeto cultural do diretor do Instituto, o médico legista e professor Leonídio Ribeiro. Isso porque, em 1952, Ribeiro havia convidado Afrânio Coutinho para organizar *A literatura no Brasil*, que contou

Gastão Cruls; “Artes populares”, de Cecília Meireles; “Antecedentes portugueses e exóticos”, de Reynaldo dos Santos; “Mobiliário”, de J. Wasth Rodrigues; “Ourivesaria”, de José e Gizella Valladades; e “Louça e porcelana”, de Francisco Marques dos Santos¹⁶⁰. Assim, nessa obra Rodrigo incluía alguns elementos que ficaram à margem da produção editorial do Sphan, como as “artes populares”.

Um outra publicação de Rodrigo M. F. de Andrade datada de 1952 é *Brasil – monumentos históricos e arqueológicos*, editada na Cidade do México, pelo Instituto Pan-americano de Geografia e Historia¹⁶¹ (Figura 8). Nela, o diretor do Sphan dedica-se às questões jurídicas em quase metade da obra, que abrange também tópicos como os institutos e escolas em que se estudam os monumentos no Brasil, a bibliografia geral e as publicações oficiais e privadas referentes ao patrimônio histórico e artístico e medidas para o intercâmbio com outras instituições da América que visam à proteção desses monumentos¹⁶². Cabe ressaltar como Rodrigo explica a questão da preservação arqueológica no país: “O inventário e a proteção do material arqueológico do Brasil permaneceu a cargo do Museu Nacional, não tendo podido, por enquanto, o Sphan assumir a responsabilidade de sucedê-lo nessa tarefa” (Andrade, 1952b: 108). Isso explica, considerando-se a análise da *Revista*, a reduzida presença do tema de Arqueologia no periódico do Sphan e o convite de Rodrigo para que intelectuais vinculados ao referido museu discorram sobre a questão.

Rodrigo M. F. de Andrade publicou, em 1953, *Rio Branco e Gastão da Cunha*, que fazia parte da série de monografias comemorativas editadas pelo Ministério das Relações Exteriores¹⁶³. Trata-se da divulgação de registros do diário íntimo de Gastão da Cunha e de sua correspondência com o Barão do Rio Branco, não consistindo assim assunto pertinente ao campo do patrimônio.

com a colaboração de especialistas como Antônio Cândido, Câmara Cascudo, Cassiano Ricardo, Barreto Filho, Augusto Meyer, Décio de Almeida Prado, entre outros.

¹⁶⁰ Desses autores, Cruls, Rodrigues e Santos também escreveram para a *Revista do Patrimônio*.

¹⁶¹ Pelo que indica a própria publicação, esse mesmo Instituto Pan-americano de Geografia e Historia, do México, publicou uma série editorial sobre monumentos históricos e arqueológicos de diversos países americanos, sempre na língua nativa do país a que se refere. Constam, na contra-capá de *Brasil – monumentos históricos e arqueológicos*, os demais volumes publicados, referentes a Panamá, Estados Unidos, Chile, Haiti, Guatemala, México, Honduras e Equador.

¹⁶² Boa parte da narrativa dessa obra, especialmente no que diz respeito à invenção de uma história da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, foi reproduzida mais tarde, como na publicação do próprio Sphan de 1980 *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil – uma trajetória*.

¹⁶³ Ainda não se sabe como era a relação do Sphan com o Ministério das Relações Exteriores, com o qual Rodrigo e Capanema certamente mantinham vínculos. A publicação da monografia mencionada e a colaboração de alguns diplomatas com o Sphan e sua revista são alguns indicativos de tal relação, que merece uma investigação.

Uma última publicação organizada pelo editor do Sphan foi *Artistas coloniais*, editada pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1958 (Figura 9). Na nota que introduz a obra, Rodrigo escreve:

“As notícias reunidas neste caderno sobre alguns artistas do período colonial foram publicadas originalmente em jornais, – *A Manhã*, *O Diário Carioca* e o *Estado de S. Paulo* –, com o objetivo principal de divulgar o que, pouco a pouco, os pesquisadores a serviço do Sphan apuravam acerca da autoria das obras de arte tradicional em nosso país. Ao serem agora reproduzidas, em pequeno número, fizeram-se-lhes apenas certas emendas e retificações, que se tornavam mais necessárias, tendo-se ampliado, porém, os textos relativos aos mestres Gabriel Ribeiro e Domingos da Costa Filgueiras, à vista do interesse dos dados que se coligiram a seu respeito desde a publicação na imprensa diária da primitiva notícia a eles referentes” (ANDRADE, 1958).

Artistas coloniais reunia então breves artigos sobre alguns dos artistas cujas obras foram objeto de pesquisa dos funcionários do Sphan. Como essas pesquisas eram coordenadas pelo próprio Rodrigo, tendo um caráter coletivo, esses artigos não constam de assinatura – o que dá um tom institucional e reforça tal caráter coletivo.

Chama a atenção, assim, a existência de publicações organizadas por Rodrigo e/ou de sua autoria, ao longo da década de 1950 e fora do âmbito do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cabe lembrar que esse decênio foi o momento em que algumas publicações do Sphan, editadas na década de 1940, puderam finalmente ser impressas – vide Capítulo 2. Desse modo, a falta de verbas não explica, por si só, a edição dessas obras de Rodrigo fora do órgão. É mais provável que tais publicações sejam resultado do prestígio do Sphan e de seu diretor, que já realizavam suas ações há 15 anos – daí o Instituto Pan-americano de Geografia e História, do México, publicar sua contribuição.

4.4 “60 anos: a Revista”: enquadrando-se a memória do patrimônio

Em 1997, o número 26 da *Revista do Patrimônio* intitulou-se “60 anos: a Revista”, comemorando os 60 anos da própria publicação e do órgão que a edita (Figura 10) ¹⁶⁴. Esse volume é extremamente relevante, não apenas por se propor a comemorar uma data – o que significa investir em sua memória –, como também porque, para fazer isso, republica alguns dos artigos dos primeiros 11 números da *Revista*. Ou seja, dentre diversos artigos que

¹⁶⁴ A partir do número 23, a *Revista do Patrimônio* passou a ser temática e, desde então, houve alguns números comemorativos, como o 26 e o 30, homenagem a Mário de Andrade.

poderiam ser memoráveis, foram selecionados alguns, operando-se, desse modo, uma escolha (e um esquecimento) do que deveria vir a público pela segunda vez. O ano de 1997 é, portanto, um momento de construção dessa memória que deveria ser definida e consolidada, ela própria, como “patrimônio” do Sphan¹⁶⁵.

Ítalo Campofiorito foi quem organizou o volume, selecionando o que deveria comparecer e o que deveria permanecer ausente. Este organizador também encarregou funcionários do Iphan de escreverem comentários a respeito de cada artigo republicado, o bem como de seus autores. Além disso, um “cronista” foi convocado para contextualizar o momento em que cada artigo fora publicado originalmente.

Considera-se significativa a seleção desses artigos, uma vez que cada número era composto por diversos textos dos mais variados assuntos, conforme foi visto. Assim, é relevante entender quais foram as temáticas privilegiadas nesse recorte que compõe o volume comemorativo, bem como quais temáticas foram “esquecidas”, naquele momento. Também é preciso observar quem são os autores desses artigos, para se compreender quem é conclamado a fazer parte da memória institucional (e da própria disciplina ou campo do patrimônio). Isto é, qual passado é convocado a comparecer para ser consagrado, monumentalizado.

Iniciemos pelo Prefácio da publicação, escrito pelo então Ministro da Cultura, Francisco Weffort, cientista político da Universidade de São Paulo. O ministro enaltece o Sphan, escrevendo que, desde sua criação, em 1937:

foi bem mais que uma repartição pública encarregada de proteger os monumentos nacionais. Por meio de seus atos corajosos, da dedicação e do preparo de seus funcionários, da divulgação conscienciosa de seus estudos e idéias, o Sphan contribuiu decisivamente para que se consolidasse, entre os brasileiros, a consciência de que, para além dos bens de posse privada, há um patrimônio que pertence à nação e que, por seu valor enquanto expressão

¹⁶⁵ O decênio de 1990 foi um período de grande conturbação. Desde a criação do Sphan, em 1937, houve mudanças em relação ao nome do órgão e a quem ele se vinculava na estrutura ministerial. A década de 1990 não foi diferente: em 1990, a Fundação Nacional Pró-Memória e a Sphan (naquele momento, uma secretaria) foram extintas e transformadas em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, durante o governo de Fernando Collor. Tal alteração nominal (e também estrutural), aliada à fragilidade política decorrente da troca presidencial em 1992, resultaram na vulnerabilidade institucional do próprio órgão de preservação. Exemplo disso é que, em um curto período de tempo, o IBPC teve três presidentes distintos, cada um ocupando o posto por pouco mais de um ano. Em 1994, mais uma vez, o órgão tem seu nome alterado, agora para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Nesse ano, o arquiteto Glaucio Campello assume a direção do Iphan e investe em medidas para restaurar a estabilidade interna do órgão. Para além de outras ações, em sua gestão, retoma-se a publicação da *Revista do Patrimônio*, que não fora mais editada desde 1987 (quando saiu o número comemorativo dos 50 anos do Sphan). Ainda em termos editoriais, que é o que nos interessa aqui, pode-se afirmar que a iniciativa de publicar esse volume comemorativo de 1997 é outra medida tomada por Campello, que procurava dar um sentido e uma unidade àquele órgão que havia sido muito desgastado às vésperas de se completar 60 anos de atividade.

de nossa história e de nossa cultura, merece ser preservado (Weffort, 1997:6).

Ao se utilizar de palavras como “atos corajosos”, “dedicação” e “preparo”, Weffort valoriza essas ações do passado, como é usual se fazer em prefácios. Mas, ele escreve certamente não apenas para lembrar como foi, mas principalmente como deve ser. Ainda no Prefácio, o ministro coloca a *Revista do Patrimônio*, juntamente com as demais publicações do órgão, como um “importante instrumento para a formação dessa consciência patrimonial”, da qual o Sphan é responsável:

Em 1937, tudo estava por fazer: não apenas ainda não se dispunha de meios legais para coibir a destruição e a evasão de bens culturais, como também pouco se conhecia sobre a arquitetura e a arte brasileira. Nesses campos, as publicações do Sphan foram pioneiras, e seus colaboradores eram escolhidos entre os melhores estudiosos, no Brasil e no exterior (Weffort, 1997:6).

Ao afirmar que “tudo estava por fazer”, Weffort valoriza os atos daqueles que primeiro trabalharam no órgão, mostrando que as dificuldades não foram obstáculos para seus feitos. Com isso, afirma-se que, se com aqueles problemas, muito se fez, nos anos 90, quando muito já foi feito, precisa-se dar continuidade àquelas ações, consideradas assim “heróicas” – tal como se costuma nomear aquele período da gestão do Sphan.

Ao apresentar os artigos desse volume comemorativo, Weffort escreve que esse número “traz ao público a memória de alguns de seus melhores colaboradores, em artigos que ainda são referências fundamentais para os temas que abordam” (Weffort, 1997:7). E completa que:

A seleção demonstra a abrangência da noção de patrimônio que se tinha no Sphan. São patrimônio obras de arquitetura, escultura e pintura, como também manuscritos, fotografias e artefatos indígenas. Perspectiva bem distante da visão monumentalista e sacralizadora de patrimônio de que muitos acusam injustamente o Sphan¹⁶⁶ (Weffort, 1997:7).

Desse modo, tenta-se construir uma nova visão sobre as ações do órgão, rebatendo “acusações” que o órgão sofria e investindo em uma imagem de ousadia e pioneirismo, que tornava o ano de 1937 um ponto de partida para o de 1997.

Em exaltação aos primeiros funcionários do Sphan – e ao período destacado – continua: “Esse conjunto de textos demonstra também que, naqueles tempos de transporte difícil e comunicação precária, o Sphan percorria o país do Oiapoque ao Chuí (...) para identificar e

¹⁶⁶ Campofiorito, o organizador desse número da *Revista*, explica em sua Introdução a escolha de determinados autores, como é o caso de Robert Smith e de Alberto Lamago, cujos estudos “acentuam a diversificação com que o Sphan investigava, desde as condições profissionais até o macrocosmo regional do patrimônio cultural” (Campofiorito, 1997:15) – sugerindo um novo olhar sobre o período, tal como Weffort.

proteger bens que os estudos indicavam como de excepcional valor histórico e artístico” (Weffort, 1997:7). Para encerrar seu texto, o ministro afirma que o objetivo do volume comemorativo é não apenas revitalizar esses artigos, mas abrir novas possibilidades de leituras, a partir deles.

O então presidente do órgão, o arquiteto Glauco Campello, escreve em seguida uma Apresentação dizendo que esse volume:

é um número temático como os outros, mas é, ao mesmo tempo, o seu reverso. É como se fora a imagem do nosso projeto editorial invertida pelo espelho da memória. Seu tema é a própria revista e o seu conteúdo principal é de matéria ali publicada, formadora, por assim dizer, da cultura do patrimônio no Brasil (Campello, 1997:8).

E continua, orientando o leitor sobre os textos que encontrará. Para Campello, eles:

ressurgem para uma nova leitura, com interesse renovado – e às vezes imprevisto (...). Afinal, aqueles estudos são os nossos ‘clássicos’, e, no conjunto das matérias reunidas neste número da revista eles exprimem muito bem um arco de tempo da história dos 60 anos do Sphan. Justamente aquele período em que, sob a liderança de Rodrigo, se foi sedimentando conhecimento, universalidade e rigor no trato das questões culturais que nos estão afetando (Campello, 1997:8-9).

Observa-se que, neste trecho, retoma-se uma questão bastante lembrada nos anos 90: o papel e a importância do conhecimento, enquanto saber e enquanto metodologia, nas ações do órgão. Tanto que, em seguida, o então presidente remarca que os especialistas que escreveram na *Revista* estavam sempre ligados a outros estudiosos, constituindo uma “espécie de fórum permanente de estudos que ele [Rodrigo] estimulava e reunia em torno de si e da instituição que vinha formando” (Campello, 1997:9).

É interessante que Campello faça então um balanço das dificuldades existentes para maior convivência entre os intelectuais, como ocorrera nos primeiros tempos, em um nítido tom saudosista:

Temos de nos valer de alguma outra forma de convergência. E tudo pode configurar-se, como antes, na *Revista do Patrimônio*. Ela pode tornar-se o fórum através do qual a instituição venha captar a contribuição diversificada, polêmica, múltipla e heterogênea da ‘academia’ hoje. Com este número especial, Ítalo Campofiorito e seu grupo de colaboradores de hoje, puxando o fio da história, apontam o caminho para a renovação de uma tradição inerente à vida cultural da casa (Campello, 1997:9).

Tal trecho é extremamente relevante para se notar qual o papel atribuído à *Revista* neste momento comemorativo. A ela cabia, como no passado, reunir estudiosos do patrimônio, retomando uma tradição que aponta a um futuro renovado para a instituição.

Campofiorito, por sua vez, escreve em sua introdução, intitulada “As primeiras árvores”, que “O passado do Patrimônio (...) há de ser reconhecido como *passado conosco* e, portanto, historicamente *presente* em nossa vida” (Campofiorito, 1997: 10) [grifo do autor]. Ora, como faz a memória, este número da publicação devia justamente tornar o passado presente.

Nessa introdução, o organizador explica que todos os números editados por Rodrigo não caberiam com dignidade num só volume. Por esse motivo, o número 26 da *Revista do Patrimônio* restringe-se apenas aos 11 primeiros números. Campofiorito apresenta também a estrutura do volume. Cada um dos 11 números consultados começa com o *fac-símile* da capa original, “num toque sentimental que é a única fratura, a fresta arqueológica pela qual se vislumbra um passado que efetivamente passou. Em seguida, os índices, que devem funcionar como cardápios” (Campofiorito, 1997:10-11). A seguir, aparece o artigo escolhido para ser republicado, um comentário acerca do autor e/ou do artigo e, por fim, uma crônica do ano em que a *Revista* fora publicada. Assim, o comentário e a crônica faziam uma ponte, ao longo do tempo, através das páginas da revista, no entender do organizador.

Ao relatar os caminhos percorridos para a pesquisa que originou esse volume comemorativo, Campofiorito destaca, na documentação encontrada, um traço de Rodrigo cada vez mais demandado devido a sua raridade. O diretor repreendia funcionários do Sphan que estivessem utilizando a remuneração paga pelo órgão para sustentar estudos de interesses alheios ao Serviço. O organizador, assim, ressalta a “probidade” e a “firme autoridade” do primeiro diretor diante de casos como esse.

Campofiorito, dando seqüência à introdução, afirma que sete dos 12 artigos¹⁶⁷ republicados tratam de arquitetura ou cidades, e os outros quatro, “de várias realidades culturais (pintura, fotografia, etnografia e arqueologia, ou documentos e narrativas de época)” (Campofiorito, 1997:13). Porém, segundo a classificação utilizada nesta pesquisa, seis versam sobre Arquitetura, dois sobre História da Arte, dois sobre História, um sobre Etnografia e um sobre Documentação. Esta distribuição não acompanha a distribuição de artigos que aparecem nos 11 números ora tratados – caso se pretendesse publicar um artigo representativo de cada número. Assim, a seleção dos artigos da *Revista* 26 não se pautou por uma representação temática proporcional – nem em relação ao período (1937-1947), nem em relação a cada um

¹⁶⁷ Foram republicados 12 artigos, e não 11, como era de se esperar se se publicasse um artigo de cada volume. Ocorre que o número 4 teve dois artigos publicados – e não apenas um, como ocorreu com os demais dez números revisitados.

dos números revisitados. O critério foi outro: politicamente pautado pela contribuição de grandes nomes da época, crescentemente consagrados com o passar do tempo. Vale examinar as escolhas:

- Número 1: “Programa” (Rodrigo M. F. de Andrade) e “A Capela de Santo Antônio” (Mário de Andrade);
- Número 2: “Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho” (Rodrigo M. F. de Andrade);
- Número 3: “O alpendre nas capelas brasileiras” (Luís Saia);
- Número 4: “Os Sete Povos das Missões” (Alberto Lamego) e “Observações em torno da História da cidade do Recife no período holandês” (Joaquim Cardoso);
- Número 5: “A arquitetura jesuítica no Brasil” (Lúcio Costa);
- Número 6: “A pintura colonial no Rio de Janeiro” (Hanna Levy);
- Número 7: “Casas de residência no Brasil - Introdução” (Gilberto Freyre);
- Número 8: “A habitação dos Timbira” (Curt Nimuendaju);
- Número 9: “Documentos baianos” (Robert C. Smith);
- Número 10: “A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)” (Gilberto Ferrez);
- Número 11: “Casas de Câmara e Cadeia” (Paulo Thedim Barreto).

Tal panorama nos permite observar que, independente de que assunto trata os artigos, todos são de autores de grande reconhecimento na área que atuaram, o que pode indicar que aí está a chave para a compreensão da escolha desses artigos.

O Programa, escrito pelo então diretor do Iphan e também editor da própria *Revista*, comparece obrigatoriamente no número comemorativo por ser a primeira – e durante muito tempo, a única – apresentação da *Revista do Patrimônio*, conforme já abordado. Sua republicação neste 26º volume enaltece ainda mais aquele momento, uma vez que tenta revivê-lo no Sphan. Tal como havia sido feito em 1937, embora sob outras circunstâncias, o momento fundador lembra que o objetivo proposto pelo Programa foi e deve ser alcançado: criar e consolidar o campo do patrimônio.

Esta idéia – e outras que retomam aquele período que é considerado como “heróico” – é reforçada ao longo de todo o volume comemorativo – tanto nos artigos republicados, quanto nos comentários sobre eles e seus autores.

No artigo “A Capela de Santo Antônio”, por exemplo, Mário de Andrade inicia mostrando as dificuldades que o acometeram para a produção do texto. Porém, em o fazendo, valoriza sua ação, engrandecendo seu percurso e, numa edição comemorativa, apontando que, mesmo com sacrifício, é possível encontrar aquilo que se busca: “Vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada” (ANDRADE, 1997:24). Mário ainda fala de sua “pesquisa muito paciente” para encontrar em São Paulo edificações de monumentos de arte. Ele diz que ali, o critério tem que ser outro: o histórico. E acrescenta: “há de reverenciar e defender especialmente as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir. Está nesse caso a deliciosa capela de Santo Antônio, no Município de São Roque” (idem). Assim, embora se trate de um monumento religioso, ele nada tem de semelhante às ricas igrejas que estamos habituados a ver quando se fala de patrimônio religioso no Brasil.

Outro trecho relevante é o seguinte:

A capela de Santo Antônio tem a sua torre construída de pedra e recoberta de barro. A sineira é totalmente aberta, ainda com um pequeno sino. (...) Já porém as paredes da capela, com exceção dos elementos de ligação da torre, que obedecem ao processo de construção desta, são de taipa. Apenas a parede interna, que separa a sacristia do longo compartimento que dá entrada ao púlpito e ao coreto, é de pau-a-pique (Andrade, 1997:27).

Tal trecho não nos interessa pelos elementos construtivos arquitetônicos em si. Interessa antes por revelar uma construção popular, simples, não erudita, por assim dizer. A capela de Santo Antônio trata daquilo que, até há algum tempo atrás, se chamava de patrimônio cultural “não consagrado”. Porém, como se observa, principalmente a partir da revisitação a este artigo em um número comemorativo, este tipo de patrimônio já se consagrava no Sphan desde o início de sua atuação. Indicador do fato é o artigo sobre ele publicado na *Revista*, e não à toa, de autoria de Mário de Andrade, que é aquele a quem se remetem os defensores de Aloísio Magalhães e de seus sucessores, que abriram caminho para os bens culturais e para o chamado patrimônio imaterial.

No artigo “A contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho”, Rodrigo volta-se para o estudo das obras de Aleijadinho que, até então, eram atribuídas ao artista, sem qualquer comprovação. O artigo debruça-se justamente sobre a documentação pesquisada, que comprova a autoria do mencionado artista sobre algumas obras, preenchendo uma lacuna que se mantinha há muitos anos. Ao fim, Rodrigo escreve:

Seja como for, o que se pode concluir destas notas, apresentadas como a primeira contribuição do Sphan para o estudo da questão da autoria das obras atribuídas a Antônio Francisco Lisboa, é que este deixou traços positivos de sua passagem não somente em Congonhas do Campo, como houve quem pretendesse, mas também em Sabará, na igreja do Carmo, e em Ouro Preto, no Carmo, em São Francisco de Assis e nas Mercês e Perdões (Andrade, 1997:53).

E completa, conclamando os funcionários do órgão a cumprirem esta tarefa (em 1938 e em 1997), quando o artigo é republicado:

Resta muito a apurar. (...) Esperamos que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional concorra um pouco, nas pegadas dos doutos, para a solução sucessiva desses pequenos problemas, cuja importância é maior do que poderá parecer, para a história da arte brasileira (*idem*).

Luís Saia, em “O alpendre nas capelas brasileiras”, trabalha em torno da questão da presença do alpendre que, apesar de ter vindo da Europa, tornou-se no Brasil uma “solução evidentemente mestiçada” (Saia, 1997:60), sobretudo na habitação sertaneja de algumas regiões do nordeste. Ou seja, o artigo trata de um aspecto arquitetônico que, ao ser incorporado no país, abasileirou-se, perdendo diversas características européias e, constituindo assim, um elemento considerado brasileiro.

“Os Sete Povos das Missões”, texto de Alberto Lamago, estuda as festas realizadas em São Francisco de Borja e trata também da criação do Museu das Missões pelo Governo Federal¹⁶⁸. Lamago escreve, justificando a criação do mencionado museu: “Não se vive só do presente, é mister cultivar com carinho as nossas tradições” (Lamago, 1997:81).

Joaquim Cardoso, em seu artigo “Observações em torno da História da cidade do Recife no período holandês”, discorre sobre a metodologia utilizada pela História. Desse modo, o autor explicita como foi o processo de seu trabalho a partir dos documentos encontrados.

Lúcio Costa em “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil” estabelece definições acerca do objeto estudado. Com isso, ele corrige alguns equívocos, como no trecho em que ele explica que se costumou chamar “sob a denominação comum de ‘arte jesuítica’ todas as manifestações de arte religiosa dos séculos XVII e XVIII”, porém observa que: “atribuir-se, pois, à designação de ‘arte jesuítica’ uma tão grande amplitude é, evidentemente, incorreto”

¹⁶⁸ Este artigo faz clara menção ao então Presidente Getúlio Vargas, nascido em São Borja, e a seu governo: “Agora que o grande estadista que dirige a Nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos Sete Povos das Missões, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas, determinando, por decreto, a sua restauração de um museu, na de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu, é de toda oportunidade darmos notícia das festas realizadas no Povo de São Francisco de Borja há quase dois séculos” (Lamago, 1997:74).

(Costa, 1997:105). Este arquiteto diferencia o caso europeu do brasileiro, positivando este último:

Com efeito, enquanto para os europeus, saturados de ‘renascimento’, o falar-se em estilo jesuítico traz logo à lembrança, além das formas compassadas iniciais, as manifestações mais desenvoltas do barroco; enquanto para os hispano-americanos, onde a ação da Companhia prosseguiu ininterruptamente durante todo o século XVIII, a idéia da arte jesuítica abrange o ciclo barroco completo; para nós, no Brasil, onde a atividade dos padres, já atenuada na primeira metade do século, foi definitivamente interrompida em 1759, as obras dos jesuítas, ou pelo menos grande parte delas, representam o que temos de mais ‘antigo’. Conseqüentemente, quando se fala aqui em ‘estilo jesuítico’, o que se quer significar, de preferência, são as composições mais renascentistas, mais moderadas, regulares e frias, ainda imbuídas do espírito severo da contra-Reforma (Costa, 1997:106).

Lúcio Costa ainda fala da idéia de “coisa decadente” que acompanhou a arte barroca, mas observa que ela constitui autêntica obra de arte, não resultando de “nenhum processo de degenerescência, mas, pelo contrário, de um processo legítimo de renovação” (Costa, 1997:106). Desse modo, ele reinventa o barroco, dando-lhe novo valor, agora positivo. “Não se trata, por conseguinte, de uma arte bastarda, como pretendem alguns, mas de uma nova concepção plástica, liberta dos preconceitos anteriores e fundada em princípios lógicos e sãos” (*idem*).

Outro artigo, seminal como o anterior, é o de Hanna Levy, “A pintura colonial no Rio de Janeiro”, no qual a historiadora da arte segue rigorosa metodologia ao examinar obras de arte do período colonial, como já mencionado neste capítulo.

Gilberto Freyre, em “Casas de residência no Brasil”, escreve a introdução de trabalho de L. L. Vauthier, que esteve no Brasil entre 1840 e 1846, e que está “entre os estrangeiros que melhor têm observado os costumes da nossa gente” (Freyre, 1997:224), pois soube apreender “aspectos verdadeiramente característicos da paisagem, da vida e das artes no Brasil dos primeiros tempos de Pedro II” (*idem*). E continua sua apresentação:

As cartas de Vauthier acerca da arquitetura doméstica no Brasil juntam-se ao seu diário, aos seus relatórios de engenheiro-chefe de obras públicas da Província de Pernambuco e aos seus artigos na revista socialista do Recife, *O Progresso* (...) para lhe dar direito a lugar seguro na bibliografia não apenas técnica, porém crítica e mesmo sociológica que se refere ao progresso material, artístico e de técnica administrativa em nosso país durante a primeira metade do século passado, e ao estudo geográfico de importante região ou área brasileira: Pernambuco e, particularmente, sua capital, cujo mapa foi então levantado. (...) Suas cartas revelam esse esforço de compreensão dos aspectos sociais, históricos, ecológicos e mesmo psicológicos do assunto – a arquitetura doméstica no Brasil – ao lado do

esforço de apreensão e solução do problema simplesmente técnico (Freyre, 1997:224-225).

Um outro artigo republicado foi “A habitação dos Timbiras”, de Nimuendaju, que se debruça sobre a organização circular dos Timbira, falando também das tentativas de intervenção nela.

Robert C. Smith, em “Documentos Baianos”, publica na íntegra quatro documentos relativos não apenas à Bahia, mas à História da Arte Brasileira e fala, no trecho a seguir, da importância de alguns arquivos então pouco explorados:

Ao lado das irmandades e das ordens religiosas, (...) colocam-se as câmaras municipais como elementos essencial de estímulo para o desenvolvimento do gosto e a regulamentação dos processos técnicos de construção, no Brasil. (...) Esses documentos, conservados até hoje em vários arquivos municipais brasileiros, constituem campo fertilíssimo, embora pouco explorado, para o estudo da arte colonial no país (Smith, 1997:268).

Com isso, o órgão contribuía para estudiosos não apenas do patrimônio, mas de outros campos de conhecimento também.

Gilberto Ferrez em “A fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)” embarca em um campo ainda completamente desconhecido naquele momento: a história da fotografia no Brasil. Ferrez explicita qual fotografia é privilegiada em seu texto: “Procuramos, especialmente, destacar os fotógrafos paisagistas, pois somos de opinião que o pouco que resta de suas obras tem e terá cada vez maior valor iconográfico; só atualmente se principia a reconhecer esse imenso valor” (Ferrez, 1997:294).

Por fim, o último artigo revisitado é “Casas de Câmara e Cadeia”, de Paulo T. Barreto, que é uma verdadeira monografia acerca do tema. O autor apresenta o artigo assim, já antecipando o estudo completo que segue:

No mapa de nosso estudo procuramos espelhar: a origem das Casas de Câmara e Cadeia; a gênese dos municípios brasileiros e breves notas sobre a organização municipal em Portugal e no Brasil; inventário das existentes Casas de Câmara e Cadeia; características gerais das vilas e cidades, localização das Casas de Câmara e Cadeia e provisórias instalações; projetos, apontamentos, arrematações, contratos, fiscalização, mão-de-obra e recursos financeiros; programação: elementos de distribuição e circulação; breves notas sobre os sistemas construtivos; elementos construtivos decorativos (...) edifícios de Casas de Câmara e Cadeia e seus artistas: intenções plásticas, princípios renascentistas que influíram na composição das Casas de Câmara e Cadeia, o movimento barroco e, por fim, as características arquitetônicas das Casas de Câmara e Cadeia, estudadas em ordem cronológica (Barreto, 1997:363-364).

Os comentários que acompanham cada artigo seguem um caminho semelhante entre si: esboçam uma breve biografia do autor e tratam de sua contribuição para o Sphan e/ou para o campo de conhecimento referente, enaltecendo-se as ações do órgão. Alguns comentários são mais significativos para analisarmos este número comemorativo, como o escrito por Lélia Coelho Frota. Suas palavras referem-se ao entusiasmo que os pesquisadores como Mário de Andrade, Luís Saia, Juanita e Paulo Duarte experimentavam na época – como numa tentativa de estimular os atuais funcionários do órgão a seguir tais passos. Essa mesma autora exalta também o fato de Mário de Andrade ter adquirido a fazenda onde se encontra a capela de Santo Antônio para mostrar, mais uma vez, a trajetória e as ações admiráveis desse brasileiro e homem público, que doou o terreno para o Sphan.

O comentário da museóloga Lygia Martins Costa também é significativo no que diz respeito à fundação de um novo conhecimento:

A leitura do trabalho de Rodrigo M. F. de Andrade revela que a criação do Sphan abria caminho no país para o estudo de área cultural ainda tateante entre nós: a da historiografia artística com base científica. Em campo quase virgem – o da arte colonial brasileira. Estudo que fundamentaria todo o serviço de defesa de nosso patrimônio histórico e artístico, a denunciar a filosofia do velho Sphan de que *só se defende bem o que se conhece bem* (Costa, 1997:54).

Outro comentário relevante é o de Pedro Karp Vasques acerca do artigo de Ferrez, cujo trecho segue a mesma linha dos comentários acima, ou seja, procura ressaltar o papel importante que teve o artigo em campos ainda não explorados:

Foi este o primeiro texto sobre história da fotografia a ser publicado no Brasil, numa época (1946) na qual, mesmo no hemisfério norte, os livros sobre o assunto podiam ser contados nos dedos das mãos (...) e na qual imperava entre nós o mais absoluto desprezo em relação à fotografia como documento histórico. Trata-se, portanto, da pedra fundamental, do marco inaugural do estudo da história da fotografia produzida no Brasil oitocentista, que – editado sob forma da separata, em 1953 – aguardava uma reedição há tempos, para atender às expectativas dos muitos pesquisadores e estudiosos surgidos nas últimas duas décadas (Vasques, 1997:356).

As crônicas, que compõem uma contextualização do ano que cada artigo fora publicado originalmente, listam os principais fatos do cenário internacional e de alguns do cenário nacional, sobretudo no âmbito político e cultural-artístico, com especial destaque para algumas ações relacionadas ao Ministério da Educação e Saúde - MES e ao Sphan.

Assim, esse volume comemorativo traz para o presente um passado transformado, a partir da publicação de 1997. Ou seja, O número do periódico estudado representa um certo

passado que se quer reviver e instaurar como modelar. Este passado é fruto da ação de grandes homens e estudiosos – seja da Arquitetura, da História da Arte, da História, da Antropologia etc. –, de feitos admiráveis quando “tudo estava por fazer”, construindo e inventando, assim, o campo do patrimônio no Brasil por meio do rigor científico, enraizando um novo saber.

Esta seleção, é claro, é operada no presente e sob suas perspectivas e, com isso, atende a seus interesses. É por isso que, ao se voltar para o passado, a *Revista* dos 60 anos procura construir uma visão de patrimônio bem parecida com a que já predominava no ano da edição da mesma: uma concepção de patrimônio ampliada e abrangente, que abarca diversos valores e áreas de conhecimento. Isto explica a tentativa dos organizadores do volume em mostrar aos leitores que os artigos revisitados não se debruçam somente sobre o que se convencionou chamar de “pedra e cal” – daí se falar na Capela de Santo Antônio (de construção mais popular), na habitação dos Timbira e nas festas dos Sete Povos das Missões, por exemplo, fugindo do chamado patrimônio cultural consagrado que envolvia, sobretudo a arquitetura civil e religiosa, branca e colonial.

Com esta aproximação entre presente e passado, que apaga algumas características que geralmente aparecem nas primeiras décadas do órgão, tenta-se estabelecer um elo, uma ligação, uma continuidade entre aquilo que parece distante e o presente, mais próximo. Criam-se, assim, novos lugares do passado sphaniano, voltados agora também para o patrimônio cultural “não consagrado” já presente nos primórdios do órgão.

Este número comemorativo ainda estabelece uma ou mais memórias consensualizadoras, uma vez que aponta para o passado ao mesmo tempo em que direciona para o futuro em uma busca pelo restabelecimento da grandeza perdida da época de Rodrigo M. F. de Andrade. E, por fim, é interessante a proposta do então presidente Glauco Campello de que a *Revista do Patrimônio* se torne, neste novo momento, um ponto de convergência dos estudiosos em patrimônio, atribuindo ao periódico um importante papel.

Considerações Finais

As palavras que Rodrigo Melo Franco de Andrade, o editor, escreve no “Programa” são basilares para se compreender suas ações diante do Sphan e das linhas editoriais à frente das quais estava. Sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, ele afirma: “Trata-se (...) de um vasto domínio, cujo estudo reclamará longos anos de trabalho, assim como a preparação cuidadosa de numerosos especialistas para empreendê-lo” (1937:4). Nesse sentido, as palavras do diretor e editor do Sphan são também, para além de uma apresentação da publicação ora estudada, um programa, um projeto para o órgão, uma exposição de objetivos a serem perseguidos.

A trajetória profissional de Rodrigo, sobretudo a jornalística, forneceu-lhe bagagem para o empreendimento editorial organizado por ele dentro do Serviço do Patrimônio. No posto de editor do órgão, Rodrigo foi o autor das *Revistas* que organizou. Encomendava artigos a “doutos” pesquisadores; instruía diretamente seus funcionários na realização de inventários, levantamentos, pesquisas; acompanhava a produção intelectual sobre as “matérias relacionadas com a sua finalidade”, conclamando, quando era o caso, seus autores a colaborarem com o Sphan ou com suas publicações. Era, assim, o editor-autor da *Revista do Patrimônio* que, nesta pesquisa, é tanto o objeto como sua principal fonte.

Rodrigo era também o autor do periódico na medida em que congregava, em torno dele, diversas redes de sociabilidade de intelectuais, diretamente ou não vinculados às questões do patrimônio, mas que com ele contribuíram. Alguns desses intelectuais deixaram marcas profundas, seja por meio da colaboração com artigos, seja por meio das redes articuladas que, de algum modo, culminaram no “grupo do patrimônio”. Alguns desses intelectuais já eram especialistas nos assuntos quando de sua colaboração na *Revista*. Outros, entretanto, se constituíram nela, ou seja, tiveram no periódico um instrumento para sua construção de especialista nas temáticas vinculadas ao patrimônio – o que nos remete às palavras de Rodrigo no “Programa”, ao falar da necessidade de preparar especialistas para empreender o estudo do patrimônio.

Assim sendo, chega-se a dois pontos que se inter-relacionam. O primeiro diz respeito a uma prática institucional no período estudado, ou seja, entre 1937 e 67. Trata-se do investimento do órgão na realização de pesquisas, cursos, viagens, aquisição de livros e publicações, de levantamentos e inventários documentais etc. Sob o incentivo de Rodrigo, os

funcionários do Sphan eram imbuídos no “espírito de investigação” que caracterizou a chamada “Academia Sphan”. Desse modo, os membros dessa academia eram incitados a se aperfeiçoarem e a se especializarem na problemática da preservação. Assim, muitos deles se “formaram” nessa academia, em que outros “doutos” colaboravam, capacitando os demais. Ora, isso está imbricado no segundo ponto a que nos levam aquelas palavras do editor no “Programa”: era imperiosa a necessidade de se construir um conhecimento acerca dos “valores de arte e de história de nosso país”, uma vez que “os estudos daquela natureza se acham ainda no Brasil numa fase quase primária”. Daí se organizar uma academia com tal finalidade. Disso, decorre que o campo do patrimônio ainda estava por ser elaborado e que caberia ao Sphan fazê-lo.

A *Revista do Patrimônio* ajustava-se perfeitamente a esses objetivos, divulgando as pesquisas que o órgão produzia na constituição do campo do patrimônio, tal como propunha Rodrigo. Os temas a que se referem os artigos do periódico são elucidativos para se compreender como se estabeleceu esse campo no país.

Considerando-se tanto os temas mais recorrentes nos 15 números estudados da *Revista* bem como sua presença ao longo desse conjunto, pôde-se observar que, em um primeiro momento, cabia abarcar os múltiplos patrimônios, atentando-se para sua diversidade, mesmo quando não havia instrumentos jurídicos adequados à sua preservação. Para tanto, distintas áreas do saber foram demandadas a comparecer no periódico, dando sua contribuição disciplinar para o campo. Contudo, essa diversidade não se manteve por todo o conjunto, limitando-se aos primeiros números. A seguir, houve certa especialização, porém, não se pode afirmar que ela se restringiu ao campo artístico-arquitetônico, como se costuma tratar a questão. A História, e as fontes analisadas e criticadas por ela, estavam sempre presente nas pesquisas divulgadas, não apenas numa posição secundária, tendo sido também fundamental na constituição do campo do patrimônio. Isso é corroborado pela marcante presença de historiadores que participam de sua construção. Assim, pode-se afirmar que nos primeiros anos, a heterogeneidade de contribuições é a marca de que o campo começava a ser instituído. Em seguida, com o decorrer dos anos, houve uma especialização, quando a construção do campo do patrimônio já avançava. No entanto, essa “especialização” era oriunda de áreas diversas, sobretudo da arquitetura, história da arte e história. Ou seja, o que caracteriza a constituição do campo do patrimônio é justamente essa conjunção de campos do saber variados.

A *Revista* publicava assim artigos de autores provenientes das várias áreas disciplinares e era normativa no tocante ao assunto a que ela se dedica. Desse modo, ela foi fundamental para o estabelecimento desse campo. Ela veiculava artigos sobre o que era considerado “patrimônio”, sobre como as fontes deveriam ser trabalhadas e como os bens culturais deveriam ser estudados. Embora fossem raros os textos sobre metodologias, os exemplos eram elucidativos quanto a isso. Com isso, a revista era, ela própria, uma “ação sistemática e continuada” do Sphan.

Um dos aspectos que nos chamou a atenção na *Revista* foi sua regularidade. Ao estampar, em sua capa, datas sequenciais que não correspondiam ao efetivo momento de sua circulação junto ao público, poder-se-ia haver uma estratégia. Considerando-se a necessidade anunciada de se construir tal campo, aliada a sua divulgação e prestígio a especialistas e junto a institutos consagrados no Brasil e no exterior, era preciso manter uma aparência de estabilidade. Assim, por trás da aparente regularidade da *Revista*, provavelmente se queria mostrar ao público sua solidez e seriedade, requisitos esses que são essenciais quando se trata de adquirir legitimidade e autoridade, tanto para o Sphan como para o campo que se visava construir.

Rodrigo então mobilizou uma série de esforços e estratégias para alcançar seu objetivo: colaborar com o conhecimento sobre o patrimônio. Ele não só o fez como também encabeçou seus funcionários e, por que não dizer, seus amigos, a empreenderem a mesma “missão”. Com isso, o editor-autor da *Revista*, ao lado dos demais autores que com ela colaboraram, instaurou os discursos sobre o patrimônio – ainda que esse se ressentisse de “grandes falhas”, como observava Rodrigo ainda no “Programa”.

Por sua vez, esta pesquisa também não se esgota no escopo dessa dissertação. Sabe-se que outras estratégias editoriais foram utilizadas para tal feito, como as *Publicações do Sphan*, e as demais obras de Rodrigo M. F. de Andrade, que merecem serem objetos de maior empenho investigativo¹⁶⁹. Valeria também realizar um amplo estudo sobre as diversas edições culturais do período, de iniciativa privada ou estatal. Os outros órgãos culturais criados junto ao MES, e contemporâneos ao Sphan, também tinham suas publicações, mesmo após a profícua gestão de Gustavo Capanema, e, não raro, editavam obras de interesse do patrimônio. A coleção *Anais do Museu Histórico Nacional*, que travava embate com o Sphan pela

¹⁶⁹ Em avançado ponto desta pesquisa, foi constatado que o número 16 da *Revista do Patrimônio* também havia sido editado por Rodrigo M. F. de Andrade, embora a data impressa em sua capa seja a do ano de 1968, ano em que ele já havia se aposentado. Assim, este trabalho ressentia-se também por essa falha.

legitimidade do discurso do patrimônio, merece ser examinada. O IHGB, o IBGE, o Departamento de Cultura de São Paulo e o Ministério das Relações Exteriores, para citar apenas os mais lembrados, mantinham edições que divulgavam “estudos brasileiros”. Qual seu caráter e como se relacionavam com as questões do patrimônio, e da(s) cultura(s) brasileira(s) em um sentido mais geral, constitui algumas chaves para ampliar o escopo dessa pesquisa.

Fontes e Referências Bibliográficas

I) Fontes primárias

- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. MES: SPHAN. Números 1 a 15. Anos 1937 a 1961.
- Arquivo Central do Iphan:
 - Arquivo Técnico-Administrativo: Relatórios, Representantes, Correspondências, Publicações; Coleção Personalidades:
 - Subséries: Correspondência Nominal e Temática.
- DICIONÁRIO *Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1980. (4 vols.)

II) Livros e artigos

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Programa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 2-3, 1937a.

_____. Introdução. *Publicações do Sphan*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-16, 1937b.

_____. *Artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Larragoiti, 1952a.

_____. *Brasil – monumentos históricos e arqueológicos*. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1952b.

_____. *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/PróMemória, 1986.

_____. *Rodrigo e o Sphan*. Rio de Janeiro: MinC/Sphan/PróMemória, 1987.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Dossiê – Representações do Brasil: da viagem moderna às coleções fotográficas. *Anais do Museu Paulista*, v. 13, n. 2, p. 11-72, 2005.

- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARAÚJO, Emanuel. – *A construção do livro: Princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/Pró-Memória; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1986
- BABELON, J.-P. & CHASTEL, A. *La notion de patrimoine*. Paris: Édition Liana Levi, 1994.
- BARBATO JR, Roberto . Os intelectuais, a política e do Departamento de Cultura de São Paulo. *Trapézio* (UNICAMP), Campinas, v. 3/4, p. 167-194, 2003.
- BARSANTE, Cassio Emmanuel. *A vida ilustrada de Tomas Santa Rosa*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil: Bookmakers, 1993.
- BATISTA, Marta Rossetti (Org.). *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 30, Brasília: Ministério da Cultura, 2002.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOMENY, Helena. *Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Tempo Brasileiro, 1994.
- _____. *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 2, p. 23-39, 2009.
- CANDIDO, Antônio. Patrimônio interior. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro. n. 22, p. 40-41, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Rafael. *O Design brasileiro: antes do design - aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca. Patrimônio Imaterial: problema mal posto. *Diálogos* (Maringá), v. 3, p. 97-116, 2006.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto ed., 2001.

CAVALCANTI, Lauro. *As preocupações do belo: monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira*, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CAVALCANTI, Lauro (Org.). *Modernistas na repartição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MinC – IPHAN, 2000.

CHAGAS, Mário Souza. *A imaginação museal - Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

CHARTIER, Roger. “Histoire intellectuelle et histoire des mentalités. Trajectoires et questions”. *Revue de Synthèse*: III^e S. N^{os} 111-112, Juillet-Décembre 1983, p. 277-307.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel: Bertrand Brasil, 1990.

_____. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n 16, 1995, p. 179-192.

_____. “A nova história cultural existe?” In: LOPES, A. H., VELLOSO, M. P. & PESAVENTO, S. J. (orgs.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*, 1998. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, jul.-dez. 2003.

CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças na trajetória – 1934-1950)*. Tese de Doutorado (História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 145-153, 1987.

FACINA, Adriana. Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 393-417, 1999.

FALCÃO, Andréa Rizzotto. *Construindo o intangível*: Estudo sobre as estratégias discursivas na construção do campo do patrimônio imaterial. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

FALCON, Francisco. *História Cultural – Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. “A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional” In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 85-101.

_____. *O Patrimônio em Processo*: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* 3ª ed. Lisboa: Vega, 1992.

FRANÇOZO, Mariana. O Museu Paulista e a História da Antropologia no Brasil entre 1946-1956. *Revista de Antropologia* (São Paulo), v. 48/2, p. 585-612, 2005.

FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 153-171, jun. 2008.

GIRARDET, Raoul. Du concept de génération à la notion de contemporanéité. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. Paris, 1983.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Essa gente do Rio...*: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Capanema*: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GOMES JÚNIOR, Guilherme S. *Palavra peregrina*: o barroco e o pensamento sobre as artes e as letras no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2002.

_____. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 11, p. 5-27, 1988.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da História. *Anais do Museu Paulista*, v. 15, p. 11-30, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTOG, François. “Tempo e História: ‘Como escrever a História da França hoje?’”. *História Social*, n. 3, Campinas – SP: IFCH/UNICAMP, 1996, p. 127-154.

_____. *O espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. In: HARTOG, François. *Os Antigos, o Passado e o Presente*. Brasília: Editora da UnB, 2003. p. 11-33.

_____. “Tempos do mundo, história, escrita da história” In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006, p. 15-21.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IDEÓLOGOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Departamento de Promoção, Coordenadorias de Pesquisa e Editoração. Rio de Janeiro: IBPC / Departamento de Promoção, 1991.

IKEDA, Marilda A. Balieiro. *Revista do Brasil – 2ª Fase*. Contribuição para o estudo do modernismo brasileiro. São Paulo, 1975. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE. *Mário de Andrade e a Sociedade de Etnografia e Folclore no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1936-1939)*. Rio de Janeiro: FUNARTE/ INF; São Paulo: Secretaria de Cultura, 1983.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p. 525-541.

LEAL, C. F. B.; SORGINE, J. F.; TEIXEIRA, L. S.; THOMPSON, A.. História e Civilização Material na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2010. (no prelo)

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.

LISSOVSKY, Maurício & MORAES DE SÁ, Paulo Sérgio. *Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan, 1996.

_____. “O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquitetável nos anos 1930. In GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Trad. Lúcia Haddad. *Projeto História*. São Paulo, 17, novembro, 1998, p. 63-199.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *História dos, nos e por meio dos periódicos* In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

_____. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. Tese de Livre Docência em História. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Assis, 2009.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias...* Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, 2004.

MANNHEIM, Karl. O problema da *intelligentsia*: um estudo de seu papel no passado e no presente. In: *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- MARINHO, Teresinha. Notícia Biográfica. In: *Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Sphan, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 17-36.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.
- MARTINS, Judith. *Memória Oral* nº 1. Rio de Janeiro: Sphan/Prómemória, 1987.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp, 1974.
- MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980.
- MELLO, Neide Moraes de. *Intelectuais na vida pública: Mário de Andrade e Monteiro Lobato*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) /USP. São Paulo, 2007.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. “Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, pp. 11-36.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- Miranda JAB, Cascais AF. A lição de Foucault. In: Foucault, M. O que é um autor? Lisboa (PT): Passagens; 1992. p. 5-28.
- MONNET, Jérôme. “O álibi do patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 220-228, 1996.
- NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. Verbete Hanna Levy. In: Thompson, Analucia (Org.). *Entrevista com Judith Martins*. Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009, p.98-99. (no prelo)
- NASCIMENTO, Alessandra Santos. Intelectuais Ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira. *Espaço Plural* (Unioeste), v. IX, p. 87-99, 2008.
- NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORY, Pascal & SIRINELLI, Jean-François. “L’intellectuel: une définition” In: *Les intellectuels en France (de l’affaire Dreyfus à nos jours)*. Paris: Armand Coline, 1992. 2ª ed.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POMIAN, Krzystof. “De l’histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d’histoire”. *Revue de Méthaphysique et Morale*, n. 1, jan-mars, 1998, p. 63-110.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In MICELI, Sérgio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, p.419-476.

POULOT, Dominique. *Musée, nation, patrimoine. 1789-1815*. Paris: Gallimard, 1997.

_____. *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

RABELLO, Sônia. *O Estado na preservação de bens culturais – o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009 [1991].

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil*. O Departamento de Cultura de São Paulo. 1936-1938. São Paulo: Humanitas, 2001.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc. 2007.

RUBINO, Silvana. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado de Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) /UNICAMP. Campinas, 1991.

_____. Clubes de Pesquisadores. A Sociedade de Etnologia e Folclore e a Sociedade de Sociologia. In: Sergio Miceli. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, v. 2, p. 479-521.

_____. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

_____. A memória de Mário. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 139-154, 2002.

- SAHLINS, Marshall. "Two or three things I that know about Culture. In: *Journal of Anthropological Institute*, n. 5, 1999, p. 399-421.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – UFBA, Salvador.
- _____. *A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura) – UFBA, Salvador.
- SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araújo. A desmaterialização do Patrimônio. *Revista Tempo Brasileiro*, out-dez, 2001, no. 147, Rio de Janeiro, p. 11-21.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A Escrita do Passado nos Museus Históricos*. Rio de Janeiro: Garamond/Minc, Iphan, Demu, 2006.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEGALA, Lygia. A coleção fotográfica de Marcel Gautherot. *Anais do Museu Paulista*, v. 13, 2005. p. 73-134.
- SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. *Revista do Patrimônio – produção de conhecimento e reprodução de olhares*. Monografia (Programa de Especialização em Patrimônio). Rio de Janeiro: Iphan, 2007.
- _____. *Revista do Patrimônio – cartografia de imagens e olhares*. Monografia (Programa de Especialização em Patrimônio). Rio de Janeiro: Iphan, 2008.
- SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei n. 3.924/61. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 59-74, 2007.
- SILVA NIGRA, D. Clemente da. *Memória Oral* n° 5. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.
- SIRINELLI, Jean François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle: Revue d'Histoire* (9), jan./maio 1986.
- _____. *Os Intelectuais* In: RÉMOND, René. "Por uma história política". 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SOIHET, Rachel. "Introdução" In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de história – conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- STONE, Lawrence. *Prosopography*. Daedalus. Winter, 1971. *Historical Studies Today*, p. 46-79.

- SÜSSEKIND, Pedro. A Grécia de Winckelmann. *Kriterion*, v. 48, 2008, p. 67-77.
- TOGNON, Marcos. A História da Arte e a Conservação do Nosso Patrimônio. In: MIYOSHI, Alexander Gaiotto; DAZZI, Camila Carneiro; CARDOSO, Renata Gomes (orgs.) *Revisão historiográfica: o estado da questão: atas do I Encontro de História da Arte do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, de 6 a 8 de dezembro de 2004*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 2, p. 228-234, 2005.
- TREBITSCH, Michel. Avant-propos: la chapelle, le clan et le microcosme. *Les Cahiers de L'IHTP*. Paris (20), 1992.
- TURAZZI, Maria Inez. Uma Cultura Fotográfica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 27, 1998. p. 7-15.
- VELOSO, Mariza Motta Santos. *O Tecido do Tempo: A Idéia de Patrimônio Cultural no Brasil*. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Antropologia.
- _____. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.
- WAGNER, Júlia Wagner. *Nem heróico nem moderno: a constituição do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” na gestão de Renato Soeiro no Iphan (1967-1979)*. In: COPEDOC/IPHAN (Org.) *Patrimônio: práticas e reflexões*, 3. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2009, p. 369-398.
- WAGNER, Roy. *The invention of culture*. The University of Chicago Press, 1975.
- XAVIER, Laura Regina. *Patrimônio em prosa e verso: a correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Augusto Meyer*, 2008. Dissertação (Mestrado em História Política e Bens Culturais). CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2008.

Anexos

Ilustrações



Figura 1 - Capas dos números 1 a 15 da *Revista do Patrimônio*, abrangendo o conjunto total do que foi editado por Rodrigo M.F de Andrade, entre 1937-67.

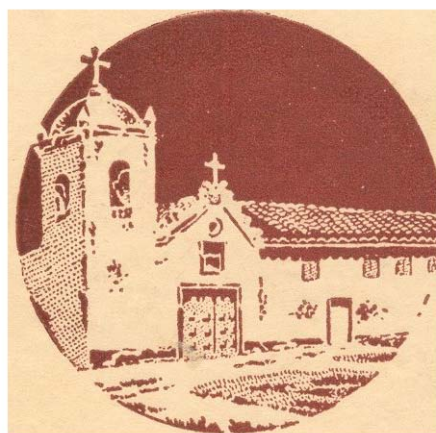
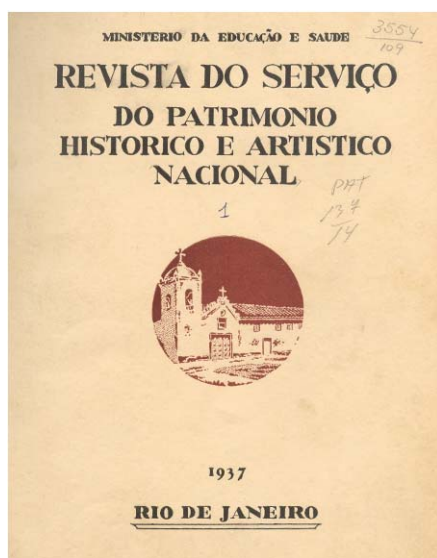


Figura 2 - Observa-se a capa do número 1 da *Revista* e um detalhe dela. Luiz Jardim, o autor dessa capa, extraiu-a da imagem localizada na parte inferior. Trata-se de fotografia do antigo Colégio dos Jesuítas de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro.

**PUBLICAÇÕES DO SERVIÇO DO PATRIMONIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL**

N.1



BUC
101

GILBERTO FREYRE

MUCAMBOS DO NORDESTE

ALGUMAS NOTAS SOBRE
O TIPO DE CASA POPULAR
MAIS PRIMITIVO DO
NORDESTE DO BRASIL

**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
RIO DE JANEIRO**

Figura 3 - Capa do número inaugural da série *Publicações do Sphan*, de autoria de Gilberto Freyre, que também escreveu na *Revista* e atuou no Sphan em Recife.

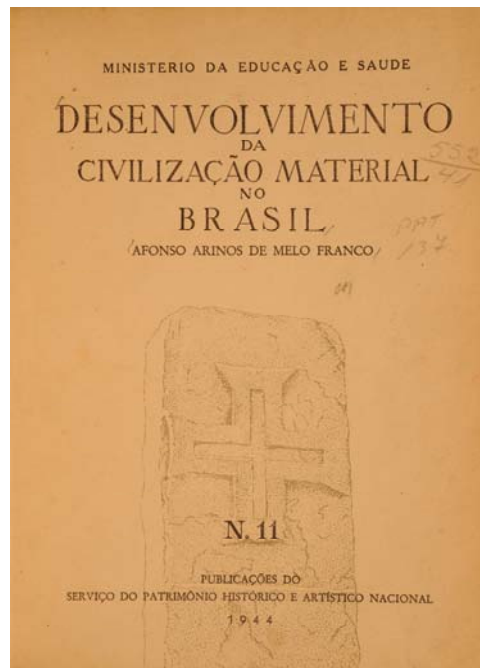


Figura 4 - Capa da obra “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, de Afonso Arinos, publicada em 1944, resultado de um curso que seu autor ministrou junto aos funcionários do Sphan.

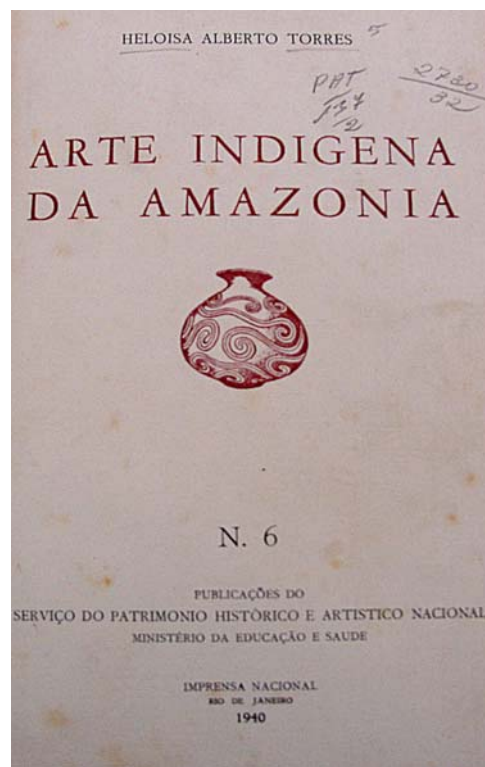


Figura 5 - Capa de mais um volume de publicações do Sphan, de autoria de Heloísa Alberto Torres. “Arte indígena da Amazônia” é um catálogo fotográfico de objetos indígenas, a maioria deles pertencente ao acervo do Museu Nacional.

SPHAN

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PUBLICAÇÃO N.º 14

2098
42

PAT
137



"PADRE JESUINO DO MONTE CARMELO"

MARIO DE ANDRADE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE — 1945 — RIO DE JANEIRO

Figura 6 - Capa do número 14 das *Publicações do Sphan*, intitulada "Padre Jesuíno do Monte Carmelo", de Mário de Andrade, publicada em 1945. Essa obra resultou de uma longa pesquisa de seu autor, que desde 1941 se dedicava a desenvolvê-la.

AS ARTES PLÁSTICAS NO BRASIL



RIO DE JANEIRO 1952

Figura 7 – Capa de “As artes plástica no Brasil” (1952), organizada por Rodrigo M. F. de Andrade. Nesse volume, foram publicados artigos sobre arqueologia, arte indígena, artes populares, ourivesaria, mobiliário e “antecedentes portugueses e exóticos”, abrangando assuntos que ficaram em segundo plano na produção editorial do Sphan no período.



Figura 8 – Capa de “Brasil – monumentos históricos e arqueológicos” (1952), obra de Rodrigo publicada no México, em língua portuguesa. Assinala o prestígio que o trabalho do Sphan detinha no exterior, com uma década e meia de funcionamento.

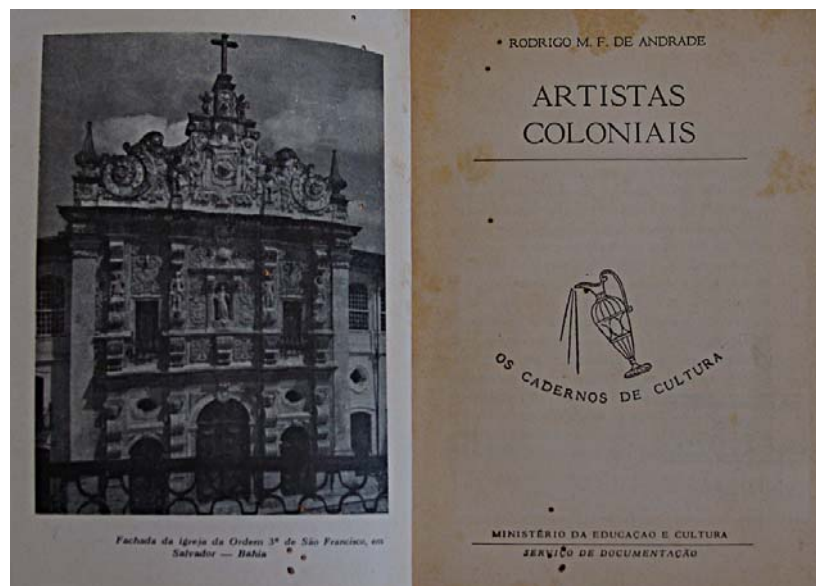


Figura 9 – Capa de “Artistas Coloniais” (1958), organizada por Rodrigo M.F de Andrade, reunindo artigos anteriormente publicados na imprensa por ele ou pelos funcionários que realizavam pesquisas sob sua coordenação.

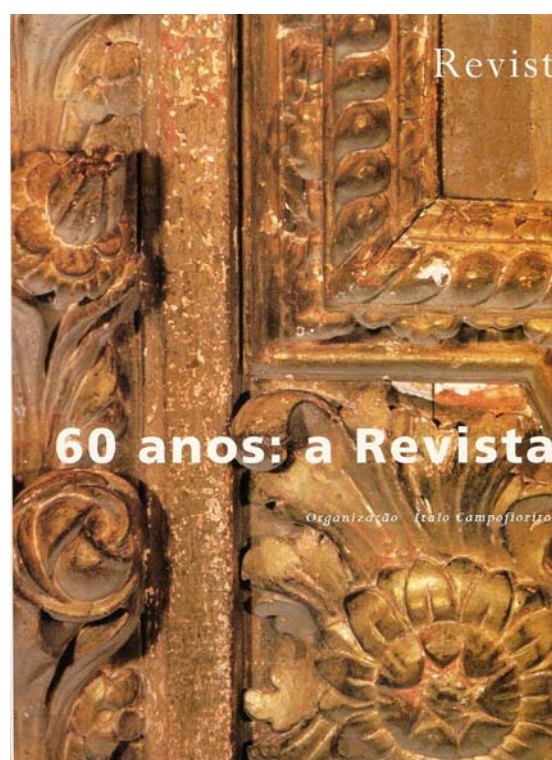
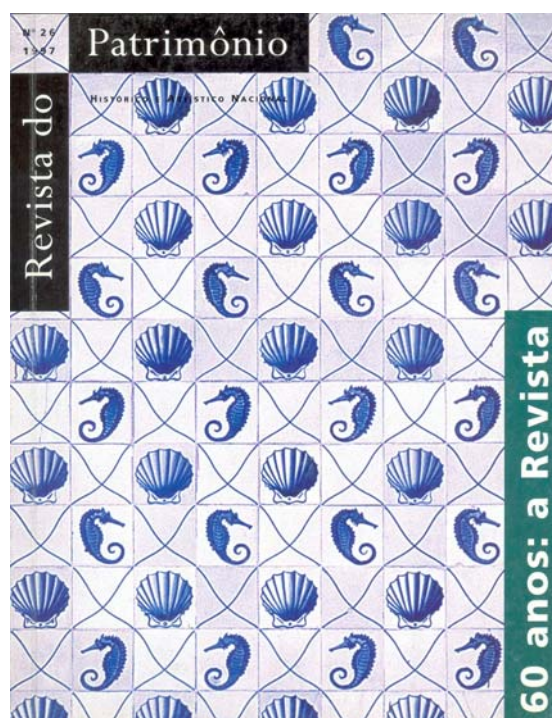


Figura 10 – Capa e contracapa do número 26 da *Revista do Patrimônio*, volume comemorativo dos 60 anos da revista, mas também do órgão que a edita. Esse número reuniu uma série de artigos publicados durante a longa gestão de Rodrigo, enquadrando uma memória de seu período.

Anexo 1: Relação de organismos que recebiam a *Revista do Patrimônio*, segundo dados obtidos das fontes do Arquivo Central do Iphan

Organismos nacionais:

1. Academia Militar das Agulhas Negras (RJ)
2. Arquivo do Estado de São Paulo, Sociedade Geográfica Brasileira (SP)
3. Arquivo Histórico da Cidade (então DF – atual Rio de Janeiro)
4. Associação dos Professores Católicos do Paraná
5. Associação dos Sub-oficiais da Armada (Rio de Janeiro – RJ)
6. Biblioteca do Exército/Palácio da Guerra (RJ)
7. Biblioteca Herculana Vieira/Prefeitura Municipal de Cururupu (MA)
8. Biblioteca Nacional
9. Biblioteca Pública Afrânio Peixoto (Nova Iguaçu – RJ)
10. Centro Cultural Herbert Parentes Fortes (Itabuna – BA)
11. Colégio Estadual e Escola Normal Major Juvenal Alvim (Atibaia – SP)
12. Comitê de Imprensa da Central do Brasil (RJ)
13. Comunidade Evangélica Luterana da Paz (RJ)
14. Congregação Israelita Paulista
15. Departamento de História e Documentação da Prefeitura do Distrito Federal (RJ)
16. Departamento de Turismo e Certames da Prefeitura do Distrito Federal (RJ)
17. Empresa Folha da Manhã (SP)
18. Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais
19. Escola de Artes Plásticas de Ribeirão Preto (SP)
20. Escola de Enfermagem Wenceslau Braz (Itajubá – MG)
21. Escola de Pintura Pedro Alexandrino (Campinas – SP)
22. Escola Nacional de Belas Artes (RJ)
23. Escola Politécnica da Paraíba
24. Escola Politécnica da USP
25. Externato Mater Consolationis (RJ)
26. Faculdade Católica de Filosofia (Campina Grande – PB)
27. Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
28. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul
29. Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia
30. Faculdade de Filosofia de Lorena (SP)
31. Faculdade de Filosofia de Pernambuco/Universidade do Recife
32. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Vitória – ES)
33. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (SP)
34. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP)
35. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Maria (RS)
36. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (SP)
37. Federação do Comércio do Estado de São Paulo
38. Ginásio Imaculada Conceição (Videira – SC)
39. Indústrias Alimentícias Carlos de Britto S.A. (Recife – PE)
40. Instituto Barão do Rio Branco (Erechim – RS)
41. Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará
42. Instituto de Ciências Sociais na Universidade do Brasil
43. Ministério da Guerra/Zona Militar Sul (Joinville – SC)
44. Museu Diocesano de Sobral (CE)
45. Museu Imperial (Petrópolis – RJ)
46. Núcleo de Artes Plásticas Garcia Bento (Campos – RJ)
47. Prefeitura Municipal de São Leopoldo (RS)
48. PUC/RS

49. Redatores Unidos (São Paulo – SP)
50. Revista Bem-Estar – Urbanismo e Habitação
51. Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo
52. Sociedade Brasileira de História da Farmácia (SP)
53. UNE (União Nacional dos Estudantes) por intermédio da Escola de Belas Artes (Belo Horizonte – MG)
54. UNICAMP
55. USP

Internacionais:

1. Biblioteca Apostólica Vaticana (Vaticano)
2. Biblioteca de Palacio (Madrid – Espanha)
3. Biblioteca del Pontificio Seminario Regionale – Cuglieri (Nuoro) (Sardenha, Itália)
4. Biblioteca Municipal Central de Lisboa (Portugal)
5. Biblioteca UNIWERSYTECKA (Lublin – Polónia)
6. Bibliothèque de Institut des Hautes Études de l’Amerique Latine (Paris – França)
7. Bibliothèque Nationale de Paris (França)
8. Boston College (EUA)
9. Cleveland Public Library (EUA)
10. Columbia University (EUA)
11. Consulado da Guatemala em Québec (Canadá)
12. Duke University Library (Carolina do Norte – EUA)
13. Embaixada do Brasil em Buenos Aires (Argentina)
14. Embaixada do Brasil em Lisboa (Portugal)
15. Faculte des Lettres (Cadeira de Estudos Portugueses e Brasileiros) de Bourdeaux (França)
16. Institute of Chicago (EUA)
17. Instituto de Investigaciones Artísticas da Facultad de Arquitectura y Urbanismo da Universidad Mayor de San Andrés (La Paz – Bolívia)
18. Instituto de Investigaciones Estéticas (Cidade do México – México)
19. Instituto Juan Manuel de Rosas de Investigaciones Históricas (Buenos Aires – Argentina)
20. Instituto Nacional de Antropologia e História (Cidade do México – México)
21. Language Department/University of New Mexico (EUA).
22. Library of Congress (EUA)
23. Maison du Brésil/Cite Universitaire de Paris (França)
24. Museu Histórico de Santa Fé (Argentina)
25. Museu Histórico Nacional de Montevideo (Uruguai)
26. Museu Municipal Nampula (Moçambique)
27. National Trust for Historic Preservation (Washington – EUA)
28. OEA
29. Periódico Ilustrado (Corrientes – Argentina)
30. Sociedade Bolivariana de Venezuela
31. The Brooklyn Museum (Nova Iorque – EUA)
32. The Ohio State University Libraries (EUA)
33. Unesco
34. Universidad Central de Venezuela
35. Universidad de Buenos Aires/Instituto de Arte Americano y Investigaciones estéticas (Argentina)
36. Universidad de Lovaina/Centro Latino-Americano (Bélgica)
37. University of California (EUA)
38. University of Texas (EUA)
39. Univesity of Virginia (EUA)

Anexo 2: Relação completa dos 22 números da série *Publicações do Sphan*, editados entre 1937 e 67

Título de <i>Publicações do Sphan</i>	Autor	Ano
Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil	Gilberto Freyre	1937
Guia de Ouro Preto	Manuel Bandeira	1940
Catálogo do Museu Coronel David Carneiro	[Sem Autoria]	1940
Diário íntimo do engenheiro Vauthier, 1840-1846	Léger Louis Vauthier	1940
Em torno da história de Sabará: a Ordem 3ª do Carmo e sua igreja, obras e religiosidade do Aleijadinho no tempo	Viana Zoroastro Passos	1940
Arte indígena da Amazônia	Alberto Heloísa Torres	1940
Fortificação da Baía	João da Silva Campos	1940
História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto	Francisco Antonio Lopes	1942
História das missões orientais do Uruguai	Aurélio Porto	1943
1876 – a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro	Afrânio Peixoto	1943
Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil	Afonso Arinos de Mello	1944
Arraial do Tijuco, cidade Diamantina	Áries da Mata Machado Filho	1944
Instituição de igrejas do bispado de Mariana	Raimundo Trindade	1945
Padre Jesuíno do Monte Carmelo	Mário de Andrade	1945
Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	Rodrigo José Bretas	1951
História da antiga capela da Ordem Terceira da Penitência de São Francisco em São Paulo, 1676-1783	Adalberto Ortmann	1951
São Francisco de Assis de Ouro Preto	Raimundo Trindade	1951
Missão Artística de 1816	Afonso d'Escagnolle Taunay	1956
Alcântara: subsídios para a história da cidade	Antonio Lopes	1957
Contribuição ao estudo da pintura mineira	Carlos Del Negro	1958
A Santa Casa de Misericórdia da cidade do Salvador	Carlos Ott	1960
Tricentenário de Parati: notícias históricas	José de Sousa Azevedo Pizarro Araújo	1960

Anexo 3: Títulos dos artigos da *Revista do Patrimônio* e seus respectivos temas escritos por cada autor (1937-1967)

Autor/Tema (Quantidade)	Título do artigo	Tema do artigo	Nº da Revista
Artur César Ferreira Reis: Documentação (3); História (3); Arquitetura (1)	1. Vestígios artísticos da dominação lusitana na Amazônia	História	5
	2. Roteiro Histórico das Fortificações do Amazonas	História	6
	3. Das condições defensivas da Capitania do Pará ao findar o século XVIII	Documentação	7
	4. Aspectos da Amazônia na sexta década do século XVIII	Documentação	8
	5. O Palácio Velho de Belém	Arquitetura	10
	6. Guia Histórico dos Municípios do Pará	História	11
	7. O estado das fortificações da Amazônia na quinta década do século XVIII	Documentação	13
Cônego Raimundo Trindade: Documentação (3); Arquitetura (1); História da Arte (1); História (1)	8. A Igreja de São Francisco de Assis de Mariana	Arquitetura	7
	9. A Casa de São Francisco em Mariana	Documentação	8
	10. A Casa Capitular de Mariana	Documentação	9
	11. Ourives de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX	Documentação	12
	12. A Igreja de São João, em Ouro Preto	História da Arte	13
	13. Igreja das Mercês de Ouro Preto – Documentos do seu arquivo	História	14
Noronha Santos: Arquitetura (3); História (2); Documentação (1)	14. A Igreja de São Francisco Xavier em Niterói	Arquitetura	1
	15. Aqueduto da Carioca	História	4
	16. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro	Documentação	6
	17. O Parque da Praça da República, antigo da Aclamação	Arquitetura	8
	18. Fontes e Chafarizes do Rio de Janeiro	Arquitetura	10
	19. Vestígios de Fortim Colonial no Engenho Novo	História	11
Salomão de Vasconcelos: Documentação (3); História (3)	20. Relíquias do passado	História	2
	21. Um velho Solar de Mariana	História	3
	22. Ofícios mecânicos em Vila Rica durante o século XVIII	Documentação	4
	23. Os primeiros aforamentos e os primeiros ranchos de Ouro Preto	Documentação	5
	24. Como nasceu Sabará	História	9
	25. Como nasceu Ouro Preto – sua formação cadastral desde 1712	Documentação	12
D. Clemente Maria da Silva Nigra: História da Arte (3); Arquitetura (1); História (1)	26. Os dois grandes lampadários do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	História da Arte	5
	27. A prataria seiscentista do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro	História da Arte	6
	28. A antiga fazenda de São Bento em Iguaçu	História	7
	29. Temas pastoris na arte tradicional brasileira	História da Arte	8
	30. Francisco de Frias de Mesquita, Engenheiro-mor do Brasil	Arquitetura	9
Hanna Levy: História da Arte (5)	31. Valor artístico e valor histórico: importante problema da história da arte	História da arte	4
	32. A propósito de três teorias sobre o Barroco	História da arte	5
	33. A pintura colonial no Rio de Janeiro	História da arte	6
	34. Modelos europeus na pintura colonial	História da arte	8
	35. Retratos coloniais	História da arte	9
Carlos Ott:	36. Os azulejos do Convento de São Francisco da	História da Arte	7

História da Arte (2); Arquitetura (1); Documentação (1); História (1)	Bahia		
	37. Noções sobre a procedência da arte de pintura na província da Bahia (manuscrito da Biblioteca Nacional)	Documentação	11
	38. O Forte do Mar, na Bahia	História	13
	39. O Forte de Santo Antonio da Barra	Arquitetura	14
	40. José Joaquim da Rocha	História da Arte	15
Francisco Marques dos Santos: História da Arte (4)	41. A litografia no Rio de Janeiro	História da Arte	1
	42. José Joaquim Viegas de Menezes – percursos da gravura em Minas	História da Arte	2
	43. Dois artistas franceses no Rio de Janeiro	História da Arte	3
	44. O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816	História da Arte	5
Alfredo Galvão: Documentação (2); História da Arte (1)	45. Almeida Júnior: sua técnica, sua obra	História da Arte	13
	46. Manuel de Araújo Porto-Alegre – sua influência na Academia Imperial de Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro	Documentação	14
	47. Obras no antigo edifício da Academia Imperial de Belas Artes	Documentação	15
Joaquim Cardoso: Arquitetura (1); História (1); História da Arte (1)	48. Notas sobre a antiga pintura religiosa em Pernambuco	História da Arte	3
	49. Observações em torno da história da cidade do Recife no período holandês	História	4
	50. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e Estado do Rio	Arquitetura	7
Joaquim de Souza Leão Filho: Arquitetura (2); Documentação (1)	51. Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae	Documentação	9
	52. Palácio das Torres	Arquitetura	10
	53. Dois engenhos pernambucanos	Arquitetura	13
Judith Martins: História da Arte (2); Documentação (1)	54. Apontamentos para a bibliografia de Antonio Francisco Lisboa	Documentação	3
	55. Subsídios para a bibliografia de Manuel Francisco Lisboa	História da Arte	4
	56. Novos subsídios acerca de Manoel Francisco Lisboa	História da Arte	15
Lúcio Costa: Arquitetura (2); História da Arte (1)	57. Documentação necessária	Arquitetura	1
	58. Notas sobre a evolução do mobiliário luso-brasileiro	História da Arte	3
	59. A arquitetura jesuítica no Brasil	Arquitetura	5
Nair Batista: Documentação (2); História da Arte (1)	60. Pintores do Rio de Janeiro Colonial (notas bibliográficas)	Documentação	3
	61. Valentim da Fonseca e Silva	História da Arte	4
	62. Caetano da Costa Coelho e a pintura da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	Documentação	5
Paulo T. Barreto: Arquitetura (3)	63. Uma casa de fazenda em Jurujuba	Arquitetura	1
	64. O Piauí e sua arquitetura	Arquitetura	2
	65. Casas de Câmara e Cadeia	Arquitetura	11
Robert Smith: Documentação (2); Arquitetura (1)	66. Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português	Documentação	4
	67. O códice de Frei Cristóvão de Lisboa	Documentação	5
	68. Documentos baianos	Arquitetura	9
Alberto Lamego: História (2)	69. O Solar do Colégio	História	2
	70. Os sete povos das missões	História	4
Augusto de Lima	71. Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil	História da Arte	2

Jr. Documentação (1); História da Arte (1)	72. A congregação do Oratório e suas igrejas em Pernambuco	Documentação	9
Carlos Estevão: Acervos e Coleções (1); Arqueologia (1)	73. Resumo Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi	Acervos e Coleções	2
	74. A Cerâmica de Santarém	Arqueologia	3
David James: História da Arte (2)	75. Um pintor inglês no Brasil – do Primeiro Reinado	História da Arte	12
	76. Rugendas no Brasil: obras inéditas	História da Arte	13
Estevão Pinto: Arquitetura (1); Etnografia (1)	77. Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (Índios dos sertões de Pernambuco)	Etnografia	2
	78. Muxarabís e Balcões	Arquitetura	7
Gastão Cruls: Arqueologia (1); Etnografia (1)	79. Decoração das malocas indígenas	Etnografia	5
	80. Arqueologia amazônica	Arqueologia	6
Gilberto Freyre: Arquitetura (1); História da Arte (1)	81. Sugestões para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das Colônias	História da Arte	1
	82. Casas de Residência no Brasil – Introdução	Arquitetura	7
Godofredo Filho: Arquitetura (1); História (1)	83. Seminário de Belém da Cachoeira	Arquitetura	1
	84. A torre e o castelo de Garcia d’Ávila	História	3
J. Wasth Rodrigues: Arquitetura (1); História da Arte (1)	85. Móveis antigos de Minas Gerais	História da Arte	7
	86. A casa de moradia no Brasil antigo	Arquitetura	9
José de Sousa Reis: Arquitetura (2)	87. O Adro do Santuário de Congonhas	Arquitetura	3
	88. Arcos da Carioca	Arquitetura	12
Loureño Luís Lacombe: História (2)	89. A mais velha casa de Corrêas	História	2
	90. A Fazenda de Santo Antonio em Petrópolis	História	8
Luís Saia: Arquitetura (2)	91. O Alpendre nas capelas brasileiras	Arquitetura	3
	92. Notas sobre a Arquitetura Rural paulista do segundo século	Arquitetura	8
Luis Camilo de Oliveira Neto: História da Arte (1); Documentação (1)	93. Do Rio de Janeiro a Vila Rica	Documentação	3
	94. João Gomes Batista	História da Arte	4
Luiz Jardim: História da Arte (2)	95. A pintura decorativa em algumas igrejas antigas de Minas	História da Arte	3
	96. A pintura do guarda-mor José Soares de Araújo em Diamantina	História da Arte	4
Manuel Bandeira: Documentação (1); História (1)	97. Manoel da Costa Ataíde, dourador	Documentação	2
	98. D. Sebastião Leme	História	6
Mário de Andrade: Arquitetura (1); Documentação (1)	99. A Capela de Santo Antonio	Arquitetura	1
	100. Uma carta do padre Jesuíno do Monte Carmelo	Documentação	5
Raimundo Lopes: Etnografia (2)	101. A natureza e os monumentos culturais	Etnografia	1
	102. Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no	Etnografia	2

	Maranhão		
Rodrigo M. F. de Andrade: História da Arte (1)	103.Programa	*	1
	104.Contribuição para o estudo da obra de Aleijadinho	História da Arte	2
Serafim Leite: Arquitetura (1); História (1)	105.O Colégio de S. Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier, de Belém do Grão do Pará	Arquitetura	6
	106.Aldeia dos Reis Magos	História	8
A. L. Pereira Ferraz: Arquitetura (1)	107.Real Forte do Príncipe da Beira	Arquitetura	2
Afonso Arinos: Documentação (1)	108.O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho	Documentação	3
Afonso de E. Taunay: História (1)	109.O Forte de São Tiago da Bertioga	História	1
Alberto Rangel: História da Arte (1)	110.O Álbum de Higheliffe	História da Arte	6
Aluísio de Almeida: Arquitetura (1)	111.Casas do século 18 e 19 em Sorocaba	Arquitetura	9
Anêmona Xavier de Basto Ferrer: Documentação (1)	112.Monumentos construídos pelos portugueses no Brasil	Documentação	15
Aníbal Fernandes: Arquitetura (1)	113.A Igreja dos Montes Guararapes	Arquitetura	1
Ayrton Carvalho: Arquitetura (1)	114.Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religioso do Nordeste	Arquitetura	6
Curt Nimuendaju: Etnografia (1)	115.A habitação dos Timbira	Etnografia	8
D. Bonifácio Jansen: Documentação (1)	116.Livro do gasto da sacristia do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1756-1802	Documentação	12
David A. da Silva Carneiro: Arquitetura (1)	117.Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	Arquitetura	4
Deoclécio Redig de Campos: História da Arte (1)	118.Um desenho preparatório para a “Libertação de São Pedro”, obra da escola de Rafael, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	História da Arte	3
Dom Carlos Tasso de Saxe: História da Arte (1)	119.A formação artística da Imperatriz Dona Leopoldina	História da Arte	15
E. Orosco: História da Arte (1)	120.As avarias nas esculturas do período colonial de Minas Gerais	História da Arte	5
Epaminondas de Macedo: Arquitetura (1)	121.A Capela de Nossa Senhora de Sant’Ana	Arquitetura	1
Francisco Venâncio Filho: História (1)	122.A Barraquinha de Euclides da Cunha	História	2
Frei Venâncio	123.Convento de Santo Antonio de Ipojuca	História	13

Willeke O.F.M: História (1)			
Gilberto Ferrez: Documentação (1)	124.A fotografia no Brasil e um dos seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923)	Documentação	10
Hélcia Dias: História da Arte (1)	125.O mobiliário dos inconfidentes	História da Arte	3
Heloísa Alberto Torres: Arqueologia (1)	126.Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil	Arqueologia	1
Ivo Porto de Menezes: Arquitetura (1)	127.O Palácio dos Governadores de Cachoeira do Campo	Arquitetura	15
J. Moritz Rugendas: Etnografia (1)	128.Imagens e notas do Brasil	Etnografia	13
João Miguel do Santos Simões: História da Arte (1)	129.Azulejaria no Brasil	História da Arte	14
José Antonio Gonçalves de Mello: História (1)	130.Cristóvão Álvares – engenheiro em Pernambuco	História	15
José de Almeida Santos: História da Arte (1)	131.O estilo brasileiro D. Maria ou colonial brasileiro	História da Arte	6
José Wanderley Pinho: História da Arte (1)	132.Mobiliário, vestuário, jóias e alfaia dos tempos coloniais	História da Arte	4
L. L. Vanthier: Documentação (1)	133.Casas de Residência no Brasil	Documentação	7
Maria de Lourdes Pontual: Arquitetura (1)	134.A sacristia da Catedral da Baía e a posição da igreja primitiva	Arquitetura	4
Mário A. Freire: Arquitetura (1)	135.O Convento da Penha	Arquitetura	9
Mário Barata: Documentação (1)	136.Manuscrito inédito de Lebreton – sobre o estabelecimento de dupla Escola de Artes no Rio de Janeiro, em 1816	Documentação	14
Mário Ferreira França: História (1)	137.A Fortaleza de Villegagnon	História	9
Michel Benisovich: História da Arte (1)	138.Frans Post e Albert Eckhout, pintores holandeses do Brasil, e as “tapeçarias das Índias” dos Gobelins	História da Arte	7
Nuto Sant’Anna: Arquitetura (1)	139.A Igreja dos Remédios	Arquitetura	1
Rômulo Barreto de Almeida: Arquitetura (1)	140.A Capela de São José do Genipapo	Arquitetura	2
Roquette Pinto: Etnografia (1)	141.Estilização	Etnografia	1
Sérgio Buarque	142.Capelas antigas de São Paulo	História	5

de Holanda: História (1)			
Sylvio de Vasconcelos: História (1)	143.Formação urbana do arraial do Tijuco	História	14
Sem Autoria	144.Mobiliário Nacional	História da Arte	1
Sem Autoria	145.Alguns Monumentos de Arquitetura Religiosa do Brasil	Arquitetura	1
Sem Autoria	146.Manuel Francisco Lisboa foi o autor da planta da Igreja de N. S. do Carmo de Ouro Preto	Documentação	1
Sem Autoria	147.Louis Vanthier e o seu diário inédito de uma viagem ao Brasil	História	1
Sem Autoria	148.Museu Regional de Olinda	Acervos e Coleções	1
Sem Autoria	149.Museu Mariano Procópio	Acervos e Coleções	1
Sem Autoria	150.Museu Coronel David Carneiro, em Curitiba	Acervos e Coleções	1